

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TESE DE DOUTORADO

Teresa Cristina Schneider Marques

**Militância política e solidariedades transnacionais:
A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França
(1968-1979)**

Porto Alegre

2011

Teresa Cristina Schneider Marques

**Militância política e solidariedades transnacionais:
A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França
(1968-1979)**

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de
doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos S. Arturi

Porto Alegre

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Militância política e solidariedades transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968- 1979)

Tese aprovada em 25 de março de 2011 como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Ciência Política, pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi – UFRGS/ Ciência Política

Membro externo: Prof. Dr. Carlos Sanchez Milani – UNIRIO/ Relações Internacionais

Membro externo: Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero – UFRGS/ História

Membro interno: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – UFRGS/ Ciência Política

AGRADECIMENTOS

Felizmente, nas páginas de agradecimento de uma tese que procurou analisar “solidariedades”, não me faltam pessoas solidárias a quem agradecer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Carlos S. Arturi, que me apresentou a alternativa de doutorado em Ciência Política e abriu as portas para o estágio no Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po), ao me permitir fazer parte do projeto CAPES-COFECUB do qual participava. Nunca faltou incentivo, apoio e valiosas orientações da parte do professor Arturi, e, por isso, sempre lhe serei grata. Espero ter correspondido à sua confiança.

Agradeço ao programa de pós-graduação em Ciência Política da UFRGS pela valiosa oportunidade de fazer parte desta universidade e por ter garantido com empenho todas as condições necessárias para que esta pesquisa pudesse ser realizada. Agradeço aos professores André Marengo, Marco Cepik, Izabel Noll e Gustavo Grohman, pelo apoio, e ao professor Héglio Trindade e Maurício Moya, pelas sugestões.

Aos professores e colegas do projeto CAPES-COFECUB, pela oportunidade ímpar de ter feito parte desta pesquisa na Sciences Po. Agradeço especialmente ao meu orientador na França, professor Guillaume Devin, pelas sugestões fundamentais e atenção que direcionou ao meu estágio. Ao coordenador do projeto no Brasil, professor Carlos Milani, e à professora Marie Françoise Durand, por toda ajuda. À professora Ruthy Laniado pelas críticas construtivas e pela amizade, e, finalmente, a Antônio, pela alegre recepção.

Agradeço também a Frédéric Louault, a Afonso Pena-Vega e à professora Ângela Xavier de Brito, por toda a ajuda na França. Faço um agradecimento especial ao professor Denis Rolland, da Sciences Po, pela grande contribuição que ofereceu para esta pesquisa.

Aos colegas do PPG em Política da UFRGS, por terem acolhido de maneira tão carinhosa esta “estrangeira do Mato Grosso”. Agradeço nominalmente a Elizandro, Raquel, Eduardo Mello, Eduardo Augusto, César, Patrícia, Romério e, principalmente, ao amigo Augusto, pelo apoio logístico, e a Carine, cujo valor da amizade é imensurável para mim hoje.

Aos colegas e professores do departamento de História da UFRGS, especialmente: professor Enrique Padrós e professora Carla Rodeghero, pelas contribuições. Agradeço em

especial a Daniela Conte e Clarissa Brasil, pela amizade e apoio nos momentos difíceis dos últimos anos, pela leitura atenta e pelos documentos compartilhados.

A todos que permitiram que esta tese se beneficiasse de arquivos e entrevistas em diferentes cidades. Agradeço a Cristina e Vanessa, em Brasília, a Vera, em Florianópolis, e à prima Renata, em São Paulo. A Ana Kallas, Maria Paz, às queridas Gladyz e Dina, que tanto contribuíram para a pesquisa no Chile. A todos os entrevistados, pela honra de terem compartilhado comigo as suas memórias, e a Lavínia Borges e Teodoro, agradeço de maneira especial pelos documentos cedidos.

Aos amigos que fiz na França, por terem tornado aquele país ainda mais lindo do que já é. Agradeço aos amigos da Maison du Brésil, principalmente a Selma, Aline e Paula, pelos inúmeros bons momentos e pelo companheirismo nos momentos difíceis, e, particularmente, a Agnes e Gínia, pela ajuda fundamental para esta tese. Agradecimentos especiais para a família francesa que hoje tenho a alegria de chamar de “minha”, sobretudo a Agnès, Michel, Olivier e, em especial, a Danielle, *ma belle mère*, que nunca me faltou com incentivo e atenção.

Aos amigos de sempre e para sempre de Cuiabá, pela alegre companhia, seja na distância ou na presença, e pelas incontáveis vezes que disseram: “vai dar certo!”. Registro aqui meu carinho por Dirlene, Aline, Fabíola, Flávio e todos os demais. Também aos amigos que representaram uma família no sul: Odair, Dona Petronilha, Dona Bia e seu Adão.

À minha família – minhas irmãs, Walquíria e Gisele, meu cunhado, Neto, e, principalmente, meu pai e minha mãe, Valdemir e Teresinha –, o agradecimento mais especial, pois, sem eles, esta caminhada não teria sido possível.

A Guillaume, me faltam palavras para agradecer, pois também me faltaria espaço para dizer tudo o que ele fez por esta pesquisa e por mim. A ti, Guillaume, quero dedicar mais do que esta tese: te ofereço o meu país e o meu coração.

Por fim, gostaria de registrar a importância das bolsas que recebi da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Brasil e no exterior, não apenas para a realização desta pesquisa, mas para a minha formação enquanto pesquisadora.

Obrigada a todos. Merci à tous. Gracias a todos.

“Uma injustiça cometida em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar”.

Martin Luther King

Resumo

O exílio constituiu um mecanismo de combate à oposição utilizado pelas ditaduras militares no Cone Sul, cuja principal função era a de provocar o isolamento do militante. Acreditava-se que o exílio cumpriria com eficácia essa função, pois, além de afastar o militante do território nacional, a proteção prevista pela legislação internacional é condicionada ao afastamento do exilado de atividades políticas no exterior. No entanto, contrariando os anseios dos militares e a legislação internacional, uma grande parte dos exilados brasileiros deixou o país com o intuito de transformar o exílio em um espaço de combate político. Todavia, as mobilizações realizadas pelos exilados foram marcadas pelos efeitos do transnacionalismo, que se caracteriza pela universalização e rápida transmissão de ideias e valores. Visando compreender as influências do transnacionalismo nas formas de mobilização política dos militantes brasileiros, a presente tese analisa a trajetória política da segunda geração de exilados (1968-1979), boa parte engajada na luta armada contra a ditadura e comprometida com um projeto revolucionário. Para tanto, enfoca as ações de oposição dos exilados brasileiros no Chile e na França, dois países distintos que representaram focos de concentração da segunda geração de exilados brasileiros em diferentes momentos. A pesquisa em fontes oficiais e não oficiais – tais como a documentação diplomática aberta para pesquisa, os documentos produzidos pelos próprios exilados e as entrevistas concedidas para a tese – demonstrou que variáveis tais como o contexto político do país onde estavam inseridos, o sistema de acolhida e a presença da repressão brasileira influenciaram as ações políticas dos exilados. Assim, a pesquisa demonstrou que, enquanto estiveram no Chile, a convicção no sucesso da revolução socialista marcou as atividades políticas dos exilados brasileiros. Na França, por sua vez, onde os brasileiros se concentraram após o golpe chileno de 1973, o exílio brasileiro entrou em uma nova fase, marcada pela adesão a novos temas, notadamente, a anistia, os direitos humanos e a democracia.

Palavras-chave: exilados brasileiros, Chile, França, militância política.

Abstract

The exile was a mechanism used by the opposition against military dictatorships in the Southern Cone, whose main function was to cause the isolation of the militant. It was believed that the exile would fulfill this function effectively, because in addition to depart the militant from the national territory, the protection provided by the international law is subject to the removal of the exiled from political activities abroad. However, contradicting the wishes of the military and the international law, a large part of the Brazilian exiles left the country in order to transform the exile into a political battle space. However, the mobilizations carried out by the exiles were marked by the effects of the transnationalism, which is characterized by the universalization and the rapid transmission of ideas and values. In order to understand the influences of the transnationalism in the forms of political mobilization of the Brazilian militants, this thesis analyzes the political trajectory of the second generation of exiles (1968-1979), much engaged in armed struggle against the dictatorship and committed to a revolutionary project. For that, this thesis focuses on the actions of the opposition Brazilian exiles in Chile and France, two different countries which represented focus of concentration of the second generation of Brazilian exiles at different times. The research in official and unofficial sources - such as diplomatic documents open for research, documents produced by their own exiles and the interviews for the thesis - has shown that variables such as the political context of the country in which they were inserted, the host system and the presence of the Brazilian repression, influenced the political actions of the exiles. This way, the research has shown that while they were in Chile, the belief in the success of socialist revolution marked the political activities of Brazilian exiles. In France, in turn, where Brazilians were concentrated after the Chilean coup of 1973, the Brazilian exile entered a new phase, marked by the acceptance of new issues, notably, amnesty, human rights and the democracy

Key-words : Brazilian exiles, Chile, France, political activism.

Résumé

L'exil constitue un mécanisme de combat contre l'opposition utilisé par les dictatures militaires du Cône Sud, dont la principale fonction était de provoquer un isolement des militants. Nous pensons que l'exil accomplirait efficacement cette fonction car en plus d'éloigner le militant de son territoire national, la protection, prévue par la législation internationale est conditionnée par le retrait de l'exilé de toutes activités politiques à l'étranger. Pourtant, malgré les souhaits des militaires et la législation internationale, une grande partie des exilés brésiliens partirent du pays avec l'intention de transformer l'exil en un espace de combat politique. Néanmoins, les mobilisations réalisées par les exilés furent marquées par des effets de transnationalisme, qui se caractérisent par l'universalisation et la rapidité de transmission d'idées et de valeurs. Voulant comprendre les influences du transnationalisme sur les formes de mobilisation politique des militants brésiliens, cette thèse analyse la trajectoire politique de la seconde génération d'exilés (1968-1979), dont une bonne partie était engagée dans la lutte armée contre la dictature et impliquée dans un projet révolutionnaire. Ainsi, nous nous intéresserons aux actions d'opposition des exilés brésiliens au Chili et en France, deux pays distincts qui représentent des lieux de concentration, à divers moments, de la seconde génération d'exilés brésiliens. La recherche dans des sources officielles et non-officielles (telle que la documentation diplomatique ouverte à la recherche, les documents produits par les propres exilés et les entrevues réalisées pour la thèse) démontre que des variables telles que le contexte politique du pays où ils étaient insérés, le système d'accueil et la présence de répression brésilienne, ont influencé les actions politiques des exilés. Ainsi, la recherche montre que tant que les exilés étaient au Chili, la conviction dans le succès de la révolution socialiste marqua les activités politiques des exilés brésiliens. Par la suite, en France, où les brésiliens se concentrèrent après le coup d'État chilien de 1973, l'exil brésilien entra dans une phase marquée par l'adhésion à de nouvelles thématiques telles que l'amnistie, les droits de l'Homme et la démocratie.

Mots clés : exilés brésiliens, Chili, France, militantisme politique.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACBS	Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AEBU	Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai
AI	Ato Institucional
ALA	Ala Vermelha do PC do B
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARCAL	Comitê de Apoio à Revolução na América Latina
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BDIC	Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine
CBA	Comitê Brasil pela Anistia
CDR	Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil
CENIMAR	Centro de Informações da Marina
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CGT	Confédération Générale des Travailleurs
CIA	Central Intelligence Agency
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CIMADE	Comité Inter-Mouvement Auprès des Évacués
CIME	Comitê Intergovernamental das Migrações Europeias
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CNAR	Comitê Nacional de Ajuda a Refugiados
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
CODIS	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CORRENTE	Corrente Revolucionária de Minas Gerais

DGSE	Direction Générale de la Sécurité Extérieure
DI-GB	Dissidência da Guanabara
DI-RJ	Dissidência do Rio de Janeiro
DI-RS	Dissidência do Rio Grande do Sul
DISP	Dissidência de São Paulo
DM	Divisão Municipal
DOIS	Destacamentos de Operações Internas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DST	Direction de la Surveillance du Territoire
ELN	Exército de Libertação Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FBI	Front Brasileiro de Informações
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FLN	Frente de Libertação Nacional da Argélia
FTDA	France Terre d'Asile
IHEAL	Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine
MAE	Ministère des Affaires Étrangères
MAPU	Movimento de Ação Popular Unitário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionário
MLN	Movimento de Libertação Nacional
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MRM	Movimento Revolucionário Marxista
MRO	Movimento Uruguaio Revolucionário Oriental
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
OFPRA	Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides

ONU	Organização das Nações Unidas
PAF	Polícia do Ar e das Fronteiras - Police de l'Air et des Frontières
PC	Partido Comunista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCF	Partido Comunista Francês
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido da Democracia Cristã
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PN	Partido Nacional
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Político Operária
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS	Partido Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RG	Inteligência Geral da Política Nacional (Renseignements Généraux)
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOPS-RS	Supervisão de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul
TL	Tendência Leninista
UNB	Universidade de Brasília
UP	Unidade Popular
USLA	United States Living Association
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	14
2 – ESTADO, MIGRAÇÕES E POLÍTICA NO ESPAÇO TRANSNACIONAL.....	27
2.1 Um novo problema global ou um mecanismo de exclusão em massa? As migrações internacionais forçadas no século XX.....	28
2.2 A utilização do exílio como mecanismo de exclusão política no Brasil.....	37
2.3 O Estado e os migrantes internacionais forçados	45
2.4 As motivações para engajamento de migrantes em um campo político particular	53
2.5 As ações coletivas transnacionais	63
3 – O CHILE E A FRANÇA DURANTE OS ANOS 1960 E 1970: DOIS PAÍSES DE ACOLHIDA EM PERSPECTIVA COMPARADA.....	76
3.1 Política, economia e sociedade.....	79
3.1.1 <i>Chile: do sonho socialista de Allende ao golpe militar.....</i>	<i>79</i>
3.1.2 <i>A Nova Esquerda na França após 1968 : da esquerda armada à esquerda alternativa</i>	<i>86</i>
3.2 As estruturas de acolhida de perseguidos políticos	95
3.2.1 <i>O sistema latino-americano de asilo político e os asilados brasileiros no Chile</i>	<i>96</i>
3.2.2 <i>O sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) de proteção aos refugiados e a acolhida na França</i>	<i>103</i>
3.3 A transnacionalização do combate a opositores: a presença da repressão brasileira nos países de acolhida	109
3.3.1 <i>Chile: Espionagem, Golpe de Estado e Operação Condor</i>	<i>110</i>
3.3.2 <i>França: cooperação entre as polícias francesa e brasileira</i>	<i>117</i>
3.4 Conclusões parciais	121
4 – A PRIMEIRA FASE DA SEGUNDA GERAÇÃO DE EXILADOS: NO CHILE, PELA REVOLUÇÃO NO BRASIL	123
4.1 Na América Latina pela Revolução, pela revolução na América Latina.....	124
4.2 A organização política dos exilados: organizações do Brasil, hierarquias do exílio, vinculações com o Chile	131
4.3 A oposição à ditadura brasileira no Chile.....	143
4.4 O golpe de 1973, a esquerda brasileira exilada e a emergência do fator transnacional.	154

5 – NOVO TERRITÓRIO, NOVAS REIVINDICAÇÕES, NOVO EXÍLIO: A SEGUNDA FASE DO EXÍLIO BRASILEIRO NA FRANÇA	167
5.1 A primeira fase do exílio na França: Das denúncias ao início do processo de autocrítica (1969-1972).....	171
5.2 Superando o trauma chileno: da reestruturação da oposição à revisão das estratégias de combate (1973-1974).....	183
5.3 A comunidade brasileira exilada e os novos temas (1975 – 1979).....	192
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
7 – FONTES E BIBLIOGRAFIA	224
7.1 Fontes primárias.....	224
7.2 Bibliografia	236
8 – ANEXOS	247
8.1 Perfil dos entrevistados	247
8.2 Documentos.....	251

1 – INTRODUÇÃO

O exílio de brasileiros durante as décadas de 1960 e 1970 foi uma consequência direta ou indireta das medidas repressivas violentas utilizadas pelos militares para manterem-se no poder durante duas décadas de autocracia (1964-1985). Portanto, justifica-se a classificação de “exilados” para aqueles opositores que saíram do país durante a ditadura, em virtude de se tornarem alvo da repressão. Diferentemente dos termos *asilado* ou *refugiado*, que são instituídos juridicamente e cuja atribuição pode ser feita apenas pelo Estado acolhedor, o termo “exílio” não constitui um estatuto jurídico.¹ É, em realidade, uma definição mais ampla e social, que faz referência ao aspecto político atribuído à migração. Isto é, o migrante internacional classificado como *exilado* é relacionado com a busca por proteção internacional, em virtude de sua discordância do *status quo* vigente no seu país de origem.

Os diferentes ciclos repressivos da ditadura militar brasileira ocasionaram dois principais momentos de saída de opositores do Brasil. As características específicas de cada ciclo repressivo, isto é, o “alvo” ao qual a repressão era direcionada, definiram dois diferentes grupos de exilados, chamados pela historiadora Denise Rollemberg de “gerações”, em virtude das características compartilhadas entre os membros de cada grupo.² A definição da autora se baseia nos estudos de Sirinelli, que compreende que uma geração é composta por indivíduos marcados por um ou vários eventos.³

Para a historiadora, a primeira geração, que começou a deixar o país ainda em 1964 e se concentrou no Uruguai, era caracterizada pela atuação política através das vias legais e pela vinculação aos movimentos e partidos existentes antes do golpe. Ela foi expulsa do país pelos dois primeiros ciclos de repressão, que ficaram marcados pelo excessivo número de cassações políticas. Esta característica nos permite afirmar que a repressão desencadeada nesse período foi voltada mais especificamente aos membros do governo deposto, muito embora outros movimentos políticos também tenham sido violentamente reprimidos. Devido a tal fato, esse primeiro ciclo repressivo ficou conhecido como “operação limpeza” e atingiu principalmente

¹ As diferenças entre os referidos institutos serão melhor abordadas no capítulo 3.

² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 49.

³ A discussão sobre o conceito de geração de Sirinelli está presente no seguinte artigo: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2003.

políticos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que estava no poder com o presidente deposto João Goulart (1961-1964).

A segunda geração, por sua vez, passou a deixar o país após o ciclo repressivo desencadeado pelo Ato Institucional número 5, editado em 13 de dezembro de 1968,⁴ cujo principal alvo foi representado pelas organizações clandestinas. O ato representou a radicalização das medidas tomadas pelo governo para sufocar a oposição, que crescera muito naquele ano. Através dele, os dirigentes autoritários voltaram a se outorgar o poder de cassar os direitos políticos dos cidadãos, fechar o Congresso, que só reabriu no final de 1969, estabelecer a incomunicabilidade dos presos políticos durante dez dias, medida que permitiu a intensificação do uso da tortura, dentre outros dispositivos jurídicos repressivos. Em outras palavras, a partir do AI-5 a ditadura passou a perseguir os opositores de uma maneira mais brutal e direta, através de uma legislação claramente mais autoritária, que “abriu o caminho” para a “utilização descontrolada do aparelho repressivo”.⁵

Assim, notamos que diferentemente do exílio da primeira geração, que foi mais qualificado, o exílio da segunda atingiu um número maior de militantes, sobretudo estudantes que provinham de diferentes classes sociais, muitas vezes de classes sociais menos abastadas.⁶ Como destacou Denise Rollemberg, dentre os diversos países que receberam os exilados dessa segunda geração – Cuba, Argélia, México, Argentina, Bolívia, entre outros – se destacam o Chile e a França como locais de concentração dos exilados brasileiros, mas em diferentes momentos, ou, em outras palavras, em diferentes fases.

A presente tese de doutorado estuda a trajetória da segunda geração de exilados brasileiros e privilegia a análise de suas ações de militância política e de oposição à ditadura brasileira realizadas durante o período de exílio. Visando verificar a influência dos contextos nacionais e das redes de relacionamento nas quais os exilados se inseriram, a pesquisa focalizou as ações desenvolvidas nos dois principais polos de concentração de exilados após 1968: o Chile e a França.

O exílio é um objeto de estudo que pode ser analisado através de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. No caso dos brasileiros forçados a deixar o país durante o regime militar, diferentes perspectivas já foram empregadas, em diversos estudos.

⁴ ROLLEMBERG, 1999, p. 51.

⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005, p. 162.

⁶ ROLLEMBERG, op. cit., p. 50.

Os ângulos histórico, político, emocional, psicológico e migratório já foram abordados em diferentes obras, que procuraram destacar o “caráter pessoal e particular” da experiência do exílio.⁷ Assim, muitos destes estudos – dentre os quais destacamos a obra pioneira de Denise Rollemberg, intitulada *Exílio: entre raízes e radares* – procuraram analisar as trajetórias pessoais, os dramas vividos em decorrência do afastamento forçado do país, a adaptação ao mercado de trabalho enquanto exilados, a família, a atividade política, os estudos, a ação da repressão do exterior, entre as inúmeras outras questões que são intrínsecas ao exílio.⁸

Muito embora as atividades políticas dos exilados tenham sido abordadas, a grande maioria das obras as considerou apenas como mais um aspecto “particular” do exílio. Isto é, apesar destes estudos terem identificado a transformação política pelas quais os militantes políticos passaram durante o exílio, não ofereceram variáveis explicativas para as mesmas. O único trabalho que se orientou nesse sentido foi a dissertação de mestrado desenvolvida por Maud Chirio, pela Universidade de Paris I – Sorbonne, na qual a historiadora procura compreender as trajetórias intelectuais e políticas dos exilados, mas considerando o exílio brasileiro enquanto uma modalidade de circulação de elites. Para tanto, realizou uma análise quantitativa, com base principalmente nas fontes produzidas pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) e analisou os exilados em diferentes países – tais como Cuba, Chile e França –, sem contudo realizar uma análise aprofundada dos contextos políticos, econômicos e sociais dos países de acolhida.⁹

A pesquisa que realizamos em um momento anterior – mestrado em História –, relativa à primeira geração de exilados no Uruguai, ofereceu-nos indícios sobre a importância de fatores externos e das redes de relacionamento nas formas de atuação política de exilados. Com base em diversas fontes de pesquisa – dentre as quais destacamos os relatos orais, a

⁷ Além das dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas no Brasil sobre a temática, sobretudo no âmbito da disciplina de História, convém destacar uma importante produção acadêmica no exterior: a obra de Ângela Xavier de Brito e Ana Vasquez, ex-exiladas pelas ditaduras brasileira e chilena, respectivamente. Ver: VASQUEZ, Ana; ARAÚJO, Ana Maria. *Exils latino-américains: la malédiction d’Ulysse*. Paris: CIEMI et L’Harmattan, 1988. Dentre as produções mais recentes, merece destaque a coletânea publicada em Paris no âmbito do Ano do Brasil na França, e organizada em dois livros, a saber: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.). *L’exil brésilien en France: histoire et imaginaire*. Paris: L’Harmattan, 2008a; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.). *Le Brésil des gouvernements militaires et l’exil (1964-1985). Violence politique, exil et accueil des brésiliens en France: témoignages et documents*. Paris: L’Harmattan, 2008b. Essa coletânea foi resultado do primeiro simpósio que enfocou o exílio de brasileiros, realizado na França em 2005, e contou com a participação dos maiores estudiosos da temática no Brasil e na França.

⁸ Ver: ROLLEMBERG, 1999.

⁹ Ver: CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979)*. DEA – Histoire contemporaine des mondes étrangers et des relations internationales. Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne (Memoire de DEA), 2004.

documentação diplomática aberta para a pesquisa e os periódicos uruguaios –, a dissertação analisou as práticas cotidianas e políticas dos exilados brasileiros no Uruguai. Dessa forma, verificou a importância da rede de apoio que Leonel Brizola e os outros exilados brasileiros encontraram no Uruguai para que o grupo, até então adepto da “teoria do foco” – isto é, do levante popular –, construísse relações com Cuba e aderisse à estratégia guerrilheira.¹⁰

No que concerne à segunda geração, muitos analistas, alguns deles ex-exilados, destacam a influência do contexto francês nas posições políticas da colônia brasileira no país. Daniel Aarão Reis, por exemplo, historiador e ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que viveu parte do exílio no Chile e na França, ao analisar a emergência da democracia enquanto um valor nas esquerdas brasileiras, considera “impossível não enfatizar o papel que Paris e seu ambiente intelectual desempenharam sobre os exilados brasileiros e o papel desempenhado pela colônia de exilados ancorada em Paris do ponto de vista do conjunto de exilados brasileiros”.¹¹ Dessa forma, além das redes, estudar o contexto parece ser essencial para compreender as transformações pelas quais as mobilizações políticas de migrantes passam ao longo do exílio.

Assim, a pesquisa que realizamos sobre as ações políticas dos brasileiros no exterior nos indicou que as mobilizações políticas de migrantes internacionais não podem ser analisadas apenas enquanto mais um aspecto particular do exílio, ou mesmo enquanto “ações coletivas de migrantes”. Entendemos que, ao excluir os fatores externos e conjunturais, bem como a solidariedade que conecta os atores no exílio, reduziríamos o objeto de estudo, na medida em que restringiríamos as ferramentas para compreender as oportunidades políticas e os recursos disponíveis que exerceram influência direta sob a ação dos migrantes. Isto é, estaríamos excluindo da análise a influência política de caráter transnacional.

Este estudo procura, portanto, compreender as ações políticas de militantes brasileiros exilados durante as décadas de 1960 e 1970, não apenas enquanto um simples aspecto de fenômeno migratório ou enquanto um processo histórico isolado, mas enquanto *redes de militância transnacionais*.

¹⁰ Ver: MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2006.

¹¹ “Il serait impossible de ne pas insister sur le rôle qu’a joué Paris et son ambiance intellectuelle sur les exilés brésiliens et le rôle qu’a joué la colonie d’exilés brésiliens ancrée à Paris du point de vue de l’ensemble des exilés brésiliens”. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Culture politique, démocratie et exil des brésiliens en France dans les années 1960 et 1970*. In: SANTOS; ROLLAND, 2008a, p. 43.

Nesse sentido, alinhamo-nos à tese defendida por Luis Roninger, cuja perspectiva é a de que o exílio, embora seja um mecanismo de exclusão política, desenvolve um papel fundamental na configuração das relações políticas na América Latina.¹² Segundo Luis Roninger:

Uma vez deslocados do território original, os exilados passaram a participar de um jogo transnacional em que seus próprios projetos de retorno interagiam com os interesses do governo do país receptor em lograr uma hegemonia regional pelo uso das redes dos exilados, e isso, diante de uma das motivações daqueles que provocaram o exílio, ou seja, a intenção de manter a oposição afastada do território nacional.¹³

Portanto, para Roninger, no século XX, o exílio deixou de significar isolamento político. Isto é, o exílio deixou de corresponder aos anseios das elites políticas que o estabeleciam enquanto um mecanismo de exclusão institucionalizada. Esperava-se que o exílio se tornasse um mecanismo de controle com menor custo político se comparado com a prisão e a pena de morte, ao neutralizar os opositores em favor das imposições da hierarquia de poder.¹⁴ Portanto, o exílio possuía a mesma função atribuída ao hospício e à prisão, ou seja, o isolamento.¹⁵ Ao isolar, afastar e segregar aqueles que se opunham à nova ordem vigente, esperava-se desarticular a oposição ao regime. Porém, contrariando esses anseios, na “era transnacional” o exílio representou uma projeção do alcance das ações políticas dos exilados, que, por sua vez, passaram a sofrer influência desse jogo no qual se inseriram ao deixar o país de origem.

A multiplicidade de relações sociais e políticas nas quais os brasileiros se inseriram, sobretudo após o golpe no Chile, em 1973, indica que o exílio brasileiro também foi projetado na esfera transnacional. Diante dessa hipótese central, questionamo-nos: de que forma os exilados se inseriram na arena política internacional? Como o contexto internacional afetou a mobilização política de migrantes? Qual o papel desempenhado pelas redes militantes de relacionamento interpessoal? Qual é a influência das redes de solidariedades nas ações de

¹² Ver: SZNAJDER, Mario; RONINGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.

¹³ RONINGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010, p. 94.

¹⁴ Idem, 2010, p. 94.

¹⁵ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 51-52.

oposição dos exilados? De que forma o apoio oferecido pelos países de acolhida interfere no exílio?

Objetivando responder tais questões, a presente tese de doutorado se apresenta em quatro capítulos. O primeiro busca apresentar os fundamentos teóricos e conceituais que estruturam a análise, relacionando-os com o objeto de estudo da tese – os exilados brasileiros pela ditadura militar – e o contexto no qual os mesmos estavam inseridos. No segundo capítulo pretendemos compreender as diferenças entre os dois principais países de acolhida da segunda geração, a partir da metodologia comparativa. Por sua vez, a análise dos efeitos desses diferentes contextos se divide em dois capítulos: o terceiro, que analisa as ações coletivas dos brasileiros no Chile, e o quarto e último, que apresenta um exame das mobilizações políticas que contaram com a participação dos brasileiros na França. Como os capítulos serviram-se de fontes e metodologias específicas aos seus objetivos, consideramos necessário refletir sobre a especificidade de cada capítulo.

Como o primeiro capítulo se propõe a relacionar o objeto de estudo com a teoria utilizada, apresentamos o estado atual da literatura sobre o papel dos migrantes no cenário internacional e sobre o transnacionalismo. Para tanto, consideramos que se faz necessário compreender a migração forçada de brasileiros durante as décadas de 1960 e 1970 enquanto um resultado de políticas repressivas efetivadas pelos militares que visavam institucionalizar o exílio como mais um método de exclusão política no país. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que essas medidas não constituíam uma política isolada, mas sim uma política regional de exclusão política, baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), importada pelos militares latino-americanos dos Estados Unidos, fazendo com que os brasileiros se tornassem parte do exílio massivo que atingiu militantes de diversos países da América Latina.

A função de isolamento político atribuída pelas elites políticas desses países ao exílio se baseava nas restrições que a ordem internacional, caracterizada pela divisão em Estados independentes, impõe aos migrantes, e, assim, compreendê-las também passou a ser um dos objetivos do capítulo. Tais restrições são constantemente enfrentadas por migrantes internacionais, o que nos levou a questionar ainda os incentivos que migrantes como os brasileiros apresentam para se organizar politicamente em condições tão adversas para a militância política. Ou, nas palavras de Stéphane Dufoix, em um campo político marcado por particularidades, o *exopolítico*:

[...] um espaço político específico em razão do seu funcionamento fora do território, que lhe serve, portanto, de referência. Propomos chamar de *exopolítico* esse espaço político. O *exopolítico* apenas existe como espaço de oposição e de luta contra o regime no poder do país de origem. Ele se caracteriza pela falta de regulamentação.¹⁶

Embora concordemos com o conceito proposto por Dufoix ao afirmar que o exílio constitui um campo político marcado pelas mudanças causadas pela migração e pela continuidade da militância no exílio, não consideramos que esse espaço possa ser caracterizado pela ausência de regras. Ao contrário, consideramos que a diferença entre o exílio e o campo político tradicional se encontra na submissão das atividades políticas dos exilados à legislação internacional, além das constituições locais dos países de acolhida. Consideramos que apenas o transnacionalismo permite que as atividades dos exilados ultrapassem o que é previsto nas legislações às quais estes devem se submeter, constituindo assim um enfrentamento à ordem internacional estabelecida. Dessa forma, o capítulo busca compreender de que forma esse enfrentamento tem contribuído para um novo cenário mundial marcado pelo transnacionalismo.

Diante disso, alinhamo-nos aos estudos que abordam as redes e as mobilizações transnacionais. A partir da análise de mobilizações políticas efetuadas, possibilitadas por intercâmbios cooperativos estabelecidos entre militantes de diferentes nacionalidades, tais estudos pressupõem que existem diferenças estruturais de acesso a recursos, a ligações políticas que muitas vezes são imperceptíveis para os atores, mas que interferem nas mobilizações.¹⁷ Assim, tal perspectiva pode ajudar a trazer modelos explicativos para as diferentes formas que as mobilizações de brasileiros tomaram em diferentes países. Para tanto, segundo Grojean, que se propôs a compreender as mobilizações dos curdos na Europa,

¹⁶ “[...] un espace politique spécifique en raison de son fonctionnement en dehors du territoire qui lui sert pourtant de référence. Nous proposons d’appeler “exopolitie” cet espace politique. L’exopolitique n’existe que comme espace d’opposition et de lutte contre le régime en place dans le pays d’origine. Elle se caractérise par l’absence de réglementation” DUFOIX, Stéphane. *Politiques d’exil*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p. 28.

¹⁷ GROJEAN, Olivier. *La cause kurde, de la Turquie vers l’Europe* : contribution à une sociologie de la transnationalisation des mobilisations. Thèse de doctorat en Sociologie Politique sous la direction d’Hamit Bozarslam, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2008, p. 29-30.

é necessário que o pesquisador não economize na análise dos contextos nos quais os exilados desenvolvem as suas atividades políticas.¹⁸

Visando caracterizar os ambientes externos nos quais os exilados se inseriram, para posteriormente avaliar a influência destes nas suas ações políticas, a presente tese de doutoramento procurou centralizar a pesquisa empírica em dois países distintos que representaram focos para os exilados brasileiros: o Chile e França. Nesses dois países, onde os brasileiros se concentraram em diferentes momentos, verifica-se uma evidente transformação das “bandeiras”, organizações e formas de mobilizações políticas de uma mesma geração de exilados. Assim, com o objetivo de analisar de maneira aprofundada as variáveis externas que agiram sobre as ações políticas desse grupo, este estudo recorreu à metodologia comparada para analisar os países de acolhida em estudo no segundo capítulo.

A análise comparada é um dos métodos de pesquisa mais utilizados pelos cientistas políticos, sendo que para alguns autores ela é responsável pela constituição da ciência política.¹⁹ A partir da análise comparada, torna-se possível descrever de maneira mais detalhada as entidades em estudo e, ao mesmo tempo, identificar regularidades. Dessa forma, as comparações fornecem dados para a formulação de “leis de tendências”, ou, em outras palavras, de uma teoria explicativa.²⁰ Sendo assim, ao selecionar o Chile e a França para uma análise comparativa, objetivamos verificar as similitudes e as diferenças entre eles para poder compreender porque os exilados apresentaram diferentes formas de mobilização política nos dois países.

Três principais variáveis independentes foram levadas em consideração na análise, a saber: o contexto político, social e econômico dos países de acolhida; a estrutura de recepção propiciada pelo país aos brasileiros; e, por fim, a presença da repressão brasileira nesses países. Para tanto, além das fontes secundárias – livros, relatos e produções acadêmicas sobre os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais dos dois países em estudo – utilizamos as fontes primárias disponíveis para pesquisa. Entre elas, destacamos os jornais locais e a documentação disponível para pesquisa nos arquivos dos Ministérios das Relações Exteriores do Chile e do Brasil e no arquivo da Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), na França. A análise dessas fontes nos permitiu verificar o impacto

¹⁸ GROJEAN, 2008, p. 30 - 31.

¹⁹ BADIE, Bertrand e HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 15.

²⁰ SARTORI, Giovanni. Bien comparer, mal comparer. *Revue Internationale de Politique Comparée*. Bruxelles, v. 1, n. 1, p. 19-36, 1994a, p. 06.

do contexto sobre os brasileiros e, ao mesmo tempo, permitiu-nos identificar o posicionamento da população local com relação à ditadura brasileira e aos brasileiros exilados no país.

Neste momento, convém destacar as dificuldades em ter acesso às fontes oficiais que poderiam elucidar melhor o quadro que os brasileiros exilados encontram nos países em estudo. Na França, o arquivo do Ministério do Interior que poderia apresentar importantes informações para compreender a relação da polícia francesa com os refugiados latino-americanos, encontrava-se fechado para consulta externa durante o período da pesquisa, assim como o arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Ministère des Affaires Étrangères (MAE). A pesquisa primária no Chile se mostrou ainda mais problemática. Em primeiro lugar, as fontes que poderiam elucidar o período foram quase totalmente destruídas pelos militares chilenos, tais como as publicações dos grupos e partidos de esquerda do país. Em segundo lugar, verificou-se que, devido à divisão política ainda presente na sociedade chilena com relação ao período, o pesquisador que se propõe a investigar o tema no país encontra certa resistência para obter apoio para o seu trabalho.

Para a análise das ações de oposição efetivadas pelos brasileiros, recorreremos a outras fontes e a outra perspectiva. Diante disso, consideramos importante apresentar os critérios preliminares de demarcação da pesquisa empírica. Em primeiro lugar, a investigação se centrou nos agentes políticos que partiram para o exílio após 1968, isto é, a segunda geração de exilados, de acordo com a delimitação proposta pela historiadora Denise Rollemberg. Apesar das diferenças que levaram à fragmentação da esquerda em inúmeros grupos, a geração de 1968 partilhava uma série de características, tais como a defesa do projeto socialista, a vinculação com o movimento estudantil e a concentração em dois países muito distintos: o Chile até o golpe que depôs Salvador Allende em 1973, e a França, a partir de então. Esses e outros pontos em comum nos permitiram realizar a análise de uma trajetória coletiva.

Tal análise foi realizada a partir da reconstituição de percursos individuais, através de relatos orais e da análise das obras de memórias produzidas pelos ex-exilados. Os relatos orais foram analisados de acordo com a metodologia da História Oral, cujo uso se expandiu principalmente a partir da década de 1990. Os seus procedimentos metodológicos partem do pressuposto de que é necessário conferir às fontes orais o mesmo tratamento crítico que deve ser conferido às fontes escritas. Isto é, o pesquisador deve considerar os relatos orais como

práticas discursivas que estão sujeitas às particularidades da memória, que é seletiva, parcial e tem interesses próprios.²¹ Nesse sentido, além de realizar o cruzamento com as demais fontes, o pesquisador deve levar em consideração todos os elementos do relato, desde as repetições aos silêncios, considerando as construções de memória que o entrevistado pode fazer com o intuito de preservar mitos coletivos ou individuais.²²

Para as entrevistas, privilegiamos os ex-exilados que haviam vivido o exílio nos países em estudo, sobretudo aqueles que haviam feito a trajetória em análise – Brasil, Chile e França –, após 1968. Porém, com o intuito de verificar as características inerentes ao exílio brasileiro independentemente de sua localização, também entrevistamos personagens que viveram o exílio em outros países, tais como José Dirceu, que se exilou em Cuba. Além disso, também destacamos as entrevistas com personagens que ofereceram solidariedade aos exilados, tais como a canadense Florrie Snow no Chile, e Alain Touraine na França. Convém destacar que parte dessas entrevistas foi realizada durante o mestrado e aproveitada para a presente tese de doutorado.

As produções memorialísticas dos exilados foram analisadas pela mesma perspectiva, haja vista que elas fazem parte das “batalhas da memória” acerca do passado recente do nosso país, que visam determinar quem foram os “vilões” e os “heróis” brasileiros durante a ditadura militar.²³ Trata-se de um elevado número de produções de memórias e autobiografias, que fazem parte do “surto memorialístico” ocorrido no Brasil após o início do processo de abertura política.²⁴ Em uma infinidade de obras, tais como livros, dossiês, entrevistas, confissões, biografias e autobiografias, romances políticos, entre outros, ex-militantes ou militares buscam defender ou acusar determinadas posições políticas.

As transformações nas suas posições políticas também foram observadas a partir da análise dos periódicos, panfletos e demais documentos produzidos pelos brasileiros durante o exílio com o objetivo de dar continuidade ao combate contra a ditadura além das fronteiras

²¹ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória: fontes orais e relato histórico. In: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais - Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, EDUFMT, 2006, p. 45-56.

²² VOLDMAN, Daniele. *Definições e usos*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. (org.) 6ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, p. 37-38.

²³ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo de Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 40

²⁴ CARDOSO, Lucileide C. Construindo a memória do regime de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27, 1994, p. 179

nacionais. Presentes em todos os países que acolheram os exilados, durante todo o exílio brasileiro, tais produções apresentam importantes informações sobre as ideias e as formas de ação política dos exilados. Entre os periódicos analisados, destacamos aqueles que foram editados por militantes vinculados às organizações clandestinas nos dois países de acolhida em estudo, visando reconstruir a trajetória da geração de 1968. Entre eles, podemos citar: *Campanha*, organizado por militantes Trotskistas; *Debate*, editado na França por dissidentes da VPR; *Temas y Debates*, uma edição chilena de *Debate*; *Resistência*, organizado por militantes de organizações armadas, tais como o Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), entre outros. Publicações produzidas por exilados que buscavam ser mais independentes das organizações também foram analisadas. Entre elas, selecionamos a publicação do *Front Brasileiro de Informações*, com sede na Argélia, mas editada em vários países, dentre os quais, o Chile e a França.²⁵

Além dos periódicos e informativos diversos produzidos pelos exilados, a presente tese também procurou analisar as publicações produzidas pelos diversos comitês e campanhas de solidariedade aos brasileiros nos países em estudo, sobretudo na França, onde eles se concentraram. Assim, analisamos as publicações do Comitê *Brasil pela Anistia*, do Comitê *France-Brésil*, bem como os relatórios produzidos pela Anistia Internacional e alguns documentos do Comité Inter-Mouvement Auprès des Évacués (CIMADE) que foram disponibilizados para pesquisa, entre outros. Estes e outros documentos analisados estão disponíveis para pesquisa na BDIC, arquivo vinculado à Universidade de Paris-X, em Nanterre, França, onde foram coletados, selecionados e analisados, durante meu estágio doutoral junto ao Institut d'Etudes Politiques de Paris (2009-2010).

Embora a documentação seja rica em informações, ela não fornece dados suficientes para quantificar o número de exilados. Logo, privilegiamos a análise qualitativa em detrimento da quantitativa. Assim, é fundamental destacar a dificuldade encontrada pelo pesquisador que analisa o exílio em quantificar o seu objeto de estudo. A diversidade de trajetórias, a multiplicidade de trajetos, a possibilidade de viver no exílio sem regularizar a situação de acordo com a legislação internacional, e a inexistência de fontes exatas, impedem que o pesquisador quantifique o número de brasileiros que partiram do país em virtude da violência instalada pelo regime militar. As fontes existentes, tais como as fichas do DOPS e os levantamentos feitos pelos próprios exilados, revelam um número não significativo de

²⁵ Os periódicos editados pelos brasileiros serão apresentados e analisados nos capítulos 4 e 5.

exilados e, não raro, inexato. No caso da França, por exemplo, as fontes encontradas apresentam números que variam entre 1.000 e 10.000 exilados brasileiros. Sendo assim, ao selecionar o Chile e a França, não nos baseamos em dados quantitativos, mas sim no consenso presente nos diversos estudos e relatos sobre exílio quanto às “capitais do exílio brasileiro”.

Também optamos por não abordar uma determinada organização ou grupo opositor para verificar a trajetória coletiva, as quebras, rupturas e alianças que foram feitas durante o exílio. Inicialmente, acreditamos que essa abordagem poderia contribuir para caracterizar os militantes no período anterior à partida para o exílio, haja vista que a presente pesquisa se propõe a verificar a influência do exílio na trajetória da geração de 1968. Contudo, a pesquisa empírica demonstrou que, no exterior, tal como ocorria no Brasil, as divisões e o caráter efêmero das vinculações com as organizações se mantiveram presentes, e inclusive se fortaleceram. Dessa forma, a abordagem se mostrou pouco útil para a análise dos militantes ao longo das suas fases do exílio, levando em consideração que foram constantes as trocas de organizações, e, durante a segunda fase do exílio, a extinção destas.

Com efeito, a partir das demarcações metodológicas e do *corpus documental* selecionado aqui apresentado, traçamos uma trajetória coletiva, que apresentamos em dois capítulos. Assim, no terceiro capítulo abordamos as ações coletivas desenvolvidas pelos brasileiros no Chile, procurando analisar a vinculação do projeto socialista ao continente latino-americano. Para tanto, se fez necessário analisar a relação que os brasileiros mantiveram com as organizações clandestinas no Brasil e com os partidos políticos chilenos até o golpe militar de 1973, quando o combate à ditadura militar brasileira foi transnacionalizado.

Por fim, no último capítulo, abordamos as ações políticas desenvolvidas pelos brasileiros na França, onde identificamos três fases. Tal como as pesquisas que procuraram abordar os exilados brasileiros na Europa, verificamos que a colônia brasileira em Paris evoluiu da concentração dos brasileiros em ações de oposição ao regime em uma primeira fase (1969-1972) para a adesão de novos temas e formas de combate na última fase (1975-1979). Porém, identificamos ainda uma fase intermediária, ou de transição, na qual os exilados avaliavam a “ascensão e queda” da experiência chilena (1973 – 1975).²⁶ Procurando relacionar as características das mobilizações políticas dos brasileiros que marcam essas fases,

²⁶ Ver: ROLLEMBERG, 1999; CHIRIO, 2004.

buscamos compreender a influência dos contextos e das redes de solidariedades que se formaram na França na atuação política dos exilados brasileiros.

Dessa forma, a tese de doutoramento aqui apresentada visou elaborar um estudo sobre o engajamento político dos brasileiros expulsos do país pelo regime militar. Ao focar as ações de militância desenvolvidas pelos exilados brasileiros no Chile e na França, a presente pesquisa, além de contribuir para a análise da influência do exílio nas identidades políticas dos militantes brasileiros de esquerda, espera oferecer variáveis explicativas que contribuam para compreender o exílio enquanto uma importante peça do jogo político transnacional.

2 – ESTADO, MIGRAÇÕES E POLÍTICA NO ESPAÇO TRANSNACIONAL

As migrações sempre fizeram parte da história da humanidade e ajudaram a compor a maioria das sociedades contemporâneas que atualmente convivem em um mundo dividido em Estados independentes e soberanos em um determinado território. Elas interferem não apenas no mercado de trabalho, mas também promovem miscigenação cultural e social.²⁷ Porém, os fluxos migratórios, que tiveram imensurável importância na formação das sociedades atuais, passaram a ser vistos como uma ameaça à atual ordem internacional.

No século XX, tal sentimento de ameaça se intensificou devido ao enorme fluxo de refugiados em virtude dos conflitos armados internacionais e de migrantes econômicos, principalmente oriundos de ex-colônias, que passaram a fazer o caminho inverso dos colonizadores, na busca por melhores oportunidades de trabalho. Mas, na segunda metade do século XX, o fenômeno passou a ser também resultado de uma exclusão política em massa. Milhares de perseguidos políticos foram forçados a deixar o continente latino-americano pela violência instaurada por regimes militares ditatoriais instalados na maioria dos países do continente.

A ocorrência desse fenômeno animou debates acerca dos princípios que nortearam as relações internacionais, principalmente o conceito de soberania dos Estados-nacionais. Passou-se a questionar o fato destes últimos serem considerados até então, pela literatura especializada, como os atores quase exclusivos da política internacional. Assim, alguns estudiosos da temática debatem acerca do fim da soberania estatal em favor do surgimento de uma *sociedade mundial*.²⁸ Esse debate deu origem a novas propostas teóricas para compreender a nova ordem internacional que emerge juntamente com os novos temas relacionados aos direitos humanos, as migrações internacionais e a crescente atuação de atores não estatais. Para muitos estudiosos, uma das principais características dessa nova ordem é a sua dimensão transnacional, que influi diretamente na vida dos migrantes.

Assim, percebemos que os brasileiros que deixaram o país durante o regime militar foram, em realidade, apenas uma pequena parte desse grande fenômeno que vem redefinindo

²⁷ BADIE, Bertrand; BRAUMAN, Emmanuel; DEVIN, Guillaume; WENDEN, Catherine Withol de Wenden. *Pour un autre regard sur les migrations : construire une gouvernance mondiale*. Paris: La Découverte, 2008, p. 19.

²⁸ ARON, Raymond. *Os últimos anos do século*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 27.

as relações internacionais. Compreendemos que a complexidade das ações de militância nas quais os mesmos se engajaram durante o exílio no Chile e na França, bem como a multiplicidade de identidades que surgem com o exílio, apontam a emergência dessa nova ordem internacional, cuja compreensão tem sido muito beneficiada pelas novas propostas teóricas, tais como a do transnacionalismo.

Diante disso, o presente capítulo se propõe a compreender esse complexo quadro empírico e teórico. Para tanto, apresenta-se um breve panorama dos principais fluxos migratórios forçados que ocorreram durante o século XX, destacando as correntes migratórias que surgiram na Europa em virtude das duas Guerras Mundiais, e, principalmente, a diáspora latino-americana causada pelos golpes militares. Partimos do pressuposto de que esse exílio massivo foi um mecanismo de exclusão política²⁹ imposto pelos militares a militantes das mais diversas classes e origens sociais que haviam se posicionado de forma contrária à ditadura. Posteriormente, será brevemente apresentada as maneiras utilizadas pelo governo brasileiro para “institucionalizar” esse dispositivo de exclusão política e as características dos grupos atingidos. Em seguida, será discutida a crise da soberania do Estado-Nação e o papel atribuído aos migrantes neste debate. Por fim, procuraremos compreender a nova proposta teórica apresentada pelo transnacionalismo para a compreensão de ações coletivas que não são vinculadas a apenas uma nacionalidade ou território nacional.

2.1 Um novo problema global ou um mecanismo de exclusão em massa? As migrações internacionais forçadas no século XX

O século XX foi um século marcado pelas guerras e pelas catástrofes com proporções jamais vistas até então. Duas guerras mundiais, revoluções, violentos processos de descolonização e inúmeros conflitos armados causaram um número incalculável de vítimas ao longo de suas décadas.³⁰ Como reflexo desse quadro, os migrantes forçados se transformaram em um dos grandes fenômenos que marcaram o século XX e um novo problema global em busca de uma solução.

²⁹ RONINGER, 2010, p. 91.

³⁰ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 16.

Entre os anos 1914 e 1922, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa foram responsáveis pela migração forçada de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Diferentes nacionalidades e/ou etnias compuseram esse primeiro grande fluxo migratório forçado: armênios, gregos, turcos, búlgaros e russos estavam entre os mais numerosos.³¹ Com o intento de encontrar soluções para o problema, foi criada a condição de *refugiado* em 1921, portanto, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, por meio das atividades da Liga das Nações.³² A Liga foi criada em 1920, visando ser uma organização que contribuísse para que as relações internacionais fossem fundadas em princípios justos.³³

Embora os documentos que criaram a Liga das Nações não especificassem diretamente alguma obrigação desta com a questão dos refugiados, houve certa pressão para que esta organização buscasse soluções para esse problema.³⁴ A partir desse primeiro momento, foram criados diversos organismos para assegurar a proteção aos refugiados. Contudo, durante muito tempo, a proteção oferecida por estes organismos se limitava a uma nacionalidade ou etnia específica. Assim foi criado o *Alto Comissariado para os Refugiados Russos* e, em 1936, o *Alto Comissariado para os Refugiados Judeus provenientes da Alemanha*.³⁵

Mas o grande contingente de migrantes forçados causado pela Primeira Guerra Mundial foi apenas o primeiro do século XX. Se esse conflito inaugurou “a era do massacre”, a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre os anos de 1939 e 1945, foi a responsável pela banalização do genocídio e da expulsão em massa. Com efeito, as estimativas apontavam em 1945 que a Segunda Guerra Mundial havia forçado o deslocamento de 40,5 milhões de pessoas, apenas na Europa.³⁶

Foi criado, em consequência da gravidade desse conflito, o *Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados* (ACNUR), em 1950, evidenciando assim a preocupação internacional com o desterro massivo. Desde a sua criação, o ACNUR, que atua no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), tem o seu mandato renovado a cada cinco anos para

³¹ HOBBSAWM, 1995, p. 57-58.

³² ANDRADE, José Henrique Fischel de. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nádia de e ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 119.

³³ Idem, p. 120.

³⁴ Idem, p. 120.

³⁵ JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007, p. 75-76.

³⁶ HOBBSAWM, 1995, p. 58.

permanecer responsável pelos refugiados.³⁷ Após a criação do ACNUR os principais instrumentos internacionais jurídicos para delimitar o estatuto do refúgio foram criados. Entre eles, merecem destaque a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 51) e o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados (Protocolo de 67).³⁸

Mas a catástrofe causada por esse conflito de forma alguma se limitou ao espaço geográfico europeu. Ao reconfigurar o mapa mundial, a Segunda Guerra trouxe como consequência uma série de conflitos que, por sua vez, causaram outras milhares de vítimas e deslocados. Foi o caso da Guerra da Coreia (1950-1953), que causou a migração de 5 milhões de pessoas, e a criação do Estado de Israel em 1948, que levou ao deslocamento de milhares de judeus e palestinos.³⁹

Outras importantes transformações que o mundo viveu após 1945 também causaram grandes fluxos de migrantes forçados. Entre elas, podemos destacar os processos de descolonização, tais como a independência da Índia em 1947, que levou ao deslocamento de 15 milhões de pessoas.⁴⁰ Por sua vez, os processos de descolonização na África geraram milhares de refugiados, provenientes principalmente de países como Angola e Moçambique, onde os processos de descolonização foram mais violentos.⁴¹

Na América Latina, por sua vez, as migrações forçadas – especialmente por motivos políticos –, sempre fizeram parte da história dos países de região, desde o período das guerras de independência.⁴² Vimos que o exílio tem a mesma função de isolamento desempenhada pelo hospício e pela prisão. Contudo, ele é utilizado tão frequentemente na América Latina devido à instabilidade das suas instituições políticas, que, segundo os pesquisadores que estudam a temática, os países da região estabeleceram procedimentos legais específicos de proteção ao perseguido político.⁴³ Conforme já vimos anteriormente, uma série de documentos foram elaborados e firmados entre os países da região, fazendo uma distinção

³⁷ HOBBSAWM, 1995, p. 78-80.

³⁸ CASELLA, Paulo Borba. Refugiados: conceito e extensão. In: ARAÚJO e ALMEIDA, 2001, p. 19.

³⁹ HOBBSAWM, op. cit., p. 58.

⁴⁰ Idem, p. 58.

⁴¹ Sobre a descolonização da África, ver: SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: A Dimensão Atlântica da Política Externa do Brasil (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Ed. UnB, 1996.

⁴² OÑATE, Rody; WRIGHT, Thomas; ESPINOZA, Carolina; SOTO, Andrea; GALLEGUILLOS, Ximena. *Nosotros los chilenos: Exílio y retorno*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 04.

⁴³ JUBILUT, 2007, p. 39.

entre asilo e refúgio e afirmando o asilo como um instrumento jurídico de defesa da pessoa humana.⁴⁴

Muito embora o deslocamento forçado por motivos políticos sempre estivesse presente na história dos países da região, jamais havia se observado um êxodo a partir desses países como aquele que ocorreu após a onda de instalação de governos militares na segunda metade do século XX. Segundo Luiz Roninger, nos séculos anteriores, o exílio era um mecanismo de exclusão seletiva, isto é, destinava-se apenas aos agentes políticos cuja prisão ou sepultamento trouxessem altos custos à força política vigente. Era reservado, portanto, às classes dominantes, enquanto que às classes populares era reservado o assassinato.⁴⁵

No entanto, a violência e o autoritarismo instalados pelas ditaduras militares expulsaram milhares de pessoas, oriundas das mais diversas classes sociais. Assim, além dos políticos e intelectuais, estudantes, operários e sindicalistas ajudaram a compor a imensa massa de perseguidos políticos que passou a deixar o continente. Para Roninger, essa transformação do caráter do exílio na América Latina é resultado das profundas desigualdades econômicas e sociais que foram acentuadas nos países da região com o processo de modernização vivido durante o século XX. Os países latino-americanos possuem inúmeras diferenças, mas compartilham o fato de terem passado por processos de colonização, crescimento populacional, modernização, intensa mobilidade populacional interna, e crescimento urbano, durante os últimos séculos. Estes processos trouxeram como consequência uma série de problemas compartilhados por esses países, dentre os quais podemos destacar as economias dependentes do capital externo e a pressão de suas populações por participação política e transformação social.⁴⁶

Essas pressões políticas aumentaram na segunda metade do século XX, dentro do contexto de Guerra Fria e radicalização dos movimentos políticos. Como resposta, os governos latino-americanos investiram em violentos métodos de repressão internos e institucionalizaram o exílio como mecanismo de exclusão política em massa. Durante as ditaduras militares, o seu uso foi massificado e legitimado pelos discursos dos governos

⁴⁴ Uma tentativa de compreender a legislação internacional sobre asilo e refúgio em perspectiva comparada será apresentada no terceiro capítulo da presente tese.

⁴⁵ RONINGER, 2010, p. 91.

⁴⁶ Idem, p. 91-92.

militares, fazendo com que o exílio ganhasse um papel central na vida política dos países latino-americanos.⁴⁷

Primeiramente, o fluxo de migrantes forçados por essas ditaduras procurou acolhida dentro do seu próprio continente. Assim, países como Uruguai, Argentina, México e posteriormente o Chile representaram polos de concentração de perseguidos políticos, em diferentes momentos. Embora esses países representassem focos de concentração de perseguidos políticos, esses não foram os únicos a os acolherem, pois havia perseguidos políticos asilados em diversos outros países da América Latina.

Diversas pesquisas apontam que a proximidade física e cultural está entre as principais motivações para que os milhares de perseguidos políticos latino-americanos se mantivessem dentro do continente, mas não são as únicas. Conforme já referido, o exílio é uma experiência muito particular, e as motivações para escolha do país de refúgio ou asilo podem variar muito de acordo com cada nacionalidade, cada perseguido político e cada momento histórico. Nesse sentido, é importante levar em consideração que as partidas de militantes políticos aconteceram em diferentes momentos, de acordo com o processo histórico e a evolução do autoritarismo em seus países de origem.

O Paraguai foi um dos primeiros países a ter os governos derrubados por golpes militares durante o século XX na América do Sul. Desde 1940 esse país vivia sob o jugo dos militares através do comando do General Higinio Morínigo, cujo governo durou entre 1940 e 1947. Em 1947, teve início um período marcado por grande instabilidade política, que culminou no golpe de Estado realizado no dia 4 de maio de 1954. Sob o comando do general Alfredo Stroessner Matiauda, o golpe derrubou o governo do presidente Frederico Chaves – o último de uma sequência de sete presidentes no período – e instalou uma das ditaduras mais longas da região no século XX.⁴⁸

O regime comandado por Stroessner se esforçava em manter uma aparência democrática através da realização de eleições forçadas, mas, em realidade, seu governo utilizou a violência de maneira indiscriminada para se manter no poder.⁴⁹ Assim, a população paraguaia sofreu um verdadeiro “genocídio, com prisões massivas em campos de

⁴⁷ RONINGER, 2010, p. 96.

⁴⁸ MARTINI, Carlos. Paraguai - O Fim da era Stroessner: militares, partidos e a rota para a democracia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 160.

⁴⁹ MARTINI, 2000, p. 160.

concentração, torturas, mortes e desaparecimentos de cadáveres”.⁵⁰ Toda essa violência, além das péssimas condições de vida no país, causou uma verdadeira diáspora paraguaia. Segundo o Comitê Católico Mundial de Migrações, cerca de um milhão de paraguaios buscaram acolhida em outros países, principalmente na Argentina, no Brasil e no Uruguai.⁵¹

No Uruguai, a onda de autoritarismo começou a produzir migrantes forçados antes mesmo de ter passado por um golpe de Estado. Em 1967, muitos uruguaios foram forçados a deixar o país, devido à chegada ao poder de Pacheco Areco, que declarou “guerra aos comunistas” através da efetivação das chamadas *medidas de seguridad*. Dessa forma, segundo Selva López Chirico, em 1968 o Estado Uruguaio já havia se transformado em uma “Ditadura Constitucional”.⁵² Além dos uruguaios, centenas de militantes políticos que se encontravam asilados no país também tiveram que procurar acolhida em outros países. Entre eles, se destacam os brasileiros da primeira geração de exilados do regime militar, que transformaram o Uruguai no principal polo de concentração desse grupo. Estes haviam sido atraídos pela tradição uruguaia de defesa de asilo político e pelas liberdades democráticas que diferenciavam esse país do restante do continente.⁵³

A repressão desencadeada pelo governo de Pacheco Areco transformou esse quadro político, atingindo a sua população em todos os níveis sociais. Contudo, a repressão atingiu de maneira particular os militantes políticos, especialmente aqueles que atuavam junto a grupos armados como o Movimento de Libertação Nacional (MLN), mais conhecidos como Tupamaros.⁵⁴ De qualquer forma, é importante destacar que o número de uruguaios que se viram forçados a deixar o seu país se multiplicou a partir de 27 de junho de 1973, quando os militares, até então totalmente afastados do poder no Uruguai, instauraram a ditadura. O número de uruguaios a deixar o país chegou a mais de 300 mil, uma parcela considerável da pequena população uruguaia que, em 1975, contava com 2.788.429 moradores.⁵⁵

⁵⁰ MARIANO, Nilson. *As garras do Condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 219.

⁵¹ Idem, p. 22.

⁵² LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Estado y Fuerzas armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental S.R.L, 1985, p. 145-147.

⁵³ FIALHO, A. Veiga. *Uruguai: um campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 26.

⁵⁴ Tupac-Amaru, um descendente inca que se empenhou no combate aos espanhóis, representou a principal inspiração para o grupo, que iniciou as suas atividades em 1962. Sobre os Tupamaros, ver: LESSA, Alfonso. *La revolución imposible: Los Tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Fin de Siglo, 2000; ou ainda: TUPAMAROS. *Actas Tupamaras: una experiencia de guerrilla urbana*. Argentina: Editorial Cucaña, 2003.

⁵⁵ MARIANO, 2003, p. 102 e 204.

Na Argentina, a saída forçada em massa de militantes políticos teve início em 28 de junho de 1966 com a “Revolução Argentina”, que, sob a liderança do general Onganía, derrubou o governo de Arturo Illia.⁵⁶ Nesse momento, uma geração composta majoritariamente por intelectuais deixou o país em busca de refúgio. Um grupo mais heterogêneo compôs a segunda geração de exilados argentinos, que passou a deixar o país devido à repressão implantada na Argentina já durante o governo da viúva de Perón, Maria Estela Martínez, portanto, antes mesmo do golpe de 24 de março de 1976.⁵⁷ Segundo Susana Sosenski, estudos realizados após o término da ditadura indicam que as ditaduras argentinas das décadas de 1960 e 1970 produziram entre 140 mil e 300 mil migrantes forçados.⁵⁸ O Chile, o México e posteriormente os países europeus foram os países que concentraram o maior número de perseguidos políticos pela ditadura argentina.

Até 1973 o Chile foi um importante local de acolhida dos perseguidos políticos latino-americanos. Isso se intensificou com a chegada de Salvador Allende ao poder pela via democrática, em 1971, tornando Santiago a verdadeira capital do exílio latino-americano. Allende era membro do partido União Popular (UP) e conseguiu reunir a esquerda chilena em torno do seu programa de governo. Visando implantar o socialismo através das vias democráticas, o seu governo foi visto por grande parte da esquerda latino-americana como uma realização do projeto socialista.⁵⁹ Isso atraiu militantes políticos de diversas nacionalidades que fugiam da violência instalada pelos militares, especialmente brasileiros, paraguaios e bolivianos.

No entanto, o golpe de 11 de setembro de 1973 mudou drasticamente o quadro político chileno. A ação dos militares instalou um verdadeiro caos: o Palácio de La Moneda foi bombardeado, tanques tomaram as ruas, estádios foram transformados em prisões e centros de tortura gigantescos, centenas de pessoas foram mortas. Esse ambiente de guerra civil causou uma corrida às embaixadas em Santiago do Chile, que ficaram lotadas com solicitantes de refúgio.

⁵⁶ COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁵⁷ QUADRAT, Samantha Viz. *Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros*. Trabalho apresentado na IV Jornadas de Historia Reciente – Universidad Nacional de Rosario – Argentina – Maio de 2008, p. 01-02.

⁵⁸ SOSENSKI, Susana. Guardianes de la memoria. *Economía, Sociedad y Territorio*. v. V, n. 18, 2005, p. 382.

⁵⁹ O governo de Salvador Allende e o golpe de Estado no Chile será debatido de maneira mais aprofundada no capítulo 3 da presente tese de doutorado.

A violência do golpe chamou a atenção internacional, que se mobilizou para acolher aqueles que faziam parte do êxodo chileno. As estimativas apontam que este êxodo foi composto por cerca de 200 mil chilenos,⁶⁰ e um número em torno de 13 mil e 15 mil asilados que se encontravam no Chile no momento do golpe.⁶¹ Neste momento, é importante destacar que nem todos os asilados conseguiram escapar do Chile com vida: cerca de 91 estrangeiros foram mortos pela violência da ditadura chilena após o golpe, segundo os dados levantados pela Justiça Espanhola.⁶²

O fato é que, após o golpe chileno, a Europa passou a ser o principal destino dos perseguidos políticos latino-americanos, inclusive os brasileiros. Após 1973, não havia mais lugar seguro para os perseguidos políticos de qualquer nacionalidade na América do Sul. Os governos desses países também foram sendo derrubados sucessivamente por golpes militares ao longo das décadas de 1960 e 1970. Para muitos estudiosos, essa queda sucessiva das democracias na América do Sul contou com o empurrão inicial dos Estados Unidos e até mesmo do Brasil,⁶³ principalmente nos países do Cone Sul onde os brasileiros se concentravam, isto é, Uruguai, Chile e Argentina. Diante disso, esses países não apenas deixaram de ser um refúgio seguro para perseguidos políticos de outras nacionalidades, mas, inclusive, passaram a forçar milhares de seus próprios habitantes a buscar refúgio em outros países.

Além desses países, outros processos políticos violentos continuaram a gerar novos fluxos de migrantes forçados após 1973 no continente. A Bolívia, por exemplo, um país marcado pela instabilidade do seu sistema político, passou por diferentes governos ditatoriais ao longo do século XX, gerando diversos fluxos de migrantes forçados, principalmente durante o governo do general Banzer (1971-1978), inclusive durante a década de 1980.⁶⁴ O Peru também gerou fluxos de migrantes forçados durante a década de 1980 e durante a década de 1990, em virtude da repressão desencadeada pela ditadura de Alberto Fujimori. O número de migrantes forçados colombianos também aumentou a partir da década de 1990.⁶⁵ Na América

⁶⁰ OÑATE (Et. al), 2005, p. 5.

⁶¹ ROLLEMBERG, 1999, p. 167.

⁶² MARIANO, 2003, p. 188.

⁶³ Sobre a participação do Brasil e dos Estados Unidos nos golpes dos países latino-americanos, ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 28, setembro de 2003, Mensal, ISSN 1519.6186. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.html>. Acesso em 20 de julho de 2006.

⁶⁴ QUINTANA, Juan Ramón. Bolívia: cultura estratégica, democracia e Forças Armadas. In: D'ARAÚJO; CASTRO, 2000, p. 57.

⁶⁵ OÑATE (Et. al.), 2005, p. 5.

Central países como a Nicarágua, Guatemala e El Salvador também passaram por governos autoritários durante a década de 1970 e 1980, forçando cerca de dois milhões de pessoas a deixarem o seu país de origem.⁶⁶

A breve revisão de parte dos fluxos de migrantes forçados da América Latina nos permite perceber que, na realidade, o continente viveu uma verdadeira diáspora⁶⁷ na segunda metade do século XX, causada pela emergência de ditaduras militares no contexto de guerra fria. Além do contexto de partida, outras características sociopolíticas são compartilhadas pelos exilados latino-americanos, tais como a ideologia e a organizações política de muitos grupos opositores dos quais se originavam os exilados, o que fez com que eles tenham sido vistos como um “todo” e acolhidos dessa forma nos países europeus.⁶⁸ Existem também obras acadêmicas que realizam análises da “comunidade latino-americana” exilada, muitas vezes em perspectiva comparada.⁶⁹

Entretanto, convém destacar que muitas vezes os exilados brasileiros não foram incluídos nessas análises como componentes desse conjunto. Isso se dá devido às características particulares dos brasileiros, dentre as quais podemos destacar o idioma, o caráter itinerário do exílio brasileiro e da imagem “branda” erroneamente atribuída à ditadura brasileira, devido ao número de vítimas inferior ao número apresentado pelas outras ditaduras da região no período em estudo.⁷⁰ Contudo, a implantação de um extenso aparato repressivo, inclusive em conjunto com os países vizinhos a partir de 1973, principalmente, demonstra que o exílio brasileiro não pode ser analisado isoladamente. Diante disso, faz-se necessário compreender de que forma o exílio foi estabelecido enquanto uma forma de exclusão política no Brasil.

⁶⁶ MOREIRA, Julia Albertino. A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 4, v. 2, 2005, p. 62.

⁶⁷ O termo “Diáspora” tem origem na Grécia Antiga e faz referência aos grandes grupos dispersos de maneira forçada da sua moradia de origem. Cf.: CASTLES, Stephen e MILLER, Mark. J. *The age of migrations: international population movements in the modern world*. Fourth Edition. Palgrave, 2009, p. 31.

⁶⁸ CHIRIO, 2004, p. 10-11.

⁶⁹ Entre as obras que realizam uma análise comparada, podemos citar: SILVA, Helenice. “Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França durante as ditaduras militares: uma história cruzada”. *Nuevo mundo, mundos nuevos*. Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5791.html>>. Acesso em 21 de agosto de 2010.

⁷⁰ Segundos as estimativas atuais, a ditadura brasileira causou cerca de 358 mortes, enquanto na Argentina, por exemplo, as estimativas ultrapassam 30 mil. O número de exilados brasileiros também é menor em relação aos outros países. Não houve uma contagem oficial, mas estima-se que entre 5 mil e 10 mil brasileiros se viram forçados a deixar o país, contra 200 mil chilenos, por exemplo. Entretanto, gostaríamos de destacar que não compartilhamos dessa análise, por entender que a violência de um regime político não se mede em números de vítimas. Mais dados sobre o número de vítimas da ditadura brasileira em: ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, ou, DOSSIÊ *dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

2.2 *A utilização do exílio como mecanismo de exclusão política no Brasil*

A montagem dos aparatos repressivos que forçaram a saída de milhares de militantes políticos no continente se baseava na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), criada nos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria. O Brasil teve importante papel na difusão da doutrina, adaptada pela Escola Superior de Guerra (ESG). Segundo Carlos Fico, a doutrina que serviu de base para a criação da legislação militar do regime de exceção destacava a importância de situar o Brasil em uma posição claramente anticomunista. Segundo essa doutrina política, com a Guerra Fria, a população brasileira se encontraria “vulnerável” diante da “ameaça vermelha”, o que justificava a necessidade de entrar em “guerra interna” contra o comunismo e todo tipo de repressão.⁷¹

A repressão justificada pela noção de guerra interna estabeleceu assim diversas formas de exclusão política, dentre as quais podemos citar o assassinato, o desaparecimento de militantes e a prisão. O exílio foi uma das formas de exclusão política instituídas pelo regime militar, que forçou centenas de militantes a deixar o país, ao colocar a vida destes em risco no território nacional. Outros foram forçados de maneira mais direta pelo Estado autoritário, que banuiu do território nacional os militantes cuja libertação havia sido exigida pelas organizações de esquerda em troca da liberdade das autoridades estrangeiras sequestradas. O *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o” refletia claramente o estabelecimento do exílio enquanto uma política de exclusão àqueles que se opusessem ao *status quo*.

A princípio, a utilização do exílio como mecanismo de exclusão foi mais restrito no Brasil. No primeiro momento após o golpe de 1964 o exílio foi direcionado apenas aos elementos políticos ligados ao governo deposto. Visando “limpar” o caminho para o novo regime autoritário do governo, imediatamente após o golpe foi dado início ao primeiro ciclo de repressão, que se iniciou com a edição do Ato Institucional de abril daquele ano. A “limpeza” política nos primeiros anos da ditadura foi finalizada pelo segundo ciclo de repressão, que teve início com o Ato Institucional n.º 2 (1966). O AI-2, tal como o anterior, não empregou a violência de forma direta e generalizada.⁷² Tais ciclos permitiram o início e a

⁷¹ FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 41.

⁷² ALVES, 2005, p. 171.

continuidade de inúmeros processos de cassações de mandatos políticos, expurgos de cargos públicos, prisões, entre outras medidas repressivas durante os primeiros anos do regime.⁷³

O grupo de opositores atingidos por esses ciclos repressivos constitui a “primeira geração” de exilados, segundo Denise Rollemberg. Para a historiadora, a primeira geração era caracterizada pela atuação política através das vias legais e democráticas:

Em comum, tinham a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, o comício na Central do Brasil, a *reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos, marinheiros e fuzileiros navais. [...] Em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto de reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais, tais como o PTB, ou ilegais, como o [Partido Comunista Brasileiro] PCB.⁷⁴

Portanto, percebe-se que a geração que partiu em 1964 era composta principalmente pelos ex-membros do governo deposto e partidos que o apoiavam. Entre os exilados que faziam parte dessa geração, merecem destaque o próprio presidente deposto, João Goulart, e o seu cunhado e ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. O Uruguai foi o principal destino dessa geração.⁷⁵

Um outro perfil de militante passou a deixar o país em 1968, quando a repressão passou a ser mais generalizada. A segunda geração, segundo Rollemberg, era marcada pela crítica ao PTB e ao PCB – mais conhecido como “partidão” –, que receberam das esquerdas mais radicais a culpa pelo sucesso do golpe. Acusados de terem sido excessivamente pacifistas e reformistas, as formas de organização política das esquerdas existentes antes de 1964 foram negadas pelas esquerdas que emergiram no momento posterior.⁷⁶ Essa avaliação foi reforçada pela necessidade de adaptar as organizações políticas aos “novos tempos” impostos pelos militares. A suspensão das liberdades públicas e a exclusão da população do processo decisório, a partir do fechamento de quase todos os canais democráticos, foi uma característica do regime que iniciara em 1964, o que empurrou muitas das organizações de oposição para a atuação clandestina.

⁷³ ALVES, 2005, p. 171.

⁷⁴ ROLLEMBERG, 1999, p. 57.

⁷⁵ MARQUES, 2006, p.22.

⁷⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 1ª ed. Bauru: Brasiliense, 1990, p. 36, p. 34-35.

O fechamento desses canais se deu através de diversas medidas autoritárias, entre elas a dissolução dos partidos e organizações políticas, no início de 1966, seguida pela instalação do bipartidarismo, que permitiu a atuação de apenas dois partidos políticos legais – Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o regime, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição – sob o controle e vigilância do Estado.⁷⁷ O Legislativo, o Judiciário e o Executivo também passaram a atuar sob o constante controle das autoridades militares.⁷⁸

A maior parte da população estava alheia a todo esse processo devido à ilusão do “milagre econômico”, desde o final da década de 1960, e à censura aos meios de comunicação. Com a promessa de “arrumar a casa”, os militares passaram a governar o Brasil com uma economia marcada pela abertura ao capital internacional e pela concentração de renda. Isso trouxe como consequência uma altíssima dívida externa, o arrocho salarial e a dependência do capital internacional.⁷⁹

Todavia, alguns setores da sociedade se organizaram para protestar contra o autoritarismo dos governantes militares. Entre eles, merece destaque o meio sindical, a Igreja e o meio estudantil. Esses setores praticamente romperam com os partidos que haviam sido responsabilizados pelo golpe de 1964, principalmente os estudantes. Além disso, os debates sobre a luta armada, então em voga desde o sucesso da revolução cubana, indicavam para os militantes de esquerda um novo caminho revolucionário.⁸⁰

Como resultado, observamos, entre 1965 e 1968, o surgimento das “dissidências estudantis” – as chamadas “DI’s”, que propunham a necessidade de resistência armada. Foram elas: a Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) e a Dissidência da Guanabara (DI-GB) – que posteriormente formariam o MR-8 –, a Dissidência do Rio Grande do Sul (DI-RS), a dissidência de São Paulo (DISP), e, em Minas Gerais, a dissidência que fazia parte do grupo Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE).⁸¹

A vontade de constituir uma resistência armada contra o regime também incentivou cisões na cúpula do PCB. A Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, assim como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), liderado por

⁷⁷ ALVES, 2005, p. 115.

⁷⁸ Idem, p. 74.

⁷⁹ Idem, p. 21-22.

⁸⁰ FICO, 2001, p. 59-60.

⁸¹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 28.

Mário Alves, também são resultados dessas cisões. A avaliação de que a necessidade de organização armada era urgente também levou o Partido Comunista do Brasil (PC do B) a passar por cisões. O Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Ala Vermelha do PC do B (ALA) são resultados dessa crítica à lentidão do PC do B na organização da resistência armada. A ALA, por sua vez, passou por divisões que levaram à criação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em São Paulo, e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), em Minas Gerais.⁸²

Entre as organizações nacionalistas, cisões também foram constantes, e muitos dos seus dissidentes passaram a compor os quadros das organizações marxistas armadas. A VPR, por exemplo, é resultado da fusão de uma parte do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) com a dissidência paulista da Organização Revolucionária Política Operária (POLOP). O Comando de Libertação Nacional (COLINA) também foi criado por ex-militantes da POLOP, que, após o congresso de 1967, uniu-se à dissidência do PCB no Rio Grande do Sul, formando o Partido Operário Comunista (POC). Cisões e fusões também eram constantes em 1969, ano no qual surgiu a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), como resultado da fusão da VPR com o COLINA, que também sofreria novas divisões posteriormente.

Até mesmo a Ação Popular (AP), organização com bases católicas que surgiu em 1962, passou por rachas após o golpe. Após abraçar o maoísmo, alguns dos seus militantes discordaram do novo posicionamento da organização, fundando o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Além disso, é importante destacar que alguns dos seus militantes deixaram a organização para se juntarem aos grupos de guerrilha urbana.⁸³

Percebe-se, dessa forma, que a fragmentação foi uma marca das esquerdas no Brasil após o golpe de 1964. Com efeito, o projeto *Brasil: nunca mais* identificou mais de 40 grupos armados existentes no Brasil nesse período, com base na análise dos processos oficiais da justiça militar brasileira.⁸⁴ Segundo Marcelo Ridenti, as fusões e divisões são resultado de divergências relativas ao caráter da revolução brasileira, as formas de combate a serem empregadas e ao tipo de organização política que deveria ser adotado.⁸⁵ Isto é, questionava-se se a revolução deveria ser imediatamente socialista ou não, se seria necessário passar por uma

⁸² RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 28.

⁸³ Idem, p. 29

⁸⁴ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 31ª Edição, 1985, p. 07.

⁸⁵ RIDENTI, 1993, p. 30.

etapa democrática, se deveria ser empregada a luta armada, se ela deveria ser urbana ou rural, se deveria ser estruturado um partido de vanguarda “nos moldes marxistas-leninistas clássicos para se fazer a revolução”, etc.⁸⁶

Apesar das divergências, a maioria das organizações guerrilheiras possuía alguns pontos em comum, segundo Ridenti:

Frutos da mesma conjuntura, do mesmo processo histórico, defensoras de pressupostos teóricos comuns a respeito da necessidade da revolução pela via armada no Brasil, as inúmeras organizações guerrilheiras – a despeito das divergências entre elas – também tiveram uma prática bastante semelhante. Todas eram tipicamente urbanas, jamais chegaram senão a esboçar o início da guerrilha rural, e acabaram enredadas na prática de ações armadas, como assaltos e sequestros, que atraíram sobre elas o peso da repressão nas cidades.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, além das convergências relativas às estratégias de luta entre muitas organizações, havia pontos comuns partilhados por toda a esquerda brasileira, sem exceção. Esses pontos estavam ligados à realização da Revolução e à derrota da ditadura, em favor do estabelecimento de igualdade de condições políticas, sociais, econômicas e culturais à população brasileira.⁸⁷ A derrota de uma ditadura considerada imperialista, que beneficiava a concentração de renda, era, portanto, um denominador comum das esquerdas no Brasil durante a década de 1960.

Isso posto, fica evidente que a repressão não ficou restrita aos grupos guerrilheiros armados. Mesmo os grupos que não são considerados guerrilheiros, tais como a AP, a CORRENTE, o PC do B e a POLOP, sofreram os efeitos da repressão desencadeada pelos militares aos seus opositores nos primeiros anos do regime autoritário. Com o objetivo de desmobilizar a parcela da oposição que insistia em resistir à ditadura na clandestinidade, o governo militar montou um grande aparato de “órgãos de segurança”, que era composto por órgãos de informações e repressão. Segundo a historiadora Samantha Viz Quadrat, a estrutura do aparato repressivo brasileiro era constituída da seguinte forma:

O SNI (Serviço Nacional de Informações), as DSIs (Divisão de Segurança e Informações), o CIEx (Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores), FA-2 (segunda seção do EMFA), os E-

⁸⁶ RIDENTI, 1993, p. 37.

⁸⁷ REIS FILHO, 2008a, p. 36.

2 (Serviços Secretos do Exército), os M-2 (Serviços Secretos da Marinha), as A-2 (Serviços Secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídas em cada organização militar), o CIE (Centro de Informações do Exército), os adidos do Exército (ADIEX), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), os adidos aeronáuticos (ADIAer), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os adidos navais (ADIDAL), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e as P-2 (Serviços Secretos da Polícia Militar), os CODIS e os DOIS (Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamentos de Operações Internas) e, em cada município, a Divisão Municipal (DM), subordinada ao DOPS.⁸⁸

Dessa forma, fica clara a amplitude da estrutura repressiva montada pelos governantes brasileiros durante o regime militar. Os chamados Atos Institucionais foram os primeiros instrumentos que forjaram dispositivos legais para a aplicação das ações repressivas. A cada ato editado, o poder se concentrava ainda mais nas mãos dos militares – que construíam o aparato jurídico que pretendia justificar o Estado – e a oposição ficava cada vez mais encurralada.⁸⁹

Entretanto, é importante destacar que as atuações desses órgãos não se restringiram sequer à própria legislação criada pelo regime autoritário. Os dados apresentados pelo projeto *Brasil: nunca mais*, coletados a partir da análise dos processos políticos da Justiça Militar, confirmam as denúncias feitas por organizações de defesa aos direitos humanos a respeito de torturas e assassinatos de opositores, desaparecimentos de presos políticos, invasões de domicílio, entre inúmeras outras violações dos direitos humanos.⁹⁰

Entre as violações de direitos humanos cometidas pelos militares brasileiros, convém destacar a pena de banimento. Através do Ato Institucional nº 13, em dezembro de 1969, o Estado declarava que poderia banir do território nacional os brasileiros que fossem considerados uma “ameaça à segurança nacional”. Ao serem banidos, perdiam o direito à nacionalidade e o direito de retornar ao Brasil, tornando-se “apátridas”.⁹¹ Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) garante aos indivíduos, no artigo 15, o direito à nacionalidade e de não perdê-la, e, no parágrafo 2º do artigo 13, garante o direito de

⁸⁸ QUADRAT, Samantha Viz. *Muito além das fronteiras*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). 2004, p. 318.

⁸⁹ ALVES, 2005, p. 54.

⁹⁰ ARQUIDIOCESE..., 1985, p. 63.

⁹¹ BONA GARCIA, João Carlos. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989, p.71.

sair de seu país e retornar quando quiser.⁹² Portanto, a lei do banimento feria gravemente os direitos humanos, tal como diversas outras leis promulgadas pelo regime autoritário brasileiro, que se preocupou muito em legitimar o arbítrio por meio de leis que tinham como função criar uma aparente normalidade. A pena foi destinada aos militantes cuja libertação havia sido negociada em troca da libertação de autoridades estrangeiras sequestradas pela oposição armada no intuito de pressionar o governo a libertar presos políticos e para chamar a atenção da mídia internacional sobre as arbitrariedades cometidas pelo regime militar no Brasil.

Com efeito, 130 prisioneiros políticos brasileiros foram banidos do território nacional ao longo do regime militar autoritário, além de alguns membros da família dos banidos.⁹³ O primeiro grupo de banidos deixou o território nacional após o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick. A ação, assumida pela ALN e o MR-8, ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 4 de setembro de 1969, e proporcionou a libertação de quinze presos políticos, que foram banidos para o México em troca da liberdade do embaixador. A VPR também realizou o sequestro do cônsul japonês Nobuo Okushi, no dia 11 de março de 1970, libertando cinco militantes que, após o banimento, desembarcaram no México. Por sua vez, a liberdade do cônsul alemão Ehrenfried Ludwig Von Holleben, sequestrado pela ALN em 11 de junho de 1970,⁹⁴ foi negociada em troca da libertação de quarenta presos, que foram enviados para a Argélia. Por fim, em troca do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no dia 7 de dezembro de 1970 pela ALN, setenta pessoas foram banidas e enviadas para o Chile.

Assim, os banidos e os militantes das organizações armadas que se viram forçados a deixar o país devido ao novo ciclo repressivo representado pelo AI-5, compuseram a segunda geração de exilados brasileiros. Segundo Denise Rollemberg,

A geração de 1968 está identificada a militantes mais jovens extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizaram a ação revolucionária – de massas ou de vanguarda. Os eventos e lutas pós-64 – o movimento estudantil, as passeatas,

⁹² REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, junho 2004, p. 151.

⁹³ CHIRIO, 2004, p. 71.

⁹⁴ DOPS-SP. “Relação nº.01 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP; DOPS-SP. “Relação nº.02 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP; DOPS-SP. “Relação nº. 3 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP; DOPS-SP. “Relação nº. 4 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP.

as greves, a luta armada, os sequestros de diplomatas – são as referências. Quando partiram, ainda não possuíam, em sua maioria, uma profissão definida e vivenciaram o exílio em seus anos decisivos de formação como indivíduos e profissionais. As principais cidades do exílio da geração de 1968 foram Santiago e Paris.⁹⁵

Notamos que, diferentemente do exílio da primeira geração, que foi mais qualificado, o exílio da segunda atingiu um número maior de militantes políticos. Portanto, tal como ocorreu nos demais países da América Latina, brasileiros de diferentes classes sociais se viram forçados a deixar o país em virtude do estabelecimento de diversas formas de exclusão política. O estabelecimento da pena de banimento demonstra claramente a implantação dessa política no plano interno.

Porém, o fato dessas medidas terem ultrapassado as fronteiras nacionais através do transnacionalismo da repressão demonstra que essa política de exclusão foi, em realidade, regional. Mesmo antes do estabelecimento da Operação Condor, que visava eliminar definitivamente os elementos considerados “subversivos” que não haviam sido isolados politicamente pelo exílio, diversas políticas repressivas bilaterais foram estabelecidas entre os países do Cone Sul. O sequestro de exilados no Uruguai, entre as diversas outras ações repressivas desenvolvidas no âmbito bilateral, evidencia a existência dessa política regional.⁹⁶

Diante disso e do entendimento de que esse enorme contingente de migrantes latino-americanos forçados passou por problemas e dificuldades semelhantes e interligadas, acreditamos que se torna necessário compreender os exilados brasileiros como parte desse fenômeno, que caracterizou uma estratégia de exclusão política em massa.

Compreendemos que o exílio brasileiro, embora tenha atingido cidadãos de diferentes classes sociais, em si não pode ser considerado massivo. Todavia, consideramos que ele é parte do exílio latino-americano, que foi marcado pelo transnacionalismo, não apenas dos migrantes, como também da repressão a eles direcionada. Porém, para compreender de que forma o exílio político procurou ser uma política de isolamento institucionalizada, é importante analisar o sistema internacional e o papel desenvolvido pelos migrantes dentro desse sistema.

⁹⁵ ROLLEMBERG, 1999, p. 50.

⁹⁶ As ações repressivas efetivadas pela cooperação internacional entre as ditaduras serão mais bem analisadas no capítulo seguinte.

2.3 O Estado e os migrantes internacionais forçados

Os estudos de relações internacionais em geral consideram que a principal característica do sistema internacional atual é a sua divisão em Estados independentes. As múltiplas soberanias que caracterizam o sistema de equilíbrio no qual estamos inseridos ganharam legitimidade com o Congresso de Vestfália em 1648, que finalizou a Guerra dos Trinta Anos. Foi o primeiro fórum internacional dos tempos modernos que promoveu uma ruptura com a forma de organização do sistema que regia as relações entre as diversas formas de entidades políticas (impérios, feudos, cidades independentes, etc.),⁹⁷ ao privilegiar o reconhecimento mútuo dos Estados nacionais modernos, com os seus atributos de soberania interna e independência externa.

Os tratados que resultaram do Congresso de Vestfália foram assinados entre o Império e a França, e entre o Império e a Suécia.⁹⁸ Eles estabeleceram um fim para um conflito que foi impulsionado por um enfrentamento político e religioso entre as potências envolvidas. Com a paz negociada através desses tratados, a religião deixou de definir o espaço político na Europa Ocidental.⁹⁹ As cláusulas políticas dos tratados redesenharam o mapa europeu, e essa nova configuração se baseava na soberania dos territórios. Isto é, “a soberania passa a ser inferida do princípio da territorialidade, e já não das insígnias imperiais”.¹⁰⁰

Com efeito, Vestfália inaugurou não apenas um novo mapa europeu, mas também uma nova filosofia política, que possui o conceito de *Estado-Nação* entre as suas ideias norteadoras. Segundo Benedict Anderson, a nação é “uma comunidade politicamente imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”.¹⁰¹

Segundo esse conceito, a nação é uma *comunidade*, pois é composta por indivíduos que partilham uma história e cultura; é *limitada* pelas suas fronteiras territoriais, e *soberana*, porque detém o monopólio do controle do poder legítimo dentro desse território delimitado

⁹⁷ CERVO, Amado Luis. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, Flávio Sombra (org). *Relações internacionais – dois séculos de História: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI, 2001, p. 61.

⁹⁸ BADIE, Bertrand. *O Fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. 1995, p. 47.

⁹⁹ BADIE, 1995, p. 47.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14.

pelas suas fronteiras.¹⁰² Nesses termos, fica claro que o conceito de Estado-Nação se baseia no território, ou, em outras palavras, é uma “totalidade nacional-territorial”.¹⁰³ Portanto, a ordem Vestfaliana se baseia na tríade soberania/povo/território, que conecta os conceitos de Estado e Nação.¹⁰⁴

Como consequência dessas modificações, o uso da força nas relações internacionais perdeu a legitimidade absoluta com a qual contava anteriormente em nome do controle legítimo do território pelo Estado.¹⁰⁵ Assim, a nova filosofia política que emergiu com a paz de Vestfália também foi responsável pela inauguração de um novo direito internacional, e, como consequência, também de uma nova consciência sobre a guerra.¹⁰⁶

Dessa maneira, o princípio de soberania dos Estados dentro do seu território e ainda o princípio de não intervenção, colocou o Estado em uma posição central dentro do sistema internacional.¹⁰⁷ Segundo Duroselle: “Oficialmente, não existe soberania maior à do Estado. Quaisquer que sejam suas particularidades, suas dimensões, sua posição geográfica e seu regime, todo Estado afirma a sua soberania”.¹⁰⁸

A ausência de instituições capazes de regular a ação dos Estados interfere diretamente no direito internacional, levando inclusive alguns autores da área a questionarem a possibilidade de efetivação de leis internacionais. Assim, a nova ordem enfrenta diretamente os poderes imperais e a Igreja¹⁰⁹ nega às crenças e às culturas qualquer possibilidade de controle da ordem política, tanto doméstica, quanto internacional. Após Vestfália, apenas ao Estado cabe a definição da lei e da ordem internas ao seu território.

Ao se tornar o detentor exclusivo do controle da lei e da ordem, o Estado também passa a deter o monopólio do controle dos indivíduos. Com base no princípio da territorialidade, o Estado determina a identidade dos indivíduos e o direito de mobilidade

¹⁰² ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 15-16.

¹⁰³ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999, p. 91.

¹⁰⁴ RANIERI, Nina B. S. Estado e Nação: novas relações? *Política externa*, v. 13, n. 1, junho/julho/agosto 2004, p. 30 e 36.

¹⁰⁵ HALLIDAY, op. cit, p. 24.

¹⁰⁶ BADIE, 1995, p. 50.

¹⁰⁷ Idem, p. 63.

¹⁰⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 92.

¹⁰⁹ BADIE, 1995, p. 54.

destes. Isso se dá através da criação da “identidade nacional”, que, com o objetivo de conectar os indivíduos social e politicamente, deu origem ao conceito de “nacionalidade”.¹¹⁰

No mundo moderno, o conceito de nacionalidade tem uma função tão importante quanto o conceito de territorialidade na definição do Estado, e os dois são intrinsecamente conectados. De maneira geral, existem duas tradições para definir a nacionalidade, cujas origens são atribuídas à França e à Alemanha, embora suas políticas de determinação de nacionalidade atuais não sejam totalmente condizentes com as tradições que lhes foram atribuídas.¹¹¹

De acordo com a chamada “tradição francesa”, a nacionalidade se basearia no contrato político, o que faria desta, uma escolha. Do ponto de vista alemão, a nacionalidade deve se basear na cultura, que seria transmitida por laços sanguíneos. Essas tradições deram origem aos dois principais postulados legais que existem atualmente para determinar a nacionalidade. São eles: o *jus solis*, que atribui a nacionalidade com base no local de nascimento, e o *jus sanguinis*, que considera a nacionalidade hereditária, ou em outras palavras, uma herança sanguínea.¹¹²

O fato é que, como o cenário nacional se baseia no princípio de soberania, apenas ao Estado caberá determinar juridicamente qual postulado definirá a nacionalidade a partir da sua História e dos seus interesses políticos. Dessa maneira, são os Estados quem impõem a nacionalidade aos seus cidadãos. A nacionalidade, portanto, independe da vontade do indivíduo.¹¹³

O fato de o Estado determinar a nacionalidade também fez com que os indivíduos perdessem o direito da mobilidade legítima.¹¹⁴ Assim, os indivíduos e as entidades privadas se veem obrigados a possuir a autorização das autoridades dos Estados, por meio de passaportes, vistos ou acordos internacionais, para poder cruzar fronteiras territoriais internacionais. Dessa forma, fica claro que, no sistema Vestfaliano, o Estado tem autonomia no campo das

¹¹⁰ KERBAUY, Maria Teresa Miceli; TRUZZI, Oswaldo. Globalização, migrações internacionais e cidadania. *Perspectiva*. São Paulo, v. 31, p. 123-135, jan./jun 2007, p. 127.

¹¹¹ REIS, 2004, p. 154.

¹¹² Idem, p. 156.

¹¹³ Idem, p. 154.

¹¹⁴ Idem, p. 150.

migrações internacionais, o que é, inclusive, umas das principais características do direito internacional atual.¹¹⁵

Apesar desse monopólio do Estado sobre a nacionalidade e o direito de mobilidade, os fluxos migratórios internacionais nunca deixaram de ocorrer, tornando difícil a definição da nacionalidade. A questão se torna ainda mais problemática ao percebermos que a conexão entre Estado e Nação, fundada no princípio da autodeterminação territorial que determina a nacionalidade, também traz como consequência uma conexão entre nacionalidade e cidadania. Jean Baptiste Duroselle, importante teórico das relações internacionais, é claro ao definir o estrangeiro: “O estrangeiro é definido simplesmente como não-cidadão”.¹¹⁶

A definição de Duroselle se baseia nas principais concepções de cidadania, que sempre vinculam o cidadão a uma comunidade específica. Segundo Liszt Vieira, existem duas principais concepções de cidadania: a primeira, que o autor qualifica como “fina”, compreende o cidadão enquanto um membro de uma comunidade em particular; a segunda concepção, por sua vez, considerada por Vieira como “espessa”, definiria a cidadania como uma “atividade desejável”, ou seja, a mesma seria definida a partir da participação do cidadão na sua comunidade.¹¹⁷

Vista por qualquer um desses ângulos, estrangeiros e imigrantes são excluídos dos direitos cívicos que precedem a cidadania e que apenas podem ser exercidos no âmbito da comunidade nacional.¹¹⁸ Isso significa que a posse da nacionalidade condiciona o acesso aos direitos garantidos pelo Estado aos cidadãos. Segundo Habermas:

Somente a percepção de uma identidade nacional, cristalizada em torno de uma história, uma língua e cultura comuns, somente a consciência de pertencer à mesma nação é que fez com que pessoas distantes, espalhadas em amplos territórios, se sentissem politicamente responsáveis, umas pelas outras. Dessa maneira, os cidadãos passaram a ver como partes de um mesmo todo, quaisquer que fossem os termos legais abstratos em que esse todo pudesse estar constituído.¹¹⁹

¹¹⁵ REIS, 2004, p. 150

¹¹⁶ DUROSELLE, 2000, p. 54.

¹¹⁷ VIEIRA, Liszt. Cidadania global e Estado Nacional. *Dados*, v. 42, n. 3, Rio de Janeiro, 1999, p. 395.

¹¹⁸ KERBAUY e TRUZZI, 2007, p. 127.

¹¹⁹ HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, 1995, p. 92.

Sendo assim, o Estado apenas possui obrigação de garantir proteção aos indivíduos nacionais que compõem a comunidade por ele regida, pois são apenas esses indivíduos que podem ter acesso à cidadania. Os cidadãos nacionais, por sua vez, têm uma série de obrigações a cumprir perante o Estado e suas instituições, contribuindo dessa forma para legitimar o controle exercido pelo Estado. Portanto, no sistema Vestfaliano, cidadania e nacionalidade são dois conceitos totalmente vinculados um ao outro.

Diante disso, o Estado se vê obrigado a formular políticas de imigração que regularizem o acesso ao território e à nacionalidade.¹²⁰ Estas são totalmente vinculadas às políticas de nacionalidade, pois para formulá-las, é necessário esclarecer quem é o “cidadão nacional”.¹²¹ Não raro, as concepções de nacionalidade e as políticas de imigração foram usadas para excluir minorias, pois, com base no princípio de soberania, o Estado pode elaborar a concepção de nacionalidade do Estado da forma que lhe for mais conveniente, privilegiando um determinado indivíduo, grupo étnico ou nação.¹²²

Entretanto, durante o século XX, com o avanço do processo de globalização, o Estado foi perdendo o monopólio na construção dessas normas.¹²³ Inicialmente, esperava-se que o processo de mundialização facilitasse a livre circulação de mercadorias, contudo, o seu alcance foi incrivelmente maior. Ao permitir uma série de desenvolvimentos tecnológicos nos meios de transporte e de comunicação que diminuíram distâncias geográficas e facilitaram o intercâmbio internacional de informações, a globalização se tornou, também, cultural. Assim, ao longo do século XX, não apenas mercadorias circularam através das fronteiras, mas inclusive pessoas, ideias, solidariedades, movimentos sociais, etc.¹²⁴

Nesse sentido, Habermas, ao destacar o amplo alcance da globalização, define-a como a “transgressão, a remoção das fronteiras”, tanto no que se refere à comunicação, quanto à economia.¹²⁵ Essa definição, segundo Leonardo Avritzer, destaca a extensão dos processos culturais para além das fronteiras nacionais, promovida pela globalização principalmente devido aos avanços dos meios de comunicação.¹²⁶

¹²⁰ REIS, 2004, p. 154.

¹²¹ Idem, p. 156.

¹²² VIEIRA, 1999, p. 398.

¹²³ Idem, p. 401.

¹²⁴ ALVES, José Augusto Lindgren. Fragmentação ou recuperação? *Política externa*, v. 13, n. 2, setembro/outubro/novembro, 2004, p. 12.

¹²⁵ HABERMAS, 1995, p. 98.

¹²⁶ AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. *Lua Nova*, n. 55-56, 2002, p. 46.

A amplitude alcançada pela globalização trouxe uma série de modificações na ordem internacional dividida em Estados independentes e soberanos. Uma delas é o fim da atuação exclusiva dos Estados no cenário internacional, causada pela emergência de novos atores.¹²⁷ A criação de instituições supranacionais, tais como a União Europeia e as Nações Unidas, foi a grande responsável por esse processo. Além das instituições supranacionais, a população civil organizada também entrou na arena internacional. Diversas organizações transnacionais, tais como a Anistia Internacional e o Greenpeace, entre outros, vêm reivindicando o fim da atuação exclusiva do Estado na cena internacional. Segundo Sidney Tarrow, essas organizações são as principais responsáveis por oferecer oportunidade de ação coletiva a diversos atores sociais.¹²⁸

A participação desses atores não estatais deu origem ao conceito de *sociedade internacional* utilizado por Aron para designar o conjunto composto pelo “sistema interestatal, a economia mundial (ou o mercado mundial ou o sistema econômico mundial) e os fenômenos transnacionais e supranacionais”.¹²⁹ Na *sociedade internacional*, não apenas países interagem, mas também pessoas, buscando uma unidade. Portanto, esse conceito transmite a ideia de que a sociedade seria uma totalidade, na qual indivíduos comuns e instituições cujo alcance ultrapassam fronteiras nacionais, adquirem o direito de participar da arena internacional.¹³⁰ Para muitos autores, esse conceito nos leva a questionar a exclusividade do Estado enquanto ator na arena política.

O processo de globalização permitiu igualmente a emergência de múltiplas identidades que não necessariamente coincidem com territórios estabelecidos por fronteiras internacionais. As migrações possuem grande responsabilidade nesse processo, pois elas permitem que os indivíduos se insiram em diferentes redes culturais. É fato que os fluxos migratórios sempre estiveram presentes na história da humanidade, mas na era Vestfaliana, isso significa uma grave ameaça ao Estado, pois diminui a importância atribuída à identidade coletiva nacional, uma das bases do Estado-Nação.

¹²⁷ VILLA, Rafael A. Duarte. Formas de influência das ONGS na política internacional contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12: 21-33, Jun. 1999, p. 21. E ainda sobre a entrada de novos atores no cenário internacional, ver: BADIE, Bertrand. *Le diplomate et l'intrus : l'entrée des sociétés dans l'arène internationale*. Paris: FAYARD, 2008.

¹²⁸ TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 227.

¹²⁹ ARON, 1987, p. 27.

¹³⁰ Idem, *ibidem*.

O fortalecimento do regime internacional de direitos humanos, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas em 1948, também coloca em questão a soberania do Estado Nacional. A declaração enfrenta de maneira clara o sistema Vestfaliano, pois confere à pessoa física direitos além da esfera doméstica, isto é, a declaração garante proteção ao indivíduo independentemente deste estar dentro dos limites fronteiriços do seu Estado de origem.¹³¹

Embora a declaração possa ser considerada como um enfrentamento à ordem internacional estabelecida, atualmente, qualquer contestação que possa ser feita à sua essência não encontra legitimidade.¹³² Esse fortalecimento do discurso em favor dos direitos humanos também é um resultado da globalização, que, ao mundializar valores culturais, levou esse discurso a ser apontado como “prioridade” para a maioria dos atores internacionais relevantes, sendo eles estatais ou não.¹³³

A criação e fortalecimento do regime internacional de direitos humanos, segundo Rosana Reis, estaria retirando do Estado a autonomia que ele possui para controlar as suas fronteiras. Gradualmente, ele deixaria de ter o direito de definir quais cidadãos têm o direito de entrada no seu território, assim como estaria perdendo a autonomia para diferenciar os nacionais e os estrangeiros.¹³⁴

O caso dos refugiados e apátridas é exemplar desse fortalecimento. Devido ao princípio de *nonrefoulement*, que impede o Estado de mandar de volta o refugiado ao país acusado de perseguição, os migrantes forçados que obtêm a proteção internacional através do *status* de refugiado representam uma exceção do Direito Internacional atual. É certo que a proteção internacional garantida aos migrantes forçados não rompe com a ordem internacional que confere posição central à soberania do Estado, mas já constituiu um importante enfrentamento.¹³⁵

¹³¹ Existe uma extensa bibliografia produzida sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o seu impacto na ordem internacional, principalmente no Direito e na Sociologia. Sobre o tema, ver: DONNELLY, Jack. *International Human Rights*. 2ª ed. United States: Westview Press, 1998; ou ainda, BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Camus, 1992.

¹³² ALVES, 2004, p. 09.

¹³³ Idem, *ibidem*.

¹³⁴ REIS, 2004, p. 157.

¹³⁵ Idem, p. 151.

Dessa forma, percebe-se que a crescente preocupação com os direitos humanos, assim como as outras consequências da globalização aqui mencionadas, tais como a emergência de atores não estatais e de novas identidades desterritorializadas, representam uma grave ameaça à soberania dos Estados. Tal ameaça, segundo Nina Ranieri, traz como consequência uma crise do Estado:

Desde a segunda metade do século XX, os conflitos de interesse e as diferentes concepções de mundo que emergem num mesmo Estado Nacional, associados ao policentrismo decisório e às ações supranacionais que caracterizam a ordem internacional, vêm provocando o que se convencionou chamar de “crise do Estado” e “crise da dogmática jurídica”, fenômenos que têm em comum a superação, no plano dos fatos e dos valores, da construção teórica da ideologia política que sustenta o postulado da unidade e centralidade do poder estatal, pondo em xeque seus princípios e instituições.¹³⁶

Um dos princípios baseados no conceito de Estado que se encontra em crise é a cidadania. Conforme colocamos anteriormente, a ideia de cidadania é vinculada ao conceito de Estado-Nação, contudo, as mudanças provocadas pela globalização fizeram emergir uma série de questionamentos sobre a utilidade do conceito de cidadania vinculado ao território e à soberania nacional no cenário internacional atual.

Os migrantes internacionais estão no centro desse debate. Eles estão entre os principais prejudicados pela lógica Vestfaliana, que nega os direitos individuais fundamentais com o intuito de preservar a soberania do Estado sob o seu território.¹³⁷ Na realidade, nem mesmo o direito à imigração é reconhecido,¹³⁸ salvo em caso de ausência de garantia de proteção do Estado ao indivíduo, isto é, o caso de refugiados e asilados,¹³⁹ já discutidos na Introdução. Mas, independentemente da classificação recebida, sejam eles refugiados, apátridas, migrantes econômicos, enfim, todos os migrantes internacionais são excluídos do processo decisório que afeta de forma direta as suas condições de moradia, trabalho, mobilidade, saúde, entre outros. Assim, para garantir aos indivíduos alguns direitos universais expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tais como o direito à vida e ao asilo, outros, tais como o direito à organização política, são negados aos migrantes forçados.

¹³⁶ RANIERI, 2004, p. 29-30.

¹³⁷ REIS, 2004, p. 151.

¹³⁸ Idem, p. 159.

¹³⁹ JUBILUT, 2007, p. 43.

Segundo Johanna Siméant, em diversos países como a França, “o imigrante ‘não-nacional’ e sem direito de residência permanente é por definição (...) excluído do espaço político concebido como espaço jurídico e espaço de interações”.¹⁴⁰ Portanto, essa participação política dos migrantes, que pode até mesmo ser considerada como um sinal de sua integração e sua adaptação na sociedade receptora é negada em nome da defesa da soberania estatal.

Apesar desse impedimento, é crescente a mobilização de grupos de imigrantes para reivindicar a participação política nos países de acolhida. Para compreender as motivações para a ação política de migrantes mesmo em condições tão adversas, recorreremos às análises das noções de identidade e redes de relacionamento interpessoal propostas pelos estudos de movimentos sociais.

2.4 As motivações para engajamento de migrantes em um campo político particular

Como resultado do processo de globalização econômica, o fluxo de deslocamentos populacionais se expandiu sobremaneira. As demandas dessas populações por direitos garantidos pelo Estado aos seus cidadãos se tornaram mais radicais com a crise no Estado de bem-estar social.¹⁴¹ Na França, por exemplo, desde o início da década de 1970, os migrantes econômicos conhecidos como *sans papiers* organizam numerosos protestos, com variadas formas e intensidades, reivindicando os seus direitos e chamando a atenção da sociedade francesa.¹⁴² Além dos migrantes econômicos, na década de 1970 observamos a mobilização política dos milhares de latino-americanos que haviam sido expulsos dos seus países pelas ditaduras militares.

As características do sistema vestfaliano permitiram que o exílio fosse visto como uma pena política significativa, haja vista que ao mesmo tempo em que afastava os atores políticos considerados indesejáveis, também os impedia de organizar no exterior a oposição

¹⁴⁰ SIMÉANT, Johanna. *La cause des sans-papiers*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1998, p. 22.

¹⁴¹ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 158.

¹⁴² SIMÉANT, 1998, p. 295.

ao regime que forçou a sua saída do país. Portanto, em tese, o exílio deveria cumprir a já mencionada função de isolamento atribuída à prisão e ao hospício no plano interno.

Contudo, contrariando essa tese e os anseios dos militares, grande parte dos exilados pelas ditaduras latino-americanas deixava o país com o objetivo de transformar o exílio em um local de luta política.¹⁴³ Dessa forma, as atividades políticas desenvolvidas pelos exilados brasileiros nos países onde foram acolhidos demonstra que o afastamento do país não significava necessariamente o afastamento da participação política. Segundo Dominique Memmi, a participação política pressupõe a ação voluntária do indivíduo, visando influenciar as ações do governo ou até mesmo a escolha de líderes políticos de seu país de origem.¹⁴⁴ É nesse sentido que atuavam os exilados brasileiros, mesmo estando longe da arena política na qual estavam habituados a atuar, o que tornava o exílio um campo de lutas marcado por particularidades.

Tais particularidades impedem que o conceito de campo político, tal como é tradicionalmente utilizado nas análises em ciências sociais, seja aplicado no caso do engajamento durante o exílio político. Segundo Pierre Bourdieu, o campo político seria:

O lugar em que se geram, na concorrência entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher.¹⁴⁵

Portanto, para Bourdieu, o campo político se baseia na legitimidade dos atores envolvidos no jogo político. Tal legitimidade permite que os objetivos desse sistema de relações sociais sejam traçados e, conseqüentemente, impostos de maneira “natural” aos agentes que dele participam. Assim, o campo seria um universo funcionando de acordo com as suas próprias leis. No caso dos exilados, eles estão legalmente e fisicamente excluídos desse universo, o que fez com que a sua luta fosse considerada ilegítima por todos, exceto por

¹⁴³ Existem obras que abordam a militância política dos exilados das outras nacionalidades do Cone Sul. Como exemplo, sobre os uruguaios, ver: MARKARIAN, Vania. *Left in transformation: uruguayan exiles and the latin american human rights network (1967 -1984)*. New York: Routledge, 2005; sobre os chilenos: DEL POZO ARTIGAS, José (coordinador). *Exiliados, emigrados y retornados*. Santiago: RIL Editores, 2006; e sobre o exílio argentino: YANKELEVICH, Pablo. *Represión y destierro: itinerarios del exilio argentino*. Buenos Aires: Al Margen, 2004.

¹⁴⁴ MEMMI, Dominique. *L'Engagement politique*. In: GRAWITZ, Madelaine e LECA, Jean (dir.). *Traité de Science Politique*. v. 3: L'Action politique. Paris, PUF, 1985, p. 312.

¹⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para a teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 164.

eles próprios. Como vimos, inclusive os seus pares no Brasil os consideravam afastados da luta política.

Dessa forma, a definição de um conceito para esta arena política tão particular se torna extremamente problemática. Entre os atores que buscaram uma definição destaca-se Stéphane Dufoix, que, a partir da análise da militância política dos húngaros, poloneses e tchecos na França a partir de 1945, propõe um novo conceito para designar esta arena política: o *exopolítico*. Segundo Dufoix, o *exopolítico* representaria um espaço de oposição e de luta contra o regime no comando do país de origem. Portanto, o exílio político é marcado pelo princípio de continuidade, segundo o qual a migração não muda o combate político. Assim, ao se organizar politicamente em solo estrangeiro, os exilados reivindicam a continuidade das lutas que travavam em solo materno.¹⁴⁶

Para compreender os motivos que levam os migrantes a dar continuidade ao ativismo político nas condições adversas oferecidas pelo exílio, voltamo-nos para os estudos que procuram compreender as motivações para o engajamento individual. Igualmente, nessa literatura, merece destaque Pierre Bourdieu, que procurou compreender o engajamento político a partir da análise do “pertencimento de classe” de cada indivíduo. Para esse sociólogo francês, seria a posição social que permitiria que o indivíduo tivesse acesso a diferentes tipos de capitais indispensáveis para a legitimação da sua palavra política. Assim, seria a combinação de diferentes tipos de capitais – cultural e econômico, principalmente – que permitiria o ativismo.¹⁴⁷

Outros estudos se basearam na análise de aspectos psicológicos dos indivíduos. Tais estudos levam em consideração sobretudo as “recompensas” próprias que a prática militante pode oferecer. Essas gratificações da militância não são puramente utilitaristas ou práticas, tais como as recompensas financeiras. Elas podem ser advindas de realizações pessoais, sensações de dignidade ou sentimentos de valorização pessoal.¹⁴⁸

¹⁴⁶ DUFOIX, 2002, p. 27-28.

¹⁴⁷ Ver: BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse d'État*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

¹⁴⁸ REIS, Eliana. *Contestação, engajamento e militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Ciência Política (Tese de doutorado), 2007, p. 55.

No caso dos exilados, ao transformar o exílio em um local de oposição ou articulação para a esquerda brasileira, uma função prática poderia ser atribuída à sua condição de exilado, o que tornava o exílio uma experiência mais suportável. Isto é, pode-se argumentar que os exilados que se engajaram politicamente buscavam alcançar os sentimentos de eficácia, credibilidade, valorização e “dever cumprido” que a participação política proporciona, segundo Dominique Memmi.¹⁴⁹

Essa necessidade se tornou mais urgente para os exilados devido à resistência encontrada em uma parte considerável de militantes em avaliar o exílio como local de luta política. Entre os mais engajados – entre eles o capitão Carlos Lamarca – era consenso que a luta deveria ter continuidade fora do país apenas quando não houvesse mais condições seguras de fazê-la no Brasil. Nas palavras do ex-exilado Alfredo Sirkis, “exilado era sinônimo de ‘desbundado’, naquele significado que a esquerda dava ao termo nos anos 60”.¹⁵⁰ Em outras palavras, predominava na esquerda a ideia de que a opção pelo exílio estava relacionada com covardia.

Portanto, ao militar no exílio, os brasileiros sentiam que estavam dando continuidade ao compromisso que assumiram enquanto atuavam como atores políticos em território nacional. Dessa forma, a militância lhes proporcionava um sentimento de “dever cumprido” e oferecia uma resposta aos companheiros de militância que os acusavam de haverem abandonado a luta contra a ditadura.

Entretanto, segundo Doug McAdam e Ronelle Paulsen, apesar do suporte empírico e da sofisticação teórica, os estudos que se baseiam na investigação de aspectos psicológicos não conseguiram comprovar que tais aspectos, quando favoráveis ao ativismo, levem o indivíduo invariavelmente à participação política. Na realidade, mais de 200 estudos chegaram à conclusão de que atributos individuais psicológicos, tais como a frustração e a alienação, exercem uma influência muito pequena nas explicações sobre rebeliões e revoluções. Portanto, tais atributos são insuficientes para explicar a participação política. Isso não quer dizer que os atributos individuais não devem ser levados em consideração nos

¹⁴⁹ MEMMI, 1985, p. 318.

¹⁵⁰ SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 39.

estudos sobre engajamento político, mas indicam que é necessário levar em consideração outros aspectos.¹⁵¹

Para Snow e Eklund-Olson os aspectos psicológicos não podem ser ignorados. Entretanto, o que determinaria a participação seria a inserção do indivíduo em “micro-estruturas” voltadas para o ativismo. Dessa forma, os autores se alinham com a “teoria da mobilização de recursos”, que argumenta que a mobilização é um processo que depende não apenas da simpatia pelos objetivos e pela ideologia do movimento, mas também da sua estrutura organizacional. Esta estrutura organizacional é igualmente composta pelos “laços interpessoais”. As pesquisas indicam que para a efetivação da participação política é necessário somar as condições favoráveis ao ativismo – tempo disponível, menos barreiras à mobilização, entre outras –, com a integração em redes militantes.¹⁵²

Segundo McAdam, tais pesquisas rompem com o pressuposto defendido durante muito tempo por estudiosos do tema, que acreditavam que a desorganização social levaria a população a se organizar politicamente. Muitos estudos demonstraram que, mesmo em casos de ampla desorganização social, a escolha pela adesão a alguma organização política não era determinante. Dessa forma, tal pressuposto passou a ser abandonado pelos investigadores da temática quando a enorme quantidade de movimentos sociais que emergiram durante a década de 1960 em todo o mundo provou que as estruturas (ou redes) favoreciam a emergência de movimentos. Tais movimentos ganharam ampla adesão porque permitiram que minorias participassem da política de uma forma mais fácil, se comparada com os meios institucionais e assim comprovaram o papel das redes enquanto um importante impulso para o ativismo.¹⁵³

Atualmente podemos afirmar que já é consenso na literatura sobre movimentos sociais que as redes interpessoais têm grande importância na participação política. As relações sociais funcionam como condutoras de valores culturais, informações e recursos, além de

¹⁵¹ McADAM, Doug e PAULSEN, Ronnelle. Specifying the relationship between social ties and activism. In: *American Journal of Sociology*, v. 99, n. 3, 1993, p. 641-643.

¹⁵² SNOW, David A., ZURCHER, Louis A., EKLUND-OLSON, Sheldon. Social Networks and Social Movements: a microstructural approach to differential recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, October, 1980, p. 878-901.

¹⁵³ McADAM, Doug. *Beyond Structural Analysis: toward a more dynamic understanding of social movements*. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug (ed.). *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 281-282.

representarem importantes suportes para as ligações sociais e culturais indispensáveis à construção da solidariedade e das ações coletivas.¹⁵⁴

Ao entender as redes de relacionamento interpessoal como “microestruturas” que incentivam o ativismo de maneira decisiva, os estudiosos dessa corrente se opõem ao argumento utilitarista de que apenas recompensas pessoais ou materiais seriam suficientes para incentivar um indivíduo a participar de mobilizações políticas. Portanto, segundo essa corrente, além dos incentivos individuais – ou seletivos –, existem ainda os incentivos coletivos.¹⁵⁵ Assim, quando os indivíduos consideram que a participação política tem como objetivo a efetivação de um “bem coletivo”, sentem-se mais motivados a participar e a mobilizar mais pessoas.

Klandermans e Oegema definiram em seu estudo quatro aspectos da mobilização que devem ser levados em consideração pelo pesquisador que se propuser a analisar a temática. São eles: formação de potencial de mobilização; formação e ativação de redes de recrutamento; aumento de motivação para participar e remoção de barreiras à participação. Além disso, esses cientistas sociais identificaram quatro passos necessários para a participação: tornar-se parte do potencial de mobilização; tornar-se meta de tentativas de mobilização; tornar-se motivado a participar e superar barreiras para participar.¹⁵⁶

O potencial de mobilização se refere às pessoas que poderiam ser mobilizadas por um movimento social, isto é, pessoas que têm simpatia por suas metas e suas formas de ação. O potencial de mobilização é o que limita o sucesso de uma campanha de mobilização. Se incentivado de alguma forma, o potencial de mobilização se torna uma motivação para participar. A motivação para a participação tem a função de perceber os custos e os benefícios da participação.

Motivação pode predizer a vontade para participar, porém, a vontade é importante, mas não suficiente. Nesse sentido, é importante levar em consideração que quanto mais mobilizadas são as pessoas, maiores são as barreiras. Em outras palavras, o crescimento da motivação é acompanhado pelo crescimento das barreiras impostas à mobilização. Sendo

¹⁵⁴ MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: reconceiving the Culture-Network Link. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug (ed.). *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 259-260.

¹⁵⁵ KLANDERMANS, Bert, OEGEMA, Dirk. Potentials, Networks, Motivations and Barriers: steps towards participation in social movements. *American Sociological Review*, v. 52, n. 4, august, 1987, p. 520.

¹⁵⁶ KLANDERMANS; OEGEMA, 1987, p. 519.

assim, os movimentos possuem duas opções de estratégias para incentivar mais indivíduos a aderirem às suas causas: aumentar a motivação e remover barreiras.¹⁵⁷

Segundo os autores, não importa o quão grande é esse potencial de mobilização e o consenso mobilizado, se a pessoa não tem contato com as redes, ela não vai militar. Existem diversas formas de tentar mobilizar um indivíduo, tais como: mídia (massa); e-mails diretos; ligações com organizações; e ligações pessoais (amizades). Segundo os autores, nenhuma dessas opções tem o mesmo efeito produzido pelas redes de relacionamento interpessoal na mobilização. Isto é, as redes conseguem mobilizar em casos de altos custos para a mobilização, conforme diversos estudos empíricos.¹⁵⁸ As redes, portanto, seriam um incentivo fundamental para despertar a mobilização para a participação em pessoas que tem o potencial de mobilização.

Para McAdam e Ronelle Paulsen, existem duas formas de ligar o potencial de recrutamento e a atividade política em movimentos através de redes. A primeira forma seriam as ligações interpessoais. Isto é, quando o indivíduo tem alguma forma de contato com alguma pessoa que já milita, ele será encorajado mais facilmente a participar da organização política. Essa ligação pessoal diminui os custos do ativismo e, além disso, facilita a comunicação com a organização política, aumentando a confiança no movimento.

O segundo fator microestrutural importante seria a participação em organizações. Segundo os autores, participar de uma organização enquanto membro é uma forma de aumentar a rede social. Em outras palavras, pode-se afirmar que a participação em uma organização permite que o militante conheça mais pessoas do movimento, aumentando a sua rede de relacionamento interpessoal ao mesmo tempo em que fortalece a sua predisposição para continuar no movimento. Além disso, ser membro de uma organização aumenta o sentimento de eficácia buscado pelas pessoas que militam.¹⁵⁹

Independentemente da forma por meio da qual se deu o contato com a rede militante, segundo McAdam e Paulsen, a importância desta reside no fato de fortalecer identidades. De acordo com McAdam e Paulsen, os indivíduos possuem diversas identidades, e, quando existe uma predisposição para o ativismo, a ligação com pessoas envolvidas com a militância

¹⁵⁷ KLANDERMANS; OEGEMA, 1987, p. 520.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁹ McADAM; PAULSEN, 1993, p. 644.

política, pode tornar a identidade militante mais saliente do que as demais.¹⁶⁰ É essa ligação entre o contato com a estrutura e a identidade que determina o ativismo político.¹⁶¹ Dessa forma, percebemos a importância das redes para o ativismo, pois removem barreiras para a mobilização, mobilizam recursos e reafirmam identidades.

A necessidade de reafirmar a identidade militante se mostra uma necessidade urgente para os exilados, haja vista que o sentimento de exclusão provocado pela situação de exílio político também é responsável pela sensação de perda de identidade. A mesma, no exílio, é quase inevitavelmente questionada, devido à solidão e ao afastamento que essa experiência proporciona.

Esse aspecto do exílio afirma a integração com a colônia como uma das gratificações oferecidas aos militantes no exílio, pois as redes interpessoais por ela possibilitadas também desempenharam o importante papel de reestabelecer a identidade militante. A identidade militante muitas vezes é a única que o exilado pode carregar consigo quando deixa o seu país de origem. Obrigado a deixar o seu emprego, a sua profissão, e, muitas vezes, a sua família, o exilado comumente não consegue identificar quem ele é, a não ser que seja afirmando o posicionamento político que lhe impôs a condição de exilado. O depoimento de uma exilada que se identifica como Maricota da Silva, publicado na coletânea *Memórias de mulheres no exílio* (1980), deixa claro a angústia que leva os exilados a buscarem desesperadamente a confirmação da sua identidade através da militância política:

Porque enquanto no Brasil eu tinha um nome, que quando eu peço a você que não ponha meu nome não é só por não querer mais confusão nenhuma, nenhuma nunca mais na vida, mas é porque eu não *sou* mais, eu não *sou* mais, eu não tenho mais um nome, tenho que me refazer um nome, o que estou tentando agora é refazer um nome [...]; mas que eu volte a existir... que possa dizer às pessoas, enfim, nas chatíssima reuniões em que só se fala em dados estatísticos [...] que me perguntem, enfim, sobre as coisas que estou fazendo, que saibam que estou fazendo coisas, que estou realizando, que estou produzindo.¹⁶²

¹⁶⁰ McADAM; PAULSEN, 1993, p. 658.

¹⁶¹ Idem, p. 644.

¹⁶² Depoimento de Maricota da Silva. Abril de 1978. In: COSTA, Albertina de Oliveira, et alli. *Memórias de mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 40-41.

Além de resgatar a identidade militante, em alguns casos, a atuação política no exílio contribuía para reafirmar outras identidades do indivíduo. Nesses casos, geralmente, a atuação política efetivada em terras estrangeiras aproximava o agente de outras atividades que realizava em território nacional. Foi o caso da advogada Anina de Carvalho, ex-exilada na França, que no Brasil manteve contato com o PCB através do marido, e com o movimento estudantil, atuando enquanto advogada. Seu relato deixa evidente a importância da militância na confirmação de identidades durante o exílio:

O pessoal que tem ainda problemas políticos, ou outro tipo de problema precisando de uma orientação jurídica, costuma me procurar. Eu gosto que me procurem. [...] Eu tenho imenso prazer em saber que um pouco de conhecimento jurídico que a gente tem pode ajudar os companheiros no exílio. [...] Eu acho muito bacana isso. Continuo sendo, de uma certa forma, a advogada.¹⁶³

Portanto, “a militância pode ser uma estratégia de afirmação de identidade”.¹⁶⁴ Entretanto, notamos através dos depoimentos que a necessidade dessa afirmação é mais urgente para os exilados do que para os militantes em território nacional. Ao aproximar-se de grande parte dos brasileiros expulsos pela ditadura militar através do engajamento, redes são fortalecidas e algumas das atividades que faziam parte do seu cotidiano no Brasil podem ser retomadas.

Contudo, é importante destacar que a importância das redes ultrapassa a questão da identidade para os migrantes. Já é consenso na literatura sobre movimentos sociais que as redes interpessoais possuem grande importância na participação política. As relações sociais funcionam como condutoras de valores culturais, informações e recursos, além de representarem importantes suportes para as ligações sociais e culturais indispensáveis à construção da solidariedade e das ações coletivas.¹⁶⁵

No caso dos exilados, a importância das redes interpessoais na trajetória política do indivíduo é potencializada, haja vista que a saída forçada do país priva a pessoa do contato com boa parte do meio social com o qual convivia. Sendo assim, a participação política no

¹⁶³ Depoimento de Anina de Carvalho. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio: Brasil 1964-19??*. São Paulo: Livramento, 1978, p. 62.

¹⁶⁴ FILLIEULE, Olivier. Post scriptum: propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, n. 51 (1-2), fév-avril, 2001, p. 206.

¹⁶⁵ MISCHÉ, 2003, p. 259-260.

exílio é a grande responsável pela socialização e adaptação do exilado à nova realidade que é obrigado a enfrentar. Segundo Riva Kastoryano, “o objetivo dos migrantes é designar um representante capaz de expor os interesses coletivos do grupo para alcançar a longo prazo uma representação política. É assim que se exprime a vontade de integração”.¹⁶⁶

O relato do jornalista e ex-deputado federal Márcio Moreira Alves em uma coletânea de depoimentos de exilados pela ditadura militar deixa claro esse aspecto do exílio. Forçado a deixar o país em 1968 para viver como exilado em países como Chile, França, Cuba e Portugal, Alves afirma que, ao optar pelo afastamento da militância no exílio, o sentimento de exclusão vivido pelo exilado é evidentemente maior:

Na medida em que existem, num determinado local, grupos de exilados brasileiros, estruturados como “famílias políticas”, com um espírito de canibalismo ritual, o recusar-se a pertencer a uma determinada tribo implica no risco de se isolar, não só da vida da colônia, como também do processo da esquerda brasileira em geral vivendo no exterior.¹⁶⁷

Portanto, “a participação política de migrantes é considerada [...] um sinal de sua integração, de sua socialização e de sua adaptação”.¹⁶⁸ Ao possibilitar essa integração, a proximidade com a colônia através da participação em mobilizações coletivas transforma o país de acolhida em uma espécie de extensão do Brasil, ou melhor dizendo, do próprio lar. A “família política” – de acordo com as palavras de Alves – no exílio “alivia” o sentimento de exclusão e a distância da terra natal. Dessa forma, era comum entre os exilados o esforço em se aproximar do restante da colônia através do engajamento político.

Assim, a militância no exílio contribuiu para aproximar o exilado de parte do meio social, cultural e afetivo que ajudavam a compor a sua identidade e a constituir o seu referencial habitual da vida. Dessa forma, nota-se que as redes interpessoais possuem papel fundamental no exílio, pois encorajam o ativismo ao promover a integração e a afirmação de identidade, consideradas tão fundamentais pela maioria dos exilados.

¹⁶⁶ “L’objectif des migrants est de désigner un représentant susceptible d’exprimer les intérêts collectifs du groupe pour aboutir à la longue à une représentation politique. C’est ainsi que s’exprime la volonté d’intégration”. KASTORYANO, Riva. *Mobilisations des migrants en Europe: du national au transnational. Revue Européenne des Migrations Internationales*. v. 10, n. 1, 1994, p. 172.

¹⁶⁷ Depoimento de Marcio Moreira Alves. Sem data. In: CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 231.

¹⁶⁸ SIMÉANT, 1998, p. 36.

Com a globalização e a emergência de novos atores no cenário internacional a importância e o alcance das redes nas quais os exilados se inseriram expandiram-se sobremaneira. Isso ficou demonstrado com a prisão do ex-ditador chileno, Augusto Pinochet, detido em Londres por autoridades britânicas, em 1998. O objetivo da prisão era extraditá-lo para Espanha, que moveu uma ação contra o general chileno, “sob a acusação de delitos contra os direitos humanos de ação universal”. A defesa de Pinochet se baseava no princípio de soberania dos Estados, enquanto a acusação argumentava que defendia princípios e não pessoas.¹⁶⁹

Se nos basearmos nas noções de *voz*, *saída* e *lealdade* estabelecidas por Hirschmann para definir as opções de protestos de atores políticos em “situações de crise”, podemos afirmar que, com o transnacionalismo, a *saída* no exílio passou a ser tão ou mais importante que a *voz* enquanto opção política.¹⁷⁰ Aqui, torna-se necessário compreender o papel desempenhado pelos exilados em um cenário marcado pelo transnacionalismo ou, em outras palavras, no jogo transnacional.

O jogo transnacional é marcado pela universalização de valores que tocam profundamente a soberania dos Estados, dentre os quais destacamos os direitos humanos, e consequentemente, afetam o sistema mundial. As migrações internacionais estão no centro desse debate, pois, sobretudo durante a segunda metade do século XX, tanto os migrantes forçados quanto os econômicos adquiriram um importante papel político no cenário internacional, ainda que os Estados neguem a eles esse papel. Entretanto, sua atuação política é condicionada pelo jogo transnacional, que, de certa maneira, molda as suas formas de organização coletiva.¹⁷¹

Diante disso, alinhamo-nos a Oliver Grojean, ao afirmar que analisar as ações políticas de migrantes apenas como “ações coletivas de migrantes” reduz a análise na medida em que exclui do estudo a análise da dimensão transnacional proporcionada aos exilados pelos laços de solidariedade que os conectam com outras redes de militância no exterior.¹⁷² Sendo assim, no tópico seguinte, procuraremos compreender as contribuições da perspectiva teórica transnacional na análise de ações coletivas de migrantes.

¹⁶⁹ ARAVENA, Francisco Rojas. *Chile: a detenção do general Pinochet e as relações civis-militares*. In: D'ARAÚJO; CASTRO, 2000, p. 150-151.

¹⁷⁰ HIRSCHMANN Apud RONINGER, 2010, p. 96.

¹⁷¹ KASTORYANO, 1994, p. 173.

¹⁷² GROJEAN, 2008, p. 19.

2.5 *As ações coletivas transnacionais*

A premissa que marca o sistema vestfaliano – a atribuição de uma posição central ao Estado nas relações internacionais –, marcou por muito tempo os estudos de relações internacionais. Os estudos específicos sobre as relações entre as nações tiveram início como disciplina acadêmica apenas após a Primeira Guerra Mundial. Com efeito, a primeira linha teórica que ganhou destaque nos estudos relativos às questões internacionais foi o chamado paradigma “realista”, ou ainda, o “realismo”.¹⁷³

O realismo é caracterizado por considerar o Estado um ator unitário na cena internacional. Segundo os teóricos que se baseiam nessa perspectiva, o interesse nacional é traduzido no interesse do Estado, o que os leva a afirmar que a autoridade é indivisível e concentrada no Estado soberano sob um determinado território.¹⁷⁴ Esse paradigma também é marcado pela negação parcial da moral, do direito internacional e da diplomacia. Considera a guerra inevitável, e ainda confere à força militar um papel central no processo de manutenção da paz.¹⁷⁵ Dessa forma, podemos perceber que os teóricos dessa corrente minimizam a importância de atores não estatais dentro do sistema. Esse paradigma passou a ser o dominante nos estudos de relações internacionais, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial.¹⁷⁶ A sua força perante os estudiosos de temáticas relativas às questões internacionais foi preponderante na disciplina durante décadas.

Apenas com a emergência de uma nova ordem internacional, novas abordagens passaram a ser propostas, sobretudo a partir da década de 1960. Conforme já discutimos anteriormente, essa nova ordem tem como principal característica o gradual esvaziamento da soberania nacional, o que seria uma consequência da crescente influência de processos e atores não estatais nas relações internacionais.

¹⁷³ HALLIDAY, 1999, p. 19 e p. 24.

¹⁷⁴ LAKE, David. *The State and International Relations*. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford UP, 1998, p. 42.

¹⁷⁵ HALLIDAY, 1999, p. 24.

¹⁷⁶ Idem, p. 24.

O Behaviorismo se encontra entre as primeiras abordagens a desafiar o monopólio intelectual do Realismo, e deu origem a novos ramos na disciplina, dentre os quais, segundo Fred Halliday, três merecem destaque. São eles: “a análise de política externa, a interdependência e a economia política internacional”.¹⁷⁷ Essas primeiras abordagens que enfrentaram a supremacia do Realismo se destacam por relativizarem o papel do Estado e por compreenderem que existe uma conexão entre o Estado e a sociedade, ou, em outras palavras, que existe uma conexão entre os níveis doméstico e internacional.¹⁷⁸

Os teóricos do realismo responderam às críticas com o “neo-realismo”, que procurou reafirmar os fundamentos dessa corrente teórica, quais sejam: a primazia dos Estados e a importância da força militar nas relações internacionais.¹⁷⁹ Apesar disso, novas abordagens que criticavam as ideias centrais continuaram emergindo.

O transnacionalismo é considerado uma das críticas mais substanciais contra as teorias que priorizam o Estado nas Relações Internacionais,¹⁸⁰ e passou a ganhar força entre os estudiosos da disciplina a partir da década de 1970.¹⁸¹ Essa abordagem se baseia na premissa de que a sociedade mundial não é mais uma sociedade simplesmente dividida entre Estados, mas sim uma *sociedade transnacional*. Não apenas a intensidade de trocas comerciais caracterizaria a sociedade transnacional, mas também as migrações, a universalização de crenças, organizações que ultrapassem a dimensão nacional, competições e eventos internacionais, bem como o avanço dos meios de comunicação.¹⁸²

Portanto, a sociedade transnacional pode ser definida como sendo um sistema no qual interagem forças sociais, políticas e econômicas não estatais, além de diferentes sistemas nacionais.¹⁸³ Segundo Karl Kaiser, atores e processos não estatais sempre influenciaram as tomadas de decisões em política externa, o que, segundo o autor, pode ser comprovado ao analisarmos a influência da Igreja Católica Romana no cenário internacional desde o início da

¹⁷⁷ HALLIDAY, 1999, p. 26.

¹⁷⁸ Idem, p. 28.

¹⁷⁹ Idem, p. 30.

¹⁸⁰ LAKE, 1998, p. 48.

¹⁸¹ HALLIDAY, 1999, p. 117.

¹⁸² KAISER, Karl. Transnational Politics: toward a Theory of Multinational Politics. *International Organization*, v. 25, 1971, p. 801.

¹⁸³ Idem, p. 802.

sua existência, ou mesmo os fluxos migratórios, que ajudaram a compor praticamente todas as sociedades existentes, bem como inúmeros outros eventos e atores.¹⁸⁴

O fato é que com o processo de globalização e a rápida circulação de tecnologias de transporte e comunicação por ela propiciada, a participação desses novos atores se tornou cada vez mais evidente, principalmente a partir da segunda metade do século XX. De acordo com David Lake, os avanços tecnológicos alcançados durante os séculos XX e XXI favoreceram sobretudo os atores transnacionais, que, através desses novos meios de comunicação, constroem verdadeiras redes globais e, dessa forma, conseguem driblar parcialmente o controle do Estado.¹⁸⁵ Diante disso, percebe-se que a sociedade transnacional não pode ser compreendida exclusivamente em termos geográficos ou territoriais, haja vista que as interações que ela efetua ocorrem independentemente de fronteiras nacionais. Nesse sentido, os teóricos que analisam a ordem internacional a partir dessa perspectiva propõem que o transnacionalismo seja compreendido de maneira funcional, isto é, focalizando as áreas e temas nos quais as redes transnacionais atuam.¹⁸⁶

Com efeito, a política transnacional pode ser definida pela interação efetuada entre governos nacionais ou organizações internacionais e a sociedade transnacional. A circulação de capital demonstra de forma clara a natureza da política transnacional, pois, ao analisá-la, é possível verificar a autonomia de empresas multinacionais, bancos e outros organismos e instituições transnacionais que se relacionam diretamente com os Estados.¹⁸⁷

Porém, o alcance do transnacionalismo vai muito além das operações econômicas. Sendo assim, não apenas atores com grande peso político e econômico – tais como grandes corporações econômicas e Estados – fazem parte desse processo, como também indivíduos e outros atores com menor peso. Estes são os principais responsáveis para que as atividades transnacionais se tornem culturais, religiosas e sociais, além de econômicas e políticas.¹⁸⁸

Os migrantes estão entre os atores menos poderosos a fazer parte desse processo. Os efeitos que as migrações internacionais alcançaram, especialmente a partir da segunda metade do século XX, expõem de maneira clara os efeitos alcançados pelo transnacionalismo além

¹⁸⁴KAISER, 1971, p. 791.

¹⁸⁵ LAKE, op. cit., p. 50.

¹⁸⁶ KAISER, op.cit., p. 803.

¹⁸⁷ Idem, p. 804.

¹⁸⁸ CASTLES; MILLER, 2009, p. 31.

das esferas econômicas e políticas. Esses efeitos ficaram ainda mais evidentes se analisarmos os migrantes políticos, isto é, os exilados, o que revolucionou os estudos relativos ao tema.

A função política do exílio é o isolamento e como consequência esperava-se que ele trouxesse a ruptura das redes sociais àqueles a quem é imposto. Durante muitos séculos o exílio foi visto como um eficiente mecanismo de controle político institucionalizado, justamente por desempenhar bem essa função a ele atribuída. Se comparado aos outros mecanismos de controle, o exílio oferecia baixos custos ao poder vigente e, por isso, foi amplamente utilizado pelos governos latino-americanos.¹⁸⁹ Diante disso, nos estudos sobre as migrações, durante muito tempo os exilados foram associados à ideia de ruptura cultural e social. Entendia-se que, ao deixar o seu país de origem, o migrante perdia totalmente o seu contato com a cultura materna e era rapidamente assimilado pela sociedade receptora.¹⁹⁰

Entretanto, o exílio não impedia que os exilados continuassem fazendo parte da política regional. Segundo Luis Roniger, o exílio configura como uma estrutura tríplice, na qual os projetos políticos dos exilados interagem com os interesses dos países de acolhida e do país expulsor.¹⁹¹ O exílio da primeira geração de exilados brasileiros no Uruguai exemplifica bem essa estrutura tríplice do exílio. Visando encontrar maior apoio para o projeto político socialista apoiado por Cuba, a esquerda uruguaia, representada principalmente pelo Movimento Uruguaio Revolucionário Oriental (MRO), liderado pelo deputado Ariel Collazo, usou o grupo exilado derrotado pelo golpe de 1964 como uma ferramenta política, o que incomodou o governo brasileiro, que esperava o isolamento total do grupo.¹⁹² Dessa forma, Leonel Brizola e o todo o grupo brasileiro exilado transformaram o exílio em uma questão central na relação entre os dois países.

Apenas com a emergência do conceito de sociedade transnacional, os estudos sobre migrações procuram analisar essa multiplicidade de interações nas quais os migrantes são inseridos ao partirem para o exílio. Assim, a literatura especializada passou a enxergar os migrantes como *transmigrantes*, isto é, indivíduos inseridos em múltiplas redes de relacionamento, tanto no país de origem quanto na sociedade receptora. Portanto, *transmigrantes* seriam indivíduos que deixaram o seu país de origem e se inseriram em uma

¹⁸⁹ RONIGER, 2010, p. 94.

¹⁹⁰ SASAKI, Elisa; ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Teoria das migrações internacionais*. Anais XII Encontro Nacional da ABEP, 2000. p. 12.

¹⁹¹ RONIGER, 2010, p. 95-96.

¹⁹² MARQUES, 2006, p. 112-120.

outra sociedade, tanto economicamente quanto social e culturalmente, mas que, paralelamente a essa nova inserção, procuraram manter conexões com seu país de origem. Essas conexões podem se dar através dos esforços dos migrantes em fazer parte das instituições do seu país de origem, em influenciar a política interna destes – tanto nacionalmente quanto internacionalmente –, entre inúmeras outras ações que podem ser classificadas como transnacionais.¹⁹³

Dessa forma, as novas possibilidades de comunicação que surgiram com a globalização não apenas fizeram com que emergisse um novo tipo de migrante, mas inclusive uma nova teoria para compreender esse fenômeno. Os estudos que procuram compreender o migrante a partir da ótica transnacional se baseiam na mesma perspectiva que incentivou esse tipo de análise nas relações internacionais. Isto é, compreendem as migrações internacionais como parte de um fenômeno global, que abrange questões sociais, culturais, econômicas e políticas, e que ultrapassa as fronteiras territoriais, colocando em xeque a soberania do Estado-Nação.¹⁹⁴

A principal crítica dessa perspectiva ao enfoque tradicional é que, ao analisar as migrações apenas a partir da relação do migrante com a sociedade receptora, valiosas informações sobre a ligação desses indivíduos com a sua comunidade de origem são perdidas. Segundo muitos teóricos, essa ligação influencia diretamente a experiência da migração, e apenas a percepção dessa conexão torna possível abandonar as análises descritivas que destacam as características particulares de cada grupo de migrantes para passar a compreender os fluxos migratórios como parte de um fenômeno global que está redefinindo as relações internacionais.¹⁹⁵

É importante destacar que a perspectiva transnacional sobre as migrações se baseia nas teorias de redes migratórias. A teoria que se baseia nos estudos das redes para compreender o fenômeno migratório tem origem na sociologia e na antropologia, mas se destaca pelo seu caráter interdisciplinar. Tal teoria das redes sociais procura analisar as microestruturas de relacionamento dos migrantes, que são, na realidade, as redes sociais informais que os próprios migrantes constroem no país onde passaram a residir. A perspectiva transnacional também leva em consideração as microestruturas, mas argumenta que, para

¹⁹³ GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing. *Anthropological Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995, p. 48.

¹⁹⁴ SASAKI; ASSIS, 2000, p. 13.

¹⁹⁵ Idem, p. 13.

compreender a multiplicidades de redes na quais os migrantes estão inseridos, faz-se necessário ir além da análise das microestruturas.¹⁹⁶

Diversos estudos comprovam que a participação de migrantes em mobilizações políticas potencializa o aspecto transnacional, pois contribui para inseri-los em múltiplas redes. Vimos que, segundo Doug McAdam e Ronnelle Paulsen, as redes de relacionamento interpessoais são um importante impulso para o engajamento político. Além disso, uma vez bem-sucedidas enquanto incentivadoras de engajamento político, as relações sociais funcionam como condutoras de valores culturais, informações e recursos, e se mostram indispensáveis para as ligações sociais e culturais que possibilitam a construção da solidariedade e das ações coletivas.¹⁹⁷

O fato é que com a emergência de novos atores no cenário internacional que deram origem à sociedade transnacional e à universalização de valores, tais como democracia e direitos humanos, o alcance dessas redes se expandiu. Dessa forma, para Roniger, a estrutura do exílio passou a ser quádrupla:

Com a evolução do cenário mundial e a criação de redes transnacionais, a formação de comunicações e fóruns internacionais em que os problemas do direito internacional e os direitos humanos poderiam ser elaborados, a estrutura do exílio sofreu uma transformação básica. Uma vez que o elemento transnacional entra na equação do exílio como um fator de peso, os exilados políticos no exterior adquirem cada vez mais ressonância internacional e nacional à custa de âmbito delimitado pelas fronteiras nacionais. Gera-se, assim, uma estrutura quádrupla, em que os exilados somam potencialidade por meio das redes transnacionais, cuja presença permite a cristalização de coalizões políticas portadoras de nova voz na esfera internacional e com maior poder de pressão tanto sobre os estados expulsos quanto sobre os estados anfitriões.¹⁹⁸

A pesquisa aponta que, no caso dos exilados brasileiros pela ditadura militar, a dimensão transnacional foi de fato adicionada durante a segunda fase da segunda geração de exilados, que viveu um exílio massivo, composto por militantes das mais diversas classes sociais. O exílio imposto logo após o golpe de 1964 foi mais seletivo, destinado, sobretudo, às elites políticas que haviam sido forçadas a deixar o poder pelos militares. Na primeira fase, o

¹⁹⁶ CASTLES; MILLER, 2009, p. 31.

¹⁹⁷ MISCHÉ, 2003, p. 259-260.

¹⁹⁸ RONIGER, 2010, p. 104-105.

exílio ficou submetido às pressões e contrapressões trocadas entre o Brasil e o Uruguai, enquanto que, na segunda fase na Europa, essa estrutura tríplice foi ultrapassada.

Para compreender de que forma essa ampliação da estrutura do exílio brasileiro afetou as ações políticas desenvolvidas e/ou apoiadas por exilados, bem como o alcance das mesmas, voltaremos aos estudos sobre as mobilizações transnacionais. Há cerca de dez anos a sociologia dos movimentos sociais se voltou ao estudo das questões transnacionais. O objeto empírico foi considerado novo por esses estudiosos, muito embora as relações internacionais tenham iniciado o debate acerca do transnacionalismo há trinta anos. Os especialistas nos estudos das organizações não governamentais também passaram a dialogar com esses estudiosos vindos da sociologia dos movimentos sociais.¹⁹⁹

Dessa forma, passou a haver um diálogo entre a sociologia dos movimentos sociais, das migrações, a disciplina das relações internacionais e a ciência política, o que permitiu a emergência de uma nova literatura e, conseqüentemente, o compartilhamento de novos conceitos e termos. Essa nova literatura contribuiu para a compreensão de fenômenos que emergiram na segunda metade do século XX, tais como a mundialização, as organizações não governamentais e os movimentos altermundialistas. Dessa maneira, o aspecto internacional deixou de ser observado apenas de maneira contextual nos estudos sobre movimentos sociais.²⁰⁰ Para a maioria desses estudos, a transnacionalização de mobilizações sociais consiste na “diversificação progressiva de territórios estados-nacionais” sob os quais elas se desenvolvem”.²⁰¹

Charles Tilly e Sidney Tarrow estão entre os teóricos que trouxeram importantes contribuições para a compreensão das redes e dos movimentos sociais transnacionais. Suas análises, segundo Johanna Siméant, destacam-se pelo fato de realizarem uma conexão entre as transformações nas formas de mobilização e as transformações nas formas de dominação do Estado.²⁰²

Essas transformações, de acordo com Tilly e Tarrow, trazem como consequência uma nova focalização que, segundo os autores, é indispensável para compreender os conflitos

¹⁹⁹ SIMÉANT, Johanna. *Des mouvements nouveaux et globaux ?* Sur les mouvements sociaux “transnationaux” dans quelques ouvrages récents. Communication au 8^e Congrès de l’Association Française de Sciences Politiques, Lyon, 14-15 septembre 2005, p. 02.

²⁰⁰ SIMÉANT, 2005, p. 03.

²⁰¹ GROJEAN, 2008, p. 25.

²⁰² SIMÉANT, op.cit., p. 03.

políticos, mesmo anteriores ao século XX. Para Tilly e Tarrow, nenhum conflito ou reivindicação política relevante se limita às fronteiras nacionais, pois sempre possui alguma ligação exterior, seja através das relações transnacionais dos seus militantes, seja através da difusão das suas reivindicações.²⁰³

Entre os grandes movimentos com aspectos transnacionais anteriores ao século XX, podemos destacar a Revolução Francesa de 1789, cujos ideais se espalharam por toda a Europa e mesmo pela América; o movimento contra a escravidão na Grã-Bretanha, que também se espalhou por esses dois continentes; e a chamada “Primavera dos Povos”, que teve início em Paris em 1848 e se espalhou por todo o continente europeu.²⁰⁴ Guillaume Devin, por sua vez, além de mencionar eventos do século XIX, tais como o Concerto Europeu, também destaca eventos ocorridos ainda no início do século XX, com destaque para a Primeira Internacional.²⁰⁵ Enfim, poderíamos citar inúmeros acontecimentos que marcaram a História como exemplos de eventos transnacionais anteriores à globalização.

Contudo, Tilly e Tarrow destacam que, embora as conexões transnacionais não sejam novas, no século XX elas passaram a apresentar novos elementos que modificaram de forma qualitativa o seu caráter. Esses elementos foram acrescentados principalmente por três fenômenos, a saber: “o militantismo transnacional, a formação de coalizões transnacionais e a rapidez na difusão transnacional”.²⁰⁶

O *militantismo transnacional* trouxe a emergência de um novo tipo de militante, que é caracterizado pela atuação em movimentos interessados em questões relativas a problemas internos de outros países. Esses novos atores políticos atuam em temas diversos, tanto diante das instituições internacionais quanto nos seus países de origem. Por sua vez, esses militantes interessados em causas colocadas por atores de outros países, aglutinam-se em torno das instituições internacionais e supranacionais que surgiram durante o século XX, tais como a União Europeia e as Nações Unidas, formando as chamadas *coalizões transnacionais*. Tais coalizões são responsáveis por diversos documentos internacionais, relativos a questões diversas de interesse internacional, com destaque para temáticas relativas aos Direitos Humanos. Por fim, a *rápida difusão transnacional* diz respeito à velocidade da difusão das

²⁰³ TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Politique(s) du conflit: de la grève à la révolution*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008, p. 284-285.

²⁰⁴ TILLY; TARROW, 2008, p. 285-286.

²⁰⁵ DEVIN, Guillaume. Introduction: les solidarités transnationales, phénomène social à l'échelle mondiale. p. 17-18. In: DEVIN, Guillaume. (dir.). *Les solidarités transnationales*. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 12-13.

²⁰⁶ TILLY; TARROW, 2008, p. 285.

causas dessas coalizões transnacionais, propiciada pelo avanço nas tecnologias de comunicação e transporte, já mencionadas em outro momento nesta tese. A rapidez na difusão transnacional permitiu que as ligações além-fronteiras mantidas entre indivíduos e grupos de interesses de intensificassem.²⁰⁷

Esses três fenômenos fazem parte de dois processos maiores que são a mundialização e a internacionalização. A mundialização – ou globalização –, conforme já discutido anteriormente, é marcada pela rapidez da circulação de capital, pessoas, informações, ideias, etc. Dessa forma, segundo alguns autores, a mundialização cria as bases necessárias para o surgimento de uma “conflitualidade transnacional”, enquanto outros argumentam que ela traz como resultado um “movimento social mundial”.²⁰⁸ Guillaume Devin, por sua vez, destaca que a mundialização em si não é responsável direta pelo surgimento de movimentos transnacionais, mas sim indiretamente, pois cria as condições sociais necessárias para que as ligações transnacionais se efetuem. Dessa forma, Devin argumenta que existe uma tendência geral para que os indivíduos e os grupos se aproximem dentro da sua própria sociedade e procurem ligações com o mundo que os cerca. Portanto, para Devin a mundialização apenas estaria acelerando um processo já existente.²⁰⁹

Tilly e Tarrow se alinham a esse argumento de Guillaume Devin ao afirmarem que nem todas as formas de militantismo transnacional existentes são uma consequência direta da mundialização. Para os autores essa visão pouco explica sobre o fenômeno, pois não aprofunda a discussão sobre os incentivos para que os militantes se engajem em causas transnacionais, tais como aquelas defendidas pelas redes transnacionais de advogados.²¹⁰ Entretanto, consideram que a mundialização – ou globalização – causou profundas repercussões na política do conflito ao criar uma extensa estrutura de oportunidades favorável à contestação internacional.²¹¹

Para Tarrow, a partir de então, essas estruturas de oportunidades seriam transnacionais e teriam substituído as tradicionais estruturas nacionais de oportunidades políticas.²¹² As estruturas transnacionais se beneficiam da perda da capacidade do Estado de reprimir ações

²⁰⁷ TILLY; TARROW, 2008, p. 285-287.

²⁰⁸ Idem, p. 291.

²⁰⁹ DEVIN, 2004, p. 18.

²¹⁰ Sobre as redes transnacionais de advogados, ver: KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy networks in International politics*. Ithaca-Londres: Cornell University Press, 1998.

²¹¹ TILLY; TARROW, 2008, p. 292-293.

²¹² TARROW, 2009, p. 228.

coletivas. Com o avanço das comunicações, o Estado perde a capacidade de selecionar as informações que chegam até os cidadãos. Além disso, com o declínio da capacidade do Estado em lidar com a economia global, ele também deixa de controlar os recursos das ações coletivas.²¹³ Sendo assim, a estrutura de oportunidades no cenário transnacional é muito mais ampla que a nacional em termos de recursos disponíveis aos militantes transnacionais.

Contudo, Oliver Grojean destaca que o ambiente externo não se reduz a estruturas estáticas. Portanto, as oportunidades políticas se atualizam de maneira contínua nas ligações dos movimentos nos contextos nos quais eles estão inseridos. Sendo assim, destaca a importância da análise dos contextos de ação para o mapeamento “das diferenças objetivas e estruturais de posição, de acesso aos recursos, de ligações de força e de tratamento político”.²¹⁴ Apenas dessa forma, segundo o pesquisador, se tornaria possível compreender porque as mobilizações tomam formas diferentes se estão em diferentes Estados.

Portanto, Grojean propõe uma concepção relacional das oportunidades políticas. Para tanto, destaca que, se o pesquisador não deve economizar na análise dos contextos, também não pode deixar de conferir especial atenção às interações entre os atores de ações coletivas transnacionais, bem como as suas dinâmicas de mobilização.²¹⁵ Para Tilly e Tarow, a intensificação das relações entre os Estados, seus representantes e autores não estatais, bem como a multiplicação das relações entre esses atores e as instituições ou organizações internacionais, são dois componentes da internacionalização que influenciaram diretamente a estrutura das oportunidades políticas e dos recursos disponíveis aos militantes. Dessa forma, podemos perceber que a internacionalização cria uma nova ordem internacional, que é regida pela crescente conexão entre os Estados, atores não estatais e organizações e instituições internacionais.²¹⁶

Sendo assim, os autores defendem que as conexões entre militantes de diferentes países estão entre os resultados mais surpreendentes da internacionalização.²¹⁷ Isso devido ao fato de que os movimentos dessa natureza se destacam pela sua composição heterogênea,

²¹³ TARROW, 2009, p. 228.

²¹⁴ GROJEAN, 2008, p. 29-30.

²¹⁵ Idem, p. 30-31.

²¹⁶ TILLY; TARROW, 2008, p. 294.

²¹⁷ Idem, p. 294.

causada pela convergência de múltiplas identidades em um determinado movimento social.²¹⁸ Dessas trocas emergem as solidariedades transnacionais, que se materializam em novas formas de ação coletiva. Estas esperam alcançar resultados para as suas demandas referentes à situação interna de um país específico, mas também possuem objetivos mais amplos, como influenciar ideias e práticas do sistema mundial.²¹⁹

Segundo Devin, “as solidariedades transnacionais são formas de ação coletiva que dependem de condições sociais que favoreçam a comunicação entre grupos e indivíduos distintos”. Elas são qualificadas como transnacionais, pois, além de serem efetivadas através da ação em conjunto de indivíduos de nacionalidades distintas, elas se desenvolvem em diferentes territórios nacionais.²²⁰ Diante disso, Devin propõe que os movimentos de solidariedade transnacionais sejam analisados a partir da ótica “micro” da sociologia dos movimentos, entretanto, sem perder de vista os aspectos “macro” nos quais o objeto de estudo está inserido.²²¹

A análise dos dois níveis dos movimentos sociais transnacionais (micro e macro) permitiu que os estudiosos do tema verificassem as transformações causadas pelo fenômeno. Para Olivier Fillieule e Danielle Tartakowsky, as solidariedades transnacionais unificaram precocemente os movimentos sociais. Dessa forma, a transnacionalização promoveu modificações nos repertórios de ação tradicionais, em virtude dos intercâmbios e novas combinações que dela emergem.²²² Mais do que isso, a transnacionalização trouxe como resultado a modificação da estrutura dos espaços de decisão política.²²³

Diante disso, a concepção de um novo conceito de campo político passou a ser necessária para compreensão do fenômeno.²²⁴ Esse novo conceito exige que princípios de justiça e regras para as relações interpessoais sejam incorporados em uma dimensão mais ampla que a nacional, enfrentando, portanto, a ordem vestfaliana. Assim, segundo Ruthy Laniado e Carlos Milani, o campo político é marcado por:

²¹⁸ MILANI, Carlos; LANIADO, Ruthy. Transnational social movements and the Globalization agenda: A methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum. *Brazilian Political Science Review*. v. 1, n. 2, July-December 2007, p. 20.

²¹⁹ Idem, p. 26.

²²⁰ DEVIN, 2004, p. 13-14.

²²¹ Idem, p. 18-19.

²²² FILLIEULE, Olivier; TARTAKOWSKY, Danielle. *La manifestation*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008, p. 71-72.

²²³ Idem, p. 72.

²²⁴ MILANI; LANIADO, 2007, p. 13.

[...] profundas tensões entre fluidez e rigidez, entre a horizontalidade dos fluxos transnacionais e as hierarquias institucionalizadas da (inter) governamentalidade, entre relações de solidariedade de caráter apátrido e relações de cidadãos como sinônimo de nacionalidade, e entre crenças compartilhadas e normas legais do direito internacional público.²²⁵

Essas mudanças nas estruturas do campo político possibilitam que movimentos transnacionais exerçam forte influência no cenário internacional, o que lhes possibilita almejar a transformação de práticas e a modificação das ideias e normas que regem o sistema internacional de acordo com os valores que eles defendem.²²⁶ A influência desses movimentos na valorização da democracia no sistema internacional evidencia esse aspecto das mobilizações transnacionais. Portanto, podemos concordar com Guillaume Devin ao afirmar que a transnacionalização é “um marcador e um fator de transformação nas relações internacionais”.²²⁷

A análise da evolução das ações políticas dos brasileiros forçados a deixar o país durante o regime militar evidenciou as transformações causadas pelos efeitos das solidariedades transnacionais e da própria sociedade transnacional. Diante disso, partiremos dessa perspectiva transnacional para compreender as mobilizações dos brasileiros asilados e/ou refugiados no Chile e na França.

²²⁵ “[...] profound tensions between fluidity and rigidity, between the horizontality of transnational flows and the institutionalized hierarchies of (inter) governmentality, between relationships of solidarity of a stateless character and relationships of citizenship as synonymous with nationality, and between shared beliefs and legal norms of public international laws”. MILANI; LANIADO, op. cit., p. 14.

²²⁶ MILANI; LANIADO, 2007, p. 15.

²²⁷ DEVIN, 2004, p. 14.

3 – O CHILE E A FRANÇA DURANTE OS ANOS 1960 E 1970: DOIS PAÍSES DE ACOLHIDA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Chile e França estão entre os inúmeros países que acolheram os perseguidos políticos pela ditadura militar brasileira durante as décadas de 1960 e 1970. Ainda que em momentos diferentes, ambos os países representaram focos de concentração dos militantes de esquerda no exterior, especialmente da segunda geração de exilados, que saiu do país após 1968. O fato de a pesquisa nas fontes documentais ter apontado uma expressiva transformação nas estratégias de luta dos exilados brasileiros ao longo das suas trajetórias no exterior nos incentivou a tentar compreender de que forma os contextos dos países de acolhida influenciaram suas atividades e ideias políticas. Diante disso, o método comparativo surgiu como uma possibilidade metodológica para analisar os dois países que representaram os maiores focos de concentração dos perseguidos pela ditadura brasileira.

A análise comparada é um dos principais métodos de pesquisa utilizados pelas ciências sociais para compreender os processos políticos. Alguns autores – como, por exemplo, Bertrand Badie e Guy Hermet – inclusive defendem que a ciência política se constituiu graças ao método comparativo.²²⁸ Os cientistas políticos atribuem tal relevância a este método porque, diferentemente das ciências exatas, que podem usar métodos mais eficazes para controlar hipóteses – tais como o método experimental e o estatístico –, as ciências sociais não podem submeter os seus objetos de estudo à experimentação.

Segundo Sartori, o poder explicativo do método comparativo consiste em identificar regularidades. Ao comparar, podemos aprender com as experiências dos outros – pois, segundo o referido autor, não é possível conhecer o próprio país se não forem conhecidos os demais –, além de explicar melhor um determinado contexto político, econômico e social.²²⁹ Assim, as comparações, além de possibilitar uma descrição mais detalhada das entidades e fenômenos políticos, fornecem dados para a formulação de uma teoria explicativa.

²²⁸ BADIE; HERMET, 1993, p. 15.

²²⁹ SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, Giovanni y MORLINO, Leonardo (comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994b, p. 31-32.

Entretanto, o método comparativo recebe constantes críticas pela ausência de rigor matemático que apresenta em suas análises. Além da ausência de rigor matemático, frequentemente as análises comparativas nas ciências sociais se deparam com o problema do contraste entre muitas variáveis e poucos casos. Em geral, recorre-se a esse tipo de análise porque os especialistas em política comparada costumam estudar fenômenos macropolíticos, que ou ocorrem raramente ou acredita-se que são melhor entendidos a partir da análise de um número reduzido de observações.²³⁰

Para David Collier, a tendência de muitos comparatistas em considerar poucos casos foi fortalecida por alguns fatores, como, por exemplo, o surgimento da ciência social interpretativa, o êxito das análises histórico-comparativas, os avanços dos estudos de caso, a persistente tradição intelectual e institucional dos estudos de área e do estilo de pesquisa promovidos por tais estudos, entre outros motivos.²³¹ Todos esses fatores levaram Collier a argumentar que existe uma tendência entre os cientistas sociais de continuar trabalhando com um número pequeno de casos em suas pesquisas comparativas.

Essa tendência se explica pela possibilidade de poder controlar melhor as hipóteses, oferecendo uma análise mais sólida do que aquelas que são resultados de estudos de casos. Nesse sentido, o método ainda é débil se o compararmos com os utilizados pelas ciências exatas (tais como o experimental e o estatístico) e, por isso, para Collier, ele é um método intermediário. De qualquer forma, mesmo apresentando muitas variáveis e um “N pequeno” – poucos casos –, ele oferece contribuições para a compreensão das entidades em estudo.²³²

A preferência pela análise de poucos casos também se dá devido ao fato de que todo processo político possui particularidades de diversas ordens, que devem ser observadas com cuidado pelo investigador. Por isso, a base da metodologia comparativa é o estudo de caso, pois ele permite identificar quais são os aspectos comparáveis para, então, verificar padrões. Logo, ao realizar um estudo comparativo, é importante determinar quais serão os critérios utilizados na comparação. Isto é, o pesquisador deve se perguntar: comparável sob qual aspecto? A análise comparativa tem como objetivo identificar semelhanças e diferenças entre determinadas entidades com relação a um critério. Se se assemelham em todas as suas

²³⁰ COLLIER, David. El método comparativo: dos décadas de câmbios. In: SARTORI, Giovanni y MORLINO, Leonardo (comp.). *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, p. 52.

²³¹ Idem, p. 74.

²³² Idem, p. 56.

características, segundo Sartori, elas constituem uma mesma entidade. Contudo, caso sejam totalmente diferentes, a análise comparativa perde o sentido.²³³

Ao indicar o que e como se deve comparar, o que deve comparar, é que a comparação se confirma como um método de pesquisa. Embora constitua um método de pesquisa imperfeito e limitado, segundo Lipjart, entretanto, é o método aplicável nas ciências sociais que mais se aproxima da metodologia experimental utilizada nas ciências exatas, que têm a vantagem de poder isolar as variáveis desejadas para verificar a relação de causalidade entre elas. Tais problemas da investigação comparativa levaram a metodologia a ser classificada como uma estratégia de pesquisa básica, indicada para investigações com poucos recursos.²³⁴ Todavia, tais dificuldades encontradas na análise comparada não impedem que as suas potencialidades sejam exploradas.

Mas o que é comparável entre o Chile e a França durante esse período? No caso da comparação entre Chile e França durante as décadas de 1960 e 1970, o nosso objetivo é compreender de que maneira os contextos nos quais os exilados brasileiros se inseriram influenciaram as suas ações políticas. São dois países extremamente distintos, mas, por motivos diversos, foram os principais polos de recepção de perseguidos políticos de inúmeras nacionalidades durante o período em análise. Sendo assim, para nos encaixarmos no modelo de “comparação sensata” proposto por Sartori,²³⁵ a análise comparada apresentada neste capítulo será centrada apenas nos aspectos do Chile e da França que os definem enquanto “países de acolhida” e que dizem respeito à comunidade brasileira exilada.

Com efeito, tendo como base a perspectiva de mobilizações transnacionais, que atribuem um importante papel ao contexto no qual os militantes estão inseridos na explicação sobre as formas de suas mobilizações coletivas, selecionamos três variáveis independentes. São elas: 1) as relações do governo dos países com a sua sociedade e os movimentos internos de esquerda; 2) as estruturas de acolhida oferecidas aos perseguidos políticos de outras nacionalidades e, por fim, 3) a presença da repressão brasileira.

Acreditamos que as três variáveis contribuíram para determinar os recursos dos quais os exilados dispõem para a organização política na medida em que impõem limitações, abrem espaços sociais com o objetivo de utilizar os exilados politicamente e determinam a

²³³ SARTORI, 1994a, p. 02.

²³⁴ COLLIER, 2002, p. 53.

²³⁵ SARTORI, op. cit., p. 02.

possibilidade de construir redes sociais. Portanto, influenciaram diretamente as formas de atuação durante o exílio político. Logo, com a análise comparada destas três variáveis, procuraremos identificar diferenças fundamentais entre os dois países que possam explicar as transformações pelas quais a esquerda brasileira passou ao longo do exílio.

3.1 *Política, economia e sociedade*

Chile e França representaram focos de concentração de brasileiros em diferentes momentos: o primeiro entre 1968 e 1973; o segundo, entre 1973 e 1979. No entanto, se a diferença temporal é pequena, o mesmo não pode ser afirmado sobre as diferenças nos campos político e social. A década de 1970 ficou marcada por ter sido um período de transformação da esquerda em todo mundo, e a análise demonstra que os processos históricos e políticos pelos quais esses dois países passaram foram determinantes para as transformações pelas quais a esquerda passou. Assim, procede-se a uma análise comparada dos contextos chileno e francês, objetivando compreender qual quadro político e social os brasileiros encontraram quando foram acolhidos nesses dois países enquanto perseguidos políticos.

3.1.1 Chile: do sonho socialista de Allende ao golpe militar

A chamada “experiência socialista” que o Chile viveu durante os anos de governo Allende foi o principal incentivo para que perseguidos políticos de todo o continente buscassem acolhida nesse país. A atenção da esquerda latino-americana para o Chile demonstrou que a “experiência socialista” de Allende não foi importante apenas para o próprio Chile, mas inclusive para toda a esquerda latino-americana e para o socialismo em si. Depois da Revolução Cubana, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que esta experiência chilena representou o principal incentivo para que muitos continuassem a lutar pelo sonho socialista. Entretanto, em 1973, o que antes era um sonho se tornou um pesadelo. O golpe de 11 de setembro deu início a um dos regimes militares mais tenazes do continente e pôs fim ao último refúgio para os perseguidos políticos do continente.

Para compreender como se deu esse processo, se faz necessário estudar o período anterior ao golpe, quando a população chilena se orgulhava da longevidade das suas instituições democráticas. Um espírito democrático era atribuído às próprias Forças Armadas chilenas, que gozavam de grande prestígio perante sua população. Tal como nos demais países latino-americanos, no Chile, os militares já realizaram muitas intervenções no decorrer do processo político do país,²³⁶ no entanto, no período que antecedeu ao golpe de 1973, as forças armadas já somavam quarenta anos de “neutralidade”. Desde 1930 os militares não intervinham diretamente na política; isso levou as forças armadas a se orgulharem da sua trajetória profissional e “apolítica” e do respeito que mantinham à constituição (constitucionalismo oficial das forças armadas chilenas). Contudo, o fato de não intervirem politicamente não significava que todo esse discurso tenha de fato correspondido com a realidade. Nesses quarenta anos de “neutralidade”, os militares tinham uma presença evidente no processo político do país, principalmente na repressão, “mesmo que a mando de governantes civis”.²³⁷

Se as forças armadas chilenas eram marcadas por essa divisão, a classe operária era marcada por sua capacidade de organização. Diversos autores destacam a organização e a combatividade apresentada pela classe operária desde a primeira metade do século XX. Isso pôde ser observado com a ampla adesão de trabalhadores que o Partido Comunista teve desde a sua fundação em 1912. O partido Socialista, fundado mais tarde, em 1929 – momento da crise –, também teve grande adesão do proletariado. As forças comunistas e socialistas desde cedo também aprenderam a fazer alianças, o que pôde ser visto com a eleição de Pedro Aguirre Cerda, em 1938, pela Frente Popular.²³⁸

A aliança da esquerda perdeu as eleições de 1958 por poucos votos e Alessandri, do Partido Nacional (PN), assumiu o comando do Estado chileno. Seu governo foi marcado pela defesa dos interesses da burguesia, dos latifundiários e do capital internacional. Seu programa de estabilização tinha medidas duras, tais como o congelamento de salários, o que levou a população a se mobilizar. Para conter as insurgências, Alessandri recorreu a diversas medidas repressivas, fazendo com que o seu governo ficasse notabilizado pelo autoritarismo.²³⁹

²³⁶ COMBLIN, 1980, p. 180.

²³⁷ GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2ª edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 57.

²³⁸ Idem, p. 55.

²³⁹ Idem, ibidem.

Em 1964, quem assumiu a presidência do Chile foi Eduardo Frei, do Partido da Democracia Cristã (PDC). Era um partido ligado aos setores mais abastados da sociedade, mas o seu conservadorismo não era tão claro. Seu programa de desenvolvimento se baseava no capital internacional, e essa política econômica registrou o crescimento industrial que era esperado pelo governo. Com vistas à ampliação do mercado interno, foi efetivada uma reforma agrária maior do que a esperada, representando a mudança mais significativa proporcionada pelo governo Frei.²⁴⁰

Por outro lado, durante o período do governo Frei ocorreu uma migração em massa das pessoas do campo para a cidade.²⁴¹ Como consequência, o governo enfrentou inúmeros problemas derivados da falta de moradia que se abateu nas grandes cidades chilenas.²⁴² As mobilizações dos sem-teto, em 1969, na cidade de Puerto Mont, foram duramente reprimidas pelo governo, assim como as mobilizações dos mineiros em El Salvador, em 1966.²⁴³

Dessa forma, as eleições de 1970 foram influenciadas por este contexto, devido ao qual a mobilização dos sem-teto e dos camponeses uniu-se à presença do operariado, que já era uma constante.²⁴⁴ Nessas eleições, portanto, a esquerda chilena ampliou as suas alianças, demonstrando grande coesão interna. Com efeito, as alianças da esquerda resultaram na Unidade Popular (UP), que reunia os Partidos Comunista e Socialista, além do Partido Radical (formado por setores médios urbanos e médios proprietários), do Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU), da esquerda cristã e do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR). Enquanto a esquerda se uniu, a classe dominante se dividiu em dois partidos: o Nacional – fusão dos partidos Conservador e Liberal – e a democracia Cristã.²⁴⁵ Essa divisão da direita foi fundamental para que Allende saísse vitorioso nas eleições, com 36,6% dos votos contra os 34,9% obtidos por Jorge Alessandri, do PN, que ficou em segundo lugar.²⁴⁶

²⁴⁰ ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: Mudança política e inserção internacional, 1964-1997. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 40, n. 2: 49-75, 1997, p. 54.

²⁴¹ GUAZZELI, 2004, p. 55-56.

²⁴² Idem, p. 55-56.

²⁴³ COELHO, Sandro Anselmo. Democracia Cristã e populismo: um marco histórico-comparativo entre o Brasil e o Chile. *Revista de Sociologia e Política*. n. 15: 67-82, Nov. 2000, p. 71.

²⁴⁴ GUAZZELI, op. cit., p. 55-56.

²⁴⁵ Idem, p. 58.

²⁴⁶ Em terceiro lugar ficou o candidato pela Democracia Cristã (PDC), Radomiro Tomic, com 27,8% dos votos. Cf.: KALLÁS, Ana Lima. *A paz social e a defesa da ordem: a Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2008, p. 94.

O governo Allende destacou-se pela implantação de medidas de grande impacto, que fizeram com que o período se tornasse conhecido como “a experiência socialista de Allende” ou, simplesmente, “a experiência chilena”. Seu governo ficou assim conhecido, pois, após ter chegado ao poder pela via democrática, procurou instalar medidas socialistas e, concomitante a isso, respeitar as instituições representativas do Estado, tais como “o Executivo, o Parlamento, o Poder Judiciário, a Contraloría Geral da República, o corpo de oficiais das Forças Armadas etc.”.²⁴⁷

Guiado pelo objetivo central de alcançar a independência econômica, diversas medidas foram efetivadas pelo governo de Salvador Allende. Entre elas, merece maior atenção a nacionalização da exploração mineira, com destaque para o cobre. Esperava-se que, dessa forma, o Chile alcançasse o controle dos recursos naturais do país, dando um impulso à economia nacional.²⁴⁸ Além da nacionalização do cobre, também foi incorporada uma parcela relevante do setor bancário e da indústria manufatureira.²⁴⁹ Preocupado em efetivar essa parte do seu plano de governo dentro da legalidade, Allende se baseou em uma lei de expropriação de 1932, que ainda era válida. De fato, essa lei permitiu que o governo passasse a controlar 62 indústrias e administrasse cerca de 39, após apenas um ano de governo.²⁵⁰

A reforma agrária também foi uma das medidas de impacto do governo Allende. A maior desapropriação de terras já vivida até então pelo Chile em favor da reforma agrária foi realizada durante o seu governo.²⁵¹ Apesar dos problemas encontrados para efetivar essa parte do seu programa de governo – greves no campo e invasões organizadas por grupos da UP e do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) –, houve um aumento do rendimento da produção agrícola, assim como do rendimento da produção industrial.²⁵²

Além desses avanços nos setores agrícola e industrial, após um ano de governo, a taxa de desemprego diminuiu, assim como a inflação. Houve ainda a elevação dos salários dos setores público e privado, o que aumentou o poder de compra da população.²⁵³

²⁴⁷ KALLÁS, 2008, p. 89.

²⁴⁸ Idem, p. 56.

²⁴⁹ GUAZZELI, 2004, p. 58.

²⁵⁰ KALLÁS, op. cit., p. 96.

²⁵¹ GUAZZELI, op. cit., p. 58.

²⁵² KALLÁS, 2008 p. 99.

²⁵³ Idem, p. 99.

No plano internacional, por sua vez, o governo de Allende ficou marcado pelo discurso nacionalista e em defesa da solidariedade latino-americana.²⁵⁴ Procurou manter os elementos que tradicionalmente guiavam a diplomacia chilena, mas procurou dar ênfase à universalização da busca por parceiros comerciais, respeitando os princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos. Dessa forma, procurou-se um enfiletamento com a ordem internacional então vigente, marcada pela bipolaridade imposta por causa da Guerra Fria. Assim, durante o período Allende, o Chile voltou a estabelecer relações comerciais e diplomáticas com países socialistas como Cuba, República Popular da China, República Democrática Alemã, República da Coreia, Vietnã; entre outros.²⁵⁵

É importante destacar que tanto o governo de Allende quanto uma parte considerável da população chilena mantinham uma evidente simpatia pelos governos dos países do bloco socialista. Isso ficou demonstrado com a visita oficial de Fidel Castro, em novembro de 1971, quando a população chilena encheu as ruas e os jornais de Santiago com desejos de boas vindas a um dos principais comandantes da Revolução Cubana.²⁵⁶ As inúmeras manifestações em memória de Ernesto Che Guevara, morto pelos militares bolivianos e pela CIA (Central Intelligence Agency) na Bolívia, em 1967, também deixaram clara essa simpatia. No aniversário de sua morte, em 1971, por exemplo, os jornais chilenos apresentavam manchetes que enalteciam a memória de “Che”, tal como fez a edição do *La Nación* de 09 de outubro de 1971: “El ‘Che’ Guevara esta vivo en el corazón de los revolucionários”.²⁵⁷

Por outro lado, a rejeição da população aos governos autoritários que passaram a comandar os países latino-americanos durante as décadas de 1960 e 1970 também era clara nos jornais chilenos do período. Reportagens que denunciavam o autoritarismo dos militares no Brasil, bem como a prática de métodos violentos de combate à oposição, por exemplo, eram constantes no jornal esquerdista *La Nación*.²⁵⁸ As notícias se intensificaram com a

²⁵⁴ ARAVENA, 1997, p. 50.

²⁵⁵ *Idem*, p. 56.

²⁵⁶ “Un million de santiaguinos recibieron ayer a Fidel”. *La Nación*. Santiago do Chile. 11 de noviembre, 1971, p. 01, 04 e 05; “Viva Chile! Viva Cuba! Fue el saludo de la clase trabajadora”. *La Nación*. Santiago do Chile. 11 de noviembre, 1971, p. 04; “Fidel, heroe de la revolución, el Chile te tiene en corazón”. *La Nación*, Santiago do Chile. 11 de noviembre, 1971, p. 07.

²⁵⁷ “El ‘Che’ Guevara esta vivo en el corazón de los revolucionários”. *La Nación*. Santiago do Chile. 09 de octubre, 1971, p. 01.

²⁵⁸ “Brasil: en su rostro el terror”. *La Nación*, Santiago do Chile. 28 de junio, 1971; “Asi tortura la dictadura”, *La Nación*, Santiago do Chile. 13 de julio, 1971.

chegada dos presos políticos trocados em 1971 pelo embaixador suíço, evidenciando, assim, a posição da maior parte da população chilena perante a Ditadura Brasileira.²⁵⁹

Apesar da clara simpatia pelos “revolucionários” e da antipatia pelas ditaduras civis-militares, a esquerda chilena se orgulhava por ter alcançado o poder através de um processo eleitoral pacífico.²⁶⁰ Porém, acreditava que essa ascensão ao poder havia sido possível de maneira excepcional no Chile, devido à dita tradição democrática das suas instituições, o que apenas posteriormente se mostraria uma farsa.²⁶¹ Como disse o próprio Fidel durante a sua visita oficial em Santiago do Chile, a tomada do poder por meios violentos deveria ser utilizada na ausência de outras alternativas, o que não teria sido o caso do Chile naquele momento histórico.

Quero expressar novamente a importância extraordinária que tem este processo chileno no qual pela primeira vez na história se abre a possibilidade de revolução social pela via eleitoral e pacífica. Os chilenos devem ter consciência disto. Não há contradição entre o processo chileno e a revolução cubana, como insistem em propagar as agências imperialistas. Que se recordem a 1ª ou a 2ª Declaração de Havana, na qual defendemos a fórmula da luta armada revolucionária onde os caminhos de avanço para o povo estivessem fechados.²⁶²

O fato é que o governo de Salvador Allende fez com que não apenas as esquerdas latino-americanas voltassem a sua atenção para o Chile, mas também chamou a atenção de países de outros continentes, tais como a França e a Itália.²⁶³ Portanto, as conquistas vividas pela população chilena durante o governo da Unidade Popular confirmaram para muitos militantes de esquerda a ideia de que o socialismo era o caminho para a construção de uma sociedade mais justa.

²⁵⁹ Mais informações sobre a chegada e recepção dos militantes trocados pelo embaixador suíço no tópico seguinte.

²⁶⁰ Tal qual expressou Salvador Allende em diversos discursos, inclusive no seu último discurso na Casa de La Moneda, já na eminência do golpe militar. Os discursos mais importante de Allende foram reunidos na seguinte obra: FUENTE, Victor Hugo de la (Presentación). *Cinco discursos fundamentales: Allende*. Santiago: publicación de Le Monde Diplomatique, Editorial “Aún creemos en los sueños”, 2008.

²⁶¹ KALLÁS, 2008, p. 89.

²⁶² “Quiero expresar nuevamente, la importancia extraordinaria que tiene este proceso chileno en que por la primera vez en la historia se abre la posibilidad de la revolución social por la via electoral y pacífica. Los chilenos deben tener conciencia de esto. No hay contradicción entre el proceso chileno y la revolución cubana, como insistem en propalar las agencias imperialistas. Que se recuerden la 1ª u la 2ª Declaración de Habana en que planteamos la formula de la lucha armada revolucionaria alli donde todos los caminos de avance para el pueblo estuvieran cerrados” Cf.: “Fidel en el Municipal: No hay contradicción entre la revolución cubana y la chilena”. *La Nación*, Santiago do Chile. 26 de noviembre, 1971, p. 10.

²⁶³ ARAVENA, 1997, p. 55.

Porém, os setores dominantes da economia chilena, contrariados principalmente no tocante às expropriações, procuraram se organizar para sabotar essa tentativa da UP de instalar o socialismo através das vias democráticas, com boicotes efetuados nos planos externo e interno.²⁶⁴ A desvalorização do cobre no mercado externo e a desaceleração da produção agrícola causada pela mobilização social da classe operária contribuíram ainda mais para que a crise econômica se formasse.²⁶⁵

A situação se agravou quando um mercado negro foi gerado, com o mesmo intuito de sabotagem. O mercado negro aumentou ainda mais o preço dos alimentos, resultando numa forte inflação econômica que teve início ainda no primeiro ano do governo Allende.²⁶⁶ Além disso, passaram a ocorrer as chamadas “greves dos patrões”, paralisações das empresas de transporte rodoviárias e dos comerciantes. Os organizadores da greve tinham objetivos políticos claros: esperava-se sabotar economicamente o governo de Salvador Allende e protestar politicamente contra as medidas do novo governo.²⁶⁷

Também vale destacar que essa burguesia que era contra Allende se fortificou quando a Democracia Cristã e o Partido nacional voltaram a se entender. Ao mesmo tempo, a Unidade Popular passou a enfrentar problemas com membros da ultra-esquerda do MIR.²⁶⁸ A oposição passou a organizar diversas manifestações de rua contra o governo, que se tornavam cada vez mais violentas. Entre tais manifestações, merece destaque a “marcha das panelas vazias”, que ocorreu em dezembro de 1971, e da qual participaram mulheres de classe média, integrantes do PN, da Democracia Cristã e de organizações sociais que se diziam não vinculadas a partidos políticos. Em 1971, as organizações “independentes” também organizaram a “Marcha pela Democracia”, na qual acusavam o governo Allende de ser ilegal por ser um governo de minoria.²⁶⁹

As forças favoráveis a Allende muitas vezes também tomaram as ruas de Santiago, em manifestações que tinham como objetivo afirmar o apoio popular ao governo. Tais manifestações são lembradas pela força das suas palavras de ordem, tais como “quien no salta

²⁶⁴ KALLÁS, 2008, p. 98.

²⁶⁵ Idem, p. 100.

²⁶⁶ GUAZZELI, 2004, p. 58.

²⁶⁷ MORAES, 2001, p. 230 e 233.

²⁶⁸ GUAZZELI, op. cit., p. 59.

²⁶⁹ KALLÁS, op. cit., p. 102-103.

es momia²⁷⁰!”, que incentivava os manifestantes a saltar para se diferenciar dos “reacionários”, ou o hino da campanha eleitoral de Allende composto por Victor Jara, cujo refrão era: “Venceremos! Venceremos!”.

Assim, gradualmente, as forças políticas se polarizavam no Chile. O enfrentamento se agravava a cada dia nas ruas e também nas urnas, como ficou claro com as eleições parlamentares de março de 1973. A vitória da Unidade Popular nessas eleições deixou ainda mais claro para os setores dominantes que o golpe seria a única saída para a retirada de Allende do poder.²⁷¹ Com efeito, a primeira tentativa de derrubar o governo da UP ocorreu no dia 29 de junho de 1973 e ficou conhecida como “Tancaço”, mas foi evitada por multidões de trabalhadores e militares que defendiam a constituição – destaque para Carlos Prats. Visando concretizar com sucesso um golpe, a oposição interna se aliou a estrangeiros interessados na deposição de Allende. Existem evidências de que a CIA e o governo militar brasileiro participaram ativamente da articulação do golpe de Estado em 1973.²⁷²

Desse modo, percebe-se que a intensidade dos acontecimentos políticos durante o governo Allende fizeram com que todos os grupos políticos chilenos se voltassem para a situação interna do país. Os asilados das diversas nacionalidades que lá se encontravam viveram todo esse processo que transformou o “sonho socialista” em pesadelo, como analisaremos melhor mais adiante.²⁷³ Por sua vez, o quadro político que os recebeu na França, sobretudo a partir de 1973, foi completamente distinto.

3.1.2 *A Nova Esquerda na França após 1968 : da esquerda armada à esquerda alternativa*

A França que os refugiados brasileiros encontraram foi muito marcada pelos efeitos da crise de maio de 1968. O movimento inicial para que a política e a sociedade francesa fossem repensadas durante a década de 1970 eclodiu com uma forte agitação estudantil, na

²⁷⁰ Os grupos favoráveis a Allende chamavam os opositores de “múmiás”, um apelido que fazia referência às acusações de imobilidade direcionadas à extrema direita chilena.

²⁷¹ KALLÁS, 2008, p. 107.

²⁷² BANDEIRA, 2003, p. 01.

²⁷³ O golpe de Estado no Chile e a participação da repressão brasileira será analisado mais profundamente no último item deste capítulo.

universidade de Nanterre, na periferia de Paris, no início de 1968. A agitação foi motivada principalmente pelo descontentamento com a reforma universitária implantada durante o governo Charles de Gaulle.²⁷⁴

De acordo com Becker, a revolta teve início entre grupos estudantis – também chamados de “grupúsculos” por De Gaulle – com orientações de esquerda, principalmente trotskistas, anarquistas e maoístas, que exerciam constante atividade na faculdade de letras de Nanterre.²⁷⁵ A movimentação política dos estudantes ganhou grande força com a invasão do prédio administrativo de Nanterre, no dia 22 de março. Tal ação incentivou a suspensão das aulas na universidade no dia 02 de maio e a punição de alguns líderes estudantis, tais como Daniel Cohn-Bendit.²⁷⁶

A revolta chegou até o *Quartier Latin*, onde ocorreram os confrontos mais violentos com a polícia, conhecidos como *noites de barricadas* que, para Touraine, podem ser consideradas o momento central do movimento.²⁷⁷ O movimento tomou conta de prédios universitários, dentre os quais merece destaque a Sorbonne. Essa universidade apoiou o movimento nascido em Nanterre, organizando um comício em solidariedade aos estudantes dessa universidade. Em resposta, a polícia francesa invadiu a Sorbonne, o que é considerado por muitos estudiosos do tema como sendo o marco de início do “maio francês”.²⁷⁸

A partir de então, o movimento ganhou volume. Deixou de ser composto exclusivamente por estudantes universitários e passou a contar com o apoio de professores universitários, intelectuais, artistas, além dos estudantes do Lycée (equivalente ao atual ensino médio no Brasil).²⁷⁹ A repressão aos estudantes foi violenta, o que sensibilizou parte considerável da população francesa que, diante disso, se posicionou a favor do movimento em um primeiro momento.²⁸⁰

²⁷⁴ TOURAINE, Alain. *Le mouvement de mai ou le comunisme utopique*. Édition : Le livre de poche. Paris : Brodard et Taupin, 1998, p. 102.

²⁷⁵ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 53.

²⁷⁶ BECKER, Jean-Jacques. *Histoire politique de la France depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 2000, p. 135.

²⁷⁷ TOURAINE, op. cit., p. 158.

²⁷⁸ ARAÚJO, 2000, p. 53.

²⁷⁹ Idem, p. 53.

²⁸⁰ BECKER, op. cit., p. 139.

Quando parecia que o movimento estudantil seria totalmente esmagado pela repressão policial, outros setores da sociedade francesa aderiram ao movimento, fazendo com que a revolta estudantil se transformasse em um enorme movimento social. Segundo Alain Touraine, a entrada dos operários na ação conferiu ao movimento a imagem de uma unidade que não correspondia com realidade de fato. Com efeito, após a adesão dos operários, o movimento de maio passou a possuir três domínios de ação: transformação da universidade, revolta cultural e lutas operárias.²⁸¹

A partir de então, o movimento também passou a ultrapassar ainda mais os limites de Paris e chegou à outras cidades francesas, dentre as quais podemos destacar Lyon e Rennes, que estão entre as maiores cidades do país. Mas também teve grandes efeitos em outras cidades, tais como Strasbourg, onde a universidade foi tomada pelos estudantes.²⁸² Em Nantes, teve início a greve geral, que começou com os operários da usina Sud-Aviation de Nantes, os quais ocuparam a fábrica.²⁸³ O mesmo ocorreu com a Fábrica da Renault. Em seguida, a Confédération Général des Travailleurs (CGT) convocou uma greve geral aos trabalhadores de todos os setores da economia francesa. A convocação teve imensa adesão e o movimento rapidamente tomou proporções gigantescas, somando 10 milhões de operários a aderirem à greve geral.²⁸⁴

Além das enormes proporções, o “maio francês de 1968” foi marcado pelo romantismo das palavras de ordem dos seus manifestantes. O romantismo do movimento de 1968 na França é apontado por Maria Paula Nascimento Araújo como um dos motivos que o levaram a ser considerado um marco, não apenas na França, mas inclusive em todo o mundo ocidental.

Maio de 1968 na França foi uma imagem e um exemplo de revolta para todo o mundo ocidental. Foi lá que os acontecimentos foram mais longe: ocupação de universidades e de fábricas, greves, manifestações e confrontos com a polícia, barricadas nas ruas. *Slogans* até então incompatíveis com a dura dinâmica da ação política eram escritos nos muros de Paris: “a imaginação no poder”; “um, dois, três mil Vietnãs”; “é proibido proibir”.²⁸⁵

²⁸¹ TOURAINE, 1998, p. 157 e p. 167.

²⁸² ARAÚJO, 2000, p. 53.

²⁸³ BECKER, 2000, p. 136.

²⁸⁴ Idem, p. 136.

²⁸⁵ ARAÚJO, op.cit., p. 53.

Em resposta às manifestações, no dia 30 de maio, Charles De Gaulle dissolveu a Assembleia e, em um discurso pela rádio, convocou o apoio da população ao seu governo. No mesmo dia, uma enorme manifestação de apoio ao governo gaullista ocupou toda a avenida Champs-Élysée com mais de 700 mil manifestantes.²⁸⁶ Estrategicamente, foram convocadas novas eleições para 23 de junho, o que foi decisivo para que o movimento gradualmente se dissolvesse.²⁸⁷

Nas urnas, os partidos esquerdistas perderam, o que confirmou a mudança de opinião de uma parte considerável da população em relação às revoltas. Segundo Becker, em um primeiro momento, a população se manteve a favor dos manifestantes, sensibilizada pelo romantismo dos protestos e revoltada contra a violência empregada pela polícia contra os estudantes. Posteriormente, o medo da crescente violência utilizada pelos próprios manifestantes teria feito com que a população mudasse de posição.²⁸⁸

Além disso, segundo Daniel Aarão Reis Filho, é importante destacar que a derrota dos partidos de esquerda nas eleições demonstrou o quanto estes estavam distantes do movimento. Para Reis Filho, a espontaneidade e as proporções da revolta de maio de 1968 surpreenderam os partidos esquerdistas, sobretudo o Partido Comunista Francês (PCF), que erraram nas suas previsões e avaliações sobre a situação e apenas seguiram os acontecimentos. Isto é, não lideraram o movimento. O preço imposto por esses erros de cálculo foi o de terem sido considerados culpados pela derrota.²⁸⁹

Ocorre que, em realidade, os líderes do movimento de 1968 haviam tido uma ligação com os partidos tradicionais de esquerda – socialistas ou comunistas – e haviam rompido ou sido expulsos destes por discordarem das suas formas de ação. Maria Paula Araújo, que realizou um estudo sobre a emergência e a mutação das esquerdas no Brasil e no mundo durante a década de 1970, se alinha à tese defendida por Berman, que afirma que os jovens franceses em questão faziam parte de uma geração que emergiu a partir do final da década de 1960 em diversos países e que, por terem nascido logo após a segunda guerra mundial, cresceram escutando histórias de guerra e de luta contra o nazismo. Isso teria sido um incentivo para que se sentissem seduzidos pela ação, pelo heroísmo e se revoltassem contra o

²⁸⁶ BECKER, 2000, p. 137.

²⁸⁷ ARAÚJO, 2000, p. 53.

²⁸⁸ BECKER, op. cit., p. 139.

²⁸⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3. Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008c, p. 47.

imobilismo dos antigos dirigentes dos partidos tradicionais de esquerda. Assim, essa geração ficou marcada pelo radicalismo das suas posições. Eles acusavam os partidos de esquerda tradicionais – especialmente o PCF – de serem conservadores e excessivamente cautelosos e passivos.²⁹⁰

A geração que participou do movimento de maio de 1968 rompeu com os partidos tradicionais e fez com que emergisse a chamada “nova esquerda dissidente”.²⁹¹ Segundo Araújo, esse fenômeno não se restringiu à França, pois pôde ser observado em diversos outros países. Assim, se na França emergiu a “gauche proletaire”, nos Estados Unidos emergiu a “New Left” (de onde se originou o termo), e diversos outros países, tais como Alemanha e Itália, também observaram a emergência do mesmo fenômeno.²⁹² Na América Latina, foi a Revolução Cubana, de 1959, quem incendiou a imaginação de boa parte da juventude do continente.

Com o intento de se voltar à ação, ao heroísmo e à ousadia, essa geração procurou justificar o uso da violência, inclusive teoricamente. Hannah Arendt, no livro *Sobre a violência*, procurou criticar as justificativas apontadas por essa geração de esquerda que emergiu no final da década de 1960 para o uso da violência enquanto estratégia política. Segundo Arendt, para os jovens que faziam parte da Nova Esquerda, a violência era um valor em si, e não apenas um instrumento de defesa. Segundo a justificativa teórica que elaboraram para tal posicionamento, a violência seria responsável pela construção de uma identidade e pelo regaste da integridade e do amor próprio dos indivíduos. Sendo assim, concluiu que foi essa linha de pensamento o que levou à existência de uma super valorização da ação entre os grupos políticos da Nova Esquerda.²⁹³

Assim, as formas de ação da Nova Esquerda que foram registradas ao longo da década de 1960 eram baseadas na valorização prática e teórica da violência. Na França, isso ficou claro com a gravidade alcançada pelos embates dos estudantes com a polícia em 1968 e no apoio que era oferecido às guerrilhas e movimentos anticoloniais. Seus militantes procuravam demonstrar o seu apoio aos argelinos na guerra que a França travava contra a

²⁹⁰ ARAÚJO, 2000, p. 35.

²⁹¹ Idem, p. 36.

²⁹² Idem, ibidem.

²⁹³ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994, p. 18-21.

Argélia (1954-1962), aos vietcongues, na guerra contra os Estados Unidos (1959-1975), e aos movimentos de guerrilha na América Latina durante a década de 1960.²⁹⁴

Régis Débray está entre os franceses que fizeram parte dessa geração e representou uma influência direta sobre os grupos armados brasileiros durante a década de 1960.²⁹⁵ Débray chegou até mesmo a organizar um grupo de franceses que foi a América Latina para participar de movimentos de guerrilha. De acordo com Araújo, essa ida fazia parte de uma das características dessa nova esquerda, que procurou uma aproximação com o povo nas suas ações armadas.²⁹⁶ Assim, observamos jovens da classe média brasileira se dirigindo ao campo na década de 1970, Che Guevara tentando organizar guerrilhas rurais na Bolívia e franceses engajados em focos guerrilheiros na América Latina. Dessa forma, deu-se início a uma rede de solidariedade entre as esquerdas francesa e brasileira, que se intensificaria com a chegada dos brasileiros na França.

Contudo, a partir de meados da década de 1970, a Nova Esquerda passou a romper com essa valorização da violência proposta pela geração de Régis Débray. Segundo Sidney Tarrow, esses militantes abandonaram os métodos violentos de combate para dar lugar a formas pacíficas de ação política. Assim, buscaram se diferenciar da velha esquerda, tentando chamar a atenção da imprensa, do meio estudantil e das autoridades para novos temas.²⁹⁷

Esse rompimento foi resultado de um processo de autocritica e avaliação dessa opção pela violência realizado pelos sobreviventes da repressão destinada aos grupos armados a partir de 1968.²⁹⁸ O aniquilamento das organizações e a morte dos militantes, bem como a derrota das experiências socialistas e/ou armadas, forçaram essa revisão.²⁹⁹ Na França, assim como no Brasil, acontecimentos como a primavera de Praga de 1968³⁰⁰ e a derrubada do governo socialista de Allende em 1973 haviam representado um duro golpe para a esquerda,³⁰¹ forçando o reposicionamento dos militantes que haviam sobrevivido.

²⁹⁴ ARAÚJO, 2000, p. 54.

²⁹⁵ Segundo Marcelo Ridenti, o texto de Debray intitulado *Revolução na Revolução* está entre as principais influências das organizações armadas brasileiras que optaram pelo foquismo, entre as quais o MR-8. No entanto, muitas dessas organizações recusavam identificar-se como “foquistas”, haja vista que existia a tentativa de “adaptar” a teoria de Débray à realidade brasileira. Cf.: RIDENTI, 1993, p. 45.

²⁹⁶ ARAÚJO, op. cit., p. 52.

²⁹⁷ TARROW, 2009, p. 199.

²⁹⁸ Ver capítulo 5.

²⁹⁹ ARAÚJO, op.cit., p. 98.

³⁰⁰ REIS FILHO, 2008c, p. 49.

³⁰¹ “Le putsch militaire au Chili”. Paris, *Le Monde*. n. 8916, Jeudi, 13 septembre, 1973, p. 01.

Como resultado, essa avaliação e essa autocrítica fizeram com que emergisse “uma esquerda alternativa”, guiada por ideias totalmente diferentes daquelas que conduziram a esquerda armada da década de 1960. Entre as ideias que guiavam essa esquerda alternativa, devemos destacar “a valorização do cotidiano, do indivíduo, das relações pessoais, a valorização dos sentimentos e das emoções”.³⁰²

A esquerda alternativa que surgiu nos primeiros anos da década de 1970 valorizava a *subjetividade* e abandonou as formas de ação que recorriam à violência. Além disso, é importante destacar sua crítica às “rígidas formas de organização e hierarquia” e a defesa de uma “democracia direta, participativa e sem intermediários”.³⁰³ Em outras palavras, a esquerda alternativa procurava fazer uma crítica à noção tradicional da representatividade política e defender a participação direta dos indivíduos nas decisões políticas.

Ao defender a singularidade, as diferenças e as especificidades, a esquerda alternativa rompia com o marxismo. Segundo Hannah Arendt, Marx e intelectuais marxistas formavam o principal embasamento teórico dos diversos grupos e organizações armadas da década de 1960, muito embora a autora destaque que a nova esquerda tenha interpretado os escritos de Marx e Engels de maneira incorreta no que se refere ao uso da violência.³⁰⁴ De qualquer forma, a Nova Esquerda utilizava categorias de análises marxistas consideradas indispensáveis, tais como as ideias de “totalidade” e “universalidade” na sua retórica teórica. Com a avaliação das suas formas de ação na primeira metade da década de 1970, essas categorias foram abandonadas e passou a haver uma valorização do específico e da fragmentação.³⁰⁵

Intelectuais franceses estão entre as principais influências na construção dessa nova linha de pensamento da esquerda.³⁰⁶ Dentre eles, merecem destaque Michel Foucault e Gilles Deleuze, que deixaram claro a oposição à noção de totalidade em um diálogo intitulado “Os intelectuais e o poder” publicado na obra “A microfísica do poder”, de Foucault.

³⁰² ARAÚJO, 2000, p. 43.

³⁰³ Idem, p. 98.

³⁰⁴ ARENDT, 1994, p. 23.

³⁰⁵ ARAÚJO, op. cit., p. 109.

³⁰⁶ Idem, p. 110.

Isto quer dizer que a generalidade da luta certamente não se faz por meio da totalização de que você falava há pouco, por meio da totalização teórica da “verdade”. O que dá generalidade à luta é o próprio sistema de poder, todas as suas formas de exercício aplicação.³⁰⁷

Foucault e Deleuze, em realidade, faziam parte de um amplo debate que contou com a participação de vários outros importantes intelectuais das universidades francesas. O debate colocava em questão diferentes interpretações sobre o marxismo e o socialismo e evidenciou a simpatia de muitos intelectuais franceses pelo pensamento de Mao Tsé Tung, por representar uma alternativa ao socialismo soviético, supostamente valorizando o sujeito política e culturalmente.³⁰⁸ Outras questões, tais como o humanismo, também foram debatidas. O fato é que esse debate foi essencial para a redefinição das esquerdas, não apenas na França, mas em todo o ocidente.³⁰⁹ Para Sidney Tarrow, esse é, inclusive, um dos aspectos mais marcantes do movimento de maio de 1968: a rápida difusão transnacional das suas ideias.³¹⁰

As novas ideias que se baseavam na valorização do indivíduo fizeram com que a extrema esquerda francesa na década de 1970 passasse a atuar por meio de novas formas de mobilização política, dentre as quais merece destaque a greve de fome. Segundo Johanna Siméant, a primeira greve de fome utilizada como forma de manifestação política data de 1971. Primeiramente, essa forma de ação foi adotada por militantes da extrema-esquerda francesa, e se disseminou entre a população que tinha um repertório limitado de atuação política por questões jurídicas. Assim, os migrantes ilegais – com destaque para os “Sans Papiers” – e a população carcerária passaram a recorrer a esse método, que visava usar o corpo para reivindicar o “direito de existir”.³¹¹

O movimento feminista francês da década de 1970 também foi ancorado na nova esquerda e nessa redefinição teórico-prática pela qual ela passou no início dessa década. De acordo com Florence Rochefort, em realidade, o movimento das mulheres na década de 1970

³⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 20^a edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 78.

³⁰⁸ Posteriormente, boa parte dos intelectuais franceses deixaram de apoiar a Revolução Chinesa, principalmente após as denúncias que emergiram sobre o regime político chinês. ARAÚJO, 2000, p. 107.

³⁰⁹ ARAÚJO, 2000, p. 55.

³¹⁰ TARROW, 2009, p. 199.

³¹¹ SIMÉANT, 1998, p. 281 e p. 287.

constituiu uma “segunda onda” de feminismo na França, pois já havia ocorrido uma “primeira onda” entre a Belle Époque e a Segunda Guerra Mundial.³¹²

A “segunda onda” teve início na década de 1960, por influência da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1949), e ganhou força após 1968. O ressurgimento do movimento foi, de certa forma, uma consequência de maio de 1968, mas, ao mesmo tempo, travou grandes embates com a esquerda francesa. De qualquer forma, ao afirmar que “o privado é político”, o movimento contribuiu para indicar para a nova esquerda o caminho em defesa da subjetividade.³¹³ A força e a amplitude do movimento feminista francês foram extraordinárias, o que ficou demonstrado com a legalização do aborto em 1975 e a sua influência sobre mulheres de outros países, tal como podemos observar ao analisar as exiladas brasileiras na França.³¹⁴

É importante destacar que as reivindicações dos novos movimentos sociais, tais como o movimento feminista, contribuíram para que a esquerda francesa repensasse a questão dos direitos sociais. Segundo Éric Agrikoliansky, a relação da esquerda com a questão dos direitos humanos sempre foi ambígua, porém, a repressão aos grupos de extrema esquerda pós-1968 e a crescente crítica ao modelo soviético durante a década de 1970 fizeram com que a esquerda mudasse suas estratégias de ação. O discurso em favor dos direitos humanos, portanto, vai ao encontro do abandono de várias posições políticas que guiavam os partidos esquerdistas – em 1976 o Partido Comunista Francês abandonou a defesa da ditadura do proletariado – e a emergência da defesa das liberdades individuais. Assim, o discurso em favor dos direitos humanos deu legitimidade ao enfrentamento com a direita, que, durante a presidência de Valéry Giscard d’Estaing (1974-1981), defendia o discurso de “liberalismo avançado”.³¹⁵

Como consequência, observa-se na esquerda francesa a adoção de novos recursos de intervenção política, com destaque para os recursos legais. Dessa forma, a partir da década de 1970, o judiciário se torna uma arena política também para a esquerda nas lutas por direitos sociais, trabalhistas, etc. Os partidos de esquerda participaram assim da ratificação da

³¹² ROCHEFORT, Florence. Les féministes. In: BECKER, Jean-Jacques et CANDAR, Gilles (dir.). *Histoire des gauches en France*. v. 2 : siècle à l’épreuve de l’histoire. Paris: La Découverte, 2005, p. 108.

³¹³ Idem, p. 114.

³¹⁴ Ver o capítulo 5.

³¹⁵ AGRIKOLIANSKY, Éric. La gauche, le libéralisme politique et les droits de l’homme. In: BECKER, Jean-Jacques et CANDAR, Gilles (dir.). *Histoire des gauches en France*. v. 2 : siècle à l’épreuve de l’histoire. Paris: La Découverte, 2005, p. 524 e p. 536-537.

convenção europeia de direitos humanos e outras iniciativas que visavam institucionalizar os direitos individuais.³¹⁶

Assim, percebemos que, a partir da década de 1970, os movimentos políticos franceses passavam por grandes transformações e foram pioneiros na introdução de novos temas para o debate público. A subjetividade, a especificidade, a democracia participativa, etc., começaram a fazer parte do contexto político francês. Além disso, novas formas de ação política passaram a ser adotadas, tais como a greve de fome e o judiciário.

Além desse novo contexto político interno, a França, por ser um país europeu, também se inseria em um novo contexto internacional, como vimos anteriormente, marcado pela transnacionalismo.³¹⁷ A emergência de atores com a intenção de praticar ações com alcance internacional, enfrentando a exclusividade atribuída ao Estado nacional, inseriu a sociedade civil e os migrantes nesse processo de transformação pelo qual a esquerda francesa passava.

3.2 *As estruturas de acolhida de perseguidos políticos*

Se os contextos sociais, políticos e econômicos dos países de acolhida tiveram uma importância na maneira como os militantes brasileiros vivenciaram o período no exterior, as estruturas de acolhida que encontraram tiveram uma influência imensurável no seu processo de integração local. Conforme já foi dito, a análise da documentação indica que essa estrutura de acolhida é resultado do contexto desses países, mas também da legislação internacional que elegeram para qualificar os migrantes forçados que acolheram. Nesse sentido, cabe lembrar que, no atual sistema internacional, ainda prevalece a soberania dos Estados. Procurando mantê-la como princípio das relações internacionais, os Estados procuram se beneficiar da liberdade para escolher a legislação que melhor convém aos seus interesses.

³¹⁶ AGRİKOLIANSKY, 2005, p. 537.

³¹⁷ Ver capítulo 1.

No caso dos países latino-americanos, isso se torna possível devido à coexistência de duas legislações sobre migrantes forçados. Conforme já exposto, visando respeitar as diferenças entre os dois institutos jurídicos, optamos por nos referir aos brasileiros enquanto grupo como *exilados*, destacando, assim, a aspecto político da migração da geração de 1968. Porém, para compreender a influência dos contextos no exílio dos brasileiros, se faz necessário destacar as particularidades de cada sistema de acolhida. Sendo assim, objetivamos captar tanto as similitudes quanto as diferenças entre o Chile e a França. Para tanto, procuraremos comparar o sistema latino-americano de asilo, adotado pelo Chile durante a década de 1970, e o sistema da ONU de proteção aos refugiados, adotado pela França e pelos demais países europeus desde a criação do *status*.

3.2.1 *O sistema latino-americano de asilo político e os asilados brasileiros no Chile*

O asilo político é um benefício internacional que visa proteger a pessoa humana. Existem registros referentes ao asilo ainda na antiguidade. Contudo, esse benefício se modificou com o passar dos séculos e, atualmente, segundo Haroldo T. Valladão, o instituto do asilo pode ser definido da seguinte maneira:

o asilo é a admissão, por um Estado, em seu território ou fora dele, no local da sua representação diplomática ou da residência do chefe desta última ou em seus navios ou suas aeronaves militares, de estrangeiro refugiado, perseguido em outro Estado por motivo político.³¹⁸

Portanto, fica claro que o asilo político é um benefício concedido a perseguidos políticos. Assim, a concessão do benefício se baseia na perseguição em si. Visando estender a proteção garantida pelo instituto, o asilo pode ser concedido tanto no país de acolhida quanto nas suas representações diplomáticas. Dessa forma, ele se divide em dois tipos: o *asilo territorial* e o *asilo diplomático*.

³¹⁸ VALLADÃO, Haroldo T. Asilo territorial y asilo diplomático. In: COMITÉ JURÍDICO INTERAMERICANO. *XII Curso de Derecho Internacional*. Washington: Ediciones Jurídicas de las Américas, 1986, p. 237.

O *asilo territorial* ocorre quando o Estado concede o benefício ao estrangeiro que o solicita quando já se encontra no âmbito do espaço territorial de sua soberania. É, portanto, o benefício em sua forma definitiva. O país de acolhida tem a responsabilidade de providenciar a documentação para o asilado, caso seja necessário, e de assegurar a proteção, limitando a saída compulsória do país.

O *asilo diplomático*, por sua vez, é uma forma provisória de proteção ao indivíduo. Ele se dá quando uma pessoa que se sinta perseguida politicamente procura uma representação de algum país estrangeiro no território do seu país de origem, assegurada pela imunidade, e solicita o benefício.³¹⁹ Tem caráter provisório, pois o serviço diplomático ou militar que o aceitou como asilado deve tomar as providências necessárias para encaminhar o fugitivo para o asilo territorial em solo do seu país ou, em caso de recusa deste, deve encaminhá-lo para um terceiro país que o aceite como asilado político.

Atualmente, o asilo é um instituto legal mais costumeiro na América Latina. Segundo os pesquisadores que se dedicam à temática, a prática deste benefício é mais presente nos países latino-americanos devido à instabilidade das suas instituições políticas, que leva à necessidade de estabelecer procedimentos legais de proteção ao criminoso político. Os países fora da região privilegiam o sistema da ONU de proteção aos refugiados, que não faz a distinção entre *asilo* e *refúgio*. Nesse sistema se fala de asilo e solicitantes de asilo.³²⁰ Para se referir àqueles que já obtiveram o benefício se utiliza o termo *refugiado*.³²¹

Na América Latina, diversos documentos foram elaborados para afirmar o asilo como um instrumento jurídico de defesa da pessoa humana.

A positivação do asilo na América Latina teve início com o Tratado de direito penal de Montevideu, em 1889, e conta com uma longa tradição, como demonstra a existência dos seguintes documentos: *Convenção sobre Asilo* (VI Conferência Pan-Americana, Havana, 1928); *Convenção sobre Asilo Político* (VII Conferência Internacional Americana,

³¹⁹ Os locais onde o asilo diplomático pode ser concedido são: as legações (sedes de missões diplomáticas ordinárias, residências dos chefes das missões e lugares por estes definidos em caso de um número muito elevado de asilados); navios e aeronaves militares e, por fim, acampamentos militares. Consulados, automóveis da missão diplomática e sedes de organizações internacionais não são considerados locais de asilo diplomático. Ao país de origem do perseguido político, cabe a responsabilidade de emitir o salvo-conduto que permita que o criminoso político chegue ao território do país de acolhida em segurança. Cf.: MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979, p. 657.

³²⁰ HANLAN, Hope. Prefácio. In: ALTO COMISIONADO DE NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina*. 1^a ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 09-10.

³²¹ Idem, p. 09-10.

Montevideu, 1933); *Declaração dos Direitos e Deveres do Homem sobre asilo territorial* (IX Conferência Pan-americana, 1948); *Convenção sobre Asilo Político* (Montevideu, 1939); e *Convenção sobre Asilo Diplomático* (X Conferência Interamericana, Caracas, 1954).³²²

Além dos documentos específicos a respeito do asilo político, segundo Liliana Lyra Jubilut, documentos regionais – que abordam os direitos humanos de maneira mais geral – destacam ainda mais o papel da América Latina em termos de asilo político, pois estabelecem que a concessão de asilo é um dever dos Estados e ampliam a proteção aos perseguidos políticos em comparação à proteção prevista pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Entre tais documentos regionais, podemos destacar a Declaração Americana de Direitos Humanos (1948) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969).³²³

Apesar disso, embora seja um instrumento jurídico de proteção à pessoa humana, o asilo continua sendo um direito do Estado e não do indivíduo. Isto é, em respeito ao princípio da soberania dos Estados, nenhum Estado é obrigado a aceitar qualquer indivíduo em seu território.³²⁴ Portanto, o Estado tem o poder discricionário de conceder o asilo político ao estrangeiro que se sentir perseguido politicamente e que se encontrar em seu território ou em suas representações diplomáticas ou militares fora do seu território.³²⁵ Essa possibilidade de solicitar a proteção de um Estado em suas representações em outros países divide o instituto do asilo em *asilo territorial* e *asilo diplomático*, cujas respectivas características já foram apresentadas.

Em ambos os casos, o principal objetivo é proteger indivíduos que são vítimas de perseguição política em seus países de origem por intermédio do acolhimento destes em um país estrangeiro. Assim, a proteção se fundamenta na solidariedade e na cooperação internacional. A principal base legal desse benefício é o respeito aos direitos humanos. Portanto, o Direito Internacional dos Direitos Humanos abrange o asilo político.³²⁶

³²² JUBILUT, 2007, p. 38.

³²³ Idem, p. 39.

³²⁴ VALLADÃO, 1986, p. 239.

³²⁵ JUBILUT, op. cit., p. 38.

³²⁶ Idem, p. 49.

A natureza da repressão desencadeada pela ditadura brasileira – mais seletiva e qualificada ao ser comparada com as demais ditaduras que governaram os países do Cone Sul na segunda metade do século XX – permite afirmar que a maioria dos brasileiros que buscaram alguma maneira de deixar o país nesse período havia sofrido efetivamente algum tipo de perseguição política. Isso garantiria, aos brasileiros que solicitaram, os benefícios de *refugiados* ou *asilados políticos*.

Entretanto, é importante destacar que o fato de a maioria ter visto o exílio como uma breve preparação para o retorno fez com que muitos exilados não solicitassem asilo enquanto estavam na América Latina. Solicitar asilo, nessas condições, era considerado desnecessário por muitos. Além disso, houve muitos brasileiros que permaneceram com vistos de estudantes ou mesmo com vistos de turistas, sem procurar se legalizar de alguma forma.³²⁷

De qualquer maneira, entre aqueles que solicitaram a proteção internacional, na maioria dos países latino-americanos onde buscaram acolhimento, foram acolhidos como *asilados*, segundo a documentação diplomática analisada.³²⁸ Conforme mencionado, na América Latina observa-se que o direito a asilo político é privilegiado em detrimento do direito a refúgio no caso de perseguidos políticos, e é apenas aqui que se encontra essa distinção.³²⁹ Na Europa, os brasileiros receberam o *status de refugiado*.

O asilo político, como visto, tem como objetivo a proteção do indivíduo, assim como o refúgio. Contudo, a sua proteção é mais restrita, pois se dirige exclusivamente àqueles que sofreram perseguição política, não impondo obrigações ao Estado de acolhida. Nesse sentido, os tratados internacionais a respeito de asilo não estipulam obrigações internacionais ao Estado por ter concedido o asilo e em face do asilado. Também não existe um órgão ou uma organização internacional encarregada de fiscalizar a prática do asilo político, tampouco há obrigação de levar a efeito políticas de integração local dos asilados.³³⁰

A análise das fontes documentais indica que, devido ao fato de terem sido considerados *asilados* enquanto estavam nos países latino-americanos que os receberam, os

³²⁷ Entrevista com Lavínia Borges e Teodoro Buarque de Holanda. Realizada no Rio de Janeiro - RJ, dia 17 de julho de 2010.

³²⁸ A documentação diplomática referente ao período em estudo que se encontra disponível para a pesquisa pode ser consultada nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico do Itamaraty (Brasília - DF) e Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Chile (Santiago - Chile).

³²⁹ HANLAN, 2003, p. 09.

³³⁰ JUBILUT, 2007, p. 50.

brasileiros puderam usufruir de menos direitos do que aqueles conferidos aos perseguidos acolhidos como refugiados. Não há registro de políticas de integração ou de algum tipo de auxílio oficial por parte dos governos dos países que os acolheram. Assim, é grande o número de ex-asilados brasileiros que relata as dificuldades para garantir a sobrevivência como asilados, por exemplo, no Uruguai e no Chile.

O Uruguai, embora se orgulhasse da sua tradição de defesa do direito irrestrito ao asilo político,³³¹ não possuía políticas de integração e assistência aos asilados que acolhia. A ausência do oferecimento dessas políticas por parte do Estado acolhedor fez com que a maioria dos brasileiros dependesse da solidariedade de outros asilados para garantir a sobrevivência além das fronteiras nacionais. Esse quadro incentivou a criação da Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai (AEBU), que tinha como prioridade buscar soluções para os problemas relacionados à sobrevivência dos brasileiros durante o exílio.³³² A Associação conseguiu aliviar tais problemas; mas, como era dirigida por asilados, ela também foi motivo de disputas internas, pois haviam aqueles que acreditavam estar sendo desprivilegiados em relação a outros.³³³

A necessidade de os asilados se organizarem para garantir a sobrevivência do grupo se repetiu no outro polo de concentração de brasileiros, o Chile. Esse país latino-americano não possuía uma tradição de defesa do direito ao asilo político tão forte quanto o Uruguai, mas desde 1964 ele recebeu brasileiros que fugiam da repressão no Brasil. A busca pela acolhida no Chile aumentou sobremaneira a partir da eleição de Salvador Allende, em 1971. Conforme já exposto, a curiosidade provocada pela experiência socialista que o país então vivenciava com o governo da Unidade Popular fez com que esse país se tornasse “uma espécie de oásis – não só para os brasileiros, mas também para a esquerda latino-americana em geral”, segundo as palavras de uma ex-asilada, Ana Maria.³³⁴

Apesar da chegada desse enorme fluxo de asilados, o Chile não se organizou para recebê-los. Nesse país, assim como no Uruguai, os brasileiros foram recebidos como *asilados políticos* e, como consequência, o governo não tinha obrigação legal de recepcioná-los. Sendo assim, os brasileiros não puderam contar com organizações de apoio que oferecessem ajuda

³³¹ MARQUES, 2006, p. 28.

³³² “Exilados se agrupan.” *Acción*. Montevideo-UY. Año XVI. n. 5589. 21 de setiembre de 1964. p. 2.

³³³ MARQUES, op. cit., p. 70.

³³⁴ Depoimento de uma ex-asilada chamada Ana Maria, em setembro de 1977. In: COSTA, et. al., 1980, p. 293.

para conseguir emprego, moradia e superar as demais dificuldades decorrentes da saída forçada do país. Segundo Denise Rollemberg:

No Chile, não havia organizações de acolhida a refugiados, ligadas ou não ao Estado, nos moldes das que os receberam, mais tarde, na França, por exemplo. Os exilados iam chegando e se instalando nas casas de outros exilados. Recorriam a economias próprias, de parentes, amigos ou organizações políticas. Glória Ferreira lembra como, durante os dois anos no Chile, nunca deixou de ter hóspedes em casa, num fluxo intenso, que parecia não ter fim. Era comum também os brasileiros alugarem uma casa e morarem em grupo, até porque havia escassez de moradias disponíveis para locação.³³⁵

Contudo, o governo Allende ofereceu tratamento diferenciado aos 70 presos políticos trocados pelo embaixador suíço em janeiro de 1971.³³⁶ O governo chileno se responsabilizou totalmente pela acolhida dos banidos pelo regime, disponibilizando alojamento coletivo, assegurando a alimentação e oferecendo oportunidade de trabalho e a possibilidade de estudar.³³⁷ Não havia justificativa legal para tal tratamento diferenciado, haja vista que a documentação produzida pelo serviço diplomático os qualificava como *asilados*.³³⁸ Logo, tudo indica que a grande cobertura jornalística internacional em torno da libertação do maior número de prisioneiros trocados por uma autoridade diplomática estrangeira no Brasil levou o governo chileno a oferecer tal assistência a esse grupo específico de asilados.

Os asilados que não faziam parte desse grupo se organizaram para garantir sua subsistência, tal como fizeram os asilados no Uruguai. Assim, surgiu a “Caixinha” – uma espécie de comitê de acolhida organizado pelos próprios asilados. Muito embora a “Caixinha” tenha passado a se chamar “Associação Chileno-Brasileira de solidariedade” (ACBS) quando precisou se formalizar, era uma organização essencialmente brasileira. Os recursos vinham dos asilados mais afortunados e também houve doações do governo da Unidade Popular em

³³⁵ ROLLEMBERG, 1999, p. 107.

³³⁶ Como vimos, além do embaixador suíço, as organizações de esquerda também sequestraram o embaixador norte-americano, o cônsul japonês, Nobuo Okushi, e o cônsul alemão. Cf.: DOPS-SP. “Relação n. 01 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP; DOPS-SP. “Relação n. 02 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP; DOPS-SP. “Relação n. 03 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP; DOPS-SP. “Relação n. 04 – Banidos do território nacional”, Arquivo Público de São Paulo – SP.

³³⁷ ROLLEMBERG, op. Cit., p. 108.

³³⁸ MINISTERIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. Embaixada do Chile no Rio de Janeiro/Brasília. *Estudios que estaria realizando El Ejército brasileño sobre el establecimiento de guerrillas en Chile*. Ofício expedido em 23 de marzo de 1971. p. 04. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Chile. Fundo: Brasil.

roupas e alimentos. Além disso, a “Caixinha” também recebeu uma doação no valor de 50 mil dólares do Conselho Mundial das Igrejas. Na época, o valor era bastante relevante e, segundo Paulo Krischke, foi investido em um restaurante que funcionava em Santiago.³³⁹ As doações não significaram uma interferência nas formas de ação da “Caixinha”, conforme afirma Krischke.

Assim como a AEBU, a “Caixinha” procurava auxiliar aqueles que chegavam a organizar a documentação, a conseguir moradia e recursos para as demais necessidades. Segundo o depoimento de Thomás Togni Tarquínio, ex-exilado no Chile, a “caixinha” era a única organização que se ocupou da recepção e instalação dos brasileiros no Chile.

TT - Tinha uma estrutura mínima para orientar [no Chile], para documento – no Uruguai também tinha – que era a tal “caixinha” no Chile. (...) o Pio [referência ao ex-asilado Pio Pereira dos Santos] era da caixinha e eu também.

TM - Então quando você chegou, quem o recepcionou foi a “caixinha”?

TT - Não, quem me recebeu primeiro foi um cara da Ação Popular, um membro da Ação Popular. E daí eu entrei em contato com o pessoal da Ação Popular. Depois eu procurei a caixinha mais para ver problema de legalização, aí fui... Eu fazia economia e me inscrevi na universidade, fiz a equivalência na universidade do Chile para isso. E montei um laboratório de fotografia, mas mais tarde.

TM - Então, da parte do governo Chileno, não teve nenhum tipo de apoio?

TT - Não, não. Nenhum tipo de encontro com o governo, nem nada, na minha época.

TM - Quem mais ajudou foi essa organização, a “caixinha” dos exilados?

TT - A “caixinha” que encaminhou, que tinha o canal com a polícia, que cuidava dessa parte de migração, para ter os papéis legais, etc.³⁴⁰

Contudo, assim como aconteceu com a AEBU, a “Caixinha” também foi motivo de discórdia entre os asilados com relação à destinação dos recursos, principalmente quando o Conselho Mundial das Igrejas passou a enviar importantes quantias para esta “organização” que nunca teve personalidade jurídica.³⁴¹

³³⁹ Entrevista com Paulo Krischke. Realizada em Florianópolis-SC, 20 de fevereiro de 2009.

³⁴⁰ Entrevista com Thomás Togni Tarquínio. Realizada em Florianópolis-SC, 18 de fevereiro de 2009.

³⁴¹ ROLLEMBERG, 1999, p. 107 e p. 157.

Dessa forma, percebe-se que políticas de acolhimento e integração eram necessárias para a maioria dos brasileiros perseguidos pelo regime militar e asilados nos países latino-americanos. A ausência destas políticas levou os brasileiros a se organizarem para garantir a sobrevivência do grupo, mas tal organização nem sempre foi eficiente e justa. Além de tornar o processo de adaptação mais complicado, essa ausência de políticas de acolhida fez com que o contato dos asilados com a sociedade chilena se tornasse ainda mais limitado, visto que eles próprios eram os responsáveis pela acolhida dos conterrâneos no país. A acolhida foi diferente na Europa, principal destino dos brasileiros após o golpe de Estado que depôs Salvador Allende no Chile devido ao fato de terem sido recebidos como *refugiados*. As características do refúgio como instituto jurídico e as maneiras como a concessão desse direito beneficiou os brasileiros na Europa serão discutidas no tópico seguinte.

3.2.2 O sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) de proteção aos refugiados e a acolhida na França

Tal como o asilo, o refúgio também é marcado pelo caráter humanitário, pois tem o mesmo objetivo, ou seja, “a proteção da pessoa humana em face da sua falta no território de origem ou de residência do solicitante, a fim de assegurar e garantir os requisitos mínimos de vida e de dignidade”.³⁴² Porém, o instituto de refúgio apresentado pela Convenção de 1951 estabelece uma definição mais ampla para o *status de refugiado*.

A expressão “refugiado” se aplica a qualquer pessoa que, em virtude de fundado medo de sofrer perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou convicção política, se encontra fora do país do qual é nacional e está impossibilitada ou, em virtude desse fundado medo, não deseja se entregar à proteção desse país.³⁴³

Dessa forma, percebe-se que o refúgio é muito mais amplo do que o asilo, pois não se limita à proteção de pessoas que sofreram perseguição política ao abranger os perseguidos por motivo de religião, raça, nacionalidade e pertencimento a grupo social. Outra diferença

³⁴² JUBILUT, 2007, p. 43.

³⁴³ Cf.: CASELLA, Paulo Borba. *Refugiados: conceito e extensão*. In: ARAÚJO; ALMEIDA, 2001, p. 19-20.

fundamental deriva do fato de que este benefício, diferentemente do asilo, não exige que a perseguição tenha sido efetivada, isto é, o *fundado temor* de que isso ocorra é considerado suficiente para a concessão do benefício. Por outro lado, exige a extraterritorialidade ou, em outras palavras, exige que o solicitante esteja fora do seu país de origem.³⁴⁴

Como o instituto do refúgio tem critérios bem definidos para o reconhecimento do *status de refugiado*, ele não é um ato discricionário do Estado concedente. Cabe destacar ainda que o refúgio é associado a um órgão internacional responsável pela sua fiscalização. Por fim, a última diferença a ressaltar é o fato de que, ao reconhecer o *status* de refugiado a um solicitante, o Estado de acolhida assume obrigações internacionais, derivadas das ratificações de tratados.³⁴⁵ Uma obrigação importante é o dever de oferecer políticas de integração local aos refugiados.

Conforme mencionado anteriormente, os países europeus – principal destino dos brasileiros após o golpe de 1973 no Chile – não diferenciam o asilo e o refúgio, pois adotam quase exclusivamente o refúgio para proteger migrantes forçados. Apenas esporadicamente se utiliza o *asilo*, mais especificamente, o asilo diplomático.³⁴⁶

A natureza autoritária do regime militar brasileiro e a violência que este utilizou para manter-se no comando do Estado forçaram a saída dos opositores e daqueles que se sentiram ameaçados pela repressão política que assolava o país. Diante disso, nos países europeus, os brasileiros foram qualificados como *refugiados*, e não como *asilados*, como ocorreu nos países latino-americanos que os acolheram nos primeiros anos do exílio.

O reconhecimento do estatuto de refugiado ocorreu na França através de uma lei nacional, no dia 25 de julho de 1952, e de um decreto, no dia 2 de maio de 1953. Desde então, a legislação francesa sobre o refúgio nunca foi modificada em sua essência.³⁴⁷ Com efeito, a França se tornou um dos países que mais receberam fluxos de refugiados oriundos de diversos países e culturas. Gradualmente, foi gerado no país um sentimento a favor do direito ao refúgio, também devido ao fato de que, em determinados momentos da história francesa, personalidades de destaque no cenário francês se beneficiaram desse direito. Esse contexto

³⁴⁴ JUBILUT, 2007, p. 44.

³⁴⁵ Idem, p. 44.

³⁴⁶ Idem, p. 39.

³⁴⁷ JACOMET, André. Préface. In: TIBERGHIEU, Frédéric. *La protection des réfugiés en France*. Aix-en-Provence: Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1984, p. 05.

contribuiu para que, na década de 1970, o país tenha recebido enormes fluxos de migrantes forçados por motivos políticos.³⁴⁸

Com o golpe no Chile em 1973, o número de solicitações de refúgio junto ao Estado francês aumentou sobremaneira. O forte impacto que notícias e imagens sobre as atrocidades cometidas pelos militares chilenos sensibilizaram a sociedade francesa, que os enxergavam os “porta-vozes” da tragédia latino-americana.³⁴⁹ Diante disso, houve uma forte pressão pública em favor da acolhida desse contingente, composto não apenas por chilenos, mas inclusive por centenas de migrantes forçados de 20 outras nacionalidades, que se encontravam asilados no Chile,³⁵⁰ dentre os quais, destacamos os brasileiros. Dessa forma, a pressão exercida pela sociedade francesa contribuiu muito para que, a partir de 1973, Paris se tornasse a capital do exílio latino-americano.³⁵¹

Visando abrigar esse grande contingente de acordo com as obrigações internacionais que derivam da ratificação da convenção de Genebra (1951), a política francesa de acolhida a refugiados mudou a partir de 1973, durante o governo de Georges Pompidou (1969-1974). As modificações implantadas nesse período deram resultado a novo dispositivo de alojamento e acolhida de refugiados na França, que foi mantido durante o governo de Giscard d’Estaing (1974-1981).³⁵²

Esse novo dispositivo procurou trabalhar em conjunto e aprimorar a serviço de atendimento a refugiados que já existia na França. Desde o reconhecimento do *status* de refugiado no país, a França procurou montar um estabelecimento público encarregado pelas questões relativas aos migrantes forçados que solicitavam refúgio na França. Esse estabelecimento é o *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (l’O.F.P.R.A.). Dotado de relativa autonomia, coube ao OFPRA reconhecer aos solicitantes de refúgio na

³⁴⁸ KAYE, Ronald. From passive victim to political militant: a comparative analysis of political activism among refugees and exiles. In: OFPRA. *Les réfugiés en France et en Europe : quarante ans d’application de la Convention de Genève (1952-1992) – Actes du Colloque*, 1992, p. 59.

³⁴⁹ VASQUEZ, Ana e XAVIER DE BRITO, Ângela. La situation d’exil : Essai de généralisation fondé sur l’exemple des réfugiés latino-américains. In: OFPRA. *Les réfugiés en France et en Europe : quarante ans d’application de la Convention de Genève (1952-1992) – Actes du Colloque*, 1992, p. 471.

³⁵⁰ PHILIP, Olivier. L’accueil et l’aide à l’insertion des réfugiés en France: évolution du dispositif national et réorganisation. In: OFPRA. *Les réfugiés en France et en Europe: quarante ans d’application de la Convention de Genève (1952-1992) – Actes du Colloque*, 1992, p. 264.

³⁵¹ PHILIP, 1992, p. 262.

³⁵² Tais mudanças não impediram que o governo d’Estaing tenha mantido concomitantemente a essa nova estrutura de acolhida, um aparelho policial anti-comunista que afetou os refugiados – discussão que será aprofundada no tópico seguinte. Cf.: CHIRIO, Maud. Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979). *Cahiers d’Amérique Latine*, n. 48-49, 2006, p. 85.

França a qualidade de refugiado.³⁵³ Apenas após o parecer desse órgão público, os refugiados puderam se beneficiar da estrutura de acolhida oferecida na França.³⁵⁴

Até 1973, organizações de origens diversas, que destinavam uma parte dos seus esforços aos refugiados na França, trabalhavam com a recepção de refugiados reconhecidos pelo OFPRA. Dentre elas, de acordo com Olivier Philip, merecem destaque o *Secours Catholique*, ligado à Igreja Católica, e a CIMADE (*Comité Inter-Mouvement Auprès des Évacués*), ligada à Igreja protestante e Cojasor. Embora essas organizações já trabalhassem em conjunto com o governo francês e com o OFPRA, o trabalho desenvolvido por elas – e inúmeras outras, muitas vezes de origem norte-americana – não representava uma política nacional relativa aos refugiados. Em 1971, foi criada a “France Terre d’Asile” (FTDA), um novo órgão incubido de promover essa “política de acolhida a refugiados na França”.³⁵⁵

O principal objetivo da FTDA era fazer com que o processo de acolhida de refugiados fosse assegurado pela coletividade nacional, e não por um financiamento privado. Esperava-se que, dessa forma, a ajuda oferecida aos refugiados não fosse vinculada a determinados atores políticos, e que pudesse ser reduzida a possibilidade de discriminação racial, uma vez que a política de acolhida se aplicaria a qualquer nacionalidade ou grupo étnico acolhido como refugiado na França. Além disso, esperava-se que essa assistência aos refugiados não fosse confundida com caridade.³⁵⁶

A FTDA logrou êxito ao dar início à organização de um procedimento nacional de acolhida aos refugiados na França. Visando atender a grande número de pedidos de refúgio que o país passou a receber a partir de 1973, esses procedimentos passaram por determinadas modificações que fizeram com que a França passasse a dispor de um verdadeiro dispositivo nacional atento aos problemas relativos aos refugiados oriundos da América Latina.³⁵⁷ A FTDA organizou esse dispositivo, que procurou atuar em conjunto com os ministérios da saúde, do interior, do trabalho e das relações Exteriores, bem como com o Alto Comissariado das Ações Unidas para Refugiados. Como efeito, esse dispositivo procurou reunir todas as organizações interessadas em oferecer apoio aos refugiados vindos do Chile no “Comitê de

³⁵³ JACOMET, André. Préface. In: TIBERGHIEU, 1984, p. 05.

³⁵⁴ PHILIP, 1992, p. 260.

³⁵⁵ Idem, p. 260.

³⁵⁶ Idem, p. 261.

³⁵⁷ Idem, p. 262.

coordenação pela acolhida dos refugiados do Chile”. Mais de 25 organizações fizeram parte desse comitê, sendo que elas possuíam autonomia em suas ações.³⁵⁸

No caso dos brasileiros, entre as organizações que procuraram se ocupar destes, merece destaque a CIMADE, também chamada *Service Interoecuménique d’Entraide*. Esta instituição francesa de acolhida aos refugiados foi criada após a segunda guerra mundial e era ligada à Igreja protestante, mas mantinha contatos com o Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento. Sua atuação junto aos brasileiros começou ainda em 1964, e se intensificou após o golpe no Chile. Eles estão entre as principais instituições privadas que se ocuparam da recepção e da acolhida aos brasileiros. A análise da documentação dos arquivos da CIMADE, realizada por Denis Rolland, aponta que a atuação desse organismo junto aos brasileiros ultrapassou a colaboração durante o processo de instalação e adaptação destes na França, principalmente a partir do início da década de 1970³⁵⁹, como veremos no capítulo cinco. Esse organismo era antes de tudo assistencial: sua atuação nesse aspecto teve uma importância fundamental para os refugiados brasileiros.

Com efeito, a CIMADE ajudou os brasileiros de diferentes maneiras, de acordo com Denis Rolland. Tal ajuda se manifestava desde conselhos até a busca por alojamentos de urgência, por bolsas de estudos junto a organismos franceses (CCFD) e mesmo a outros países europeus. Entre os demais países europeus que ofereceram ajuda aos exilados brasileiros, podemos destacar a Suíça, a Alemanha e a Holanda. Logo, quando as bolsas oferecidas pela própria CIMADE não eram suficientes para atender a todos os pedidos que chegavam até eles – ajudas financeiras, ajuda com questões administrativas, entre inúmeras outras –, os exilados recebiam encaminhamento. Até mesmo ajuda para obtenção de carteira de motorista foi oferecida pela CIMADE.³⁶⁰

Tarzan de Castro está entre os inúmeros refugiados brasileiros vindos do Chile que receberam uma bolsa de estudos oferecida pela CIMADE. A ajuda foi resultado de um pedido feito pelo refugiado à organização para que a sua bolsa de estudos, oferecida pelo Secours Catholique entre 1974 e 1975 para cursar o curso de História (mestrado e, posteriormente, doutorado), fosse prolongada por mais um ano. A documentação da CIMADE sobre o caso de Tarzan de Castro demonstra que a organização procurava acompanhar o refugiado durante

³⁵⁸ PHILIP, 1992, p. 262.

³⁵⁹ ROLLAND, Denis. *La CIMADE et l’accompagnement de l’exil* : Archives de la CIMADE déposées à la BDIC. In: SANTOS; ROLLAND, 2008b, p. 195.

³⁶⁰ Idem, Ibidem.

todo o processo de adaptação ao solicitar que, após ter a bolsa concedida, o refugiado mantivesse a organização informada sobre o seu progresso no curso.³⁶¹

A documentação referente a solicitações de bolsas de estudos como a de Tarzan de Castro deixa claro que diversos organismos procuraram trabalhar em conjunto nessa grande estrutura montada pelo governo francês para receber os refugiados vindos do Chile. Dessa forma, verificou-se uma aproximação da população civil organizada com refugiados.

Segundo o relato de Thomás Togni Tarquínio, que após o golpe no Chile foi acolhido como refugiado na França, a recepção francesa se deu de uma maneira muito mais organizada, se comparada com a recepção no Chile.

TT - Na França foi diferente. Na França quando a gente chegou, como o governo francês nos recebeu... [...] Chegamos lá e eles nos colocaram num albergue durante seis meses, dando uma diária de dez francos na época, mais a comida, mais transporte e curso de francês.

TM - Então havia mais políticas de acolhida do que vocês tiveram no Chile?

TT - Ah, sim, sim! Uma organização, a organização que cuidava da gente se chamava France Terre de Asile, França terra de asilo [...].

TM - E como foi a adaptação lá?

TT - Ah, foi fácil, foi fácil. O povo francês é um povo extremamente generoso, solidário, com uma consciência político-social muito grande [...]. Havia comitês de ajuda aos refugiados do Chile no Partido Comunista, no Partido Socialista, nos movimentos de extrema esquerda, trotskistas, maoístas, etc. E eles nos pegavam e procuravam casas, através das prefeituras; as prefeituras, elas têm um parque mobiliário. Muita gente conseguiu aqueles alojamentos sociais, eu consegui bolsa de estudos para continuar os meus estudos.³⁶²

Podemos observar que, em seu relato, Thomas Tarquínio destaca o apoio oferecido pelos partidos políticos aos brasileiros. Esse apoio, portanto, se somou ao apoio oferecido pelas organizações civis de solidariedade aos latino-americanos, tais como a CIMADE. Porém, é importante destacar que a pesquisa em outras fontes, bem como os relatos de outros ex-exilados, indica que, no processo de acolhida, o apoio oferecido pelas organizações civis foi ainda mais significativo. Angelina Peralva encontra-se entre os brasileiros que viveram

³⁶¹ Cf.: documentação da CIMADE disponibilizada para pesquisa nos arquivos da BDIC (Université Paris X, Nanterre, France): CIMADE. Programme Amérique Latine. Hussain Khan. 26th Janvier 1977. BDIC, Archives. Cimade; CIMADE. Tarzan de Castro. Référence: Demande de Bourse d'Études pour la dernière année de 3ème Cycle. Paris, 31 juillet 1976. BDIC, Archives. Cimade; CIMADE. Le service Bourses et Orientations Étudiants-Secours Catholique-CIMADE. Paris, le 23 octobre 1975. BDIC, Archives. Cimade.

³⁶² Entrevista com Thomás Togni Tarquínio. Realizada em Florianópolis-SC, 18 de fevereiro de 2009.

parte do exílio na França e, em seu relato, destaca que, embora tenham recebido apoio das organizações e dos partidos políticos, o maior apoio que os brasileiros receberam foi de organizações civis de solidariedade que agiam em conjunto com o governo.³⁶³

Assim, a análise das fontes escritas e orais mencionadas indica que, diferentemente do que aconteceu no Chile, a França montou um verdadeiro dispositivo nacional que se mostrou extremamente importante para acolher os refugiados latino-americanos. A pesquisa indica ainda que tais políticas de integração e acolhida tiveram bons resultados para os brasileiros então refugiados, visto que não há registro de organizações criadas entre brasileiros na Europa para garantir a sobrevivência do grupo e o acesso aos direitos que lhes eram concedidos enquanto migrantes forçados, nos moldes da AEBU no Uruguai ou da “Caixinha” – ou Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade – no Chile. Os relatos de ex-refugiados também indicam que tais políticas facilitaram a inserção no mercado de trabalho e nas sociedades receptoras. Consequentemente, tais políticas contribuíram para que os exilados construíssem novas redes de relacionamento interpessoal durante o período do exílio vivido na França.

3.3 A transnacionalização do combate a opositores: a presença da repressão brasileira nos países de acolhida

Desde o início do regime militar, em 1964, havia uma preocupação com a movimentação política desenvolvida pelos brasileiros que haviam saído do país na tentativa de escapar da repressão. Porém, diante dos princípios que regem a ordem internacional, os militares brasileiros não conseguiriam estender as atividades dos serviços de informação e repressão além das fronteiras nacionais se não pudessem contar com o apoio das forças armadas e de determinados setores da sociedade dos países de acolhida. Esse complô internacional, que visava perseguir opositores, comprovou que, mesmo antes de os exilados desenvolverem redes de solidariedade transnacionais, a repressão já caminhava em direção da transnacionalização das suas atividades, entendendo os militantes políticos de distintos países como parte de uma “única ameaça”.

³⁶³ Entrevista com Angelina Peralva por telefone. Gravada em Paris, França, enquanto a entrevistada se encontrava em Toulouse. Realizada no dia 2 de fevereiro de 2010.

Partindo do pressuposto de que tal complô repressivo pode ter influenciado as ações políticas dos brasileiros no exterior, procuraremos doravante compreender em que medida a repressão brasileira estava presente no Chile e na França. Dessa forma, esperamos analisar de que forma a presença da repressão brasileira – por meio principalmente da atuação do seu serviço de espionagem e de pressões e alianças internacionais – interferiu no processo de acolhida dos exilados brasileiros nos países em estudo e, conseqüentemente, nos recursos aos quais tiveram alcance para se mobilizarem coletivamente.

3.3.1 Chile: Espionagem, Golpe de Estado e Operação Condor

Os países da América do Sul foram os primeiros locais de refúgio dos perseguidos políticos brasileiros, e justamente por isso a repressão procurou se estender primeiramente até esses países.³⁶⁴ O Uruguai foi o principal destino da primeira geração de exilados brasileiros e foi lá o início da atuação de agentes de informações brasileiros no exterior.³⁶⁵ Gradualmente, essa ação repressiva se tornou mais presente em outros países, principalmente naqueles em que havia um número considerável de exilados brasileiros.

Primeiramente, o governo autoritário procurou “terceirizar” a tarefa de monitorar os exilados brasileiros, o que se tornou possível com a participação da CIA.³⁶⁶ Mas pouco tempo após o golpe, em 1966, o governo brasileiro criou o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), ligado ao Itamaraty e ao Serviço Nacional de Informações (SNI).³⁶⁷ Conforme já referido anteriormente, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marina (CENIMAR) eram os outros órgãos que compunham o SNI, que ficava responsável pela supervisão das informações e

³⁶⁴ Sobre as conexões repressivas existentes entre Brasil e Uruguai ver: PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968 -1985): do Pacto à Ditadura Civil Militar*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em História (Tese de Doutorado), 2005; bem como: SIMÕES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em História (dissertação de mestrado), 2009.

³⁶⁵ MARQUES, 2006, p. 163.

³⁶⁶ AGEE, Philip. *La CIA por dentro: Diário de un espía*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 1975, p. 307-308.

³⁶⁷ Sobre a atuação do CIEEX, ver: PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: O centro de informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*. Ano 52, n. 02, 2009, p. 46-47.

contra-informações coletadas por esses órgãos.³⁶⁸ Porém, é importante destacar que, de acordo com os documentos produzidos pela Supervisão de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS-RS), o monitoramento de brasileiros no exterior deveria ser responsabilidade exclusiva dos agentes ligados ao Itamaraty.³⁶⁹

Segundo Samantha Viz Quadrat, os objetivos dos agentes de espionagem brasileiros no exterior eram quatro.

O primeiro diz respeito a um possível retorno dos exilados. O segundo refere-se às campanhas de denúncia das violações dos direitos humanos e pela anistia, com as consequentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento. O terceiro relaciona-se à atuação dos brasileiros exilados no exterior. E o quarto e último ponto está ligado ao monitoramento das viagens de brasileiros ao exterior.³⁷⁰

Após a posse de Allende, o Chile se tornou o principal polo de concentração de perseguidos pela ditadura brasileira. Segundo os relatos de ex-exilados, antes mesmo que os governos latino-americanos passassem a ser comandados por ditaduras militares, já havia atuação repressiva brasileira nesses países. Maria Thereza Rabêlo viveu parte do seu exílio no Chile de Allende, e no livro de memórias que escreveu em coautoria com o seu marido, José Maria Rabêlo, intitulado *Diáspora: os longos caminhos do exílio* (2001), relata que a presença de espiões brasileiros era constantemente notada pelos exilados.

O Ministério da Justiça, em Brasília, guarda em seus arquivos milhares de documentos comprovando a arapongagem de nossos serviços secretos em diversos países, o Chile em primeiro lugar. Há informações de que cerca de 300 agentes brasileiros passaram por Santiago ou atuavam permanentemente lá. (...). Vivemos no exterior sob a vigilância constante dos serviços secretos brasileiros, numa página vergonhosa de nossa história, que precisa ser levantada em toda sua extensão.³⁷¹

³⁶⁸ FICO, 2001, p. 89 e seq.

³⁶⁹ SOPS-RS/LV_1_.35.1.1. DEPARTAMENTO CENTRALIZADO DE INFORMAÇÕES/DIVISÃO DE INFORMAÇÕES. *Sumário de informação n. 2/67*. Porto Alegre-RS, outubro de 1967. p. 05. Acervo da Luta contra a Ditadura – Porto Alegre-RS.

³⁷⁰ QUADRAT, Samantha Viz. *Muito além das fronteiras*. In: REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2004, p. 320.

³⁷¹ RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração editorial, 2001, p. 78-80.

Segundo Samantha Viz Quadrat, o CIEX possuía uma estrutura pequena, embora a realização das suas atividades exigisse uma grande quantidade de recursos e pessoal qualificado. A solução deste problema foi a contratação de informantes para atuar nos países onde os brasileiros se concentravam. Muitas vezes, esses informantes faziam parte da polícia do país que acolhia os exilados, o que deixava claro a existência de uma articulação internacional a favor dos militares.³⁷² A colaboração que espiões brasileiros ligados ao SNI receberam dos militares chilenos para atuarem ainda durante o governo Allende já demonstrava uma união das Forças Armadas chilena e brasileira na repressão aos membros de grupos esquerdistas, antes mesmo do golpe de estado no Chile.³⁷³

Além disso, no Chile, assim como em outros países do Cone Sul, essa cooperação internacional repressiva atuava não apenas em ações relativas à espionagem de exilados. Visando o aprimoramento no combate aos seus opositores, os serviços repressivos das ditaduras militares do Cone Sul realizavam uma série de atividades e ações em conjunto. Entre tais atividades, podemos destacar os cursos de formação de oficiais e a troca de materiais.

À medida que a oposição se convenciu de que o golpe seria a única maneira para retirar Allende do poder, essa cooperação internacional se intensificava. A documentação diplomática disponível para pesquisa expõe a clara preocupação do corpo diplomático brasileiro com os rumos do governo Allende: “resta saber se o senhor Allende e seus ministros preferirão continuar a marchar pelas ‘cauces legales’ ou se aderirão, também, ao grupo que deseja a luta armada”.³⁷⁴

A pesquisa indica ainda que tal preocupação se deve principalmente ao receio de que a situação chilena tivesse repercussões negativas no plano interno para o governo golpista.³⁷⁵ Assim, o governo brasileiro passou a acusar o governo chileno de permitir que os asilados brasileiros no Chile estivessem divulgando “declarações ofensivas” ao governo brasileiro

³⁷² QUADRAT, 2004, p. 319.

³⁷³ BANDEIRA, 2003, p. 01.

³⁷⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago. *Situação interna: a “via chilena” e a via armada*. Ofício expedido n. 112. Joaquim Almeida Serra – Encarregado de negócios. Data: 19/01/1972. p. 02. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

³⁷⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago. *Imagem do Brasil no Chile: notícia desfavorável*. A.C. da Câmara Canto (embaixador). Ofício expedido n. 575. Data: 29/06/1971. p. 01. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

através da imprensa local.³⁷⁶ Allende, por sua vez, também acusava a imprensa brasileira de realizar uma campanha contra o seu governo, mas ainda acreditava que as relações intergovernamentais seguiam normais desde a sua posse.³⁷⁷

Entretanto, evidências que provam a participação do governo brasileiro na elaboração e na efetivação do golpe que depôs o governo da UP deixam claro que Allende estava enganado. De acordo com Luiz Alberto Moniz Bandeira, desde meados de 1972 o governo brasileiro passou a participar ativamente da articulação do golpe de Estado no Chile em 1973, assim como a CIA. Com o intuito de contribuir financeiramente para a efetivação do golpe, um grande arsenal de armas e munições foi camuflado em caixas de equipamento agrícola e, posteriormente, enviado por empresários de São Paulo para Valparaíso, mais especificamente para a Organização de direita “Patria y Libertad”.³⁷⁸

Após a queda de Allende, o apoio brasileiro aos militares chilenos se tornou ainda mais evidente. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o novo governo golpista, instalado pela junta militar chefiada por Augusto Pinochet. Segundo o documento produzido pela embaixada chilena em Brasília, desde o primeiro comunicado oficial feito pelo serviço diplomático chileno após o golpe, o Itamaraty se mostrou “extremamente cordial” com a junta militar que depôs o presidente democraticamente eleito através de um violento golpe militar. Segundo esse documento, o governo brasileiro disse estar acompanhando “com carinho” a situação chilena.³⁷⁹ Vale destacar que o governo brasileiro reconheceu imediatamente o governo autoritário chileno, sem sequer consultar os países amigos como de costume, segundo fez questão de ressaltar o general Médici, de acordo com um documento produzido pela embaixada chilena.³⁸⁰ Esse apoio imediato fez com que o governo chileno visse no Brasil um importante aliado desde a queda do governo Allende.

³⁷⁶ REPÚBLICA DE CHILE. Embaixada do Chile no Rio de Janeiro. Al señor encargado de negocios a.i. de Chile en Brasil – Rio de Janeiro. Oficio confidencial n. 07, expedido em 28/01/1971. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile – Santiago.

³⁷⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago. *Mensagem do presidente Allende ao congresso*. Oficio expedido n. 409. Data: 03/06/1971. p. 02. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

³⁷⁸ BANDEIRA, 2003, p. 01.

³⁷⁹ REPUBLICA DE CHILE. Embaixada do Chile em Brasília. Telex n. 158 à Ministerios de las Relaciones Exteriores de Chile – Santiago do Chile. Brasília, 13 de setembro de 1973. Resucirculares 2 y 3. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile – Santiago do Chile.

³⁸⁰ REPUBLICA DE CHILE. Embaixada em Brasília. “Informe sobre recepción en Brasil frente a sucesos en Chile. Reconocimiento del nuevo gobierno”. Oficio expedido n. 109, expedido em 13 de setembro de 1973. Brasília, 13 de setembro de 1973. p. 03 Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores, Santiago.

Não é arriscado prever que o novo governo do Chile encontrará no Brasil um importante aliado. A rapidez com a qual se prontificou a reconhecer a Junta Militar, a importante assistência médica que se está organizando, a especial consideração com que fomos recebidos no Itamaraty e as reações favoráveis que manifestaram em todos os meios de informação são provas concretas de que as relações chileno-brasileiras serão especialmente cordiais.³⁸¹

O embaixador Antônio da Câmara Canto foi o responsável pela coordenação das ações de apoio ao novo governo chileno, que foram variadas. O governo brasileiro ofereceu desde mantimentos e remédios, que foram enviados para Santiago pela Força Aérea Brasileira, até cursos de treinamento oferecidos por membros da Polícia Federal e oficiais das Forças Armadas para que os oficiais chilenos aprendessem a torturar opositores.³⁸² A participação de brasileiros nos interrogatórios também evidenciou a forte presença da repressão brasileira no Chile. Inclusive no estádio nacional, local que os militares chilenos, logo após o golpe, transformaram em uma imensa prisão a céu aberto, foi notada a presença de agentes que falavam português durante interrogatórios e torturas.³⁸³

O descaso das autoridades diplomáticas brasileiras durante o processo de regaste dos milhares de brasileiros que se encontravam no Chile no momento do golpe também evidenciou a colaboração brasileira na perseguição de brasileiros em solo chileno. Maria Thereza Rabêlo evidencia esse aspecto da colaboração repressiva em seu relato.

Em mais uma prova de colaboração entre nossas autoridades e os golpistas, o Chile exigia que a nossa embaixada desse um visto nos passaportes de brasileiros que quisessem voltar ao Brasil. Minha irmã Warenka, num gesto de grande amizade, enviou-nos oito passagens aéreas. Aí começou nossa romaria pelos corredores da embaixada. Eu pegava os cinco meninos que estavam comigo, comprava uns sanduíches e ia para lá, à espera do visto... pelo menos nos sentíamos momentaneamente seguros. Foram horas e dias assim, em busca de uma solução. E eles nos enrolando, cada vez com uma desculpa diferente. Falei com o próprio embaixador. Ele

³⁸¹ “No resulta aventurado predecir que el nuevo gobierno de Chile encontrará en el de Brasil um importante aliado. La rapidez con que se procedió a reconocer a la Junta Militar, la importante asistencia médica que se está organizando, la especial consideración con que se nos recibió en Itamaraty y las reacciones favorables que manifiestan todos los medios de información son pruebas concretas de que las relaciones chileno-brasileñas serán especialmente cordiales”. REPUBLICA DE CHILE – Embaixada de Chile en Brasília “Informe sobre recepción en Brasil frente a sucesos en Chile. Reconocimiento del nuevo gobierno”. Oficio expedido n. 109, expedido em 13 de setembro de 1973. p. 06. Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores, Santiago.

³⁸² BANDEIRA, 2003, p. 01.

³⁸³ “Estadio nacional: carta de un prisionero”. *Campanha*, n. 13, 03 de enero de 1974. p. 08. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

mostrou-se todo meloso, escorregadio, sem dizer sim nem não, embora sabendo desde o início que não iria me atender. No quinto ou sexto dia, disse-lhe, desesperada: “Eu fico no Chile, mas o senhor tira essas crianças daqui, que são menores e não tem nenhum problema no Brasil”. Nada. A enganação continuava. Resisti o quanto pude, até que, não tendo mais jeito e vendo as coisas se complicarem, entrei no refúgio das Nações Unidas. Esse Antônio da Câmara Canto não era um diplomata. Pela sua insensibilidade, era um monstro nas funções de embaixador.³⁸⁴

Em realidade, o interesse da embaixada brasileira no Chile em prejudicar os exilados se mostrou evidente mesmo antes do golpe. A retenção de passaportes pela embaixada, e o não registro das crianças que nasceram fora do país, filhos de exilados, provam esse caráter arbitrário da atuação dos diplomatas brasileiros no exterior. Lavínia Borges está entre os exilados que tiveram o seu passaporte retido pela embaixada.

Saí de passaporte, bonitinho, mas dois anos depois, eu entreguei o passaporte pra renovar, já meio tentando saber como estava a minha situação. Apesar de que eu já sabia, porque eu saí em dezembro; em maio meus colegas da faculdade foram todos presos, barbaramente torturados e aí nunca mais eu vi. E eu não tive meu passaporte de volta. O que era uma prática muito comum na época, absolutamente arbitrário, mas eles ficavam [com o passaporte], porque de fato, oficialmente, eu fui indiciada.³⁸⁵

Após o golpe, as ações de repressão a brasileiros se intensificaram no Chile, principalmente após a criação da Operação Condor. Gestada no próprio Chile, que sediou os trabalhos da conferência que a criou, entre 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975, tinha o objetivo de contribuir para o combate da oposição política e de outros elementos considerados “subversivos”.³⁸⁶ Ao transnacionalizar o combate à oposição, esperava-se eliminar os opositores que procuravam se posicionar de maneira contrária aos projetos políticos e econômicos nos quais se baseavam os governos envolvidos na cooperação repressiva. Dessa forma, esperava-se garantir que o isolamento político previsto pelo exílio se tornasse eficaz em todo o continente.

³⁸⁴ RABÊLO e RABÊLO, 2003, p. 243-244.

³⁸⁵ Entrevista com Lavínia Borges e Teodoro Buarque de Holanda. Rio de Janeiro-RJ, quarta-feira, dia 17 de julho de 2010.

³⁸⁶ MARIANO, 2003, p. 19.

Assim, levaram a cabo uma série de ações que tinham a perseguição aos opositores asilados e/ou refugiados entre os seus objetivos principais, segundo as resoluções das primeiras reuniões que definiram a operação, de acordo com Enrique Padrós.

Coordenação, cooperação e aprofundamento do combate antissubversivo; levantamento, intercâmbio e armazenamento de informações e inteligência sobre atividades dos “inimigos internos”; deslocamento clandestino de agentes e realização de operações conjuntas contra “elementos terroristas” nos países membros; formação de equipes especiais nos países membros para viajar a qualquer país não membro a fim de realizar ações, inclusive assassinatos, contra “terroristas” ou aqueles que apoiam organizações “terroristas” dos países membros da Operação Condor; obter cobertura e cooperação internacional para atingir opositores refugiados além-fronteiras; manutenção da troca de informações e inteligência; intensificação das medidas de segurança nas fronteiras; propiciar interrogatórios conjuntos aos presos.³⁸⁷

As ações da Operação Condor atingiram milhares de perseguidos políticos que deixaram seus países de origem em busca da proteção propiciada pelo *status* de asilado/refugiado. De acordo com a justiça da Espanha, 91 estrangeiros foram mortos pela ditadura chilena. Desses, 7 eram brasileiros, sendo que 5 foram reconhecidos como vítimas oficiais.³⁸⁸ Além de brasileiros, uruguaios, argentinos, norte-americanos e até europeus foram assassinados no Chile.³⁸⁹

Assim, notamos que o quadro chileno encontrado pelos brasileiros que lá se asilaram foi marcado pela dificuldade para a efetivação de ações de oposição. A situação política marcada pelos conflitos entre a oposição e o governo socialista de Allende fez com que a esquerda chilena voltasse as suas atenções para o complexo quadro político interno, o que facilitou a presença da repressão brasileira. Dessa forma, a pesquisa aponta que a cooperação repressiva parece ter sido mais forte do que a cooperação de solidariedade para com os asilados no Chile. Apesar de ainda haver registros da presença de repressão brasileira na França, a pesquisa indica que lá o quadro foi diferente.

³⁸⁷ PADRÓS, 2005, p. 720-721.

³⁸⁸ MARIANO, 2003, p. 188.

³⁸⁹ ARAVENA, 2000, p. 150-151.

3.3.2 França: cooperação entre as polícias francesa e brasileira

Como vimos anteriormente, a França se destacou na estrutura de acolhida que montou para recepcionar os latino-americanos que procuraram refúgio no país, principalmente após o golpe no Chile. Os brasileiros se beneficiaram dessa estrutura que, em parte, foi resultado da pressão da sociedade civil francesa, sensibilizada com as vítimas do terror de Estado implantado pelos militares nos países do Cone Sul.

Contudo, nem todos os setores da sociedade francesa viam com bons olhos a chegada dos militantes perseguidos pelas ditaduras militares latino-americanas. O aparelho policial francês era claramente anticomunista durante os governos de Pompidou e Giscard d'Estaing.³⁹⁰ Esse aspecto do exílio brasileiro na França é ainda pouco analisado, e a sua compreensão poderia explicar as denúncias de colaboração entre os dois governos. Entretanto, cabe aqui destacar a dificuldade em acessar as fontes que poderiam nos informar de maneira mais aprofundada de que forma o posicionamento da polícia francesa atingiu os brasileiros.

Embora o acesso à documentação que comprovaria a presença de espões brasileiros na França seja limitado, pesquisadores que tiveram acesso a parte destes documentos oferecem uma visão panorâmica a respeito do tema. Entre tais pesquisadores, podemos citar o trabalho desenvolvido por Samantha Viz Quadrat, que analisou documentos evidenciando que o CIEX também atuou na Europa. Entre as cidades europeias onde encontrou registro da presença de agentes de espionagem brasileiros, a autora destaca Moscou, Praga e Paris. Também havia agentes brasileiros em Portugal, onde o CIEX destinou grande parte dos seus esforços na Europa, principalmente a partir da revolução dos Cravos.³⁹¹

Segundo Samantha Viz Quadrat, documentos do CIEX produzidos em 1971 comprovam o monitoramento de exilados brasileiros na França, dentre os quais se destacam Apolônio de Carvalho e inúmeros outros. Merecem relevo ainda, segundo a historiadora, os documentos do CIEX de 1973 que comprovam que o ex-presidente João Goulart era monitorado em suas viagens a Paris feitas por questões médicas. A autora salienta também a documentação da CISA, que indica a preocupação da inteligência brasileira com a

³⁹⁰ CHIRIO, 2006, p. 85.

³⁹¹ QUADRAT, Samantha Viz. *La mémoire de la répression politique chez les exilés brésiliens en France*. In: SANTOS; ROLLAND, 2008a, p. 129.

movimentação política em Paris, comprovando assim a presença dos agentes brasileiros na França.³⁹²

Depoimentos de ex-exilados também ajudam a comprovar a presença de agentes da ditadura brasileira na França. José Maria Rabêlo e sua esposa, Maria Thereza, denunciaram, em seu livro de memórias já citado, a presença de agentes brasileiros em diversos lugares por onde passaram, inclusive em Paris. Na capital francesa, o casal identificou a presença de brasileiros fotografando a “Livraria central de países de língua espanhola e portuguesa” ou, por vezes, se passando por clientes.³⁹³ A livraria era um ponto de encontro dos refugiados latino-americanos em geral, especialmente dos brasileiros. Nesse sentido, cabe ressaltar que ela foi mantida em parte devido à ajuda de Miguel Arraes, um exilado que vivia sob constante vigilância dos serviços secretos brasileiros.³⁹⁴

Porém, é importante destacar que não apenas agentes brasileiros monitoravam os exilados, pois os serviços franceses de inteligência também se dedicaram a essa tarefa. De acordo com Ronald Kaye, os órgãos que de alguma forma contribuía para a monitoração dos estrangeiros eram os seguintes: a Direção Geral de Segurança Exterior (*Direction Générale de Sécurité Extérieure* – DGSE); a Direção de Vigilância do Território (*Direction de la Surveillance du Territoire* – DST); Informações Gerais ou Inteligência Geral da Política Nacional (*Renseignements Generaux* – RG) e, por fim, a Polícia do Ar e das Fronteiras (*Police de l’air et des frontières* - PAF).³⁹⁵

Ainda segundo relatos de ex-exilados, havia evidências da ação conjunta entre esses órgãos de inteligência franceses e o serviço de Inteligência brasileiro na França. Em entrevista à historiadora Denise Rollemberg, Daniel Aarão Reis Filho, cuja liberdade havia sido negociada em troca da libertação do embaixador alemão em 1970, afirmou que era clara a troca de informações entre as polícias brasileira e francesa. Segundo o ex-militante, ao ser interrogado na França para tentar obter o *status* de refugiado político, os policiais apresentaram um dossiê com informações sobre ele que apenas poderia ter sido obtido com a ajuda dos serviços de inteligência brasileiros. Miguel Arraes também parece compartilhar

³⁹² QUADRAT, 2008a, p. 129-130.

³⁹³ RABÊLO e RABÊLO, 2001, p. 194.

³⁹⁴ QUADRAT, op. cit., p. 132.

³⁹⁵ KAYE, 1992, p. 61.

dessa desconfiança ao afirmar que, enquanto exilado na Argélia, a França nunca lhe autorizou a entrada no país para visitar os filhos, tampouco esclareceu os motivos.³⁹⁶

Existem ainda provas confirmando que as forças armadas dos países estabeleciam um relacionamento que ia além da troca de informações sobre exilados e perseguidos políticos. Segundo Samantha Viz Quadrat, a academia militar francesa influenciou de maneira decisiva os militares brasileiros, principalmente após a guerra contra a Argélia. Outros países que enfrentavam movimentos de esquerda clandestinos também foram influenciados pelas técnicas de combate empregadas pelas forças francesas contra a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), principalmente na América Latina. Entre eles, Brasil e Argentina são os países cujas Forças Armadas foram mais influenciadas pelos militares franceses, que apresentaram aos latino-americanos uma nova perspectiva de combate decisiva para a criação da Doutrina de Segurança Nacional, que se baseava no emprego generalizado da violência contra opositores.³⁹⁷

Esse intercâmbio se dava através da participação de brasileiros nas aulas da Escola de Guerra de Paris, por exemplo.³⁹⁸ Também há registro da participação de militares brasileiros em cursos em outras cidades francesas, tais como Toulon, segundo a própria documentação aberta do Itamaraty, que apresenta dados sobre a participação e o aproveitamento dos militares durante o estágio em Toulon.³⁹⁹

Contudo, de acordo com Maud Chirio, este intercâmbio era precário. Ao confrontar a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) com a documentação produzida pelo Ministério do Interior da França, a autora pôde verificar que a polícia francesa possuía muitas informações incorretas.⁴⁰⁰ Sabemos que as distorções feitas por serviços de inteligência são frequentes, como bem afirmou Jean-Baptiste Duroselle,⁴⁰¹ contudo, no caso da conexão Brasil-França, é interessante destacar que muitas vezes as informações não coincidem com as informações apresentadas pelos documentos do DOPS, seja em termos de caligrafia (os nomes próprios muitas vezes apresentam erros ortográficos),

³⁹⁶ ROLLEMBERG, 1999, p. 144-145.

³⁹⁷ QUADRAT, 2008a, p. 136-143.

³⁹⁸ Idem, p. 136-143.

³⁹⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Paris. *Folhas de conceitos de militares brasileiros estagiários na França*. Ofício expedido n. 837. A. de Lyra Tavares – Embaixador. Data: 26/09/1973. p. 01. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

⁴⁰⁰ CHIRIO, Maud. *Les exilés brésiliens et la police française : un exemple de controle politique dans un pays d'accueil*. In: SANTOS; ROLLAND, 2008a, p. 148.

⁴⁰¹ DUROSELLE, 2000, p. 127.

seja em termos de conteúdo.⁴⁰² Como exemplo, Chirio apresenta o fato de a polícia francesa desconhecer o envolvimento de Miguel Arraes com a *Frente Brasileira de Informações* (FBI), um dos principais canais de denúncias contra a ditadura utilizado pelos brasileiros na França, que foi criado por Arraes, um exilado sob constante monitoramento, além do total desconhecimento sobre as organizações de esquerda no Brasil.⁴⁰³

Essa falta de informações não corresponde ao interesse da polícia francesa pelas atividades dos brasileiros. A documentação do Ministério do Interior, analisada por Chirio, indica também a grande preocupação da polícia com a chegada dos militantes brasileiros. Maior atenção – segundo a documentação analisada por Chirio – seria destinada aos banidos. Acreditava-se que estes, devido ao envolvimento com ações armadas, poderiam representar um risco à sociedade francesa e um incentivo a “atividades subversivas”. Temia-se que as redes que os brasileiros mantiveram com a sociedade francesa pudessem sensibilizar a opinião pública a favor de movimentos subversivos. Diante desse temor, a polícia francesa pretendia não apenas coletar informações, mas inclusive encontrar meios para impedir as atividades políticas e providenciar a expulsão dos exilados considerados mais perigosos.⁴⁰⁴

Por outro lado, Chirio afirma que a documentação indica que a polícia francesa sabia que a comunidade brasileira não se manifestava politicamente através de métodos violentos. Além disso, as autoridades francesas se demonstravam cientes e preocupadas em não infringir a convenção de Genebra, que protegia a comunidade cujos membros haviam sido acolhidos pelo Estado francês como refugiados. Temia-se, portanto, que alguma atitude não justificada contra a comunidade refugiada pudesse incentivar protestos contra o governo, que tinha receio de ver emergir novamente movimentos de oposição com as proporções daquele que ocorreu no país em maio de 1968.⁴⁰⁵

Talvez essa preocupação com a opinião pública tenha incentivado as autoridades francesas a fazer “vista grossa” com relação às organizações políticas pacíficas dos exilados. De acordo com Ronald Kaye, entre 1930 e 1980, a polícia francesa procurou ignorar o fato de

⁴⁰² CHIRIO, 2008a, p. 148.

⁴⁰³ Idem, p. 148-149.

⁴⁰⁴ CHIRIO, 2008a, p. 147-149.

⁴⁰⁵ Idem, ibidem.

que os refugiados não estavam se organizando apenas em associações que não desenvolvessem atividades políticas, tal como permitia a legislação francesa.⁴⁰⁶

Dessa forma, podemos verificar que a repressão brasileira esteve presente, mas não nas mesmas proporções que alcançou no Chile. É certo que espões brasileiros atuaram na França e que havia comunicação entre os serviços de inteligência das duas Forças Armadas. Contudo, a comunicação se mostrou insuficiente, e tal intercâmbio não evoluiu para a efetivação de atividades de repressão e extermínio de opositores, tal como ocorreu no Chile. Essa diferença também pode ser observada pela ausência de documentos produzidos pelo Itamaraty que indiquem alguma discordância entre os dois governos sobre o tratamento a ser destinado aos exilados, diferentemente do que ocorreu no Uruguai e no Chile.

É nossa tese que o Brasil não exercia sob a França a mesma influência que mantinha sob os seus vizinhos latino-americanos e, diante disso, não tivera forças para pressionar a França a reprimir os brasileiros de maneira mais incisiva.

3.4 Conclusões parciais

A análise comparada nos permitiu verificar inúmeras diferenças entre os dois países. Nos campos político e social as diferenças foram certamente mais marcantes. No período no qual os brasileiros se encontravam no Chile, o país vivia os efeitos da concretização de medidas sociais e a reação da população mais abastada e de setores internacionais a essas medidas. A esquerda estava totalmente voltada para os temas internos, mas se solidarizava com processos revolucionários armados de outros países. Havia, portanto, um quadro favorável para a defesa de temas como o socialismo e o uso da força armada.

A França por outro lado, em 1973, quando começou a receber um número maior de brasileiros, vivia outro processo: passado o movimento de maio de 1968 e a sua derrota nas urnas, a esquerda passava por uma transformação. Essa transformação é resultado dessa derrota e da transformação social que o movimento também representou. Assim, pudemos observar na França o surgimento da “Gauche proletaire”, que emergiu com grande força,

⁴⁰⁶ KAYE, 1992, p. 62.

precursora na defesa de novos valores e novas bandeiras, tais como a democracia e o feminismo.

Quanto às estruturas de acolhida, a análise comparada comprovou que a estrutura oferecida pelo governo francês foi muito superior e envolveu a sociedade civil, facilitando a inserção dos exilados naquele país de acolhida. Por outro lado, a repressão brasileira se mostrou muito mais presente no Chile, talvez devido à maior influência do Brasil no país. Na França, os brasileiros não estavam livres da ação dos militares, que procuraram monitorar constantemente os exilados, muitas vezes com o apoio da polícia francesa. Porém, diferentemente do que ocorreu no Chile, a presença dos militares brasileiros não evoluiu para atividades de repressão na França ou para interferência do Brasil no seu sistema político.

A análise das ações de oposição ao governo militar desenvolvidas por brasileiros no exterior nos permitirá verificar a influência dessas variáveis nas suas formas de ações e ideias políticas. Para tanto, a partir de agora, daremos início à análise das trajetórias políticas dos exilados brasileiros, procurando relacioná-las com os contextos sociopolíticos aqui apresentados.

4 – A PRIMEIRA FASE DA SEGUNDA GERAÇÃO DE EXILADOS: NO CHILE, PELA REVOLUÇÃO NO BRASIL

O princípio de continuidade apontado por Stéphane Dufoix marca a primeira fase do exílio brasileiro na América do Sul. Permanecer no continente significava dar continuidade a um projeto político maior, que previa a derrubada dos militares através de uma revolução.⁴⁰⁷

Entretanto, a continuidade da luta durante o exílio no Chile foi influenciada pelas condições particulares impostas pelo exílio à atividade política. Para compreender as formas que essa militância brasileira tomou em um contexto tão particular quanto o chileno, se faz necessária a análise dos projetos políticos que fizeram o Chile se tornar-se um polo de concentração de exilados. Além disso, se torna necessário compreender as dinâmicas das organizações, suas hierarquias internas e as vinculações efetuadas durante o governo de Salvador Allende e após o golpe de 11 de setembro de 1973, quando a comunidade internacional voltou as suas atenções para o Chile e para os refugiados que se encontravam no país.

Neste capítulo, como já foi indicado, pretende-se fazer uma análise sobre a vinculação estabelecida por grande parte dos exilados brasileiros entre o Chile e os seus projetos políticos para o Brasil. Ao analisar essa vinculação, esperamos compreender a influência das dinâmicas do exílio nas organizações políticas dos exilados, suas hierarquias e divisões, bem como entender suas relações com os membros das organizações que permaneceram no Brasil. Além disso, objetiva-se compreender as redes de relacionamento que os exilados construíram no Chile e a influência destas nas suas formas de ação e organização política.

Entretanto, é importante destacar que a já mencionada destruição de grande parte do material que ajudaria os pesquisadores a reconstruir esse conturbado período chileno dificulta a compreensão desse importante momento do exílio brasileiro. No entanto, a análise de relatos orais, com a metodologia da História Oral, bem como a análise de livros de memórias produzidos por ex-exilados, traz importantes esclarecimentos sobre o tema. Além dessas fontes, as fontes primárias impressas disponíveis para pesquisa – com destaque para os

⁴⁰⁷ DUFOIX, 2002, p. 28.

informativos produzidos pelos próprios exilados – nos permitem verificar o caráter militante do exílio brasileiro no Chile.

4.1 Na América Latina pela Revolução, pela revolução na América Latina

As gerações de exilados de 1964 e de 1968 possuem muitas diferenças, mas também compartilham diversas características; isso permite dividir, analiticamente, o exílio brasileiro em duas fases principais, segundo Denise Rollemberg. A atribuição de um caráter provisório ao exílio é uma das características marcantes compartilhadas pelas duas gerações, que influenciaram sua preferência pela permanência no continente durante a primeira fase do exílio. A concentração dos exilados na América Latina, até o momento do golpe no Chile, foi um fator comum entre as duas gerações e se tornou a principal característica da primeira fase.⁴⁰⁸ Diversos motivos levaram os militantes a fazerem esta escolha. Para compreender tais motivos, é importante destacar que os exilados levavam em consideração as possibilidades de se entrar no país para pedir asilo político.

Em muitos países vizinhos, a fronteira era de fácil travessia, tais como o Uruguai e a Bolívia, que contam com cidades germinadas ou com uma zona fronteira pouca monitorada. Segundo Índio Vargas, ao descobrir os caminhos tomados pelos militantes que deixavam o país, o governo brasileiro procurou dificultar essa travessia com a instalação de barreiras policiais para impedir o trânsito de perseguidos políticos.⁴⁰⁹ Porém, um “esquema” montado por militantes e por parte do clero solidária à esquerda brasileira se esforçou em ultrapassar essas barreiras. Na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, o clero gaúcho efetivou uma importante ajuda ao oferecer recepção, hospedagem e orientação para o percurso que deveria ser feito para concluir a saída do país em segurança.⁴¹⁰

Além de facilitar a saída do país, estar na América Latina facilitava ainda os planos de volta. Enquanto a primeira geração, concentrada no Uruguai, esperava o levante popular que derrubaria a ditadura em pouco tempo e os permitiria retornar ao jogo político, a segunda

⁴⁰⁸ ROLLEMBERG, 1999, p. 53.

⁴⁰⁹ Entrevista com Índio Vargas. Realizada em Porto Alegre-RS, 15 de março de 2006.

⁴¹⁰ BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro (cortesia da Editora Civilização Brasileira S.A.), 1982, p. 80-81.

geração, exilada principalmente a partir de 1968, estava confiante na vitória dos grupos revolucionários no Brasil. Com base nessas expectativas, ambas as gerações consideravam inicialmente o exílio como “um pequeno desvio”, um breve e necessário recuo até o retorno ao combate político no plano interno.⁴¹¹ Um retorno “heróico” era o objetivo de ambas as gerações durante a primeira fase do exílio.

A obsessão pela volta era uma resposta aos militantes de esquerda que acusaram aqueles que haviam partido para o exílio de serem “desbundados”, isto é, de terem abandonado a luta contra o regime por covardia. Segundo Alfredo Sirkis, ex-exilado no Chile e na França, “media-se o grau de firmeza ideológica dos militantes pelos projetos de retorno imediatos ou mais longínquos que acalentassem”.⁴¹²

José Dirceu, em seu depoimento para esta tese, deixa claro o quanto ele se recusou a se ver como exilado e a permanecer fora do país. Banido pelo regime em 1969, após ter a sua liberdade trocada pela libertação do embaixador norte-americano, passou pelo México e se instalou em Cuba, mas por pouco tempo. Retornou duas vezes ao país, chegando inclusive a recorrer a procedimentos cirúrgicos para não ser reconhecido ao entrar no Brasil.

Eu nunca me conformei que três militares – ministro (naquela época era ministro) da marinha, que era a junta militar – pudessem tomar a decisão de fazer um ato complementar, como chamavam os atos institucionais derivados do ato institucional número 5, e com ele banirem e cassarem a minha nacionalidade. Eu fiquei com os direitos políticos suspensos por 10 anos, fui banido, banido do território nacional, não podia voltar, cassaram a minha nacionalidade! Agora, praticamente eu não existia, era um morto civil! Então eu tomei a decisão de que eu não iria aceitar isso, iria voltar pro Brasil. Eu voltei. Eu saí daqui em setembro de 1969, e no começo de 1971 eu já estava no Brasil. Acho que eu devo ter chegado aqui em março ou abril de 1971. [...] Eu nunca aceitei. Tinha firme determinação de treinar e voltar. Então, para mim, era uma coisa que era... Eu tinha que voltar para exatamente derrotar isso, e não aceitar a ideia de que eles decidem.⁴¹³

O depoimento de Dirceu e os dois casos de tentativa de volta relatados deixam claro que o desejo de retornar ao Brasil sem pedir a permissão era entendido como um direito e, sobretudo, como uma forma de resistência.

⁴¹¹ ROLLEMBERG, Denise. *Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio*. In: REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2004, p. 286.

⁴¹² SIRKIS, 1981, p. 32.

⁴¹³ Entrevista com José Dirceu. Realizada em São Paulo-SP, 08 de setembro de 2008.

Como a volta era vista como uma forma de resistência, para muitos exilados não bastava retornar ao país de maneira clandestina. Com o objetivo de transformar o próprio retorno ao país em um ato de oposição e, ainda, de se afirmarem enquanto combatentes, muitos exilados elaboraram ações que previam um retorno heróico ao país. Como exemplo, podemos citar a primeira tentativa, que ocorreu em 1965 e foi liderada pelo coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório, muito embora este acusasse Leonel Brizola de ser o mentor do plano. A ação ficou conhecida como o “levante de Três Passos” e cobria 1.600km desde Montevideú. Tinha o objetivo de possibilitar a entrada do grupo de exilados no país para, posteriormente, mobilizar a população para a derrubada do regime. Entretanto, o “levante” terminou com a prisão e a tortura das 23 pessoas que participaram da ação no dia 27 de março de 1965, no estado do Paraná.⁴¹⁴

Apesar do fracasso de muitas tentativas de retorno planejadas por exilados brasileiros, para a maioria, transformar a volta ao país em uma oposição ao regime continuou sendo um objetivo. Acreditava-se que estar na América Latina, principalmente no Cone Sul, facilitaria a possibilidade de concretização da volta na visão dos exilados. Nesse sentido, a proximidade com o Brasil era levada em conta ao escolherem o país onde viveriam o “breve” exílio. Acreditamos ser o esse o principal incentivo para que até mesmo os exilados que buscavam deixar o país solicitando asilo diplomático em embaixadas no Brasil dessem preferência às embaixadas de países latino-americanos.

Porém, além desse aspecto estratégico relativo às possibilidades de entrada e saída do país, pesou sobretudo a convicção de que a América Latina continuaria sendo o palco de revoluções vitoriosas em favor do socialismo. A vitória da Revolução Cubana em 1959 era o principal incentivo para essa convicção. Como vimos, os planos declarados de Ernesto “Che” Guevara de realizar uma revolução continental e a assistência oferecida por Cuba aos exilados dispostos a apoiar o plano chegaram a influenciar até mesmo a primeira geração de exilados no Uruguai.

Uma das cartas enviadas pela mato-grossense Jane Vanini à sua família em Cáceres, no interior de Mato Grosso, ilustra bem esse ponto de vista adotado por grande parte da

⁴¹⁴ “Guerrilha no Sul: 23 homens tentam levantar o país.” *Coojournal*. Porto Alegre-RS. Ano IV, n. 35. Dezembro de 1978. p. 1. Acervo da luta contra a ditadura, Porto Alegre-RS.

esquerda latino-americana.⁴¹⁵ Jane foi militante da ALN e posteriormente do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), uma dissidência da ALN. Durante o exílio no Chile, se vinculou ao MIR e adotou outros nomes, tais como Ana e Adélia, no intuito de se manter na clandestinidade e dar continuidade ao sonho socialista que, segundo ela, apenas seria possível quando tivesse sucesso em todos os países do continente. Por essa perspectiva, não havia contradição em dar continuidade à luta fora do Brasil, mas se tornava imprescindível a presença no combate na América Latina.

Vocês se perguntaram o que faço no exterior se me interessa tanto pelo Brasil. Eu lhes explico: nós pertencemos a um continente a quem se chama genericamente por América Latina. Essa América Latina toda tem as mesmas questões radicais que o Brasil. Fala um idioma muito parecido e que teve também as mesmas origens. Sofremos as mesmas enfermidades, analfabetismo, fome, velhice prematura, dentição podre e, principalmente, o nosso inimigo fundamental é o mesmo: o iaque.

Eu sou latino-americana e amo igual ao mestió, ao crioulo, ao índio, ao negro, ao branco, que entraram na mesma formação. E meus irmãos são todos latino-americanos e por eles estou disposta a dar a única coisa que realmente possuía: a vida. Digo possuía, pois, uma vez que uma pessoa contempla as coisas que presenciei e tomei a decisão que tomei, não possui mais nada além do desejo de mudar tudo, não importa a que preço.

E como sou latino-americana, dá na mesma estar no Chile ou no Brasil, ou Venezuela, ou México, ou Bolívia, ou qualquer outro país, pois cada país livre apressará a liberdade dos outros. Cada território liberado é uma frente de luta para prosseguir lutando.⁴¹⁶

As derrotas de vários planos elaborados com esse objetivo⁴¹⁷ e mesmo a captura e a morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967, não foram suficientes para abalar essa convicção na defesa dos projetos revolucionários no continente defendida por Jane e muitos dos seus companheiros. Essa convicção foi alimentada ainda pela vitória de Salvador Allende no Chile, em 1970. Conforme exposto no capítulo anterior, o seu partido, a UP, representava a união de

⁴¹⁵ As cartas enviadas por Jane Vanini à sua família foram a principal fonte de pesquisa da dissertação mestrado em História defendida na Universidade Federal de Mato Grosso em 2002, de autoria de Maria do Socorro de Sousa Araújo, intitulada *Paixões políticas em tempos revolucionários: no traço da militância, o percurso de Jane Vanini*, citada diversas vezes ao longo desta tese.

⁴¹⁶ Carta 1 de Jane Vanini, sem data, sem assinatura. Apud. ARAÚJO, Maria do Socorro. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2002, p. 203-202.

⁴¹⁷ Entre os planos frustrados, destacamos a guerrilha do Caparaó. Ver: REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

vários partidos de esquerda e defendia a implantação do socialismo pelas vias democráticas. A chegada da esquerda ao poder por meio de um pleito eleitoral sinalizava para os militantes de esquerda que a população estava ao lado dos projetos revolucionários. Dessa forma, o Chile passou a ser, juntamente com Cuba, uma fonte de inspiração para a maioria absoluta dos militantes de esquerda do continente.

Portanto, o Chile, além de manter uma proximidade geográfica com o Brasil, também passou a representar o sucesso do projeto socialista. Nas palavras de Paulo Krischke,

ganhou o Salvador Allende, aí todo mundo quis ir pra lá. E, na verdade, a gente queria ficar, porque a gente tinha a ideia de que logo iria abrir no Brasil. A gente nunca se deu conta de que aquilo ali era de longo prazo, que a ditadura era pra ficar. [...] Ir pro Chile era o mais normal, tentar ver se nesse período lá aprendia um pouco; e, de fato, aprendi muito.⁴¹⁸

Por esses motivos, após a chegada da UP ao poder, o Chile passou a ser o principal destino dos milhares de militantes políticos atingidos pelo exílio massivo imposto em diversos países do continente. Porém, mesmo antes do início do governo de Allende, o Chile sob o governo democrata cristão de Eduardo Frei já recebia centenas de exilados. Após a chegada de Pacheco Areco ao poder no Uruguai, em 1967, o antigo polo de concentração de perseguidos políticos havia deixado de ser um lugar seguro para militantes de esquerda. Assim, muitos militantes políticos perseguidos em seus países de origem buscaram exílio no Chile, motivados principalmente pela certeza de que o país os acolheria enquanto perseguidos políticos, segundo Paulo Campanário, ex-exilado brasileiro que chegou no Chile em 1969, após ter sido perseguido por participação na dissidência do Partido Comunista e no movimento estudantil.⁴¹⁹

Sendo assim, o Chile recebeu as duas gerações de exilados, que chegaram ao país em momentos diferentes.

Nosso exílio no Chile caracterizou-se por dois momentos marcantes. O primeiro, quando chegaram os *pioneiros*, aqueles companheiros que saíram do Brasil no período seguinte ao golpe. Eram, como vimos, pessoas com experiência e formação profissional acima da média – ministros, deputados, médicos, advogados, professores, economistas, jornalistas – que encontravam certa facilidade para empregar-

⁴¹⁸ Entrevista com Paulo Krischke. Realizada em Florianópolis-SC, 20 de fevereiro de 2009.

⁴¹⁹ Entrevista com Paulo Campanário. Realizada em Florianópolis-SC, 19 de fevereiro de 2009.

se. O segundo momento coincidiu com o endurecimento do regime militar, a partir de 1968. A leva que então aportou no Chile, integrada por gente mais jovem, principalmente um grande número de estudantes, operários, militares, que, em sua maioria, tiveram alguma participação na luta armada, iriam enfrentar obstáculos muito maiores na busca por trabalho.⁴²⁰

Da fato, embora a América do Sul fosse privilegiada pelos militantes exilados, muitos intelectuais, políticos e profissionais também se exilaram no continente. Entre os exilados da primeira geração no Uruguai, esse era o perfil mais comum. Além dos políticos depostos, diversos intelectuais também se exilaram no país, dentre os quais podemos destacar o antropólogo e ex-ministro Darcy Ribeiro.⁴²¹ Porém, com o endurecimento do regime político no Uruguai, os intelectuais, assim como a maioria dos outros exilados no país, tiveram que buscar outros países para viver o exílio. Dessa forma, o próprio Darcy Ribeiro e Hebert de Souza – mais conhecido como “Betinho” – se dirigiram para o Chile. Para os exilados com esse perfil acadêmico, a principal motivação para essa escolha foi a possibilidade de dar continuidade à suas produções acadêmicas em universidades chilenas, tais como a Universidade Católica do Chile.

Porém, foi sobretudo a partir de 1969 que os intelectuais passaram a ser numerosos no país. Com a repressão direcionada aos professores da Universidade de São Paulo (USP), acusados de “subversão”, uma nova leva de intelectuais passa a deixar o país, desta vez, tendo o Chile como principal destino. A principal motivação para que o Chile tenha sido escolhido como local de exílio nesse momento foi o interesse pela agitação política e cultural vivida após a posse de Allende. Além disso, segundo Helenice Silva, é importante destacar a grande importância adquirida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para os intelectuais exilados. A comissão foi extremamente importante para o pensamento econômico do terceiro mundo e, por isso, principalmente economistas passaram a se exilar no país, que tornou-se um ponto de encontro de intelectuais.⁴²² Além dos residentes – Fernando Henrique Cardoso, Francisco Welfort, entre outros –, exilados em outros países – tais como Celso Furtado – também passaram pela CEPAL, no Chile. Entre os brasileiros que chegaram ao Chile sem a carreira definida, podemos destacar José Serra, que partiu para o exílio enquanto líder estudantil, em 1964, e posteriormente também lecionou na CEPAL.

⁴²⁰ RABÊLO e RABÊLO, 2001, p. 89.

⁴²¹ Sobre o exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai, ver o seu livro de memórias: RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴²² SILVA, 2007, p. 06.

Além da CEPAL, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) também agrupou estudantes e pesquisadores brasileiros exilados no país. Para Teodoro Buarque de Holanda, a faculdade foi o principal incentivo para que ele optasse pelo exílio no Chile.⁴²³ Hebert de Souza, o Betinho, também se vinculou à FLACSO, onde trabalhou com o objetivo de dar continuidade a uma “militância política intelectual”, segundo as suas palavras.⁴²⁴

Embora a partir de 1969 os intelectuais tenham se tornado mais numerosos entre os exilados brasileiros no Chile, a chegada de militantes das organizações revolucionárias clandestinas transformou completamente o perfil da comunidade brasileira em Santiago. Enquanto, antes, a maioria dos exilados brasileiros no país fazia parte desse perfil intelectual, a partir de 1969, os militantes daquela organização passaram a compor a maioria. Desde então a comunidade brasileira exilada no Chile passou a viver o seu “segundo momento”, nos dizeres de Rabêlo. Esse segundo momento foi marcado pela concentração dos exilados da segunda geração, em geral jovens, caracterizados pela vinculação com os grupos revolucionários clandestinos ou com o movimento estudantil. Inspirados pelo “sonho socialista” alimentado pelo governo Allende, eles chegaram ao país obstinados a vivenciar a “experiência chilena” e a se preparar para o combate que seria travado no Brasil.

Esse interesse da geração atingida pelo ciclo repressivo, iniciado com o AI-5, ficou claro com a escolha do Chile como local de desembarque para o maior grupo de presos políticos libertados em troca da vida de uma autoridade sequestrada. Segundo um documento produzido pela embaixada chilena no Brasil, a escolha do Chile foi uma exigência feita pelos militantes da VPR, que assumiram o sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, no dia 7 de dezembro de 1970, no Rio de Janeiro. Segundo o documento, essa exigência irritou profundamente os militares brasileiros, que entendiam a escolha pelo Chile como uma “provocação inadmissível”.⁴²⁵ Apesar da relutância, a escolha foi aceita, mas os motivos foram escondidos pelos militares, que se recusavam a assumir uma das maiores derrotas que já sofreram contra os grupos clandestinos.⁴²⁶ Assim, desembarcaram em Santiago

⁴²³ Entrevista com Teodoro Buarque de Holanda e Lavínia Borges. Realizada no Rio de Janeiro-RJ, 17 de julho de 2010.

⁴²⁴ Depoimento de Betinho (Hebert de Souza). Sem data. In: CAVALCANTI; RAMOS. 1978, p. 98-99.

⁴²⁵ REPÚBLICA DE CHILE. Embaixada do Chile em Brasília. “Telex número 198”. 10 diciembre 1970. Arquivo do Ministério das Relações exteriores do Chile – Santiago. Fundo: Brasil.

⁴²⁶ Segundo o jornal *La Nación*, o governo brasileiro manteve mistério sobre os motivos que levaram o Chile ser escolhido como o local de desembarque dos banidos. Cf.: “70 presos políticos vuelan a Santiago”. *La Nación*. Santiago. 13 enero de 1970. Archivo Nacional de Chile – Santiago.

60 homens, 10 mulheres e três crianças com o *status* de “banidos”, criado pela repressão brasileira.

Com efeito, os banidos ajudaram a compor o novo momento do exílio do Chile, no qual prevaleceu entre os exilados brasileiros o perfil característico da segunda geração de exilados, isto é, jovens militantes vinculados aos grupos clandestino, ligados ou não às estratégias de luta armada. Veremos que a forte presença desse perfil de militante fez com que o segundo momento do exílio no Chile fosse marcado pelo objetivo das organizações revolucionárias em transformar o exílio em uma extensão da luta travada contra a ditadura no Brasil.

4.2 A organização política dos exilados: organizações do Brasil, hierarquias do exílio, vinculações com o Chile

O sentimento de culpa por terem deixado o país, a busca pelos sentimentos de “dever cumprido” proporcionado pela militância e a necessidade de afirmar a identidade militante estão entre os motivos que levaram os brasileiros a fazer do exílio uma continuidade da luta travada em solo nacional. Enquanto esperavam ou se organizavam para um eventual retorno ao país, os exilados procuraram fazer do exílio uma extensão das estruturas das organizações clandestinas, esperando dessa forma incluir os exilados no combate contra a ditadura militar brasileira.

Sendo assim, o exílio dos militantes brasileiros no Chile ficou marcado pelo surgimento das “sessões exteriores” de diversas organizações de esquerda. Os depoimentos e as fontes analisadas nos permitiram verificar a presença da ALN, do POC, do MR-8, da VPR e da Var-Palmarenses no Chile. As sessões recebiam instruções das direções gerais das organizações e mantinham constantes trocas de informações, principalmente através da ação de informantes, segundo Alfredo Sirkis.⁴²⁷ No entanto, não havia um papel definido para as “sessões exteriores” que, em realidade, acabavam vivendo à sombra das organizações, enquanto estas ainda existiam no Brasil.

⁴²⁷ SIRKIS, 1981, p. 30.

Mas levando em consideração o desprezo que a maioria dos militantes das organizações clandestinas mantinha pelos exilados, é evidente que as direções das organizações não viam os militantes das “sessões exteriores” como uma parte fundamental do seu contingente. Por exemplo, o comunicado número 01 da VPR, reproduzido por Aluizio Palmar em seu livro de memórias, relativo ao estabelecimento de um novo comando da organização, destacava: “o comando só existe efetivamente no Brasil”.⁴²⁸ De acordo com as palavras de Jacob Gorender, em *Combate nas trevas*, os exilados constituíam uma parte da esquerda que estava desarticulada e que precisava retornar ao país para voltar a contribuir com o funcionamento da organização da luta armada.⁴²⁹

Um documento assinado pela VPR, pelo MR-8, pela ALN e pelo MRT, destinado aos brasileiros no exterior, evidencia o papel periférico atribuído aos exilados para as organizações armadas.

O QUE FAZER: COMO O BRASILEIRO NO EXTERIOR PODE PARTICIPAR DA LUTA [grifo do documento]. Da mesma forma que a luta armada tem que criar as condições de participação dos brasileiros nos combates dentro do nosso país, devo fazê-lo também no exterior. É necessário canalizar todos os esforços dos brasileiros no exterior no sentido do auxílio à resistência popular que se desenvolve no Brasil.⁴³⁰

Portanto, de acordo com o documento, o papel destinado aos exilados seria apenas auxiliar. A prioridade seria o “desenvolvimento da luta dentro do Brasil”. Por isso, as organizações incentivavam as “preparações para a volta” a serem feitas no exterior e, claro, os planos de volta. Dessa forma, exílio deveria ser apenas uma extensão da luta que estava sendo travada no Brasil.

Fica evidente, assim, o princípio de continuidade que marca o *exopolítico*.⁴³¹ Isto é, para os exilados, o combate político deve continuar mesmo com a migração imposta. A pesquisa demonstra que o exílio dos brasileiros no Chile foi marcado por esse princípio, ao darem continuidade à defesa das ideias políticas das organizações clandestinas das quais

⁴²⁸ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram os nossos mortos?* 2ª Ed. Curitiba: Travessa dos editores, 2006.

⁴²⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 186.

⁴³⁰ VPR, ALN, MR-8, MRT. “Comunicado aos brasileiros no exterior”. 15 páginas. Datilografado. Sem data. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (17). Recueil : Plusieurs Mouvements réunis. 1956-1980.

⁴³¹ DUFOIX, 2002, p. 28.

participavam no Brasil. Houve exilados que mudaram de posicionamento político ainda durante o exílio; contudo, de acordo com Alfredo Sirkis, no Chile, prevalecia a manutenção das mesmas posições mantidas pelas organizações.

O clima no Chile não era de muita autocrítica. Os reparos à orientação dos grupos armados eram de ordem tática, e a maioria dos companheiros da minha ex-organização ainda não questionava o militarismo e o vanguardismo da nossa prática, mas atribuía, [...] a nossa derrota ao atraso dos preparativos para a guerrilha no campo.⁴³²

Embora em linhas gerais houvesse essa continuidade, o exílio no Chile também foi lugar de constantes rupturas, causadas pelas discordâncias com relação aos “reparos” que deveriam ser feitos. Nas palavras do ex-exilado Teodoro Buarque, o exílio “era uma fábrica de rachas”.⁴³³ Alguns exilados simplesmente se aproximaram de outras organizações no exílio, tais como Cláudio Gutierrez, militante da ALN no Brasil, que durante o exílio no Chile se aproximou da VPR.⁴³⁴ Porém, houve ainda novas subdivisões das organizações do exílio.

Entre os resultados dessas divisões, podemos citar a “Tendência Leninista da ALN”, também chamada de “TL”, que promoveu um “racha” com a ALN no Chile. Divergências também emergiram entre militantes do MR-8 no exílio, quando a organização já se encontrava praticamente desmobilizada no Brasil devido ao aumento da repressão. Segundo os dados levantados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, as divergências levaram os militantes a se dividir em dois grupos, a saber, MR-8 (Construção partidária), que foi composto principalmente pelos exilados que estavam no Chile há mais tempo, e “MR-8 (Direção Geral)”, do qual faziam parte os militantes que chegaram a partir de 1972. Por fim, vale a pena destacar que nesse mesmo momento de completa desmobilização das organizações no plano interno, o POC também sofreu uma divisão que levou à criação do POC-Combate.⁴³⁵

Para o petebista mineiro José Maria Rabêlo, essas discordâncias relativas ao projeto político a ser adotado também podem ser analisadas a partir da ótica das “classes” entre os exilados. Para ele, posições políticas mais moderadas eram assumidas pelos exilados que compunham a “burguesia do exílio” e ainda por alguns que constituíam a “classe média do

⁴³² SIRKIS, 1981, p. 30.

⁴³³ Entrevista com Teodoro Buarque de Holanda e Lavinia Borges. Realizada no Rio de Janeiro-RJ, 17 de julho de 2010.

⁴³⁴ Entrevista com Cláudio Weyne Gutierrez. Realizada em Porto Alegre-RS, 8 de março de 2006

⁴³⁵ ARQUIDIOCESE..., 1988, p. 47, 55, 73.

exílio”. A primeira era composta por funcionários internacionais com altas remunerações, enquanto a segunda, por exilados que haviam se empregado em repartições, universidades chilenas, entre outros órgãos que lhes conferiam um nível de vida comparável àquele vivido no Brasil. Os posicionamentos mais radicais, por sua vez, eram defendidos pelo “proletariado do exílio”, que reunia sobretudo os estudantes e os militantes que não haviam se inserido profissionalmente no Chile e que dependiam da ajuda disponibilizada pela *caixinha*.⁴³⁶

Para os mais radicais, a não inserção na sociedade receptora era uma prova de engajamento político e fidelidade à organização, haja vista que algumas organizações instruíam os seus militantes a não se inserir social e economicamente no exílio. Portanto, uma parte considerável dos “proletários do exílio” fazia parte daqueles que se recusavam a se verem como exilados, e entendiam que exilados eram “os outros”, eram aqueles que faziam parte da colônia e que haviam se afastado da ação política através das organizações armadas, nos dizeres de Paulo Sirkis.⁴³⁷

Entre aqueles que optaram por não se afastar das organizações no exílio, uma nova hierarquia foi imposta pelos mais radicais. Essa hierarquia foi identificada por Denise Rollemberg e se baseava na ideia de que a opção pelo exílio era sinônimo de covardia e traição da organização. Sendo assim, a forma de partida do país também determinava a maneira como o exilado era julgado pelos demais companheiros. Dessa forma, eram mais valorizados os exilados que haviam sido escolhidos pelas organizações para serem trocados pela libertação de autoridades sequestradas, enquanto aqueles que deixaram o país por “decisão própria” eram desprezados e pressionados a militar no exílio.⁴³⁸

Em entrevista, o gaúcho Bona Garcia, ex-militante da POC e da VPR que estava entre 70 presos trocados pela libertação do embaixador Suíço, confirma que houve esta divisão entre os exilados brasileiros no Chile.

Existia uma certa separação entre os exilados que não era legal. Apesar d’eu estar num grupo de elite, não era legal. Ou seja, você que era trocado era, vamos dizer assim, se achava, vamos dizer assim, mais exilado do que os outros. O que era uma bobagem, mas existia isso sim. Isso aí foi um ponto negativo.⁴³⁹

⁴³⁶ RABÊLO e RABÊLO, 2001, p. 83-84.

⁴³⁷ SIRKIS, 1981, p. 39.

⁴³⁸ ROLLEMBERG, 1999, p. 103-104.

⁴³⁹ Entrevista com João Carlos Bona Garcia. Realizada em Porto Alegre-RS, 12 de março de 2008.

O trecho nos permite observar o cuidado tomado por Bona Garcia ao escolher as palavras para explicar a divisão entre os exilados. Assim, utiliza o termo “exilado” para dizer que os banidos sentiam que o seu exílio era “legítimo” e que, por isso, se encontravam em uma situação superior com relação aos demais brasileiros no Chile. O posicionamento crítico a essa divisão assumido após o fim do exílio também é claro no relato de Bona.

Porém, de acordo com o depoimento de Vânia, a posição de superioridade assumida pelos banidos diante do restante dos brasileiros era tamanha, que estes se sentiam com o direito de cobrar explicações dos demais sobre a partida do Brasil.

Um dos grandes traumas do exílio foi a retratação junto do grupo social, porque eu era a pessoa [...] que fugiu. Eu aceitava tudo isso e procurava me retratar. [...] Então eu deveria me penitenciar. [...] A penitência foi uma das coisas mais importantes do exílio e só me liberei dela bem recentemente. Me sentia culpada e o meu castigo foi não estudar, não me formar, não construir uma profissão. [...] A retratação foi essa, a penitência, o castigo.

Eu queria ir para um lugar onde não houvesse nenhum brasileiro. Aí chegaram os 70 [banidos]. Eles iam conversar com as “pessoas fracas” e exigir explicações, saber porque elas tinham saído do Brasil. Eles eram os donos da verdade, e logo me senti condenada. Eu era o mal de todos e, para me punir, fiquei em casa. [...] Foi a maneira de me fechar e me defender do grupo. Passei a cuidar do menino [o filho]. Fiquei em casa.⁴⁴⁰

Percebe-se, dessa forma, que a chegada dos 70 presos trocados pelo embaixador suíço representou um marco na organização política dos exilados brasileiros no Chile. A partir de então, foi atribuído um papel central aos banidos, que seriam responsáveis por dar o julgamento final que determinaria a posição a ser assumida pelo exilado dentro da organização, segundo Glória Ferreira.

Com a saída do Brasil, fui assumindo [...] um sentimento de estar traindo os companheiros, de estar abandonando a luta. Então, no Chile, eu militava quarenta e oito horas por dia e isso não representava nada pra mim. [...] Quem tinha saído do Brasil por sequestro ou mandado pela organização para fazer uma tarefa era “desbundado”, aquele a quem cabia no exterior as

⁴⁴⁰ Depoimento de Vânia (sem sobrenome). Janeiro de 1977. In: COSTA (et. al.), 1980, p. 116-117.

piores tarefas, aquele que tinha que dar prova constante de que não tinha “desbundado”, que ainda estava no campo da revolução.⁴⁴¹

Em seu relato, Juliana da Rocha por sua vez destaca que os banidos se autodeterminavam os “representantes do proletariado”.

[No Chile] faziam a diferença entre aqueles que ali estavam porque foram mandados sair do Brasil – “os representantes do proletariado no exterior – e os demais – os que “desertaram da luta”. Cheguei lá achando que era uma daquelas pessoas ideologicamente francas, com aquela culpa, e o pessoal da organização me chamando de “desbundada”. Eu respondi que o que havia determinado a minha saída do Brasil tinha sido a própria prática da organização e sua formação. Comecei a fazer todas as análises e concluí que, assim como eu devia fazer a minha autocrítica, a organização devia fazer a sua. Então, rompi com a organização.⁴⁴²

Com efeito, os brasileiros que faziam parte do “proletariado do exílio” estavam à frente das sessões exteriores das organizações. As posições radicais assumidas por eles levaram muitos exilados a romper ou se afastar das organizações no exílio, tal como fizeram Juliana e Paulo Campanário, que considerou insustentáveis as posições assumidas por este grupo.⁴⁴³

No entanto, a militância dos exilados no Chile não se limitou às ações realizadas no âmbito das organizações clandestinas brasileiras. Na ânsia de participar mais da “experiência chilena” e diante das divisões das organizações brasileiras no exterior, muitos brasileiros se uniram a movimentos esquerdistas chilenos. Essa foi inclusive uma característica muito particular da militância política dos brasileiros no Chile. Por exemplo, embora no Uruguai os exilados procurassem estabelecer vínculos, o objetivo era, sobretudo, o de agregar forças no combate contra a ditadura brasileira a partir do exterior. Não houve, portanto, o envolvimento significativo de brasileiros em causas uruguaias, pelo menos durante o período no qual a primeira geração se concentrou no país.⁴⁴⁴ Veremos ainda que, na segunda fase do exílio na

⁴⁴¹ Depoimento de Glória Ferreira em entrevista coletiva sobre o Círculo das Mulheres de Paris. Junho de 1978. In: COSTA (et. al.), 1980, p. 428.

⁴⁴² Depoimento de Juliana da Rocha. Sem data. In : CALVANTI; RAMOS, 1978, p. 181-182.

⁴⁴³ Entrevista com Paulo Campanário. Realizada em Florianópolis-SC, 19 de fevereiro de 2009.

⁴⁴⁴ Segundo entrevista com o ex-tupamaro Jorge Zabalza, não houve contato algum entre o grupo liderado por Leonel Brizola e o então mais importante grupo de oposição no Uruguai, o Movimento de Libertação Nacional (MLN), mais conhecido como “Tupamaros”, que empregava violentos métodos de combate na oposição ao governo uruguiaio (Entrevista com Jorge Zabalza. Realizada em Montevideu-UY, 14 de fevereiro de 2006). Entretanto, em um momento posterior, este grupo contou com a participação isolada de alguns brasileiros que

Europa, a busca por intercâmbios com grupos políticos europeus ocorreu e se intensificou, mas, tal como ocorreu no Uruguai, não foi expressivo o engajamento de brasileiros em ações em favor de causas francesas. O entusiasmo no engajamento em favor de causas chilenas é uma exceção no exílio brasileiro.

Contudo, nem sempre esse entusiasmo se traduziu em apoio ao governo Allende. De acordo com relatos de diversos ex-exilados, era expressiva a quantidade de brasileiros que discordava dos posicionamentos políticos do governo da Unidade Popular. De acordo com Lavínia Borges, ex-exilada que já havia sido vinculada à dissidência da Guanabara, a sua simpatia pelo governo Allende distoava da posição da maioria dos brasileiros exilados no país: “nós tínhamos uma identificação completa [com o governo da Unidade Popular]. Diferentemente da maioria dos brasileiros, que achavam que o Allende era ‘uma raposa velha’”.⁴⁴⁵

Segundo Bona Garcia, as críticas mais constantes entre os brasileiros giravam em torno do caráter “democrático” do governo da UP. Tais críticas eram presentes especialmente entre os militantes mais radicais que acreditavam que o caminho tomado por Salvador Allende era excessivamente “reformista”. Os brasileiros adeptos deste posicionamento mais radical chegaram inclusive a evitar maiores contatos com o governo chileno. Como exemplo, de acordo com o relato de Bona, muitos exilados se recusaram a participar de um almoço oferecido por Allende após a chegada dos banidos. Era uma maneira de demonstrar o desacordo com a opção pela “via democrática” feita pela UP.

Me chama a atenção [...] Eu senti que os brasileiros estavam um pouco descolados da realidade. Porque a gente começou a criticar, os brasileiros começaram a criticar o governo do salvador Allende, achando que era um governo “mole”, que era um governo que não era aliado a Moscou, que não enfrentava como deveria enfrentar a direita e tal. E era uma ignorância nossa terrível sobre a situação no Chile.⁴⁴⁶

permaneceram no país mesmo após o partida da maioria dos brasileiros. Foi o caso de Flávia Schilling, filha de Paulo Schilling, ex-assessor de Brizola. Em virtude da sua atuação junto ao grupo, Flávia foi presa por sete anos no Uruguai, incentivando uma grande campanha internacional em favor da sua libertação. Sobre o caso de Flávia Schilling, é elucidativo o seu livro de memórias que reúne cartas escritas na prisão: SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global editora, 1980.

⁴⁴⁵ Entrevista com Lavínia Borges e Teodoro Buarque de Holanda. Rio de Janeiro-RJ, quarta-feira, dia 17 de julho de 2010.

⁴⁴⁶ Entrevista com João Carlos Bona Garcia. Realizada em Porto Alegre-RS, 12 de março de 2008.

A “ignorância” sobre o processo chileno é também uma autocrítica muito presente nos relatos dos ex-exilados. Passado o exílio, muitos brasileiros avaliaram que o seu conhecimento da realidade chilena era, em realidade, superficial, e que o fato de procurarem transformar o exílio em uma simples continuidade da luta travada no Brasil agravou essa percepção. Mas, enquanto estavam no Chile, para os exilados mais radicais o que interessava no governo chileno era o caráter popular das suas bases e o projeto socialista no qual ele se baseava.

Com efeito, os dois últimos aspectos foram os principais responsáveis pelo interesse entre os exilados pela vida política chilena. Com frequência os ex-exilados relatam a participação nas manifestações pró-Allende que passaram a ocorrer com a crescente polarização das forças políticas no Chile após o início das sabotagens efetuadas pela ultradireita. Assim, o hino da UP e os pulos dados nas manifestações de inverno para esquentar e se diferenciar dos reacionários também fazem parte das lembranças dos exilados brasileiros no Chile.⁴⁴⁷ A efervescência política vivida pelo país naquele momento foi vivida por Teodoro Buarque de Holanda.

Uma das características marcantes lá do Chile era a informação política e o posicionamento político das pessoas. Todo mundo discutia política em casa. [...] As pessoas tinham camisa, era muito esquisito você não ter uma camisa partidária. E eu via esses atos iniciados pelas Unidades populares e fiquei muito impressionado, sobretudo com Allende. [...] Eu fiquei muito tomado pelas coisas de lá, do Chile. Eu fui absolutamente “chilenizado”.⁴⁴⁸

Entretanto, para muitos brasileiros, o envolvimento com o contexto chileno não foi além da presença nessas manifestações. Foi o caso de Paulo Campanário, ex-militante de uma dissidência do Partido Comunista, que se afastou de atividades políticas durante o exílio no Chile.

Eu participei [...] de peças de teatro, shows, as manifestações do Allende, quando teve, eu ia. Mas eu não tive participação política direta, eu era apenas como se fosse uma pessoa do povo que tava torcendo por Allende, pela Unidade Popular, mas eu não participava, mas tinha muitos brasileiros que participavam.⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ VIEIRA, Liszt. *A busca: memórias da resistência*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 99.

⁴⁴⁸ Entrevista com Lavinia Borges e Teodoro Buarque de Holanda. Realizada no Rio de Janeiro-RJ, 17 de julho de 2010.

⁴⁴⁹ Entrevista com Paulo Campanário. Realizada em Florianópolis-SC, 19 de fevereiro de 2009.

O engajamento político junto às organizações chilenas foi mais comum entre os exilados que procuraram manter um vínculo com os grupos clandestinos. Segundo Paulo Krischke, esse envolvimento com os grupos chilenos partia de iniciativas individuais. Isto é, não houve uma vinculação oficial entre um determinado grupo brasileiro e um determinado grupo chileno. Entretanto, afinidades políticas e ideológicas indicavam aos exilados em qual grupo chileno estes deveriam se inserir. Assim, foi comum a vinculação de militantes ou ex-militantes da AP com o MAPU, que era uma dissidência do partido democrata cristão chileno. Militantes das organizações armadas, tais como o POC, por sua vez, se vincularam à ultraesquerda chilena, o MIR.⁴⁵⁰ Por fim, vale a pena destacar a aproximação de militantes do PCB com os comunistas chilenos.

A forma de atuação em conjunto com os grupos chilenos mais mencionada nos relatos foi o trabalho voluntário nas comunidades operárias chilenas. Muitos brasileiros se envolveram nesses trabalhos voluntários, principalmente aqueles que estabeleceram vínculos com o MAPU. Após a difusão de uma nova versão do maoísmo pela “revolução cultural chinesa” de 1966, vários grupos políticos com bases cristãs na América Latina, tais como a AP e o MAPU, adotaram uma linha de pensamento marxista-leninista.⁴⁵¹ Sendo assim, os militantes do MAPU passaram a acreditar que a integração com as comunidades deveria ser a base do movimento político e, portanto, ofereciam serviços relacionados às necessidades básicas da população, tais como escola, saúde, e infraestrutura.

Paulo Krischke, que tinha sido militante da AP, está entre os brasileiros que participavam dessas atividades e, em seu relato, destaca como essa atuação voluntária junto às comunidades influenciou o seu modo de vida durante o exílio no Chile.

Eu morava num bairro operário lá. Aquela coisa, [...] tinha uma ala do MAPU que trabalhava nesse tipo de linha quase maoísta de morar no meio operário. Alguns trabalharam em fábricas também... Então a gente foi morar num bairro operário. [...] Foi legal, a gente tinha lá, tinha escolas pra crianças, tinha tudo lá. Então a gente tava muito dentro desse grupo do MAPU, tava trabalhando de tipo de organização populacional, como chamavam lá, “populaciones operarias”.⁴⁵²

⁴⁵⁰ Entrevista com Paulo Krischke. Entrevista realizada em Florianópolis-SC, 20 de fevereiro de 2009.

⁴⁵¹ RIDENTI, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação popular: do cristianismo ao maoísmo*. Meeting of the Latin American Studies Association. Chicago, 1998, p. 02.

⁴⁵² Entrevista com Paulo Krischke. Entrevista realizada em Florianópolis-SC, 20 de fevereiro de 2009.

Com efeito, o trabalho voluntário permitiu uma maior integração não apenas com a sociedade local, mas também entre os próprios exilados, confirmando a importância das redes para o engajamento político. Segundo Zuleika Alembert, militante do PCB, a convocação para o trabalho voluntário na construção de uma escola, ao mobilizar cerca de 200 mulheres, foi o primeiro incentivo para que ela tivesse a ideia de organizar o “Comitê das mulheres brasileiras no exterior”. O comitê foi fundado em 1973 no Chile com o objetivo de agrupar politicamente as brasileiras exiladas.⁴⁵³

Foi a primeira iniciativa desenvolvida pelas mulheres exiladas com esse objetivo. No entanto, de acordo com Joana Maria Pedro, as discussões do grupo não eram voltadas para questões feministas,⁴⁵⁴ mas sim para a participação política das mulheres junto aos grupos políticos no exílio.⁴⁵⁵ Segundo Zuleika, a atenção foi destinada a estas questões muito em função do contexto chileno, que mobilizou a maior parte da comunidade exilada. De qualquer forma, o comitê contou com a filiação de cerca de 250 mulheres, que procuravam atuar nas manifestações políticas, nas juntas de abastecimento, nos trabalhos voluntários e em diversas outras frentes de ação da esquerda chilena.⁴⁵⁶

Entretanto, a participação nessas atividades não ficou restrita aos militantes brasileiros da AP e às mulheres exiladas. Militantes ligados aos grupos armados também participaram das ações junto a comunidades. Alguns deles participaram dessas ações não de forma voluntária, mas no âmbito do governo Allende que, tal como vimos no capítulo anterior, ofereceu tratamento diferenciado para os 70 banidos.

De acordo com um informe produzido pela embaixada brasileira no Chile, com base em dados apresentados pelos jornais chilenos, o governo da UP ofereceu cargos no governo a

⁴⁵³ “Primera asamblea de las mujeres exiladas en el exterior”. *Campanha*. Santiago, 1º marzo 1973, n. 06, p. 07. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁵⁴ PEDRO, Joana Maria. *Lectures Brésiliennes du féminisme français et mécanismes d’identification au Brésil*. In: SANTOS; ROLLAND, 2008a, p. 269.

⁴⁵⁵ Segundo *Campanha*, no dia 07 de março de 1973, o Comitê das mulheres brasileiras no exterior realizou um ato político em comemoração ao dia internacional da mulher. Segundo o periódico, o grupo procurou destacar as condições impostas às mulheres brasileiras pela ditadura militar. Sendo assim, podemos perceber que as ações desenvolvidas pelo comitê estavam mais voltadas para a oposição à ditadura brasileira e o apoio ao governo Allende do que ao feminismo em si. Cf.: “Comité de mujeres brasileñas”. *Campanha*. Santiago, 1º maio 1973, n. 08, p. 06. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁵⁶ Depoimento de Zuleika Alembert, dezembro de 1978. In: COSTA (et. al.), 1980, p. 60.

cerca de 564 estrangeiros. Destes, 119 eram brasileiros, sobretudo os asilados.⁴⁵⁷ Bona Garcia está entre os brasileiros que se vincularam às atividades do governo da UP por meio de ações desenvolvidas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Interior do Chile.

Fui trabalhar, me integrei com os chilenos, fui para as vilas lá. Fui trabalhar com um grupo que se envolveu em trabalhos com as “poblaciones”, que eram as vilas nos arredores ou em outras cidades no Chile, no sentido de organizar as populações das vilas. Quer dizer, tinha um objetivo político [...]. Mas era no sentido de organização, organização popular, e ao mesmo tempo estava vinculado ao ministério do desenvolvimento interior e se ganhava um salário. Então te ajudava a sobreviver e você fazia um trabalho nas vilas [...]. Era um trabalho, vamos dizer assim, de catalizador de movimentos sociais. Então a gente foi trabalhar para formar imprensa, para formar jornal na comunidade. Então esse tipo de trabalho, certo? Mas com o objetivo esse, organizar as pessoas para o estatuto da Unidade Popular. E foi um trabalho muito rico, muito bom, muito importante pra mim, marcou a minha vida.⁴⁵⁸

Porém, convém destacar ainda a vinculação de militantes dos grupos armados brasileiros com o MIR. Embora o governo Allende tenha tido enfrentamentos com os integrantes mais radicais do movimento, o MIR agiu ativamente em favor do governo da UP, principalmente após o agravamento da situação política e econômica do país causado pelos boicotes às medidas populares de Allende. Os brasileiros que se vincularam ao MIR participaram dessas atividades, das quais destacamos as “Juntas de abastecimiento y precios”, que através do trabalho voluntário de militantes e simpatizantes do governo procurava regular a distribuição de mercadorias e controlar os altos preços causados pela emergência do “mercado negro”. Entre os brasileiros vinculados ao MIR que participaram dessas atividades, podemos destacar a mato-grossense Jane Vanini, militante da ALN e, posteriormente, do MOLIPO. Em uma carta enviada ao pai na qual assina como Ana, Jane se orgulha da participação em tais atividades.

Hoje volto a carga e, como fiz um montão de coisas além do normal, participei de trabalhos voluntários, conversei com o povo, reparti e vendi alimentos a preço oficial, combatendo assim o mercado negro de

⁴⁵⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL – Embaixada brasileira em Santiago. *Situação política. Estrangeiros na administração brasileira. Asilados brasileiros*. Ofício expedido n. 1734. Assinado por A.C. Câmara Canto (Embaixador). Data: 29/08/1973.

⁴⁵⁸ Entrevista com João Carlos Bona Garcia. Realizada em Porto Alegre-RS, 12 de março de 2008.

alimentos e uma série de novas experiências. [...] E eu quero ser de vanguarda também no trabalho como na trincheira se for o caso.⁴⁵⁹

O relato de Jane evidencia a satisfação da militante ao alcançar os sentimentos de eficácia e credibilidade com o trabalho voluntário no Chile. Ao mesmo tempo, ela indica que mantinha a disposição para a luta armada no país. Decidida a contribuir com o sucesso da Revolução Socialista, no exílio, Jane optou pela continuidade da clandestinidade e da militância armada. Assim, participou ativamente dos movimentos de resistência organizados pelo MIR e adotou diversos “condinomes”.

De acordo com Regina Beatriz Guimarães Neto e Maria do Socorro Araújo, diante do agravamento da situação política do país, o MIR procurou organizar a resistência às tentativas de golpe que o governo da UP passou a sofrer. Dessa forma, contrariou a posição de Allende que, no intento de continuar baseando o seu governo na legalidade democrática, recusou a formação de um exército revolucionário para defender o seu governo. O MIR procurou formar “redes de resistência”, que contaram com a participação de alguns estrangeiros, animados principalmente pela ideia de que a Revolução deveria ser vitoriosa em toda a América Latina.⁴⁶⁰

Na carta enviada à sua família em Cáceres, no interior de Mato Grosso, ainda assinando como Ana, Jane Vanini explica parte das tensões pelas quais passava e qual era a sua participação nas redes de resistência organizadas pelo MIR, já na iminência do golpe contra Allende.

Eu também fico de guarda todas as noites. Algumas, não durmo nada. Conversando com os companheiros, conhecendo coisas, etc. Ontem, quando comecei a escrever esta carta, estava de guarda (...). Ontem estive com o Sérgio fazendo guarda no mesmo lugar: canal 9 de televisão. Era uma das noites mais críticas. Havia boatos de sublevação do exército com todos os matizes possíveis e inimagináveis. Alguns afirmam de “pé junto” que os milicos já vinham avançando sobre Santiago, etc.⁴⁶¹

⁴⁵⁹ Carta de Jane Vanini, datada em 31.10.72, com assinatura de Ana. Apud. ARAÚJO, 2002, p. 122.

⁴⁶⁰ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; SOCORRO, Maria do Socorro Araújo. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Escrita da História, escrita de si*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 352.

⁴⁶¹ Carta de Jane Vanini com assinatura de Ana, de 06 de julho de 1973. Apud. GUIMARÃES NETO; SOCORRO, 2004, p. 352.

Podemos perceber que as vinculações dos brasileiros com os movimentos chilenos foram voltadas para as próprias questões chilenas. Assim, podemos perceber que o objetivo dos militantes brasileiros em lutar pela revolução socialista foi utilizado em favor dos interesses dos movimentos políticos locais. Dessa forma, os exilados se confirmam enquanto uma importante peça do jogo político, mesmo enquanto o exílio brasileiro ainda se encontrava inserido em uma estrutura tríplice.⁴⁶² Isto é, os recursos para as ações políticas dos exilados brasileiros foram determinados pelas pressões trocadas entre as forças políticas brasileiras e as forças políticas chilenas, que usavam os exilados de acordo com os seus próprios interesses.

Mas é importante destacar que, embora esse engajamento em questões locais tenha sido excepcional no Chile, a maioria dos exilados não tornou isso o foco da sua militância durante o exílio no país. O foco continuou sendo a oposição ao regime militar brasileiro, que não contou com o envolvimento dos movimentos políticos chilenos. Veremos no próximo tópico que, além dessa característica, esse combate foi marcado pelo princípio de continuidade: juntamente ao esforço em manter as estruturas das organizações políticas houve uma continuidade das ideias e das formas de ação dos militantes políticos.

4.3 *A oposição à ditadura brasileira no Chile*

O esforço dos exilados em manter as organizações no exterior visava transformar o exílio no Chile em um espaço de continuidade da oposição ao regime militar. As dinâmicas do exílio exerceram uma forte influência nas organizações internas das “sessões exteriores” e fizeram com que os exilados se interessassem pela política interna, a ponto de estabelecerem vínculos com os movimentos políticos chilenos. Entretanto, tais dinâmicas no exílio não foram suficientes para deslocar o foco dos exilados do combate contra a ditadura brasileira. Afinal, a ditadura continuou sendo o “inimigo comum” entre os militantes exilados.

A denúncia dos crimes cometidos pelo regime autoritário foi vista pelos exilados como uma das armas mais fortes a serem utilizadas contra os militares a partir do exterior. Inclusive de acordo com o já mencionado documento enviado pelas organizações armadas aos seus militantes no exterior, essa atividade era atribuída aos exilados pelas direções das

⁴⁶² Cf.: RONINGER, 2010, p. 59.

organizações. Segundo estas, a tarefa constituía um importante papel a ser desempenhado pelos exilados que objetivassem continuar integrados à luta.⁴⁶³ Devido à censura imposta pelos militares aos meios de comunicação no plano interno e ao apoio oferecido por diversos periódicos ao governo⁴⁶⁴ esse tipo de atividade dificilmente poderia ser realizada no Brasil.

Além disso, ao realizar denúncias no exterior, os exilados esperavam sensibilizar a opinião pública dos países de acolhida a seu favor, conseguir apoio para a sua luta política e prejudicar a imagem do regime militar brasileiro no exterior. Portanto, as denúncias são uma peça fundamental da equação política do exílio.

Tais objetivos fizeram com que as denúncias fossem presentes em todas as fases do exílio brasileiro, efetivadas pelos exilados das duas gerações em diversos países. Primeiramente, as denúncias foram realizadas exclusivamente em jornais locais, quando estes disponibilizavam espaço para os exilados. Foi o caso do periódico uruguaio *Marcha*, que ignorou as pressões do governo brasileiro que exigia a proibição da divulgação das acusações feitas pelos exilados.⁴⁶⁵ Porém, visando ter maior independência nas suas publicações, inúmeros informativos foram criados pelos exilados brasileiros. Dessa forma, visavam destruir a imagem que os militares propagavam do regime, que, segundo eles, seria resultado de “uma intervenção salvadora em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção”.⁴⁶⁶

Essa campanha contra os militares efetivada pelos exilados é mencionada por José Maria Rabêlo, que havia sido vinculado ao PTB e que viveu a maior parte do exílio no Chile.

Tinha razão a ditadura ao atribuir aos exilados a existência de uma campanha no exterior contra o regime. “Estão denegrindo a imagem do Brasil”, era o surrado discurso dos militares e de seus serviçais, inclusive da

⁴⁶³ VPR, ALN, MR-8, MRT. “Comunicado aos brasileiros no exterior”. 15 páginas. Datilografado. Sem data. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (17). Recueil : Plusieurs Mouvements réunis. 1956-1980.

⁴⁶⁴ Como exemplo, podemos citar o jornal Folha da Tarde, do Grupo Folha da Manhã, que foi um dos “portavozes” do regime autoritário. O referido periódico foi objeto de estudo da historiadora Beatriz Kuschnir. (KUSCHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964 - 2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 251.

⁴⁶⁵ MARQUES, 2006, p. 83-94.

⁴⁶⁶ REIS FILHO, 2004, p. 39.

imprensa. Na verdade, o que fazíamos era denunciar os crimes cometidos pela Ditadura, que não podiam ser divulgados internamente.⁴⁶⁷

As ações de denúncia contrariavam as expectativas dos militares com relação ao exílio político. Preocupados com a repercussão das denúncias feitas pelos militantes, os militares passaram a elaborar estratégias que buscavam deslegitimar os opositores, como bem evidencia um documento do DOPS.

É de se exigir, portanto, que os propagandistas das torturas que ferem o nome da Pátria, no BRASIL [grifo do documento] e no exterior, encontrem a necessária reação nos meios de comunicação (imprensa escrita, falada e televisada). Ali deveriam ser também retratadas, no mesmo pé de igualdade, as barbaridades cometidas por insanos criminosos, inclusive contra inocentes crianças, mulheres e velhos, em covardes sequestros e atentados de toda sorte, bem como de frios assassinatos, para satisfação de sádicos sentimentos, importados de outros países, para onde vão esses criminosos em busca de torpes instruções.⁴⁶⁸

Tais estratégias e mesmo a pressão contra os países que acolhiam os exilados se mostraram ineficientes para evitar que os militantes se organizassem para efetuar iniciativas dessa natureza.

Com efeito, o “Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil” (CDR), foi uma das primeiras iniciativas que emergiram no Chile com esse objetivo que tanto incomodava os militares. Ele foi composto principalmente por exilados da primeira geração, dentre os quais merece destaque Hebert Souza, o “Betinho”. Documentos do serviço de espionagem brasileiro no exterior, o CIEX – cuja consulta ainda é limitada – apontam que o Comitê mantinha relações com outras organizações de exilados, e contava com o apoio de diversos exilados, entre os quais podemos destacar José Serra, que teria participado de reuniões do comitê.⁴⁶⁹

O CDR estabelecia diálogo com o *Front Brésilienne d’information* (FBI) – ou *Frente Brasileira de Informações* –, que fora criado em 1969 na Argélia por iniciativa de políticos brasileiros com reconhecimento no cenário nacional, tais como o ex-governador de

⁴⁶⁷ RABÊLO e RABÊLO, 2001, p. 194.

⁴⁶⁸ DOPS-SP. Informação 2555. Assunto: comportamento de presos políticos. 30 jun 1975. Fl. 04. Pasta 18/ 50-Z-8 ordem: 1812 – 1932. Arquivo Público de São Paulo.

⁴⁶⁹ Cf.: SEQUEIRA, Cláudio Dantas. “A vida de Serra no exílio”. *Istoé*. n. 2.117, 03 de junho de 2010. Disponível em: <www.istoe.com.br/reportagens/78194_A+VIDA+DE+SERRA+NO+EXILIO>. Acesso em 28 de janeiro de 2011.

Pernambuco, Miguel Arraes e o ex-deputado Márcio Moreira Alves. O FBI foi atuante em diversos países, sendo responsável por uma publicação que circulou com o mesmo nome em países como Argélia, Alemanha, Chile, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Estados Unidos e França.⁴⁷⁰

Assim como o CDR, o *Front* se dedicava quase exclusivamente à denúncia das atrocidades cometidas pelos militares no Brasil e das consequências das medidas econômicas adotadas pelos militares à população brasileira. Portanto, não manteve vinculação com algum grupo político específico. Dessa forma, o *Front* teve o diferencial de contar com a participação de exilados ligados a diferentes organizações e, em diversos países – em especial no Chile –, ele promoveu o contato entre as duas gerações de exilados brasileiros, um diálogo que se mostrou extremamente raro durante o exílio brasileiro.⁴⁷¹

Todavia, houve exilados brasileiros no Chile que discordavam da linha “independente” adotada pelo CDR e pelo FBI, e consideravam que eles “tendiam para o burocratismo”, assim como a “caixinha”.⁴⁷² Diversos periódicos organizados pelos exilados tinham propostas diferentes das iniciativas mencionadas, ao objetivar representar melhor as ideias das organizações políticas no exílio. Segundo Denise Rollemberg, mais de 40 títulos foram produzidos pelos exilados nos mais diversos países e continentes. Mas não por acaso essa produção se concentrou no Chile e na França, onde os periódicos mantiveram maior regularidade.⁴⁷³

Entre os diversos periódicos organizados por exilados brasileiros no Chile, podemos destacar: *Cartas Chilenas*, organizado pelo petebista José Maria Rabêlo; *Unidade e Luta*, organizado pela Tendência Leninista da ALN; *Campanha*, organizado por um pequeno grupo de militantes Trotskistas; *Teoria y practica*, que era na realidade uma versão do periódico *Debate*, editado em Paris a partir de 1970 e organizado por João Quartin de Moraes, dissidente da VPR;⁴⁷⁴ *Temas y Debates*, que contou com a participação de organizações

⁴⁷⁰ CHIRIO, 2006, p. 79.

⁴⁷¹ O FBI será melhor analisado no capítulo seguinte.

⁴⁷² “Organizar la lucha en el exterior”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 02, 28 de outubro de 1972. p. 08. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁷³ ROLLEMBERG, Denise. *A imprensa no exilo*. In: CARNEIRO, Maria Luiza (org.). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 455.

⁴⁷⁴ *Debate* será debatida com maior profundidade no capítulo seguinte.

brasileiras armadas, dentre as quais podemos citar o MR-8;⁴⁷⁵ *Resistência*, organizado pelo MR-8 e pela ALN e que também contou com edições na França; entre outras.⁴⁷⁶

Assim, podemos perceber que, de certa forma, a imprensa no exílio é mais uma evidência das constantes divisões dos grupos de esquerda brasileiros, não apenas no exílio. Todavia, apesar das divergências, as publicações possuíam em comum o objetivo de promover um ataque à imagem do regime autoritário brasileiro a partir do exterior. Com essa meta, se tornaram constantes nas publicações as denúncias sobre as torturas, as más condições às quais eram submetidos os presos políticos, a censura imposta à imprensa, os atos autoritários dos militares, etc.

As denúncias eram elaboradas principalmente com base em relatos de exilados, que contribuíam com seus testemunhos ou informações que recebiam diretamente do Brasil. Assim, casos de militantes torturados que se tornavam mais conhecidos foram abundantemente divulgados pela imprensa brasileira exilada no Chile. Entre eles, podemos destacar o caso do líder das ligas camponesas, Manuel da Conceição, que fora sumariamente torturado pelos militares a ponto de ter perdido a perna como consequência das violências que sofrera.⁴⁷⁷

Análises da conjuntura brasileira também foram realizadas pelos exilados brasileiros no Chile, principalmente por aqueles que constituíam a fração “intelectual” da comunidade, composta por exilados que muitas vezes eram ligados à CEPAL ou à FLACSO. Nesse sentido, vale destacar que eram privilegiadas as análises dos aspectos econômicos do Brasil, visando identificar as debilidades do modelo econômico adotado pelos militares. Convém

⁴⁷⁵ Segundo a publicação assinada pela Var-Palmares e intitulada “Ejemplo de lucha”, *Temas y Debates* chegou a publicar documentos do MR-8 sobre a guerrilha urbana, comentados por militantes. VAR-PALMARES. “Publicaciones”. *Ejemplo de lucha*. Sem data. p. 04. BDIC, Archives : FP 1120 (1) (5). Recueil : VAR-PALMARES. Vanguardia Armada Revolucionária (1969-1970).

⁴⁷⁶ Entre as revistas produzidas por brasileiros, podemos citar ainda *Outubro, Palmares e Brasil Hoy*. Estas e todas as demais publicações brasileiras editadas no Chile são inexistentes nos arquivos chilenos, pois foram destruídas pelos militares após o golpe. Alguns desses periódicos estão disponíveis para pesquisa no arquivo da Bibliotéque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), vinculado à Universidade de Paris-X, em Nanterre, França. Porém, convém destacar que o Arquivo da Memória Operária (AMORJ), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conserva uma coleção mais completa a respeito da imprensa brasileira no exílio.

⁴⁷⁷ O caso de Manuel da Conceição foi muito destacado pela comunidade exilada, que chegou inclusive à compor o “comitê Manuel da Conceição”. *Temas y Debates* denunciou diversas vezes o seu caso: “Mi pierna es mi classe”. *Temas y debates*. Santiago do Chile. Janeiro/ Fevereiro de 1973. n. 10. Ed. 25. p. 37-38. BDIC, Archives : F delta 1120 (7). Recueil : Opposition politique (à l'étranger) contre le gouvernement Brésilien. Documents divers [Lieux divers] (1968-1979).

ressaltar ainda que, nestas análises de conjuntura econômica, predominava nos periódicos a perspectiva marxista.

É notável também a atenção destinada às denúncias a respeito do imperialismo brasileiro na América Latina. Como exemplo, podemos citar uma edição de *Temas y Debates*, na qual é destacada a influência e presença da repressão brasileira nos mais diversos países.

A partir do momento no qual Allende chegou à presidência no Chile, é com temor que o subimperialismo brasileiro observa a tendência à esquerda que importantes países latino-americanos tomaram. Estes temores se expressam em discursos cheios de ameaças assim como com ajuda material oferecida à Banzer, na Bolívia, na época do golpe e contra o general Torres; na mobilização de tropas na fronteira do Uruguai durante os comícios presidenciais deste país, em que pela primeira a esquerda é representada pela Frente Ampla participava com alguma possibilidade de êxito. [...] Por isso, quando a burguesia brasileira comemora o 9º ano de instalação da ditadura militar antitrabalhista e popular, acreditamos ser o nosso dever de solidariedade alertar aos trabalhadores e povos latino-americanos sobre as sinistras e sombrias alternativas com as quais acena o Brasil para os demais países da América Latina.⁴⁷⁸

O texto evidencia o objetivo dos exilados em despertar a solidariedade entre os militantes latino-americanos. Ao precaver a população chilena e dos demais países do continente sobre o avanço da repressão brasileira além das fronteiras nacionais, esperava-se incentivar mobilizações em conjunto. Porém, as publicações vinculadas às organizações armadas brasileiras pretendiam mais do que sensibilizar a opinião local quanto à luta contra o regime. As fontes analisadas indicam que muitas vezes a imprensa exilada era utilizada como um espaço para debate das estratégias a serem utilizadas neste combate.

Nos textos que abordavam estratégias políticas, é notável a confirmação da opção pelo caminho da luta armada em diversos periódicos. Armas em punho e militantes armados geralmente ilustravam os textos divulgados pelas organizações,⁴⁷⁹ que defendiam a importância das ações armadas para a vitória no combate em favor da Revolução Socialista. Uma edição de *Resistência* se dedicou exclusivamente à defesa dessa estratégia:

⁴⁷⁸ “Brasil contra Chile y Argentina”. *Temas y debates*. Santiago do Chile. Janeiro/Fevereiro de 1973. n. 10. Ed. 25, p. 23. BDIC, Archives : F delta 1120 (7). Recueil : Opposition politique (à l'étranger) contre le gouvernement Brésilien. Documents divers [Lieux divers] (1968-1979).

⁴⁷⁹ Ver anexos.

O caráter revolucionário da nossa organização resulta antes de tudo no fato de que nossa ação revolucionária aspira tomar o poder através da violência da guerra revolucionária. Nossos métodos e formas de organização estão subordinados à ação revolucionária e não aceitaremos que nada possa impedir ou limitar esta ação.⁴⁸⁰

Conforme o relato já exposto de Alfredo Sirkis, no Chile, não houve uma grande transformação nas estratégias de ação das organizações armadas. Segundo Sirkis, a maior parte dos militantes entendia que a estratégia militarista deveria ter continuidade e avaliava que a ação revolucionária deveria apenas sofrer certos “ajustes”. Nas avaliações, os fracassos das ações armadas que haviam sido desenvolvidas até então foram atribuídos à opção pela guerrilha urbana.⁴⁸¹ Diante disso, as organizações armadas passaram a sugerir modificações, dentre as quais merece destaque a transferência da luta da cidade para o campo. Logo, a guerrilha rural passou a ser defendida como a principal modificação a ser feita.

Da área urbana passaremos para a luta direta contra os latifundiários através da guerrilha rural. Da aliança dos trabalhadores e camponeses com os estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzaremos o interior do Brasil em todas as direções, chegaremos exército revolucionário de libertação nacional ao seu enfrentamento com o exército convencional da ditadura militar.⁴⁸²

Além de debater ou defender estratégias de combate a serem efetuadas no Brasil, houve exilados que se esforçaram em transformar os periódicos em um meio de convocação para as atividades que poderiam ser desenvolvidas no exílio. Vimos que essa perspectiva não era predominante na esquerda brasileira, que via no exílio uma breve extensão da luta travada

⁴⁸⁰ “El carácter revolucionario de nuestra organización resulta ante todo del hecho de que toda nuestra acción revolucionaria y aspira a tomar el poder mediante la violencia de la guerra revolucionaria. Nuestro método e formas de organización estan subordinadas a la acción revolucionaria, y nada aceptaremos que pueda impedir o limitar esta acción. Cf.: “Ratificación de una tesis: el papel de la acción revolucionaria en la organization”. *Resistência*. Ano III, n. 01 (suplemento), p. 10. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (7) Recueil : ORM-POC. Organização Revolucionária Marxista. Partido Operário Comunista. 1967 – 1971.

⁴⁸¹ SIRKIS, 1981, p. 30.

⁴⁸² “Del area urbana pasaremos a la lucha directa contra los latifundistas a traves de la guerrilla rural. De la alianza de los obreros y campesinos con los estudiantes, a traves de la guerrilla movil en el campo cruzaremos el interior del Brazil en todas las direcciones, llegaremos sl ejercito revolucionario de liberación nacional, a su enfrentamiento con el ejercito convencional de la dictadura militar. Cf.: “Ratificación de una tesis: el papel de la acción revolucionaria en la organization”. *Resistência*. Ano III, n. 01 (suplemento), p. 14. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (7) Recueil : ORM-POC. Organização Revolucionária Marxista. Partido Operário Comunista. 1967 – 1971.

⁴⁸² SIRKIS, 1981, p. 30.

contra a ditadura brasileira. Entretanto, o periódico *Campanha* contrariou essa perspectiva⁴⁸³ e foi pioneiro ao propor “transformar o exílio em uma campanha de luta”.⁴⁸⁴

Segundo o editorial do primeiro número deste periódico, lançado em 1972, o grupo *Campanha* propunha a união dos exilados brasileiros em torno do combate contra o regime autoritário. Essa união deveria ter como base o aprendizado com o Movimento Revolucionário Internacional e a solidariedade dos trabalhadores de todos os países onde a classe era explorada.⁴⁸⁵ Dessa forma, *Campanha* procurava evidenciar as potencialidades dos exilados, diferentemente dos demais periódicos editados pelos brasileiros no Chile. Também sugeria ações que poderiam ser desenvolvidas no Chile, tais como pressionar a embaixada brasileira em Santiago para que modificasse o tratamento destinado aos exilados⁴⁸⁶ – que a acusavam de ser conivente com a repressão.⁴⁸⁷ Dessa forma, *Campanha* se destacou ao propor diversas atividades a serem desenvolvidas pelos brasileiros no exílio, ultrapassando as funções de debate e denúncia destinadas à imprensa exilada.

Contudo, a pesquisa demonstrou que o anseio em ultrapassar estas funções não era exclusivo dos exilados responsáveis por *Campanha*. A “jornada de repúdio à ditadura militar e a sua campanha imperialista”, de 1972, foi idealizada com esse objetivo e apoiada por diversas organizações e vários periódicos de exilados brasileiros.⁴⁸⁸ Além de *Campanha*, que convocou os exilados a participar da organização, mobilizando pessoas, preparando cartazes, entre inúmeras outras atividades vinculadas,⁴⁸⁹ a Jornada contou com a participação de algumas organizações de exilados brasileiros. Entre elas podemos citar o Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil, o Comitê das mulheres brasileiras no exterior e o Comitê de Solidariedade Chileno-Brasileiro (“Caixinha”).⁴⁹⁰ Além das organizações brasileiras, o evento recebeu o apoio de grupos e entidades chilenas, das quais podemos destacar a Universidade do Chile.

⁴⁸³ ROLLEMBERG, 1999, p. 197.

⁴⁸⁴ *Campanha*. Santiago do Chile. n. 01. 28 de setembro de 1972. p. 01. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁸⁵ “Editorial: Hacer do exílio una campaña”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 01. 28 de setembro de 1972. p. 03. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁸⁶ “Por un programa de lucha en el exterior”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 03. 28 de novembro de 1972. p. 13. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁸⁷ No capítulo anterior analisamos as dificuldades de relacionamento com a embaixada brasileira no Chile relatada por diversos ex-exilados em seus relatos.

⁴⁸⁸ Ver planfeto de divulgação da jornada em “anexos”.

⁴⁸⁹ “Preparar el repudio al 1º abril”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 04. 1º de março de 1973. p. 05. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁹⁰ “Editorial: A luchar, a protestar, conta el 1º de abril”. *Campanha*. Santiago do Chile. 1º de abril de 1973. p. 03. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

A programação da jornada previa o início das atividades no dia 28 de março e o término no dia 05 de abril de 1972. Conferências, atos, debates, entre outras atividades pacíficas de protesto e denúncia faziam parte da programação.⁴⁹¹ Segundo os relatos, atividades dessa natureza foram organizadas no exílio com relativa frequência.

Porém, a documentação diplomática produzida pela embaixada brasileira em Santiago acusa diversas outras formas de protestos organizadas pelos exilados brasileiros no país. Com efeito, “Marchas de protestos contra o Brasil” e até mesmo ataques à sede da missão diplomática brasileira são relatados pelo embaixador Câmara Canto.⁴⁹² É certo que é preciso levar em consideração o jogo de pressões e contrapressões no qual os exilados são inseridos ao analisar as denúncias feitas pela chancelaria brasileira. Ora, podemos supor que as ações de oposição – principalmente ações violentas – poderiam contribuir com o objetivo do governo brasileiro em exercer pressão contra o governo chileno utilizando-se dos exilados.

O fato é que o Chile constituiu, para a segunda geração, uma das bases principais para os planos armados de retorno ou contra-revolução. Para militantes do MR-8, por exemplo, a rota deveria ser Cuba e, em seguida, Argélia. A partir de então, iniciariam o retorno para a América do Sul, passando antes por Rússia e Tchecoslováquia, para apenas então desembarcar no Chile, que deveria ser a última parada antes da volta definitiva para o Brasil.⁴⁹³

No entanto, os exilados brasileiros no Chile não conseguiram se mobilizar a ponto de concretizar essa rota. Diferentemente dos exilados brasileiros no Uruguai, que contaram com apoio de cubanos e uruguaios para a instalação de um espaço para a aprendizagem de instruções de combate,⁴⁹⁴ no Chile, os contatos com os grupos armados foram voltados para as questões locais. Uma das poucas tentativas ocorreu antes mesmo da posse de Allende e foi desarticulada em pouco tempo, devido às acusações que o grupo recebeu dos militares chilenos que, na véspera das eleições, buscavam criar um clima de desordem social para impedir a posse do governo da UP. Porém, segundo Cláudio Gutierrez, em seu livro de memórias, o grupo apenas realizou marchas de treinamento através das montanhas, na base da

⁴⁹¹ “Editorial: A luchar, a protestar, conta el 1° de abril”. *Campanha*. Santiago do Chile. 1° de abril de 1973. p. 03. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁴⁹² MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago do Chile. *Marcha de protesto contra o Brasil*. Ofício expedido n. 277. Data: 30/03/1971. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

⁴⁹³ ROLLEMBERG, 1999, p. 194.

⁴⁹⁴ Entrevista com Ariel Collazo. Realizada em Montevideu-UY, 27 de fevereiro de 2006.

cordilheira dos Andes, no sul do Chile. A ação foi organizada pelo movimento boliviano chamado Exército de Libertação Nacional (ELN) e reuniu um pequeno número de militantes de diferentes nacionalidades, segundo Gutierrez.⁴⁹⁵

Não foram encontrados registros de ações dessa natureza no Chile durante o governo Allende. Em seu livro de memórias, Rabêlo aponta que faltou apoio de chilenos para que um campo de treinamento fosse implantado no país com o objetivo de preparar a colônia brasileira para um combate que desenvolveria no Brasil.

Esse primeiro revolucionarismo primário originou diversas situações perigosas. Certa vez, alguns companheiros resolveram organizar um campo de treinamento visando à formação de quadros militares para a guerrilha no Brasil. A treloucada iniciativa, porém, não passou dos planos, pois quem entraria com o terreno, localizado numa fazenda bem ao sul, nas proximidades de Concepción, era a namorada chilena do idealizador da operação. Por medo, ou por qualquer outro motivo, ela resolveu acabar com o namoro, e o projeto gorou.⁴⁹⁶

A namorada do exilado, por ser uma cidadã chilena, possibilitaria o acesso às condições necessárias para a implantação do campo de treinamento. Contudo, no Chile, a gravidade do contexto local e as pressões sobre os estrangeiros impossibilitaram que esse tipo de apoio fosse oferecido aos brasileiros. Enquanto os cidadãos possuíam receio de represálias pelo envolvimento em movimentações políticas de estrangeiros, os grupos armados chilenos se viam totalmente voltados para as crises enfrentadas pelo governo Allende. Como se sabe, os asilados, refugiados e migrantes ilegais possuem mais barreiras do que um cidadão comum para se engajar em movimentos políticos. Diante disso, o apoio das redes para o engajamento de militantes se torna essencial.

A pesquisa não aponta mobilizações de oposição ao governo brasileiro em conjunto com os chilenos, embora indique o apoio destes a muitas atividades desenvolvidas pelos exilados. Tampouco há registro de envolvimento significativo de chilenos com a produção dos periódicos das organizações brasileiras, e o pouco interesse dos periódicos locais sobre os eventos organizados pelos brasileiros também indica que não houve grande repercussão

⁴⁹⁵ Ver: GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: editora Proletra, 1999.

⁴⁹⁶ RABÊLO e RABÊLO, 2001, p. 85.

local.⁴⁹⁷ Mesmo a Associação de Solidariedade Chileno-Brasileira (a “Caixinha”), que se propunha a estabelecer um maior contato, se limitou ao recebimento das doações.

O contato com as organizações internacionais de defesa dos direitos humanos também se mostrou escasso no Chile. Entre elas, podemos citar a Anistia Internacional. Essa organização mundial foi fundada em 1961 pelo advogado britânico Peter Benerson e suas ações se baseiam na defesa da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A organização foi uma das pioneiras ao mobilizar cidadãos comuns em causas internacionais. Esse engajamento toma diversas e variadas formas, dentre quais podemos citar as inúmeras publicações e os dossiês anuais, as missões, os auxílios de emergência, a atuação junto aos órgãos internacionais, tais como a ONU, etc.

A Anistia Internacional se concentra também na libertação de presos por motivos de crença ou convicção política, chamados por Peter Benerson de “prisoneiros de consciência”, no artigo “Os Prisioneiros Esquecidos”, publicado no jornal *The Observer*, em 1961. O artigo abordou o caso de seis estudantes portugueses que haviam sido presos por brindarem à liberdade em Portugal; a mobilização popular que suscitou foi o principal incentivo para que Benerson desse início à Anistia Internacional.⁴⁹⁸ Com base em depoimentos, relatos de advogados, de parentes dos presos e cartas destes, a Anistia procura elaborar dossiês de denúncia e se concentra nos casos de determinados presos, que eram “adotados” pela organização.

Métodos violentos de combate político, empregados seja pelo governo, seja por militantes, são condenados pela Anistia Internacional. Sendo assim, além de se posicionar contra a tortura e a pena de morte, a Anistia Internacional também se posicionava de forma contrária aos métodos empregados pelos grupos armados brasileiros. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, nesse fato residia a ambiguidade que marcava a relação que os exilados em geral mantinham com a Anistia Internacional.⁴⁹⁹ De um lado, a AI pretendia divulgar as arbitrariedades cometidas pelos militares no Brasil, mas, por outro lado, mantinha uma posição contrária aos métodos empregados pela oposição armada no Brasil. Assim, não

⁴⁹⁷ Como exemplo, podemos citar o jornal *La Nación*, que poucas vezes mencionou as atividades dos exilados brasileiros. Um documento produzido pela embaixada brasileira confirma esse fato, ao destacar que apenas jornais do Partido Comunista Chileno, “El siglo” e “Puro Chile”, além do jornal de extrema esquerda “Clarín”, noticiaram a “Semana de solidariedade com o povo brasileiro”, de 1971. Cf.: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago do Chile. *Semana de solidariedade com o povo brasileiro*. Ofício expedido n. 441. Data: 24/05/1971. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

⁴⁹⁸ Mais informações sobre a Anistia Internacional no site: www.br.amnesty.org.

⁴⁹⁹ Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho. Realizada em Paris, 22 de fevereiro de 2010. Não gravada.

“adotava” exilados brasileiros acusados de terem usado métodos violentos como estratégia de oposição.⁵⁰⁰

Esse posicionamento limitou o seu contato com um número considerável de exilados. Porém, a repercussão alcançada pelo “relatório sobre acusações de torturas no Brasil”, que abrangeu o período de 1968 a 1972⁵⁰¹ e foi publicado em 1972, incentivou alguns exilados brasileiros no Chile a contribuir com depoimentos para a AI. Contudo, esse contato se manteve escasso enquanto os brasileiros se concentravam no Chile, e se intensificou apenas com a desmobilização dos grupos armados e sua adesão a novas bandeiras na Europa, como veremos no capítulo seguinte.

Portanto, diferentemente do que ocorreu no combate contra as forças autoritárias chilenas, a oposição ao regime militar brasileiro não contou com o envolvimento dos movimentos políticos chilenos. Isto é, havia simpatia ao combate contra a ditadura militar e apoio, mas esse combate não foi *transnacionalizado* durante o exílio no Chile. Apontamos o engajamento dos chilenos em questões locais e a pressão exercida pelo governo brasileiro como as principais causas para essa ausência de intercâmbios cooperativos. Entretanto, com a emergência do fator transnacional na equação do exílio brasileiro, a pressão a ser exercida pelo governo diminuiu. Essa entrada do fato transnacional foi notável durante o exílio na Europa, mas ocorreu principalmente a partir do golpe no Chile, como veremos a seguir.

4.4 O golpe de 1973, a esquerda brasileira exilada e a emergência do fator transnacional

A violenta tomada do poder no Chile foi efetivada pelos militares no Chile no dia 11 de setembro de 1973. Tanques blindados sitiaram e atacaram o Palácio de La Moneda, no centro de Santiago, onde presidente Allende resistiu com armas na mão. Embora tenham sido divulgadas inúmeras versões sobre a posição de Allende na eminência do golpe, foi confirmado que, diante da gravidade da situação, o presidente preferiu o suicídio a se entregar. Além do ataque ao Palácio, os prédios das universidades também foram

⁵⁰⁰ ROLLEMBERG, 1999, p. 250.

⁵⁰¹ AMNESTY INTERNATIONAL. *Rapport sur des accusations de torture au Brésil*. 1972. p. 84. BDIC, Archives : F delta 1119(3). Recueil : Répression politique au Brésil. – O “relatório sobre acusações de torturas no Brasil” de 1972 será melhor abordado no capítulo seguinte.

bombardeados. Dessa forma, foi dado início à utilização da violência em larga escala para manutenção do regime, o que inclusive passou a ser uma característica da ditadura militar chilena.⁵⁰²

Esse período que teve início após o golpe ficou conhecido como “Estado em tempo de guerra”, devido à quantidade de mortes que ocorreram no primeiro momento da ditadura militar.⁵⁰³ A ditadura chilena usou o extermínio como principal maneira de manter o Estado autoritário no poder e esse processo de eliminação dos inimigos teve início logo no dia do golpe. O estádio de basquetebol de Santiago foi um dos lugares escolhidos para manter prisioneiros os “inimigos” do novo regime imposto. O famoso cantor chileno Victor Jara estava entre as centenas de chilenos presos no estádio, e lá escreveu um poema chamado “Somos cinco mil”, fazendo uma referência ao número de pessoas que lá se encontravam. Victor Jara foi uma das pessoas cruelmente assassinadas dentro do estádio.⁵⁰⁴

Toda a violência implantada pelos militares no momento do golpe atingiu diretamente não apenas milhares de cidadãos chilenos, mas também as centenas de latino-americanos que se encontravam asilados no país. De acordo com os relatos de muitos ex-asilados no Chile, os estrangeiros no país estavam entre os principais “alvos” dos militares chilenos. O uruguaio Ariel Caggiani, após se libertar da prisão no estádio nacional, relatou a perseguição a estrangeiros após o golpe no Chile.

Em meados do ano de 1973 a direita intensificou a sua campanha contra os estrangeiros no Chile. Nos acusaram de constituir um “exército invisível no Chile”. O golpe militar em setembro de 1973 se tornou uma armadilha gigante para os latino-americanos radicados no país. Muitos foram assassinados ou “desapareceram sem deixar rastros”. A maioria caiu nos campos de concentração.⁵⁰⁵

Com base nessas acusações, uma dura perseguição a estrangeiros foi iniciada pela ditadura. Diante desse quadro, os estrangeiros passaram inclusive a ser denunciados por

⁵⁰² ARAVENA, 2000, p. 132.

⁵⁰³ Com base nos dados apurados pela Comissão Nacional de Verdade e Conciliação, Nilson Mariano afirma que no dia do golpe e naqueles que o seguiram, cerca de 1.830 pessoas foram assassinadas, isto é, 57,3% do número de vítimas que os militares fizeram durante toda a ditadura. Cf.: MARIANO, 2003, p. 166.

⁵⁰⁴ MARIANO, 2003, p. 169.

⁵⁰⁵ “A mediados del año de 1973 la derecha intensificó su campaña en contra de los extranjeros en Chile. Nos acusaron de constituir un “ejército invisible en Chile”. El golpe militar en septiembre de 1973 resultó ser una gigantesca trampa para los latino-americanos radicados en el país. Muchos fueron asesinados o “desaparecieron sin huella”. La mayoría cayeron en los campos de concentración”. Cf.: “Traducción de un artículo publicado en la revista sueca ‘Inmigrantes y minorías’”. n. 1-2/1979. p. 02. Archivo de la vicaría de la Solidariedade. Fondo: exilio. Santiago do Chile.

cidadãos que temiam ser identificados como partidários do governo da UP ou que não eram simpáticos à presença deles no país. Houve ainda aqueles que procuraram responder aos anúncios feitos nos jornais, que ofereciam recompensas àqueles que delatassem pessoas partidárias do governo de Salvador Allende, principalmente estrangeiros.⁵⁰⁶ Teodoro Buarque de Holanda e Lavínia Borges, por exemplo, afirmam em seu relato que eles foram denunciados por vizinhos com quem tinham dificuldades de relacionamento. Nas palavras de Lavínia: “Tudo virou motivo! (...) O estrangeiro foi o grande bode expiatório”.⁵⁰⁷

Em seu relato, Thomás Togni Tarquínio também destaca a perseguição a estrangeiros incentivada pela Junta Militar que tomou o poder no país.

A única coisa que eu achava é que primeiro eles fossem baixar o “sarrafo” nos chilenos, e depois eles iriam se preocupar conosco. Mas não foi assim, eles prenderam todo mundo. E justificaram inclusive os assassinatos, as mortes, dizendo que éramos nós, os estrangeiros. Por isso que eles diziam na rádio: “denuncie todos os estrangeiros”. Então aquilo virou um festival de denúncias! Você tinha alugado a casa para um estrangeiro, estava descontente com ele, você denunciava ele! [...] Eles começaram a prender os estrangeiros, todos!⁵⁰⁸

Na realidade, a perseguição a estrangeiros no Chile marcava o início de uma política regional de isolamento político. Como vimos, diferentemente do que esperavam os militares, o exílio forçado não foi suficiente para excluir totalmente os militantes políticos que deixaram o país. Ao contrário, o alcance das denúncias começava a preocupar os militares, como observamos no documento do DOPS citado anteriormente. Essa preocupação não era exclusividade do governo brasileiro, mas de todos os governos autoritários que passaram a governar os países da região. Visando de fato excluí-los do cenário político da região, o golpe no Chile deu início ao extermínio indiscriminado de exilados. É importante destacar que, antes do golpe do Chile, já havia cooperações internacionais bilaterais que visavam perseguir

⁵⁰⁶ Documentário “Estádio Nacional”. Direção: Carmen Luiz Paroz, 90 minutos, 2001.

⁵⁰⁷ Entrevista com Teodoro Buarque de Holanda e Lavínia Borges. Realizada no Rio de Janeiro-RJ, 17 de julho de 2010.

⁵⁰⁸ Entrevista com Thomás Togni Tarquínio. Realizada em Florianópolis-SC, 18 de fevereiro de 2009.

opositores exilados,⁵⁰⁹ mas o golpe de 1973 transformou essa política em uma política regional.

Diante desse quadro, muitos brasileiros se apressaram em buscar abrigo em embaixadas, assim como a maioria dos demais estrangeiros que se encontravam no país, principalmente aqueles que não estavam legalizados.⁵¹⁰ Os estrangeiros que se vincularam aos grupos chilenos, por sua vez, esperaram pela possibilidade de se unir à resistência que planejava grupos como o MIR. Contudo, a violência com a qual as tentativas de resistência foram esmagadas fez com que a maioria absoluta se esforçasse em conseguir uma forma de sair do país em segurança. Entretanto, Santiago passou a viver um verdadeiro estado de guerra. Tiroteios, bombardeios, aviões voando baixo instalavam o terror que marca os relatos dos ex-exilados brasileiros que vivenciaram o golpe de 11 de setembro. Chegar a um abrigo seguro teria sido impossível para muitos dos sobreviventes, caso não houvesse sido formada uma rede de solidariedade imediatamente após o golpe no Chile.

A canadense radicada no Chile, Florie Snow, fez parte dessa rede, a partir de um grupo que segundo ela, era ligado às igrejas e que se esforçou para buscar brasileiros, uruguaios e latino-americanos de diversas outras nacionalidades que não tinham outra maneira de chegar com vida em um local seguro.

Quando ocorreu o golpe, eu estava trabalhando como voluntária, ajudando a esconder os refugiados latino-americanos. [...] Se formou um grupo, principalmente de gente das igrejas, relacionado com o comitê Pró-Paz, formado por dirigentes das igrejas católica e protestante. [...] Eu fazia parte de um grupo que [...] recebia uma chamada [por exemplo] que dizia: “há um uruguaio que precisa sair de sua casa, por favor, não pode levar?”. Então me davam o endereço de onde eu tinha que ir, principalmente as igrejas, conseguindo refúgios em diferentes instituições das igrejas.⁵¹¹

⁵⁰⁹ Um caso notável é o de Cláudio Gutierrez, que escapou de uma tentativa de sequestro, realizado em conjunto pelas autoridades brasileiras e Uruguaias em 1969. Preso no Uruguai, as autoridades locais tentaram colaborar com a repressão brasileira ao levarem-no para a fronteira com o Brasil, onde pretendiam entregá-lo, juntamente com outros presos, às autoridades brasileiras. A denúncia da ação através do periódico uruguaio *De Frente*, impediu o sucesso dessa colaboração. Cf. Entrevista com Cláudio Gutiérrez. Realizada em Porto Alegre-RS, 8 de março de 2006.

⁵¹⁰ ROLLEMBERG, 1999, p. 172.

⁵¹¹ “Cuando pasó el golpe yo estaba trabajando como voluntaria ayudando a esconder los refugiados latino-americanos. (...) Se formó un grupo, principalmente de gente de las iglesias, relacionado con o Comité Pró-Paz, que formo diferentes dirigentes de la iglesia, católica y protestante. Yo hacia parte de un grupo que (...) Recibia una llamada que decia el uruguayo tal tiene que salir de su casa, por favor, si no puede llevar, entonces me daban una indicación de donde que tenia que llevar, principalmente a iglesias, tomando refugio en diferentes instituciones de las Iglesias”. Entrevista com Florrie Snow. Realizada em Santiago do Chile, 02 de outubro de 2008.

A partir das igrejas, o comitê do qual Florrie Snow fazia parte encaminhava os perseguidos políticos às embaixadas, visando conseguir a saída destes do país em segurança. Ela inclusive procurou estabelecer o elo entre esse grupo e a embaixada do Canadá, que recebeu muitos perseguidos políticos. Entretanto, não tardou para que as embaixadas ficassem completamente lotadas. Lavínia Borges e Teodoro Buarque de Holanda, por exemplo, conseguiram asilo na embaixada do Panamá, que abrigou mais de 200 pessoas. A situação se repetiu em muitas outras embaixadas, principalmente a da Argentina, a do México, a da Suécia e a da Suíça. Nas embaixadas, os asilados viviam em condições precárias devido à super lotação e a tensão imposta pela situação. Segundo Denise Rollemberg, em um primeiro momento, muitas delas receberam os perseguidos políticos sem restrição, mas, posteriormente, passaram a limitar a entrada. A presença de *carabineros* diante das embaixadas também dificultou, e às vezes impediu, o acesso à proteção internacional garantida pelo asilo.⁵¹²

A gravidade da situação chamou a atenção internacional. Entre os exemplos, podemos começar pela França, onde de imediato começaram a se organizar manifestações e redes de solidariedade que se opunham à violência instalada pelos militares no Chile. Já no dia seguinte ao golpe, no dia 12 de setembro, o Partido Comunista (PC), o Partido Socialista (PS), o Movimento da juventude comunista da França, o Movimento da juventude socialista, a CGT, a Liga dos direitos Humanos, entre vários outros, já organizavam uma grande manifestação na Champs Elysée em solidariedade ao povo chileno.⁵¹³ O jornal *Le Monde*, por sua vez, questionava a veracidade da versão dos militares chilenos que afirmavam estar agindo em defesa da democracia no país e denunciava a quantidade de mortes no Chile.⁵¹⁴ Além da França, diversos países manifestaram a emoção causada pelo golpe chileno.⁵¹⁵ Alguns expuseram o posicionamento contrário ao golpe de Estado, enquanto outros tiveram reações mais diretas, tais como Moscou, que rompeu relações com o Chile.⁵¹⁶

A comoção internacional causada pelo golpe chileno foi um dos principais incentivos para que as organizações internacionais passassem a intervir diretamente no país, mas não foi

⁵¹² ROLLEMBERG, 1999, p. 178-179.

⁵¹³ “Plusieurs dizaines de milliers de parisiens ont exprimé avec émotion leur soutien au Chili”. *Le Monde*. 14 septembre 1973, p. 04. BDIC, Archives : Le Monde.

⁵¹⁴ “Arrestations, règlements de comptes, mise au pas de la population”. *Le Monde*. 14 septembre 1973, p. 02. BDIC, Archives : Le Monde.

⁵¹⁵ “Les réactions à l'étranger”. *Le Monde*. 13 septembre 1973, p. 06. BDIC, Archives : Le Monde.

⁵¹⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Paris. *Política externa. Rompimento das relações URSS-Chile*. Ofício expedido n. 1818. Assinado por Câmara Canto (embaixador). Data: 25/09/1973. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

o único. Além desse sentimento de solidariedade, a ação foi incentivada também por pressão dos países europeus que visavam proteger seus cidadãos que se encontravam no país sob risco de morte. A França foi um dos países que demonstraram inquietação com relação aos seus cidadãos, como explicitou o presidente Georges Pompidou em uma declaração.

O governo francês, com todas as condições de discrição e reserva que se impõem, oportunamente entreviu junto às autoridades de Santiago para assegurar a proteção dos nacionais franceses, bem como para proteger vidas humanas, sem distinção de nacionalidade.⁵¹⁷

Com a intenção de proteger vidas, a ONU, por meio da ação do ACNUR, o Comitê Intergovernamental das Migrações Europeias (CIME) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) se uniram a grupos ligados às Igrejas no Chile para auxiliar no socorro de estrangeiros e chilenos perseguidos pelos militares.⁵¹⁸ Ativistas vinculados a estas organizações ajudaram a compor o “Comitê Nacional de ajuda à Refugiados” (CNAR),⁵¹⁹ que unificou as ações dessa rede de solidariedade.

Entre as diversas ações efetuadas por essa rede no primeiro momento após golpe, destacamos a criação de três “campos de refugiados” no Chile. Alguns brasileiros se refugiaram nesses campos, dentre os quais podemos citar o ex-exilado Pio Corrêa, que no Brasil era vinculado à AP e que fazia parte da diretoria da “Caixinha”.⁵²⁰ Após ter conseguido um *habeas-corpus* que o libertou da prisão domiciliar no interior e o permitiu ir até Santiago, Pio foi acolhido em um dos campos que, segundo ele, se serviu da estrutura do restaurante que estava sendo montado pela “Caixinha” para alimentar os refugiados. Segundo ele, o ambiente no campo de refugiado não era incomodado pelos militares chilenos.

No período em que estive lá, teve em torno de 300 pessoas. [...] Tinha 3 centros diferentes, eu conheci só esse aí, não posso falar dos outros. Esse aí era um campo de férias para estudantes secundários, fora da cidade, subindo a montanha. De lá se via toda cidade, era muito bonito [...]. Tinha um campo da polícia militar ao lado, mas eles não nos incomodavam. Tinha

⁵¹⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Paris. *Situação dos nacionais franceses no Chile*. Ofício expedido n. 859. Data: 05/10/1973. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

⁵¹⁸ Entrevista com Florrie Snow. Realizada em Santiago do Chile, 02 de outubro de 2008.

⁵¹⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago. *Situação chilena. “Comitê Nacional de ajuda a refugiados”*. Ofício expedido n. 1855. Assinado por Câmara Canto. Data: 05/10/1973. Arquivo do Itamaraty, Brasília-DF.

⁵²⁰ Entrevista com Pio Pereira dos Santos Realizada em Florianópolis-SC, 21 de fevereiro de 2009.

gente de todo tipo, gente de origem de militância política, gente que não tinha nenhuma relação com questões políticas [sic].⁵²¹

Apesar disso, de acordo com Liszt Vieira, as organizações envolvidas com a organização dos campos temiam uma intervenção dos militares contra os perseguidos políticos mais procurados. Sabemos que a legislação internacional que visa proteger perseguidos políticos se baseia no princípio de soberania territorial e, sendo assim, a proteção oferecida pelos campos de refugiados é limitada.⁵²² Diante disso, o ACNUR recomendava que os nomes mais procurados se dirigissem às embaixadas, que contavam com a extraterritorialidade para assegurar a proteção daqueles que se encontrassem no interior dela.⁵²³

Entretanto, centenas de estrangeiros não conseguiram escapar da repressão desencadeada pelo golpe; assim como milhares de chilenos, foram levados a prisões e campos de concentração criados pelos militares chilenos. Dentre elas, merece destaque o Estádio Nacional e o Estádio do Chile, que se tornaram gigantescas prisões e centros de tortura. O acesso a estas prisões foi proibido por Pinochet aos representantes das organizações internacionais, com o objetivo de esconder as atrocidades cometidas pelos militares no Chile.

No entanto, isso não foi suficiente para impedir que relatos da violência iniciada pelo golpe chegassem a outros países, sensibilizando ainda mais a comunidade internacional. Michel Blum, secretário geral da Federação Internacional de direito humanos, e Joe Norman, secretário geral da Federal de Juristas Democráticos, estão entre os ativistas que contribuíram para divulgar informações sobre a situação chilena. Após uma missão no Chile, os ativistas passaram pelos Estados Unidos, onde relataram aos congressistas e ao secretário geral das Nações Unidas a violência do golpe chileno. As denúncias receberam ainda mais atenção na conferência de imprensa em Genebra, organização pela Liga Suíça dos Direitos Humanos. Nesta, Michel Blum afirmou que, além do não respeito à convenção de Genebra no tratamento dos presos, do fim das liberdades políticas, da censura, havia aproximadamente 10.000 estrangeiros no Chile à espera de ajuda. Seu relato, dessa forma, buscava confirmar a urgência na qual se baseava o seu apelo por uma intervenção solidária no país. Nas suas

⁵²¹ Entrevista com Pio Pereira dos Santos. Realizada em Florianópolis-SC, 21 de fevereiro de 2009.

⁵²² JUBILUT, 2007, p. 167.

⁵²³ VIEIRA, 2008, p. 106-107.

palavras: “depois de termos visto, posso afirmar a vocês que as pessoas vivem em ambiente de terror e constante medo do arbitrário”.⁵²⁴

O governo chileno negou de forma veemente estas e as demais acusações efetivadas pelos ativistas das organizações internacionais que estiveram presentes no país. Segundo as autoridades chilenas,

As declarações dos juristas mencionados são claramente mal-intencionadas e respondem a uma campanha na qual se encontram empenhados certos setores interessados em desprestigiar o Chile e que obedecem a diretrizes marxistas. Os juristas indicados estiveram no Chile, mas aparentemente baseiam suas informações unicamente em rumores recebidos e não comprovações pessoais.⁵²⁵

Todavia, essa estratégia de negação foi insuficiente para calar a pressão internacional. Visando melhorar a imagem do Chile no exterior, durante a visita de Odrich Halseman, representante para a América Latina do ACNUR, Ismael Huerta, Ministro das relações exteriores do Chile, confirmou a adesão do país aos convênios e protocolos relativos à questão do refúgio. Além de aderir, em teoria, à legislação internacional sobre o refúgio, o ministro se esforçou em desmentir a existência de maus-tratos a estrangeiros no Chile.⁵²⁶

Visando fortalecer essa versão, a Junta Militar organizou uma primeira visita da imprensa nacional, internacional e da Cruz Vermelha ao Estádio Nacional, no dia 22 de setembro de 1973. Foi montada então uma grande farsa, na qual o Coronel Jorge Espinoza Ulloa afirmava que os presos estavam sendo tratados da melhor forma possível, com direito a café da manhã e banho de sol, quando “o dia estava bonito”, segundo as palavras do chefe de operações no Estádio. Além disso, os presos eram apresentados pelos militares e por alguns jornalistas chilenos que estavam no estádio às ordens do governo como “perigosos

⁵²⁴ “Después de lo que hemos visto, puedo afirmarlos que la gente vive en ambiente de terror y tiene constantemente miedo de lo arbitrario” REPÚBLICA DE CHILE. Embaixada de Chile en Brasília. Oficio Documento confidencial 02278/72. Assinado por Juan José Fernandes (director de relaciones internacionales). Expedido em 30 de outubro de 1973. p. 01. Ministério das Relações Exteriores de Chile, arquivos. Fondo: Brasil. Santiago do Chile.

⁵²⁵ “Las declaraciones de los juristas aludidos son manifiestamente malintencionadas y responden a una campaña en que se encuentran empeñados ciertos sectores interesados en desprestigiar a Chile y que obedecen a consignas marxistas. Los juristas indicados estuvieron en Chile, pero aparentemente basean sus informaciones únicamente en rumores recibidos y no en comprobaciones personales”. REPÚBLICA DE CHILE. Embaixada de Chile en Brasília. Oficio Documento confidencial 02278/72. Assinado por Juan José Fernandes (director de relaciones internacionales). Expedido em 30 de outubro de 1973. p. 03. Ministério das Relações Exteriores de Chile, arquivos. Fondo: Brasil. Santiago do Chile.

⁵²⁶ “Canciller com representante de la N.U.: adhesión a convênios de refugiados”. *El Mercurio*. 29/09/1973, p. 01. Archivo Nacional, Santiago.

extremistas”, cuja prisão deveria ser considerada um trunfo. Segundo Marcelo Montecino, um dos jornalistas e fotógrafos que entraram no estádio nacional na primeira visita, os repórteres não acreditaram nesta versão, sobretudo os jornalistas europeus, que possuíam outra visão dos militantes de esquerda.⁵²⁷

Após decretar a expulsão de todos os estrangeiros no país,⁵²⁸ representantes de algumas embaixadas também conseguiram entrar no estádio para organizar a acolhida de presos como asilados em seus países. Entre os países cujos representantes conseguiram entrar no estádio, podemos destacar a França e a Suécia, e entre as organizações, podemos citar a Cruz Vermelha. O próprio embaixador sueco se empenhou diretamente no processo de libertação dos estrangeiros no Chile, segundo o relato do exilado uruguaio que recebeu o refúgio na Suécia graças ao seu empenho.

Alguém exclamou: “é o embaixador da Suécia”. Três de nós nos aproximamos de Harald Edelstam e ele, diante das bocas dos fuzis e metralhadoras dos soldados, nos disse: “eu vou ajudá-los a sair do Estádio. Vocês serão muito bem vindos na Suécia”.⁵²⁹

A corajosa posição do embaixador sueco provocou a sua expulsão do país, mas salvou muitas vidas. Porém, houve embaixadas que agiram de forma muito diferente se comparadas com a posição tomada pelo embaixador da Suécia. Representantes diplomáticos de alguns países foram aos campos e aos estádios com o interesse de selecionar asilados que pudessem responder às necessidades econômicas dos seus países. Para Pio Corrêa, essas condições impostas limitavam a possibilidade de muitos de obter a proteção internacional.

Só no fim de novembro é que começaram a aparecer as saídas. Então apareceu um cara da Finlândia, me lembro bem, apareceu lá, quis fazer entrevista com quem quisesse ir para a Finlândia. Mas para quem quisesse cortar madeira. Nada mais do que isso. Veio um cara da Suíça para entrevistar a gente e queria gente que tivesse profissão bem prática. [...] Foram poucos países que chegaram lá que não tinham esse tipo de restrição. Então, quando chegaram lá, aliaram imigração de mão de obra qualificada

⁵²⁷ Documentário “Estádio Nacional”. Direção: Carmen Luz Parot, 90 minutos. 2001.

⁵²⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL – Embaixada brasileira em Santiago. *Destino dos refugiados estrangeiros no Chile*. Ofício expedido n. 1923. Assinado por Câmara Canto. Data: 23/10/1973.

⁵²⁹ “Alguién exclamó: ‘Es el Embajador de Suecia’. Tres de nosotros nos acercamos a Harald Edelstam y él, frente a las bocas de los fusiles e metralhadoras de los soldados, nos dijo: ‘Yo les voy a salir del Estadio. Uds. serán todos muy bien venidos a Suecia’”. “Traducción de un artículo publicado en la revista sueca ‘Inmigrantes y minorías’”. n. 1-2/1979. p. 02. Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Fondo: exilio. Santiago do Chile.

que eles queriam com o asilo. [...] Fora disso, chegou Suécia, França, Alemanha, Canadá, que não faziam esse tipo de limitações.⁵³⁰

Percebemos que, embora tenha havido embaixadas europeias que impuseram limitações à concessão de asilo, foi expressivo o número de países do continente que ofereceram solidariedade sem imposições. A França e outros países europeus, tais como a Suécia, tornaram-se os principais destinos dos brasileiros e dos demais latino-americanos, principalmente após a recusa da maioria das embaixadas latino-americanas em lhes oferecer asilo. Esses países tiveram um importante papel na preservação de muitas vidas, dentre elas, vidas de brasileiros que haviam sido presos pelas autoridades chilenas. Registros indicam que alguns deles foram libertados por esta rede de solidariedade diretamente do estádio nacional. Thomas Togni Tarquínio está entre estes que, após ter sido transferido do estádio para um refúgio, recebeu o refúgio político na França.⁵³¹

No entanto, houve brasileiros que não conseguiram sobreviver à violência dos militares chilenos. De acordo com a justiça da Espanha, 91 estrangeiros foram mortos pela ditadura chilena. Desses, 7 eram brasileiros, sendo que 5 foram reconhecidos como vítimas oficiais.⁵³² Além dos brasileiros, uruguaios, argentinos, norte-americanos e até europeus foram assassinados no Chile, antes do golpe e principalmente após o início da repressão oficial.

Dois brasileiros foram mortos antes mesmo do golpe, quando a polarização política do país passou a ser mais violenta. O gaúcho Nilton Rosa da Silva no exílio se vinculou ao MIR e foi morto em uma manifestação de apoio ao presidente Allende. Segundo Nilson Mariano, as circunstâncias da sua morte nunca foram esclarecidas. Antenor Machado dos Santos, por sua vez, foi assassinado por carabineiros na véspera do golpe.⁵³³

Entre as vítimas da onda de violência desencadeada pelo golpe, também houve brasileiros. Dois deles estavam entre os presos do Estádio Nacional que não receberam o socorro da rede de solidariedade a tempo: os paulistas Vânio José de Matos e Luiz Carlos Almeida. O primeiro era militante da VPR e foi um dos banidos que saíram do país em 1971 em troca do embaixador suíço. No estádio, contraiu tifo e peritonite aguda, e faleceu por falta

⁵³⁰ Entrevista com Pio Pereira dos Santos. Realizada em Florianópolis-SC, 21 de fevereiro de 2009.

⁵³¹ Entrevista com Thomas Togni Tarquínio. Realizada em Florianópolis-SC, 18 de fevereiro de 2009.

⁵³² MARIANO, 2003, p. 188.

⁵³³ Idem, p. 190.

de assistência médica. Luiz Carlos Almeida, por sua vez, era do POC e professor universitário de física. Após ter sido torturado no estádio nacional – provavelmente por brasileiros, conforme relataram testemunhas que reconheceram o sotaque carioca dos oficiais –, foi fuzilado às margens do rio Mapocho, em Santiago do Chile.⁵³⁴

Outros foram assassinados logo após o golpe. Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, carioca, militante do PCBR foi fuzilado em Tacna. Ele havia sido detido no dia seguinte ao golpe, juntamente com a sua esposa, que foi liberada. No dia 15 de setembro, Nelson de Souza Kohl, do POC, natural de São Paulo, foi assassinado após ter sido sequestrado por soldados da aeronáutica.⁵³⁵

Houve ainda o famoso caso de Jane Vanini, que foi morta pelas forças repressivas de Pinochet no final de 1974, em Concepción. Exilada no país desde 1970, a mato-grossense decidiu permanecer no país após o golpe e contribuir para a resistência que alguns membros do MIR – do qual ela fazia parte – procuraram organizar. Jane foi morta em combate com os oficiais, e seu companheiro, Pepe Carrasco, foi preso após o combate. Da prisão, através de uma carta em espanhol, o jornalista avisou a família da militante em Cáceres.⁵³⁶ O caso ganhou repercussão recentemente pelo fato dos seus restos mortais terem sido identificados no Chile, em 2005, comprovando o assassinato de brasileiros no país. A sua morte já havia sido assumida pelo governo chileno em 1993.⁵³⁷

Ainda entre aqueles que insistiram em permanecer na América Latina após o golpe de 1973, convém destacar o grupo de militantes da VPR, que tentou retornar ao país em julho de 1974. De acordo com Aluizio Palmar, a repressão brasileira, no intento de acabar com os últimos resistentes da luta armada, enviou espões ao Chile com a incumbência de criar armadilhas que os levariam à morte. Daniel Carvalho, Joel Carvalho, Onofre Pinto, Enrique Ruggia, José Lavécchia e Víctor Ramos foram mortos em Foz de Iguaçu, após saírem da Argentina, enganados por uma armadilha montada por Alberi.⁵³⁸ Bona Garcia e Aluizio Palmar estão entre os exilados que escaparam dessa armadilha. Bona, após a passagem pela

⁵³⁴ MARIANO, 2003, p. 188.

⁵³⁵ Idem, p. 188-189.

⁵³⁶ SOCORRO, 2002, p. 235.

⁵³⁷ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964 – 1982)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2006, p. 253-254.

⁵³⁸ PALMAR, 2006, p. 18-19.

Argentina, seguiu para a Argélia e, de lá, para a França. Aluizio, após o retorno ao país, se dedicou à investigação do desaparecimento do “grupo de Onofre”.

O assassinato do grupo eliminou as esperanças daqueles que esperavam retornar ao Brasil através de meios heróicos. Na segunda fase do exílio na Europa, essa certeza ficou ainda mais clara, pois, além dos riscos, havia uma distância que seria dificilmente superada por meios ilegais. Era necessário, portanto, abandonar a ilusão de que o exílio seria breve e repensar os caminhos a serem trilhados para conseguir voltar para o país.

A essa percepção somaram-se as marcas que o golpe deixou naqueles que o vivenciaram e sobreviveram. Segundo os relatos, antes mesmo da sua chegada e instalação nos países europeus, o trauma causado pelo golpe chileno levou a esquerda brasileira exilada a repensar os seus projetos e formas de atuação política.

O golpe na realidade foi o ápice de um processo de exterminação dos grupos clandestinos, a partir da morte, da prisão e do desaparecimento de militantes de esquerda em todo o continente. Diante desse quadro, o Chile representava a última esperança e, com a queda de Allende, os militantes de esquerda se viram obrigados a aceitar a derrota do projeto socialista. Segundo João Carlos Bona Garcia:

O golpe no Chile foi para mim uma desgraça dupla: assassinaram Allende, uma pessoa a quem eu admirava muito, e acabaram com a esperança num governo democrático popular. Um governo socialista estava indo águas a baixo. Se por um lado via-se a tristeza no povo mais consequente da classe operária, por outro explodia o júbilo da pequena burguesia que mostrava de novo as unhas, deixava transparecer o alívio.⁵³⁹

O golpe de 1973 expôs de forma clara ainda outro aspecto que foi levado em consideração pelos militantes no processo de reestruturação da oposição após o golpe no Chile: a mobilização do povo chileno em favor do governo socialista, diferente do que ocorreu no Brasil. Além de terem vivenciado o grande poder de mobilização do povo chileno durante o governo Allende, no momento do golpe essa mobilização ficou ainda mais clara com o número de chilenos que foram mortos, presos e perseguidos por terem resistido ao golpe. Era impossível não fazer o paralelo com o Brasil: se no Chile o governo socialista democraticamente eleito havia sido derrubado com tanta violência, como implantar o

⁵³⁹ BONA GARCIA, 1989, p. 131.

socialismo no Brasil, onde a esquerda se encontrava isolada? Bona Garcia resume bem em seu livro de memórias essa perplexidade ao se conscientizar dessa diferença entre o Chile e o Brasil: “em Santiago, me calou fundo a mobilização do povo chileno”.⁵⁴⁰

Além disso, a comoção internacional causada pelas imagens de violência no Chile e a preocupação com as centenas de estrangeiros no país, projetaram os exilados latino-americanos na esfera transnacional. Dessa forma, as ditaduras que forçaram as suas partidas dos seus países de origem também passaram a ser alvo da atenção da comunidade internacional. O jornal *Le Monde*, por exemplo, nos dias que se seguiram ao golpe, além de destacar a violência no Chile, elaborou análises e retrospectivas dos golpes que haviam ocorrido na última década no continente. É interessante notar que, ao abordar o Brasil na retrospectiva sobre os golpes, o periódico francês não apenas identificou a tomada de posse de Castelo Branco como um golpe, mas também afirmou que Costa e Silva, então enfermo, saiu do poder em setembro de 1979 devido a novo um golpe de Estado.⁵⁴¹

A ação da rede de solidariedade que se formou para salvá-los da perseguição efetivada pela repressão chilena teve continuidade e se fortaleceu no período que se seguiu ao golpe, isto é, na acolhida deles na Europa. Vistos como “porta-vozes” da tragédia latino-americana pelas sociedades receptoras,⁵⁴² acolhê-los se tornou uma forma de apoiar o governo Allende e se opor às ditaduras latino-americanas, como bem observou o periódico *Campanha* em 1974.

É fato que os refugiados levaram a uma repercussão direta do golpe em diferentes países; a acolhida a eles foi uma forma de manifestar a sua solidariedade ao Chile. Eles são um meio de deixar presente o que passou ali e a mobilização da solidariedade.⁵⁴³

A “mobilização da solidariedade” marcou o exílio brasileiro de diversas formas. A sua influência se mostrou notável especialmente na França, onde os brasileiros se concentraram após 1973 e onde se localizavam boa parte de organizações de apoio aos exilados, como veremos no capítulo seguinte.

⁵⁴⁰ BONA GARCIA, 1989, p. 123.

⁵⁴¹ “Quatorze coups d’État en Amérique Latine depuis 10 ans”. *Le Monde*. 14 septembre 1973, p. 03. BDIC, Archives : Le Monde.

⁵⁴² VASQUEZ; XAVIER DE BRITO, 1992, p. 471.

⁵⁴³ “Para los refugiados solidaridad política”. *Campanha*. n. 15/16, abril de 1974. p. 09. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

5 – NOVO TERRITÓRIO, NOVAS REIVINDICAÇÕES, NOVO EXÍLIO: A SEGUNDA FASE DO EXÍLIO BRASILEIRO NA FRANÇA

O golpe no Chile transformou o perfil da comunidade de exilados brasileiros que até então vivia na França. Até 1973, a maior parte dos brasileiros exilados nesse país era de intelectuais que deixaram o Brasil devido às perseguições sofridas por professores de universidades, como a USP e a Universidade de Brasília (UNB), ainda 1964. Acusados de exercer atividades “subversivas” e impedidos de realizar suas produções acadêmicas livres da censura, muitos intelectuais optaram pelo exílio. Para muitos deles, a França era um caminho natural, principalmente pelo papel exercido pelos intelectuais franceses na formação da intelectualidade brasileira.⁵⁴⁴

Os intelectuais brasileiros foram favorecidos pelos “Trinta anos gloriosos”, que ficaram marcados pela demanda por trabalhadores na Europa; isso favoreceu a obtenção de títulos provisórios de residência que permitiam aos exilados exercer atividades profissionais.⁵⁴⁵ Assim, até 1973, o exílio brasileiro na França era claramente intelectual, sendo que boa parte desses intelectuais já era reconhecida nacionalmente, dentre os quais merece destaque o economista Celso Furtado e o sociólogo Luciano Martins, segundo a historiadora Helenice Rodrigues da Silva.⁵⁴⁶

Enquanto os intelectuais constituíam a maioria entre os exilados brasileiros na França, no Chile, se concentrava a maior parte dos exilados da segunda geração, a partir de 1968, cuja maioria absoluta era composta pelos militantes das organizações armadas clandestinas. Vimos no capítulo anterior que, motivados principalmente pela ilusão de que o exílio seria breve, os militantes da esquerda armada preferiam estar mais próximos do Brasil, assim como fez a geração de Leonel Brizola (que partiu para o exílio em 1964), decidida a retornar por meio de um contragolpe em pouco tempo.⁵⁴⁷

Mas a queda de Allende obrigou esse contingente a buscar acolhida longe da América do Sul, com destaque para a França, transformando o perfil da comunidade exilada

⁵⁴⁴ SILVA, 2007, p. 02.

⁵⁴⁵ GASTAUT, Yvan. La volte-face de la politique française d’immigration durant les Trente Glorieuses, *Cahiers de l’Urmis*, n. 5, mai 1999. Disponível em: <<http://urmis.revues.org/index338.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2010, p. 15.

⁵⁴⁶ SILVA, 2007, p. 04.

⁵⁴⁷ Ver: MARQUES, 2006.

neste país. Dessa forma, as esquerdas armadas se viram forçadas a se reorganizar em um país com características culturais e políticas totalmente distintas dos países onde a maior parte dos brasileiros da segunda geração havia se exilado até então.

A distância do continente sul-americano também obrigou os exilados a reconhecerem a impossibilidade de retornar ao Brasil por meios “heróicos”. Conforme já dito anteriormente, o exílio representava “uma derrota individual e coletiva”,⁵⁴⁸ por isso, a ideia de retornar ao país era o objetivo que guiava a maior parte dos exilados na América do Sul. Porém, após o fim do último local de refúgio para os perseguidos políticos pelas ditaduras militares na América do Sul, não restava alternativa segura que não fosse a saída do continente. Se voltar ao Brasil partindo de outros países vizinhos se mostrou extremamente difícil, voltar a partir da Europa parecia impossível. Além disso, os países latino-americanos também passaram a negar a entrada dos elementos considerados “subversivos”, já na perspectiva de efetivar a política latino-americana de isolamento político.

Isso significava aceitar a condição de exilado, negada por muitos dos perseguidos pelo regime que se viram forçados a deixar o Brasil devido à condição de vítima imposta pelo status. O relato de Maricota da Silva, que partiu para o exílio em virtude da militância política do marido, expõe de forma clara a associação feita entre o *status* de refugiado e a noção de “vítima”, que era negada por muitos ex-exilados.

Eu poderia ter o estatuto de refugiada, mas acho que seria o cúmulo dos cúmulos. Não poderia suportar um estatuto de refugiada. Refugiada política, ponhamo-nos de acordo, seria uma brutalidade acima, tão acima do que eu possa fazer ou ter feito... Nunca fiz... não estou me desculpando de não ter feito, simplesmente estou dizendo que não fiz. Não estou fazendo a coitadinha [...].⁵⁴⁹

Para muitos brasileiros que compunham a oposição à Ditadura, a saída forçada do país representou uma grande derrota. Esse sentimento, somado ao afastamento forçado do seu referencial de vida, trouxe como consequência uma crise de identidade, o que, por sua vez,

⁵⁴⁸ SILVA, 2007, p. 07.

⁵⁴⁹ Depoimento de Maricota da Silva. Abril de 1978. In: COSTA, (et al.), 1980, p. 34-35.

acarretava para alguns a necessidade de se afirmar enquanto agentes políticos. Assim, recusavam qualquer classificação que de alguma forma os qualificasse como vítimas.⁵⁵⁰

Independente das dificuldades que alguns brasileiros tiveram para aceitar a condição de refugiado, os benefícios legais e materiais assegurados pelo instituto eram necessários para eles.⁵⁵¹ Além disso, pouco antes do golpe de 1973, foi lançada a circular Marcellin-Fontanet, de 23 de fevereiro de 1972, que pôs fim à regularização de todo estrangeiro com entrada na França sem autorização de trabalho, nem atestado de residência.⁵⁵² Logo, para a maioria dos brasileiros a solicitação formal do benefício era a única possibilidade de permanecer no país, diferente do que ocorreu no Chile.

Portanto, na França, o quadro era totalmente distinto para os exilados brasileiros. Eles partiram da América do Sul levando consigo o trauma causado pela violência do golpe no Chile, além dos traumas das violências vividas no Brasil que já carregavam. Foram acolhidos de uma forma diferente e tiveram de aceitar a condição de “vítima” imposta pelo *status* de refugiado. Somado a isso, passaram a conviver com uma distância muito maior da terra natal, aceitando a impossibilidade de retornar ao país de uma forma independente.

Passado o momento do golpe e o processo de instalação, os brasileiros na França encontram uma realidade política e social totalmente distinta dos países latino-americanos, tais como o Brasil e o Chile. Esse contexto foi marcado pela ampliação da dimensão transnacional, que foi possibilitada pela emergência de novas e amplas redes de solidariedade transnacionais em favor dos exilados brasileiros. Veremos que essas redes fizeram com que na Europa a estrutura na qual os exilados estavam inseridos deixasse de ser tríplice para se tornar quádrupla. A pesquisa demonstra que esse novo quadro fez com que o exílio na França fosse marcado por essa necessidade de rever conceitos, ideias e estratégias de ação.

Conforme já exposto, as publicações elaboradas ou apoiadas por exilados constituem uma das fontes mais preciosas para avaliar as suas atividades políticas, haja vista que elas eram consideradas lugar privilegiado de expressão pelos exilados. À análise dessas fontes, somamos a análise das entrevistas, dos questionários e dos relatos publicados na forma de livros de memórias. O cruzamento das fontes proposto pela História Oral permite que nos

⁵⁵⁰ ROLLEMBERG, 1999, p. 39-40.

⁵⁵¹ Idem, p. 40-41.

⁵⁵² WENDEN, Catherine Withol. L'immigration, objet du débat politique. *Confluences*, n. 14 Printemps, p. 67-73, 1995, p. 68.

afastemos das construções de memória que os ex-exilados podem realizar com o objetivo de afirmar identidades ou proteger o seu passado, ou, ainda, dos discursos marcados pelas avaliações que foram realizadas à luz do posicionamento atual dos agentes. Além disso, a análise das fontes jornalísticas nos permite estabelecer uma cronologia que não é tão clara nos relatos, e que nos permite verificar a transformação das ideologias e métodos de combate utilizados pela esquerda brasileira exilada.

Com objetivo de estabelecer essa cronologia, conferimos maior atenção aos periódicos que foram lançados por exilados no Chile e que tiveram continuidade na França. Entre eles, destacamos o *Campanha*, publicado no Chile a partir de 1972 pelo grupo de esquerda Bolchevique, e relançado em Paris em 1974, onde circulou até 1979 com o título “Cadernos de Campanha”. Mas também conferimos especial atenção ao periódico *Debate*, lançado por exilados em Paris, em 1970. Consideramos relevante compreender os debates ideológicos e políticos realizados pela comunidade exilada em Paris antes de 1973 para poder relacioná-los com o contexto que recebeu o grande contingente de brasileiros que chegou ao país com o golpe chileno. Com esse mesmo objetivo, também analisamos os documentos produzidos pelas organizações solidárias aos brasileiros antes de 1973. Por fim, com a intenção de compreender a trajetória dos exilados brasileiros, também analisamos os documentos produzidos pelas redes de solidariedade que emergiram após 1975.

A divisão cronológica proposta parte do pressuposto de que a análise de movimentos sociais transnacionais – tais como entendemos os movimentos nos quais uma parte considerável dos brasileiros se envolveu – deve garantir maior atenção à influência do contexto no qual os movimentos estão inseridos.⁵⁵³

Assim, se o exílio da segunda geração pode ser compreendido em duas fases – antes e depois do golpe chileno –, entendemos que o exílio na França pode ser analisado em quatro etapas. A primeira se localiza ainda dentro da primeira fase do exílio e é marcada pelas denúncias dos crimes cometidos pela Ditadura, efetivadas pelas primeiras redes organizadas por franceses em solidariedade aos exilados brasileiros. A atuação dos intelectuais brasileiros é característica dessa etapa.

A partir de 1973, o exílio brasileiro entra em uma nova fase, agindo diretamente sobre a colônia brasileira na França. Por sua vez, a pesquisa indica que essa nova fase, que foi

⁵⁵³ MILANI; LANIADO, 2007, p. 39.

vivida pela maioria dos brasileiros na França, se subdivide em duas subfases. A primeira teve início com o golpe e se estende até 1975, sendo marcada pela tentativa de reorganização política da comunidade exilada ainda traumatizada pelo golpe no Chile e pela avaliação das suas formas de ação. Por fim, a segunda subfase do exílio na França teve início em 1975 e foi marcada pela emergência de novos temas e novas bandeiras entre os militantes brasileiros exilados.

5.1 A primeira fase do exílio na França: Das denúncias ao início do processo de autocrítica (1969-1972)

A retomada das atividades de oposição ao regime na França constitui um ponto central para compreender as movimentações políticas dos brasileiros no restante do exílio brasileiro. Na França, os brasileiros se viram inseridos em um contexto totalmente distinto daquele vivido pela segunda geração de exilados brasileiros no Chile. Além das diferenças políticas e sociais já destacadas, nesse país, os exilados encontraram uma ampla rede de solidariedade que já existia desde 1969. Essa rede era composta por parte da esquerda francesa que, desde a derrota nas urnas em 1968, repensava as suas estratégias de ação e se solidarizava com os revolucionários latino-americanos. Essa solidariedade, além ter sido fundamental para os brasileiros no exílio, se mostrou estratégica para essas organizações, que ganharam visibilidade internacional para a defesa dos seus valores.

Setores partidários e da “esquerda cristã”, além de intelectuais e personalidades, também compuseram essa rede de solidariedade que se efetivou com as ações de diversos comitês. Entre os diversos comitês criados por franceses nesse contexto, merece destaque o Comitê de Defesa dos Prisioneiros Políticos Brasileiros, o Comitê de apoio à Revolução na América Latina (ARCAL) e o Comitê Francês Europa-América Latina.

Antes de 1973, as ações desses comitês se voltavam quase exclusivamente para a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura brasileira. Relembramos que as denúncias foram constantes durante todo o exílio brasileiro, mas, concomitante a elas, os exilados também procuravam elaborar estratégias de ação, participar de alguma forma das ações a serem efetuadas no Brasil ou organizar estratégias de retorno. No entanto, a documentação aponta

que as últimas ações mencionadas foram praticamente inexistentes durante a primeira fase do exílio na França. Até 1973, a colônia brasileira na França era pequena e composta principalmente por intelectuais.⁵⁵⁴ A distância e o fato de estarem na França, um país europeu com grande projeção internacional, fez com que a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura fosse vista como a principal contribuição dos exilados brasileiros naquele país para oferecer a luta contra o regime.

O Comitê de Defesa dos Prisioneiros Políticos Brasileiros tinha como principal objetivo a denúncia das prisões arbitrárias e o tratamento desumano destinado aos presos no Brasil, submetidos a todo tipo de violência física e psicológica. De acordo com Maud Chirio, o Comitê foi fundado em Paris em 1969,⁵⁵⁵ mas, segundo Denise Rollemberg, ele era resultado de uma ação efetuada por franceses residentes em São Paulo, em 1967. Segundo a historiadora, apenas posteriormente ele passou a ser atuante na Europa, especialmente na França.⁵⁵⁶

As ações desenvolvidas pelo Comitê eram assumidas por cidadãos franceses, muito embora os refugiados brasileiros participassem das atividades.⁵⁵⁷ A ideia era proteger os brasileiros que, segundo a legislação internacional sobre refúgio, não poderiam se mobilizar politicamente, e, ao mesmo tempo, aproveitar o nome das personalidades francesas para sensibilizar a opinião pública local. Entre as personalidades que assinaram os primeiros documentos do Comitê de Defesa aos Prisioneiros Políticos Brasileiros, estão Pierre Kastler, vencedor do prêmio Nobel de física, os escritores Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre, o filósofo Paul Ricœur, Georges Casalis, François Chatelet, Laurent Schwartz, Pierre Vidal Nacquet, entre vários outros.⁵⁵⁸

Além dos apoios individuais dos intelectuais, o Comitê contou desde o início com organizações cristãs “de esquerda” que também desenvolviam ações de solidariedade aos exilados brasileiros. Entre elas, podemos destacar a Associação Francesa de Juristas Católicos, a CIMADE e a Associação de Cristãos pela Abolição da Tortura.⁵⁵⁹ Segundo Maud

⁵⁵⁴ SILVA, 2007, p. 02.

⁵⁵⁵ CHIRIO, 2006, p. 80.

⁵⁵⁶ ROLLEMBERG, 1999, p. 245.

⁵⁵⁷ Idem, p. 245.

⁵⁵⁸ *Front Brésilien d'Information*. Décembre 1970. Bulletin n. 17, p. 07. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d'information.

⁵⁵⁹ CHIRIO, 2006, p. 80.

Chirio, o apoio de partidos políticos e sindicatos ao Comitê foi raro.⁵⁶⁰ Contudo, existem registros de uma mobilização em defesa dos prisioneiros políticos brasileiros realizada pelo Partido Comunista Revolucionário (Trotskista) em 1972, com apoio de muitos dos intelectuais que já apoiavam o Comitê, tais como Simone de Beauvoir e Sartre, além de outros, tais como Picasso. A Associação de Juristas Democratas também está entre as organizações citadas no documento desse partido.⁵⁶¹

Entre as ações desenvolvidas pelo Comitê, merece destaque a campanha pela libertação de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCBR).⁵⁶² Carvalho foi preso em janeiro 1970, aos 58 anos, e desde então passou a ser submetido a violentas práticas de tortura.⁵⁶³ Como Apolônio também havia combatido nas brigadas internacionais durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e, posteriormente, na Resistência Francesa durante a segunda Guerra Mundial, o comitê conseguiu apoio internacional para a campanha da Associação Nacional de antigos combatentes da Argélia. Entretanto, a liberdade de Apolônio foi conseguida apenas com a troca pela libertação do embaixador da Alemanha ocidental em 1970, que enviou 39 presos políticos para a Argélia.⁵⁶⁴ A recusa do governo francês em acolhê-lo fez com que emergisse uma nova onda de protestos em favor do militante.⁵⁶⁵

Estas e as demais ações do Comitê foram importantes para transmitir uma imagem positiva a respeito dos exilados brasileiros para a sociedade francesa, em um momento no qual o governo Giscard d'Estaing demonstrava ter certas reservas quanto à presença dos militantes brasileiros. Contudo, as ações desenvolvidas pelo comitê ficaram restritas à esfera

⁵⁶⁰ CHIRIO, 2006, p. 80.

⁵⁶¹ PARTI COMMUNISTE RÉVOLUTIONNAIRE (TROTSKYSTE) – Section Française de la IV Internationale. *Campagne pour la liberation des emprisonnes politiques et syndicaux au Brésil* : Trotskystes, communistes, catholiques et nationalistes. 24/05/1972. p. 01-03; p. 12. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3). Recueil : Répression politique au Brésil. Documents: 1969-1986.

⁵⁶² “Apolonio de Carvalho parle de la mobilization populaire et de l’unité d’action au Brésil”. *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 12. Agosto 1970. p. 07. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁶³ “Un prisoner politique dénonce”. *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 14, octobre 1970, p. 09. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁶⁴ DOPS-SP. “Relação n. 03 – Banidos do território nacional”. Informação 204/07/78. Arquivo Público de São Paulo – SP.

⁵⁶⁵ CHIRIO, 2006, p. 81.

francesa.⁵⁶⁶ Com a intenção de ampliar o alcance das ações do Comitê, em 1972, ele foi substituído pelo Comitê de Solidariedade Brasil-França, cujo presidente foi Paul Ricœur.⁵⁶⁷

Segundo os documentos produzidos pelo próprio Comitê, ele tinha como objetivo “criar uma corrente de solidariedade entre o Brasil e a França” através do apoio às vítimas da repressão, das denúncias dos crimes cometidos pela ditadura, bem como das denúncias da colaboração existente entre o governo francês e o governo brasileiro (segundo o Comitê, efetivado através da venda de armas, na ajuda dos brasileiros refugiados na França, etc.).⁵⁶⁸ Percebe-se, assim, que além de ter representado uma oposição ao governo brasileiro, o comitê constituiu uma oposição ao próprio governo francês. Entretanto, o alcance das suas ações – que seguiram a mesma linha de ação do comitê anterior – não correspondeu aos objetivos mais ambiciosos que foram traçados na sua criação e começaram a se efetivar de fato, apenas em 1975, portanto, já em outra fase do exílio da segunda geração na França.⁵⁶⁹

Também com o intuito de contribuir para o esclarecimento da população francesa com relação à violência estabelecida nas ditaduras militares na América Latina, foram criados diversos comitês que procuravam unificar os diferentes comitês atuantes na França na denúncia dos crimes cometidos pelas ditaduras militares. A ideia era estabelecer uma linha de ação comum entre os comitês solidários aos diferentes países da América Latina que viviam sob o julgo das ditaduras militares.

Foi o caso da Associação de Comitês de apoio à Revolução na América Latina (ARCAL), criado em 1970. Esse tipo de organização passou a existir no meio político francês desde o sucesso da revolução cubana em 1969, mas se tornou mais comum após a chegada de Salvador Allende ao poder no Chile. Segundo Alfredo Valladão, as redes nas quais os exilados brasileiros se inseriram eram marcadas por essa solidariedade aos revolucionários latino-americanos.

Foi um momento de grande agitação política na Europa, com muitos grupos políticos europeus, que tinham também dentro dos seus programas políticos o “apoio aos revolucionários do terceiro mundo”! Por exemplo, toda a questão chilena teve um impacto muito forte na Europa, sobretudo na França. Muitos franceses, muitos grupos de esquerda franceses,

⁵⁶⁶ CHIRIO, 2006, p. 79.

⁵⁶⁷ *Front Brésilien d'Information*. n. 28, Mai-juin, 1972, p. 22. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d'information.

⁵⁶⁸ COMITÉ DE SOLIDARITÉ FRANCE-BRÉSIL. *France-Brésil*. Paris: n. 06, 27 de janeiro de 1976. p. 02. BDIC, Archives : 8P 7098. Recueil : Comité France-Brésil.

⁵⁶⁹ CHIRIO, op. cit., p. 81.

viveram o Chile, um pouco uma revolução por procuração. Não podia fazer a revolução, então era lá que estava sendo feita a revolução.⁵⁷⁰

O ARCAL tinha essa proposta de estabelecer contato com as organizações revolucionárias da América do Sul, para, assim, “manter em favor delas uma corrente de solidariedade na França”. O documento reproduzido na coletânea “L’exil brésilien en France” aponta que a Associação possuía fortes vinculações com Cuba. Trazia como proposta a realização de debates, conferências, palestras, publicações, entre inúmeras atividades. Além da denúncia dos crimes cometidos pelas ditaduras, a Associação visava disponibilizar espaço para que os revolucionários latino-americanos pudessem publicar “debates sobre os problemas da revolução”.⁵⁷¹ A solidariedade aos latino-americanos, dessa forma, se tornava um modo de defender uma posição política no cenário internacional.

Por sua vez, o Comitê Francês Europa-América Latina tinha como objetivo reunir todos os comitês na Europa solidários aos povos latino-americanos. O principal incentivo para a criação do comitê foi um encontro de solidariedade ao povo brasileiro que ocorreu no dia 15 de janeiro de 1970. Poucos meses depois, o comitê foi criado visando estabelecer contatos com os comitês análogos existentes na Itália e coordenar as atividades dos comitês existentes em diversas cidades francesas, tais como Paris, Lyon e Toulouse. O comitê previa a realização de diversas atividades de denúncias nessas cidades, como, por exemplo, debates, exposições, palestras, entre outras.⁵⁷² Entre as atividades realizadas pelo comitê, Denis Rolland destaca a “Semana da América Latina não oficial”, no teatro internacional da cidade entre os dias 21 e 30 de abril.⁵⁷³

Suas atividades receberam apoio de diversos intelectuais franceses, partidos políticos, sindicatos, revistas e grupos especializados.⁵⁷⁴ Entre os intelectuais, se encontravam nomes como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras e Jean-Pierre Faye. Entre os partidos políticos, se destaca a liga comunista, enquanto que entre as revistas podemos citar *Esprit*, *Tricontinental* e inúmeras outras. A CIMADE mais uma vez está entre as associações

⁵⁷⁰ Entrevista com Alfredo Valladão. Realizada em Paris, 29 de novembro de 2009.

⁵⁷¹ “Paris, le 9 mai 1970”. 8B4/16. Cf.: Documentos reproduzidos na obra *Le Brésil des gouvernements militaires*. Referência: SANTOS; ROLLAND, 2008b, p. 265.

⁵⁷² “Comité français Europe Amérique-Latine”. 01 mars 1970. 8B4/16. Cf.: Documentos reproduzidos na obra *Le Brésil des gouvernements militaires*. Referência: SANTOS; ROLLAND, 2008b, p. 259.

⁵⁷³ ROLLAND, Denis. L’État Français et les exils brésiliens : prudence d’État, Guerre Froide et propagandes. In: SANTOS; ROLLAND, 2008a, p. 88.

⁵⁷⁴ Idem, ibidem.

especializadas que ofereceram apoio a este comitê, assim como o ARCAL. Além dos contatos franceses, as ações do comitê deixaram claras as suas conexões com os grupos de esquerda brasileiros. A campanha a favor da venda e da circulação dos escritos de Mariguela evidencia a solidariedade com os grupos revolucionários.⁵⁷⁵

Entretanto, é importante destacar que o apoio aos grupos de esquerda clandestinos não significa que essa rede de solidariedade composta por esses comitês apoiassem de maneira incondicional as estratégias de combate por elas adotadas. Segundo um documento assinado por Michel Wagner e destinado a Jean-Daniel Vernier, da CIMADE, havia uma proposta entre os católicos que apoiavam os brasileiros de realizar “um grande movimento em favor da não violência”. Entretanto, no mesmo documento, ele destaca o receio de que o movimento desmobilizasse parte da população francesa que apoiava a resistência brasileira.⁵⁷⁶

Isto é, esperava-se com a campanha incentivar os militantes brasileiros a abandonar a estratégia armada, mas, ao mesmo tempo, temia-se divulgar para a população francesa que esquerda brasileira havia feito essa opção. Assim, o documento indica que a rede de solidariedade se esforçou em construir uma imagem de *vítima* para os militantes dos grupos armados esquerdistas. É nossa tese que o apoio da sociedade francesa poderia estar condicionado a esta imagem e, por isso, componentes da rede de solidariedade francesa efetivaram certo esforço para influenciar os exilados brasileiros nesse sentido. Dessa forma, podemos nos alinhar com Ruthy Laniado e Carlos Milani ao afirmar que as ações transnacionais através de reivindicações específicas esperavam representar uma importante influência no cenário internacional.⁵⁷⁷

Além dos comitês cuja criação foi incentivada principalmente por franceses, antes de 1973, também eram atuantes na França grupos criados por brasileiros que contavam com apoio dos europeus. Foi o caso do já mencionado *Front Brésilien d'Informations* (FBI),⁵⁷⁸ que resultou em um periódico que circulou em diferentes países além da Argélia, tais como Alemanha, Chile, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Estados Unidos e França. A equipe do

⁵⁷⁵ “Naissance d’un comité français Europe-Amérique Latine”. 8B4/16. Cf.: Documentos reproduzidos na obra *Le Brésil des gouvernements militaires*. Referência: SANTOS; ROLLAND, 2008b, p. 262.

⁵⁷⁶ “Monsieur Jean-Daniel Vernier”. 8B4/16. Cf.: Documentos reproduzidos na obra *Le Brésil des gouvernements militaires*. Referência: SANTOS; ROLLAND, 2008b, p. 264.

⁵⁷⁷ LANIADO; MILANI, 2007, p. 15.

⁵⁷⁸ No Chile, o periódico ligado ao FBI se chamava Comitê de Denúncia da repressão no Brasil, e foi mais autônomo, se comparado às outras ramificações do Front. Ele foi brevemente analisado no capítulo anterior.

Front na França era considerada uma parte fundamental do projeto, em virtude dos contatos que conseguiu estabelecer e, conseqüentemente, do alcance das suas ações.⁵⁷⁹

Conforme já exposto, denunciar os crimes cometidos pela ditadura e as más condições de vida do povo brasileiro constituía o principal objetivo do *Front*. Em sua publicação, o *Front* procurou não se alinhar a uma linha ou um grupo político específico; com isso, conseguiu contar com a participação de exilados ligados a diferentes organizações, além de promover um diálogo entre as duas gerações de exilados brasileiros.

Essa postura assumida pelo FBI é destacada por Alfredo Valladão em seu relato. Ele partiu para o Brasil antes do golpe, como estudante. Na França, participou ativamente das atividades do FBI e destaca que, diferentemente das outras agrupações dos exilados, o grupo procurava ser mais “prático”, segundo as suas palavras.

Eu fazia parte de uma rede [...] que se chamava “Frente Brasileira de Informações”, “Front Brasileiro de informações”, uma rede de pessoas. Cada uma tinha vinculação com grupos, ou não, e trabalhava tanto no Chile quanto na França. Na Europa, em geral. Era uma rede de informação. De mobilização para ações de solidariedade, denúncias de tortura, denúncias de repressão, informações sobre a resistência, esse tipo de coisa. Eu acho que foi uma das atividades no exterior mais eficientes que foram feitas, mais bem organizadas e eficientes. O que era interessante é que havia gente de todos os grupos dentro, quer dizer, não era uma coisa sectária, nesse sentido [...].⁵⁸⁰

Assim, sua atuação ficou marcada pela pluralidade da origem dos seus participantes e pela busca pela solidariedade internacional. Esperava-se dessa forma, sensibilizar a opinião pública internacional a respeito da situação do povo brasileiro e desgastar a imagem do regime político no exterior. Essa solidariedade, segundo Alfredo Valladão, se efetivou com a participação de muitas pessoas não brasileiras na organização e na divulgação do *Front*.

Uma coisa interessante nessa Frente de Informações é que também existiam não brasileiros. Existiam tanto europeus quanto militantes latino-americanos, como uruguaios, argentinos. Mas era uma coisa bem brasileira, vamos dizer, nesse sentido, mas que tinha também atividade de solidariedade com os outros países da América Latina, contra as outras ditaduras.⁵⁸¹

⁵⁷⁹ CHIRIO, 2006, p. 79.

⁵⁸⁰ Entrevista com Alfredo Valladão. Realizada em Paris, 29 de novembro de 2009.

⁵⁸¹ Entrevista com Alfredo Valladão. Realizada em Paris, 29 de novembro de 2009

Percebemos, assim, que a FBI não tinha como objetivo representar e debater os pontos de vista de determinadas organizações políticas. Contudo, devido à simpatia de Arraes por organizações clandestinas como a ALN, nas páginas de *Front* houve um pequeno espaço para divulgação das ações de oposição desenvolvidas pelas organizações armadas.⁵⁸²

Essa postura não significa que as análises publicadas no FBI fossem neutras ou despolitizadas. A perspectiva marxista é muito presente no periódico, que apontava o interesse da classe burguesa em continuar explorando a classe trabalhadora como o principal motivador para a montagem do aparelho repressivo. Este aparato se voltaria principalmente contra as organizações clandestinas, que, segundo o periódico, lutavam contra a estrutura econômica brasileira de dominação burguesa.⁵⁸³ Assim, mais do que simplesmente descrever os fatos, o FBI tinha o objetivo de despertar a noção de “classe” entre o proletariado.

Com efeito, essa perspectiva é clara em diversas análises realizadas pelo FBI. Ao analisar a política externa do governo militar, por exemplo, o Brasil era apresentado como imperialista em seus acordos econômicos⁵⁸⁴ e como exportador dos métodos de repressão aos seus vizinhos latino-americanos.⁵⁸⁵ No plano econômico interno, era destacada a concentração de renda em favor das classes dominantes⁵⁸⁶ e a desigualdade social do país.⁵⁸⁷ Questões relativas à Amazônia também chamaram a atenção do FBI, que, além de denunciar o massacre de indígenas,⁵⁸⁸ acusou o governo brasileiro de entregar a Amazônia a investidores norte-americanos.⁵⁸⁹

⁵⁸² “La lutte armée se poursuit avec succès”. *Front Brésilien d’Information*, n. 3 et 4. Mars-avril, An III. p. 16. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁸³ Entre as inúmeras reportagens que deixam clara essa perspectiva, destacamos: “Apolônio de Carvalho parle de la mobilisation populaire et de l’unité d’action au Brésil”. *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 12. Agosto 1970. p. 07. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁸⁴ “Échec diplomatique et revanche à “l’américaine””. *Front Brésilien d’Information*, n. 2. Février 1971. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁸⁵ “Politique latino-américaine de la dictature”. *Front Brésilien d’Information*. An III, 1 janvier 1971. p. 05. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁸⁶ “Salaire minimum”. *Front Brésilien d’Information*, Juin 1971, n. 6. p. 8. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁸⁷ “Nordeste: de importador a exportador de escravos”. *Front Brésilien d’Information*, mai 1973. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁸⁸ “La disparition des indiens”. *Front Brésilien d’Information*, 1971, n. 7. p. 11. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

⁵⁸⁹ “Un don de 25 milliards de dollars pour l’U.S. steel”. *Front Brésilien d’Information*, n. 13, Septembre 1970, p. 01. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

Todavia, maior espaço era destinado às denúncias das práticas de tortura, de repressão,⁵⁹⁰ das prisões arbitrárias realizadas pelos militares,⁵⁹¹ bem como da relação dos governantes com as organizações “civis” de extermínio de opositores.⁵⁹² Tais análises eram realizadas a partir de reportagens produzidas pela imprensa no Brasil, mas principalmente a partir de testemunhos que chegavam até o FBI através dos contatos que eram mantidos com os militantes que ainda estavam no território nacional.

Os intercâmbios cooperativos realizados pelo *Front* fizeram com que ele passasse a ser considerado por muitos pesquisadores como uma das organizações políticas de exilados mais bem-sucedidas. Suas ações de denúncia ganharam a atenção de muitos governos europeus, causando preocupação entre os militares brasileiros. Segundo um informativo do DOPS sobre Apolônio de Carvalho, por exemplo, o FBI – cuja elaboração contava com a participação de Apolônio – praticava uma “campanha infame” a respeito do Brasil.⁵⁹³

Porém, a amplitude das ações alcançadas pelo FBI não impediram que uma parte da comunidade brasileira exilada na França discordasse dos métodos de ação do exilados agrupados em torno do informativo. Diferente do Comitê de defesa aos prisioneiros políticos, o FBI surgiu por iniciativa de exilados brasileiros. Diante disso, alguns exilados consideravam negativa a ausência de debates sobre as posições políticas da esquerda brasileira, e discordavam inclusive do nome do informativo, por compreender que ele sugeriria uma aglutinação da esquerda brasileira em uma “frente” dirigida por aquele grupo, o que seria, em realidade, inexistente.⁵⁹⁴

Parte desses ataques vieram de *Debate*, um periódico com forte base marxista, criado por exilados brasileiros – sobretudo intelectuais – em Paris, em fevereiro de 1970. Diferente das outras agrupações de exilados existentes na França na primeira fase do exílio, *Debate* ficou marcada pelo alto nível das discussões teóricas propostas, direcionadas, sobretudo, aos intelectuais e militantes de esquerda brasileiros. Além da publicação, ela deu origem a um

⁵⁹⁰ *Front Brésilien d'Information*, n. 14, Outubro, 1970. p. 01. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d'information.

⁵⁹¹ “Un prisonnier politique dénonce”. *Front Brésilien d'Information*. Bulletin n. 14, Outubro 1970, p. 08-15. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d'information.

⁵⁹² “Le gouverneur d'état de São Paulo et l'escadron de la mort”. *Front Brésilien d'Information*, n. 17, Décembre 1970. p. 09. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d'information.

⁵⁹³ DOPS-SP. “Relação n. 03 – Banidos do território nacional”. Informação 204/07/78. Arquivo Público de São Paulo-SP.

⁵⁹⁴ “Pela reorganização da FBI em Paris”. *Debate*. Número especial: Frente Brasileira de Informação. n. 4, dezembro de 1970. p. 05-12. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

centro de estudos e um movimento cultural. Seu principal idealizador foi João Quartin de Moraes, ex-professor de filosofia da Universidade de São Paulo e um dos fundadores da VPR.⁵⁹⁵

João Quartin de Moraes partiu para o exílio na França em 1969, antes mesmo, portanto, que o país se tornasse um destino privilegiado entre os militantes de esquerda brasileiros. Sua partida do Brasil se deu após a sua expulsão da VPR, por discordar dos métodos utilizados pela organização, que, para ele, estavam fadados ao fracasso.⁵⁹⁶ Decidido a preservar a vida, escolheu a França como local de refúgio, principalmente por já haver vivido nesse país como estudante entre outubro de 1965 e fevereiro de 1968.⁵⁹⁷

Quartin, bem como os demais exilados reunidos em torno de *Debate*, se beneficiou da rede de solidariedade que se formou na França principalmente a partir de 1969. Nas atividades culturais, intelectuais e políticas das quais procurou participar e as quais organizou entre os brasileiros desde o início do exílio, essa integração com a sociedade de acolhida sempre esteve presente. Segundo Moraes, “foi um trabalho político verdadeiramente internacionalista, com muitos franceses, diversos horizontes políticos, havia comunistas e socialistas, cristãos e a CIMADE. Eram militantes de esquerda, muito solidários”.⁵⁹⁸ Segundo Quartim de Moraes, a solidariedade teve um importante papel não apenas em questões práticas, tais como habitação e alimentação, mas inclusive na revisão das observações sobre o Brasil.⁵⁹⁹

Como resultado, observamos em *Debate* uma postura muito diferente daquela adotada pelos exilados brasileiros no Chile no momento. Para os intelectuais que formavam a equipe de *Debate*, as organizações brasileiras eram extremistas e haviam se afastados da teoria marxista-leninista ao excluírem as referências à classe operária.⁶⁰⁰ Assim, a trajetória do periódico sempre foi marcada pela crítica à esquerda brasileira armada, que, segundo

⁵⁹⁵ ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio: em busca da renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora UNICAMP, v.6, 2007. p. 292.

⁵⁹⁶ ROLLEMBERG, 2007, p. 292.

⁵⁹⁷ MORAES, João Quartin de. Organiser l'activité intellectuelle et politique. In: SANTOS; ROLLAND. 2008b, p. 71.

⁵⁹⁸ Idem, p. 70 e 73.

⁵⁹⁹ Idem, p. 73.

⁶⁰⁰ “Uma auto-crítica necessária (para discussão)”. *Debate*, n. 9. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

Debate, estaria impedindo a formação do partido da classe-operária através da chamada “política de círculo”.⁶⁰¹

A primeira crítica direta aos grupos armados brasileiros foi publicada através do documento intitulado “*Uma auto-crítica necessária (para discussão)*”, na sétima edição de *Debate*, de setembro de 1971. Logo no início o texto, as organizações que defendiam a tática da guerrilha urbana são acusadas de usarem erroneamente a teoria marxista para justificar a adoção de práticas extremistas e de se afastarem das massas.

Afirmando a imperiosa necessidade de se proceder um exame crítico e auto-crítico da experiência de luta revolucionária dos últimos anos, estimulando na prática este exame indispensável através de um documento dirigido não somente aos militantes da ALN, mas “a todos marxistas-leninistas”, já que a todos eles cabe lutar pela formação do “partido marxista-revolucionário”, os leninistas da ALN rompem corajosamente com o vanguardismo militarista – não somente com as suas manifestações mais aberrantes (por exemplo, “na teoria” de que “na primeira fase da revolução” as massas serão meras massas de manobra de um punhado de guerrilheiros iluminados), mas também com suas formas mais sutis e, por isso mesmo, mais perigosas politicamente, tais como elas se manifestam nas teses dos que revestem numa linguagem “marxista” e “proletária” a tentativa de prosseguir os erros da guerrilha urbana, que vem se agravando cada vez mais na medida em que o radicalismo de classe média se tornou a ideologia dominante no seio da Resistência armada.⁶⁰²

Além desse documento, inúmeros outros que criticavam os métodos da esquerda armada brasileira foram publicados por *Debate* antes mesmo de 1973. João Quartin de Moraes teceu, por exemplo, duras críticas à teoria do foquismo e a Jamil Rodrigues, teórico da VPR acusado por Fernando de Andrade – pseudônimo de Quartin – de ser o “doutrinário da ‘euforia armada’”.⁶⁰³

Os ataques provocaram um intenso debate entre os militantes da esquerda brasileira, que discordavam de muitas opiniões publicadas pelos intelectuais que compunham a redação do periódico. O debate em torno do documento “*Uma auto-crítica necessária (para discussão)*”, por exemplo, se seguiu ao longo de vários números do periódico e contou inclusive com a participação de exilados brasileiros no Chile, representados pelo coletivo da

⁶⁰¹ ROLLEMBERG, 2007, p. 301.

⁶⁰² TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN. “Uma auto-crítica necessária”. *Debate*. n. 07. p. 30. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁶⁰³ ANDRADE, Fernando de. “Marxismo e extremismo de classe média: a experiência de luta armada de 1968 a 1972”. *Debate*. n. 9, abril, 1972, p. 19. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

Tendência Leninista da ALN no Chile. Estes discordavam que haviam se afastado da teoria marxista-leninista.⁶⁰⁴ Outra grande diferença entre a equipe de *Debate* e os exilados no Chile, era a percepção de que a esquerda armada estava isolada das massas. Conforme vimos no início deste capítulo, apenas com o golpe de 1973, a esquerda brasileira no Chile passou a enxergar com essa perspectiva, enquanto *Debate* já acusa a existência desse afastamento em 1971.

Assim, percebe-se que *Debate* se destaca por ter sido pioneira no processo de autocrítica da esquerda. Todavia, as críticas não significavam que *Debate* tenha adotado desde o início uma posição totalmente contrária à luta armada. Em realidade, no documento intitulado “Uma auto-crítica necessária”, também são tecidas críticas à “linha pacifista”, que seria burguesa em sua essência.⁶⁰⁵ Sendo assim, propunha uma autocrítica e a rearticulação dos grupos armados, visando uma aproximação com as massas e a formação do partido revolucionário. Propunha, portanto, uma revisão das estratégias de luta, visando um caminho menos “extremista”. Tais propostas foram divulgadas através do seu projeto de plataforma política, lançado na edição número 12 do periódico, de abril de 1973, que passou a ser constantemente debatida a partir de então.⁶⁰⁶

Um rompimento mais brusco com as estratégias de combate adotadas pelas organizações armadas se dará após o golpe chileno.⁶⁰⁷ O golpe, além de ter simbolizado uma derrota da esquerda, também transformou a colônia de exilados na França, que passou a ser o principal polo de concentração dos militantes latino-americanos de diversas nacionalidades forçados a deixar o último refúgio da esquerda no continente. Logo, a partir de então, a França se tornou o palco de novas redes e sociabilidades para todos os latino-americanos ali exilados. Portanto, em 1973 o exílio brasileiro entra em uma nova fase.

⁶⁰⁴ SANTOS, José dos. “Discussão em torno do documento ‘Uma auto-crítica necessária’ . Réplica do coletivo no Chile da TL/ALN ao companheiro A. Silva de Debate”. *Debate*. n. 11, janeiro de 1973, p. 08. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁶⁰⁵ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN. “Uma auto-crítica necessária”. *Debate*. n. 07. p. 30 e p. 36. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁶⁰⁶ ROLLEMBERG, 2007, p. 294.

⁶⁰⁷ Idem, p. 296-297.

5.2 *Superando o trauma chileno: da reestruturação da oposição à revisão das estratégias de combate (1973-1974)*

A análise da documentação disponível para pesquisa e dos testemunhos dos exilados evidencia o papel das experiências vividas no Chile no processo de redefinição política dos brasileiros no exílio. Nesse sentido, nos alinhamos com Eliana Reis que, ao analisar a diversificação das modalidades de luta dos atores políticos gaúchos que entraram na política em um contexto de combate à ditadura, concluiu que é necessário realizar uma análise do contexto e das redes nas quais os agentes se inseriram em consonância com a análise das trajetórias individuais e coletivas.⁶⁰⁸

A análise dos periódicos publicados por exilados no Chile e na França mostra claramente o grande impacto que a experiência chilena representou na trajetória da segunda geração de exilados pela ditadura brasileira. Mesmo para os exilados brasileiros que já se encontravam na França, o golpe do Chile representou um marco. Ainda que os integrantes da comissão editorial dos periódicos editados na França não tenham vivido o golpe, a experiência chilena representava muito para toda a esquerda latino-americana, que via no Chile a execução do projeto socialista.

Isso fez com que Quartim de Moraes procurasse manter contato com os companheiros de militância exilados no Chile, tendo permanecido no país dois meses em 1972 com esse objetivo.⁶⁰⁹ Essa conexão permitiu inclusive, que uma versão de *Debate* fosse publicada em espanhol, em Santiago do Chile, sob o título de *Teoria y practica*. A experiência chilena era considerada “elemento da própria experiência revolucionária”⁶¹⁰ dos brasileiros e, por isso, as avaliações sobre o golpe foram destacadas na edição número 14, lançada em janeiro de 1974.

O trágico desfecho da experiência de Unidade Popular no Chile constituiu o fato político maior para os revolucionários marxistas da América Latina, inclusive para nós, brasileiros. A ele, consagramos o editorial deste DEBATE-14, ao mesmo tempo em que cerramos fileiras em torno de uma larga campanha internacional de solidariedade ao povo e à

⁶⁰⁸ REIS, 2007, p. 66.

⁶⁰⁹ MORAES, 2008b, p. 73.

⁶¹⁰ “Chile: da unidade popular à resistência anti-fascista”. *Debate*. n. 14, janeiro de 1974. p. 07. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

classe operária do Chile, aos revolucionários em luta e às vítimas do putsch fascista.⁶¹¹

Se para os militantes brasileiros que não vivenciaram o golpe o trágico fim da experiência chilena representou um marco, para aqueles que o vivenciaram ele representou um verdadeiro trauma. A análise dos relatos, bem como dos periódicos editados no Chile que tiveram continuidade na França, nos permite verificar que no primeiro momento após o golpe de 1973, existia ainda entre os exilados brasileiros uma tentativa de buscar uma vinculação com o Chile, o que ficou demonstrado na expressiva atenção destinada às avaliações sobre as causas do golpe, a denúncia dos crimes cometidos pelos militares no Chile e, ainda, o empenho em se afirmarem enquanto vítimas do golpe que derrubou Allende.

Entre tais periódicos, destacamos *Campanha*, que voltou a circular na França três meses após o golpe chileno. O periódico acabou dando nome a um grupo opositor no exílio, o *Grupo Campanha*, que na França contava com a participação de militantes brasileiros de diferentes organizações e posições de esquerda. As atividades do grupo se centravam na edição do periódico, que posteriormente passou a se chamar “*Cadernos de Campanha*”.

Conforme já dito, o *Campanha*, assim como todos os outros periódicos organizados ou apoiados por exilados brasileiros, garantia espaço privilegiado às denúncias das atrocidades cometidas pelos militares no Brasil. No entanto, ao retomarem as atividades de denúncia na França, os exilados conferiram maior atenção aos crimes cometidos pelos militares no Chile. Assim, no primeiro periódico de campanha, foram denunciadas as prisões em massa, as torturas e o tratamento desumano oferecido pelos militares chilenos aos milhares de prisioneiros. Também denunciaram a prisão de diversos jornalistas e o assassinato de quinze jornalistas chilenos vinculados ao periódico *Clarín*.⁶¹² No entanto, é importante destacar que a participação da ditadura brasileira no golpe também foi denunciada por *Campanha*. Segundo uma carta de um prisioneiro no Estádio Nacional, as conexões entre os

⁶¹¹ “Chile: da unidade popular à resistência anti-fascista”. *Debate*. n. 14, janeiro de 1974. p. 07. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁶¹² *Campanha*, n. 13, 03 de enero de 1974. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

militares brasileiros e chilenos ficou evidente “quando começaram a chamar os brasileiros para serem interrogados e torturados pela polícia brasileira”.⁶¹³

Mas o foco desta e de todas as outras matérias desse número era a situação chilena, o que deixou claro o trauma que o golpe de 1973 representou para os exilados brasileiros. O fato de terem relançado o periódico em espanhol, embora estivessem na França e terem disponibilizado o endereço da United States Living Association (USLA), em Nova York, como endereço para correspondência, também evidencia essa tentativa de manter o elo com o Chile e o restante da América Latina.

Porém, o baque que o golpe chileno representou não trouxe como resultado uma mudança automática de posicionamento político. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, a defesa da revolução socialista se manteve em um primeiro momento após o golpe chileno. Em seu relato, destacou que o baque foi “acachapante” – de acordo com as suas palavras –, que o golpe levou muitos militantes da esquerda a mudar as posições; contudo, isso não foi imediato.⁶¹⁴

O grupo *Campanha* esta entre as agrupações de exilados brasileiros que, no primeiro momento de reorganização política após o golpe, reafirmou o posicionamento em favor do socialismo e das estratégias armadas de combate defendidas no Chile. Segundo a avaliação desse grupo, o “reformismo” seria a causa do golpe chileno.⁶¹⁵ Criticavam as medidas conciliatórias do governo Allende, tais como a aprovação da “lei de controle de armas”, e o acusava de ter feito “o povo e a classe operária acreditar que os patrões deixariam as suas fábricas e fundos sem lutar”.⁶¹⁶ Para o grupo, aceitar a via pacífica foi um erro, pois através delas, aceitaram as leis da burguesia.⁶¹⁷ Segundo o editorial do primeiro número de *Campanha* lançado na França, o golpe significou um fracasso da “via chilena” e não do socialismo.⁶¹⁸ O periódico chegou inclusive a criticar a rede de solidariedade que se formou

⁶¹³ “Estadio nacional: carta de un prisionero”. *Campanha*, n. 13, 03 de enero de 1974. p. 08. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶¹⁴ Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho. Realizada em Paris, 22 de fevereiro de 2010.

⁶¹⁵ *Campanha*, n. 13, 03 de enero de 1974. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶¹⁶ *Campanha*. 1974, n. 13, p. 02. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶¹⁷ *Campanha*. 1974, n. 13, p. 02. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶¹⁸ *Campanha*. 1974, n. 13, p. 02. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

em torno dos refugiados vindos do Chile, acusando-a de “paternalismo e humanismo” excessivo, no lugar de ajudar “os combatentes a retomar a luta”.⁶¹⁹

Por sua vez, *Debate* em suas avaliações sobre o golpe no Chile, defendeu a via “não armada” do governo de Salvador Allende e teceu duras críticas aos militantes de “extrema-esquerda” que não concordavam que essa via seria o caminho para a revolução. Segundo a revista, estes “círculos políticos” seriam compostos por “revolucionários de salão, que do alto de uma empáfia ridícula se atrevem a dar lições de Revolução ao heróico povo do Chile e os seus dirigentes”.⁶²⁰

Essas acusações de *Debate* se dirigiam a muitos militantes de esquerda brasileiros que haviam se exilado no Chile e faziam uma avaliação distinta a respeito das causas do golpe através de periódicos como o *Campanha*. Diferente de *Campanha*, *Debate* considerava que o golpe tinha sido resultado de uma conspiração da burguesia nacional e internacional contra o governo da Unidade Popular, e destacava a combatividade e a união da classe operária chilena.⁶²¹ Assim, procurou vincular a experiência chilena com o seu projeto de plataforma política, tomando-a como exemplo. Dessa forma, o golpe no Chile marcou profundamente a equipe de *Debate*, fazendo com que a partir de então as críticas à via armada se tornassem cada vez mais concretas.

Portanto, ao contrário do grupo *Debate*, em um primeiro momento, o desfecho chileno reafirmou para os exilados vindos do Chile a teoria da vanguarda revolucionária e os seus métodos de ação. Sendo assim, ao convocar os exilados brasileiros para um reagrupamento da oposição no exterior, o objetivo de *Campanha* era reorganizar a revolução em toda a América Latina. Portanto, na França, os objetivos do *Campanha* passaram a ser mais ambiciosos. Com o intuito de reunir toda a esquerda latino-americana exilada na França em torno do periódico, o grupo argumentava nas páginas do primeiro número lançado na França que “defender o *Campanha* é defender o direito de imprensa do povo latino-americano”.⁶²² Esperava-se, dessa forma, reagrupar não apenas os exilados brasileiros, mas inclusive todos os exilados latino-americanos para retomar a organização de uma revolução

⁶¹⁹ “Para los refugiados solidaridad politica”. *Campanha*. n. 15/16, abril de 1974. p. 09. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶²⁰ “Chile: da unidade popular à resistência anti-fascista”. *Debate*. n. 14, janeiro de 1974. p. 07. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁶²¹ “Chile: da unidade popular à resistência anti-fascista”. *Debate*. n. 14, janeiro de 1974. p. 07. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁶²² *Campanha*, 1974, n. 13, p. 03. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

proletária continental. Assim, podemos perceber que, no primeiro momento após o golpe, se fortaleceu entre alguns grupos de exilados a ideia de uma revolução latino-americana.⁶²³ A resistência ao governo militar brasileiro, portanto, era apenas uma parte dessa luta.

Assim, na Europa se tornou ainda mais forte entre os exilados brasileiros a reivindicação de uma “identidade latino-americana”. É certo que essa identidade latino-americana já era reivindicada pelos grupos de esquerda brasileiros ainda no Brasil e também durante a primeira fase no exílio, na América do Sul. Entretanto, a documentação indica que após as experiências vividas no Chile e a acolhida na Europa enquanto “latinos-americanos” expandiu o campo de ação dos exilados brasileiros.

Segundo Denis Rolland, a chegada dos latino-americanos transformou a percepção dos europeus sobre a América Latina. O exílio brasileiro fazia parte dessa nova percepção da esquerda francesa, que enxergava a América Latina como um continente combativo. Após o golpe no Chile, essa visão foi potencializada e passou a circular localmente a imagem de uma “comunidade de exilados latino-americanos”.⁶²⁴ Portanto, antes de serem vistos como brasileiros, argentinos ou uruguaios, os militantes eram vistos como “latino-americanos”. Segundo Bona Garcia: “porque naquelas alturas, eu era brasileiro, mas me confundiam com chileno, porque eu tinha vindo do Chile, eu andava com os uruguaios, trabalhava com os uruguaios, você acaba sendo um latino-americano!”⁶²⁵

Segundo Ana Vasquez e Ana Maria Araújo, a construção de “mitos constitutivos” criados para representar o grupo é, em realidade, uma estratégia para conseguir legitimidade para as suas ações e escolhas efetuadas no exílio.⁶²⁶ Conforme já discutido, as ações políticas efetuadas por exilados não têm legitimidade, nem perante os seus pares que ficaram no território nacional, tampouco no país de acolhida, devido à legislação internacional sobre refugiados. Para as autoras, que analisaram os exilados latino-americanos, é através dos discursos que os atores conquistam a legitimidade de suas ações e apoio para que estas pudessem se efetuar em um arena política diferente da habitual. No caso dos brasileiros, o golpe chileno fez com que a comunidade europeia se voltasse para a questão “latino-americana”, incentivando o fortalecimento desse discurso.

⁶²³ “El internacionalismo no es tarea de un día”. *Campanha*. Santiago, n. 8, p. 9. 1º maio 1973 BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶²⁴ ROLLAND, Denis. *L'Exil des dictatures: impact conjoncturel dans la présence Latino-américaine en France ?* In: SANTOS; ROLLAND, 2008a, p. 185.

⁶²⁵ Entrevista com João Carlos Bona Garcia. Realizada em Porto Alegre-RS, 12 de março de 2008.

⁶²⁶ VASQUEZ; ARAÚJO, 1988, p. 183.

Portanto, se “a militância pode ser uma estratégia de afirmação de identidade”,⁶²⁷ o transnacionalismo atua enquanto um promotor de novas identidades e, conseqüentemente, de novas formas de atuação política.⁶²⁸ Diante disso, concordamos com Eliana Reis ao apontar “a importância das dinâmicas de identificações para a compreensão dos engajamentos”.⁶²⁹ No caso dos exilados brasileiros, a princípio, a construção de uma identidade latino-americana estava ligada à ideia de revolução socialista no continente.

Assim, percebe-se que primeiramente uma parte considerável dos exilados brasileiros vindos do Chile não repensou as suas posições. A mudança de posicionamentos passou a ocorrer gradualmente, na medida em que a integração com outros exilados na França passou a se intensificar e também à medida que eles passaram a conhecer outras realidades.

Nesse sentido, a descoberta dos aspectos ditatoriais do socialismo cubano e dos países do Leste Europeu constituiu uma etapa importante em direção a novas perspectivas políticas.⁶³⁰ Segundo Alfredo Valladão, em depoimento para a tese, a maior parte dos militantes de esquerda brasileiros, sabia muito pouco sobre os países do Leste europeu, pois estavam demasiadamente fechados em torno do quadro brasileiro.⁶³¹ Para a maioria dos militantes, foi o exílio que proporcionou novas visões sobre os países socialistas europeus. Em seu relato, Thomas Togni Tarquínio descreveu o espanto que sentiu ao descobrir que os países cujos regimes ele defendia também forçavam opositores ao exílio. Essa declaração foi seguida por minutos de silêncio.

A organização que cuidou da gente chamava France Terre d'Asile, França Terra de asilo, que era uma organização que recebia, pasmen, refugiados da Europa do Leste! E como que foi o meu choque de estar sendo recebido por essa entidade, no saguão esperando para ser atendido, e do meu lado tinha um garoto da minha idade, fugindo da Tchecoslováquia! [silêncio].⁶³²

⁶²⁷ FILLIEULE, 2001, p. 206.

⁶²⁸ TARROW, 2009, p. 231.

⁶²⁹ REIS, 2007, p. 51.

⁶³⁰ CHIRIO, 2004, p. 103.

⁶³¹ Entrevista com Alfredo Valladão. Realizada em Paris, 29 de novembro de 2009.

⁶³² Entrevista com Thomas Togni Tarquínio. Realizada em Florianópolis-SC, 18 de fevereiro de 2009.

O silêncio é tão esclarecedor quanto o próprio relato, pois “o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato”.⁶³³ No caso do relato de Thomas Tarquínio, o silêncio revela o impacto que esse encontro relatado teve sobre as suas referências políticas.

É fato que, a partir de 1973 novas redes de solidariedade, como essa que acolheu Thomas, se formaram; isso facilitou a inserção na sociedade francesa e esses novos contatos. Segundo Alfredo Valladão, muitos grupos de esquerda franceses organizaram movimentos de solidariedade aos “revolucionários latino-americanos”, principalmente após o golpe chileno, que sensibilizou uma parte considerável da esquerda francesa, conforme já discutido no capítulo anterior.⁶³⁴ Os exilados foram vistos como “embaixadores” das dores vividas pelos povos latino-americanos atingidos pelo autoritarismo dos governantes militares e, assim, acolhê-los era visto como uma forma de apoiar o Chile e o governo de Allende.

Entretanto, muitas vezes o apoio dos partidos políticos era movido por afinidades ideológicas. De acordo com Chirio, como exemplo, podem ser citados o Partido Comunista Francês, que aceitou o contato apenas com os brasileiros filiados ao PCB; a Liga Comunista Francesa, que manteve contato com militantes do POC; e o grupo Révolution, que se relacionou com o PCBR. Esse apoio dos partidos não se materializou em ações em conjunto, principalmente a favor de causas francesas, pois ficou restrito a debates sobre questões políticas.⁶³⁵ Em seu relato, Angelina Peralva, que viveu o exílio no Chile e na França, destaca as relações com os partidos políticos chilenos eram condicionadas pelas indentificações políticas que os exilados já possuíam antes de chegar à França.

Os brasileiros tinham também relações com os seus partidos de referência. Então, os trotskistas com a Liga Comunista revolucionária, ou seja, muita gente militou no Rouge, com o Partido Socialista, com o partido comunista, também em função da sua sensibilidade, da sua filiação. Mas quem assume a ajuda aos exilados são as organizações de [defesa aos] direitos humanos.⁶³⁶

⁶³³ VOLDMAN, 2005, p. 37-38.

⁶³⁴ Entrevista com Alfredo Valladão. Realizada em Paris, 29 de novembro de 2009.

⁶³⁵ CHIRIO, 2004, p. 98.

⁶³⁶ Entrevista com Angelina Peralva por telefone. Gravada em Paris-França, enquanto a entrevistada se encontrava em Toulouse. Realizada no dia dois de fevereiro de 2010.

Portanto, mais visível do que a solidariedade dos grupos políticos foi a solidariedade dos cristãos de esquerda, bem como o apoio de personalidades, como já mencionado. A partir de 1973, outras redes de apoio aos exilados latino-americanos surgiram ou se fortaleceram. Com efeito, cerca de 200 associações foram criadas para receber os refugiados provenientes de Santiago e, muitas vezes, elas também atuaram em conjunto com os exilados em ações de oposição à ditadura brasileira.⁶³⁷

Diversos intelectuais franceses fizeram parte dessa rede de solidariedade, ajudando a compor a chamada “rede intelectual”, que formou um comitê de ajuda aos refugiados vindos da América Latina. O presidente de honra era o sociólogo Alain Touraine, que se empenhou para inserir os intelectuais latino-americanos nas universidades francesas. O Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine (IHEAL, Université de Paris III) e a Maison de Sciences de l’Homme estão entre as instituições francesas que ofereceram cargos aos exilados.⁶³⁸ Contudo, segundo Alain Touraine, o comitê se envolveu mais com os exilados chilenos do que com os brasileiros, embora estes também tenham recebido apoio dessa rede.⁶³⁹

Muitos relatos também indicam que o contato com o modelo político da França também causou impacto entre os exilados brasileiros. Os benefícios das políticas econômicas e sociais que eles próprios puderam vivenciar são constantemente mencionados nos relatos dos exilados, dentre os quais, merece destaque os direitos trabalhistas.⁶⁴⁰ Viver em um país onde a democracia funcionava, onde a oposição era livre, também levou muitos brasileiros a repensar as suas posições, segundo Alfredo Valladão.⁶⁴¹ Portanto, a experiência do exílio tem um papel decisivo na trajetória dos militantes políticos, na medida em que os obriga a se deparar com realidades distintas daquelas que eram conhecidas até então.

Notamos, assim, que o encontro com essas novas realidades e perspectivas políticas fez com que o ano de 1974 fosse um ano de transição ideológica para grande parte da esquerda exilada. Não por coincidência, o ano também representou o início do processo de “transição, lenta, gradual e segura”, com a chegada de Ernesto Geisel à presidência.⁶⁴² Era

⁶³⁷ SILVA, 2007, p. 06.

⁶³⁸ Idem, p. 05-06.

⁶³⁹ Entrevista com Alain Touraine. Realizada em Paris, 04 de fevereiro de 2010.

⁶⁴⁰ CHIRIO, 2004, p. 103.

⁶⁴¹ Entrevista com Alfredo Valladão. Realizada em Paris, 29 de novembro de 2009.

⁶⁴² Sobre o processo de abertura política no Brasil, ver: ARTURI, Carlos S. *Le Brésil: une tentative de démocratisation octroyée (1974-1985)*. Villeneuve d’Ascq, Septentrion, 2000.

intenção do governo, alcançar maior legitimidade do Estado com as eleições de novembro daquele ano.⁶⁴³ Os exilados, por sua vez, inseridos em outro país e diante de um novo momento político no plano interno, se viram obrigados a confrontar a questão: como se posicionar diante das eleições legislativas de 1974? O debate em torno das eleições legislativas de 1974 expõe o aspecto transitório da colônia brasileira, pois aponta a divisão da esquerda brasileira exilada sobre qual posição tomar a respeito do pleito.⁶⁴⁴

A análise da vigésima edição do periódico *Campanha* nos permite verificar essa divisão. Nesse número, de novembro de 1974, foi concedido espaço para que muitas organizações e grupos políticos representados por exilados pudessem expor as suas posições sobre o pleito legislativo. As organizações e os grupos que participaram do número são as seguintes: o próprio grupo *Campanha*, o POC - Combate (grupo de Paris), o grupo *Debate*, o movimento Outubro, o PCBR, o PCB (Voz Operária), o MR-8 (sessão exterior) e a juventude do Movimento Democrático Brasileiros (MDB). As análises apresentadas por estes grupos nesse número do periódico apontam que a esquerda exilada se dividiu entre o apoio ao voto nulo ou o apoio aos candidatos do MDB.

Enquanto a maioria das organizações se posicionou a favor do voto nulo, *Debate*, PCB e a juventude do MDB defenderam o apoio aos candidatos do MDB. Argumentavam que era importante a presença de parlamentares da oposição para reprovar projetos que a Ditadura pretendia implantar para dar uma maior continuidade ao regime, além disso, acusavam que o voto nulo não teria o efeito pretendido, haja vista que a ditadura não divulgaria o números de votos nulos e brancos.

Por outro lado, o POC, o *Campanha*, o grupo “outubro”, o PCB e o MR-8 julgavam “reformistas” aqueles que apoiavam os candidatos do MDB, e denunciavam a falta de legitimidade do pleito eleitoral que, segundo as organizações, teria regras totalmente favoráveis aos candidatos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Segundo o grupo de Paris do POC – Combate:

Para os revolucionários não será pela “via eleitoral” que a ditadura será derrubada. Toda a ilusão de possibilidade de destruir através do voto um regime instalado pelos tanques deve ser combatida e denunciada como um mito reformista. [...] Para os revolucionários é evidente que as eleições convocadas pela ditadura pouco têm a ver com um processo democrático

⁶⁴³ ALVES, 2004, p. 225-226.

⁶⁴⁴ CHIRIO, 2004, p. 107.

burguês clássico: não existe nenhuma garantia contra a fraude, o movimento trabalhador está excluído do processo, etc. Esta é a razão pela qual o boicote (voto nulo) foi até agora a tática eleitoral dos revolucionários do Brasil.⁶⁴⁵

Porém, ao contrário do que ocorreu nas eleições para o congresso de 1970, nas quais o MDB enfrentou uma grande derrota, em 1974, a oposição teve uma vitória surpreendente: 4 milhões de votos a mais que a ARENA no senado, e um significativo aumento de votos para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Estaduais. Diferentemente de todos os outros pleitos indiretos que ocorreram durante o regime militar, o MDB teve acesso aos meios de comunicação, o que lhe permitiu se posicionar de forma mais combativa, com debates, comícios e campanha nas rádios e na televisão. A campanha mobilizou uma grande parte da população, que pela primeira vez pôde ver os políticos discutindo acerca da repressão, dos limites da política econômica do regime entre outros temas que eram silenciados até então.⁶⁴⁶

O fato é que, a partir de então, o MDB passa a representar uma oposição “real”, o que se tornou mais um fato para que a esquerda resistente ao combate eleitoral repensasse as suas posições. Além disso, a partir de 1975, o exílio brasileiro na França entra em uma nova etapa, com a emergência de organizações que mudaram o repertório de ação dos brasileiros exilados ao introduzir novas reivindicações.

5.3 *A comunidade brasileira exilada e os novos temas (1975 – 1979)*

Em 1975, a atuação política dos exilados brasileiros na França passou a adotar novas estratégias de oposição à ditadura. Até então, a colônia brasileira se encontrava traumatizada pelo golpe chileno e dividida entre aqueles que defendiam a manutenção das formas de combate e palavras das organizações armadas e os exilados que consideravam importante a

⁶⁴⁵ “Para los revolucionarios no será por la ‘vía electoral’ que la dictadura será derrubada. Toda la ilusión de la posibilidad de destruir por el voto el régimen instalado por los tanques debe ser combatida y denunciada com un mito reformista. [...]. Para los revolucionarios es evidente que las elecciones convocadas por la dictadura poco tiene que ver con um proceso electoral democrático burguês clásico: no existe ninguna garantía contra el fraude, el movimiento obrero como tal esta excluído del proceso, etc. Esta es la razón por la cual el boycott (voto nulo) há sido hasta ahora la táctica electoral de los revolucionários en el Brasil” “Debate: La izquierda discute la eleccion”. *Campanha*. n. 20, 05 de nov. 1974, p. 07. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶⁴⁶ ALVES, 2004, p. 226-227.

autocrítica destas. A partir de 1975, uma conjuntura totalmente nova se apresentava para os exilados, principalmente para a maioria vinda do Chile: passado os momentos da instalação na França e da absorção do trauma causado pelo golpe chileno, os brasileiros se viram inseridos em uma sociedade com valores totalmente distintos. Além disso, o processo de abertura política anunciado por Geisel e a vitória da oposição no pleito de 1974 apontavam a possibilidade de combater a ditadura com novas armas.

A necessidade de negociar com o Estado de acolhida a possibilidade de ativismo político condicionou as formas de organizações dos exilados. Nessa equação, a formação de novas redes de solidariedade propiciou a continuidade da militância do exílio. Além disso, elas também contribuíram para a construção de novas relações sociais que apresentaram novos recursos para os brasileiros.

Este foi o caso dos Comitês Brasil pela Anistia (CBA) que, ao serem criados, inseriram os brasileiros em outras redes, redefinindo as suas formas de mobilização política.⁶⁴⁷ Existentes em diversas cidades europeias, os CBA's contribuíram muito para que temas como a Anistia e os direitos Humanos passassem a fazer parte do repertório das lutas dos refugiados brasileiros. Além da anistia, os Comitês possuíam diversas outras reivindicações a ela vinculadas, tais como a libertação de presos políticos, a anulação de todos os processos políticos que estavam em curso, a anulação dos decretos de banimento, o desmantelamento do aparato repressivo, a anulação de Lei de Segurança nacional, a reintegração total dos anistiados aos seus empregos e estudos, entre outras.⁶⁴⁸

A sessão francesa do Comitê Brasil pela Anistia foi criada em Paris, em 1975, renovando totalmente a atuação política da colônia de brasileiros exilados na Europa. Ele foi de certa forma um resultado de um ato público em solidariedade aos exilados, realizado em Paris, no dia 05 de maio de 1975. O ato reuniu as organizações que ofereceriam solidariedade aos exilados e apontou a possibilidade de unificar esse apoio.⁶⁴⁹ O comitê de Paris recebeu amplo apoio da sociedade francesa,⁶⁵⁰ o que lhe garantiu maior circulação das suas atividades,

⁶⁴⁷ CHIRIO, 2006, p. 83.

⁶⁴⁸ COMITÉ BRÉSIL POUR L'AMNISTIE. "Convocação". 4 páginas, datilografado. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁴⁹ "A penosa luta pelo passaporte". *Anistia* – órgão oficial do comitê brasileiro pela Anistia/RJ. n. 05, maio/junho, 1979. p. 39. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁵⁰ Comité Brésil Amnistie. "Pour l'Amnistie générale au Brésil". *Bulletin d'information*. n. 1, novembre 1975. p. 03. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

fazendo com que este comitê merecesse destaque entre os CBA's atuantes na Europa naquele momento.

De certa maneira, as ações do comitê de unificaram as forças favoráveis à anistia no Brasil. Muitos dos movimentos que participaram do apoio ao comitê já ofereciam solidariedade aos brasileiros de diferentes maneiras. Vimos que a CIMADE, por exemplo, teve um papel fundamental na recepção e instalação dos exilados, enquanto a Anistia Internacional se mostrou importante através dos seus relatórios anuais de denúncias que mencionavam o Brasil desde 1967.

Porém, a partir de 1972 o apoio da Anistia Internacional se tornou ainda mais evidente, com a publicação do “relatório sobre acusações de torturas no Brasil”, que procurou abranger os casos de tortura que ocorreram entre 1968 e 1972. Além de realizar uma análise verificando a caráter autoritário do regime brasileiro, o documento apresentou uma lista dos torturadores e lugares onde realizavam as torturas. Especial atenção foi conferida às denúncias contra delegado Sérgio Paranhos Fleury, denunciado por vários exilados.⁶⁵¹

Segundo Sean Macbride, que assinou o prefácio do relatório, este foi realizado com base em depoimentos e documentos coletados sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, haja vista que o governo brasileiro impediu a ação da AI no território nacional.⁶⁵² A exilada Anina de Carvalho, que participou da elaboração do relatório enquanto advogada, explica em seu relato como se deu o processo de coleta de depoimento e a utilidade deles para a colônia.

Trabalhei muito com a Anistia Internacional, inclusive fizemos aquele relatório sobre a tortura no Brasil, que custou muito esforço e que foi um bom trabalho. Durante dois anos e pouco – 71 a 73 – recebi toda a imprensa brasileira, e fiz um arquivo de presos políticos, 3000 fichas de processados. E foi muito útil porque os companheiros aqui precisavam provar que tinham processo político para pedir refúgio, usaram do meu arquivo. O arquivo também foi útil para a Anistia Internacional e às outras organizações internacionais, para listas de presos, levantamentos, etc.⁶⁵³

Mas além das denúncias, que já eram presentes em relatórios desde 1967, o “relatório sobre acusações de torturas no Brasil”, de 1972, se diferencia dos demais por ter acusado o

⁶⁵¹ AMNESTY INTERNATIONAL. *Rapport sur des accusations de torture au Brésil*. 1972. BDIC, Archives : F delta 1119(3). Recueil : Répression politique au Brésil.

⁶⁵² AMNESTY INTERNATIONAL. *Rapport sur des accusations de torture au Brésil*. 1972. p. 03-04. BDIC, Archives : F delta 1119(3). Recueil : Répression politique au Brésil. Documents : 1969-1986.

⁶⁵³ Depoimento de Anina de Carvalho. Sem data. In: CAVALCANTI e RAMOS, 1978, p. 62.

governo brasileiro de “institucionalizar” a tortura enquanto método de combate aos seus opositores.

Já falamos e escrevemos bastante sobre a tortura no Brasil, que não tem o monopólio da mesma. O que é preciso destacar aqui é que seu caráter institucional que faz com que todo um método de exercício do poder se organize em torno dela, sem outra justificativa além de manter esse tipo de regime. O que é mais grave é que no caso do regime atual não parece possível pensar à um retorno “proprio motu” desse poder ao respeito dos direitos do homem. A tortura no Brasil não é e nem pode ser o resultado de excessos individuais, e ela não é e tampouco pode ser o contragolpe exagerado de um terrorismo que se exerce contra um regime perdido e provocando o famoso “ciclo de violência”: a luta armada não existe mais no Brasil [grifo do documento].⁶⁵⁴

Um ponto interessante no trecho selecionado é o destaque conferido ao abandono da luta armada. Vimos que, segundo Daniel Aarão Reis Filho, havia um desacordo entre os exilados e a Anistia Internacional, haja vista que esta se posicionava de maneira contrária à luta armada. Com a desestruturação dos grupos armados no Brasil, esse desacordo foi sendo gradualmente resolvido, tanto que, após o relatório a repercussão do relatório de 1972, aumentou o número de exilados brasileiros que passaram a contribuir com depoimentos à AI.

Dessa forma, é nossa tese que a adesão da comunidade à luta pela anistia fortaleceu essa rede de solidariedade e expandiu o alcance de ação da Anistia Internacional. Esse fortalecimento ficou demonstrado com o considerável aumento do número de presos adotados pela Anistia Internacional: em 1975 a AI tinha 240 presos adotados, enquanto que em 1974, eles eram apenas 142.⁶⁵⁵

Além da CIMADE e da Anistia Internacional, o comitê recebeu apoio do Partido Socialista, do Partido Comunista Francês, do Movimento Internacional dos Juristas Católicos, entre outros movimentos. A quantidade e diversidade de fontes de apoio indica o engajamento de diversos setores políticos e sociais da sociedade de acolhida na campanha pela Anistia no

⁶⁵⁴ “On déjà beaucoup écrit et beaucoup parlé sur la torture au Brésil, qui hélas n’en détient pas le monopole. Ce qu’il convient de souligner ici c’est son caractère institutionnel qui fait que toute une méthode d’exercice du pouvoir s’organise autour d’elle sans autre justification que le maintien ce type de régime. C’est qui est plus grave, c’est que dans le cas du régime actuel il n’apparaît pas possible de penser à un retour “proprio motu” de ce pouvoir au respect de droits de l’homme. La torture au Brésil n’est pas et ne peut être le résultat de l’excès individuels, et elle n’est pas et ne peut pas être non plus le contre coup exaspéré d’un terrorisme s’exerçant contre un régime en perdition et provoquant le fameux “cycle de violence”: la lutte armée n’existe plus au Brésil”. AMNESTY INTERNATIONAL. *Rapport sur des accusations de torture au Brésil*. 1972. p. 84. BDIC, Archives : F delta 1119(3). Recueil : Répression politique au Brésil.

⁶⁵⁵ ROLLEMBERG, 1999, p. 250 e 252.

Brasil. De acordo com Maud Chirio, estudantes, trabalhadores, intelectuais políticos e militantes participaram das atividades desenvolvidas pelo Comitê Brasil pela Anistia de Paris.⁶⁵⁶

Segundo o ex-exilado Bona Garcia, que foi presidente do Comitê de Paris, representantes de todos os grupos e partidos brasileiros participaram do comitê: “lá reuniam todos os partidos, eram 18 grupos, partidos e grupos e tal. Tudo o que existia no Brasil existia lá”. Porém, também destaca que, após o período no Chile, os grupos de oposição que resistiam com as “sessões do exterior” começaram a deixar de existir, possibilitando uma militância mais individual. Segundo Bona, desde a Argélia ele procurou se desvincular a militância através dos grupos políticos.

Foi uma lição pra mim pro resto da vida. Foi que primeiro, eu comecei a pensar politicamente e agir comigo mesmo. Porque antes, quando você pertence a grupos fechados, você não tem identidade própria, tem identidade do grupo. E lá eu pensava de acordo com a minha cabeça e agia de acordo com a minha cabeça.⁶⁵⁷

Apesar disso, muitos exilados buscavam legitimizar a sua participação no comitê ao se afirmarem como “representantes” de determinadas organizações, que eram em realidade, já inexistentes.⁶⁵⁸ Gradualmente, os exilados aceitaram a extinção dos grupos armados, o que foi uma consequência da renovação estratégica e ideológica pela qual a esquerda passou na década de 1970. No exílio na França, não havia mais espaço para a defesa das táticas que levaram à formação dos grupos armados, principalmente após a criação do CBA, que passou a mobilizar os esforços da maioria absoluta dos exilados. A partir da sua criação, a defesa das propostas revolucionárias nas quais se baseavam as organizações foi perdendo legitimidade no seio da comunidade exilada.

Segundo Lizst Vieira, ex-militante de organizações armadas como COLINA Var-Palmares e VPR, que antes da França havia sido exilado em Cuba, no Chile e na Argentina:

⁶⁵⁶ CHIRIO, 2006, p. 82.

⁶⁵⁷ Entrevista com João Carlos Bona Garcia. Realizada em Porto Alegre-RS, 12 de março de 2008.

⁶⁵⁸ CHIRIO, 2004, p. 109.

a agenda do CBA era a luta pela democracia e pela anistia no Brasil. Não se discutia ali nenhum projeto revolucionário. Por isso, fiquei espantado quando, numa reunião realizada em uma igreja do *Quartier Latin*, um companheiro, que era novato, começou a falar de revolução camponesa. Falei alto, para ele ouvir: esse cara se enganou de igreja, está na igreja errada. O cara não gostou, mas a turma do deixa-disso restabeleceu a ordem.⁶⁵⁹

Os atores políticos apenas podem agir como tal ao terem as suas lutas reconhecidas, e apenas esse reconhecimento permitiria a circulação nas diferentes arenas políticas almejadas pelos militantes.⁶⁶⁰ Assim, o amplo incentivo que a luta pela anistia teve da sociedade francesa mostrou que essa nova “causa” foi um investimento que permitiu o trânsito nacional e internacional almejado pelos brasileiros. Diante disso, as demais “causas” perderam legitimidade na sociedade de acolhida e, conseqüentemente, na própria comunidade exilada.

Apesar disso, houve brasileiros que se mantiveram fechados com relação às suas opiniões políticas. A revista *Brasil Socialista*, criada em Paris em 1975 é resultado desse posicionamento restrito à defesa da organização revolucionário do proletariado. Para a revista, “a noção de revolução encerra em si a noção de violência, pois nenhuma classe abandona o poder a não ser pela força”.⁶⁶¹

Dessa forma, a *Brasil Socialista* se propunha a divulgar documentos produzidos pelo POC e outras organizações com as quais dialogava, além de defender o papel do militarismo na derrubada da ditadura e as suas estratégias de ação. Porém, diante da transformação da conjuntura, mesmo a *Brasil Socialista* passou a propor uma mudança de tática. Ao propor definir a luta política que defendia como uma luta de “resistência contra a ditadura”, na edição de maio de 1975, destacou a importância de “propugnar a luta pelos direitos democráticos”.⁶⁶²

Assim, partir de 1975 o posicionamento fechado em torno da construção do partido revolucionário e de outras estratégias de ação ligadas às práticas de oposição efetivadas por essa geração ainda no Brasil se mostrou cada vez mais raro. A anistia passou a ser debatida na maioria dos periódicos organizados por brasileiros no exílio. *Debate*, *Front Brésilien d'Informations* e *Campanha* passaram a considerar a campanha pela anistia como parte do

⁶⁵⁹ VIEIRA, 2008. p. 140.

⁶⁶⁰ REIS, 2007, p. 48-49.

⁶⁶¹ “As lições dos últimos tempos”. *Brasil Socialista*. Sem data. p. 05. BDIC, Archives : Fº delta 1120 (1) (7). Recueil : ORM-POC. Organização Revolucionária Marxista. Partido Operário Comunista. 1967 – 1971.

⁶⁶² ARAÚJO, 2000, p. 122.

combate em favor da classe proletária. De acordo com o primeiro texto publicado em *Campanha* em defesa da anistia:

a luta pela anistia é justa e nós devemos participar da sua orientação, não apenas no sentido puramente humanitário, mas também destacando o seu caráter político, como um aspecto do conjunto de lutas de levantamos, relacionando a luta pela anistia com as outras lutas por liberdade de organização, de expressão e por melhores condições de vida.⁶⁶³

Mais significativos do que as publicações dos exilados, foram os informativos que as próprias novas redes de solidariedade passaram a produzir em favor da campanha pela luta pela anistia. Entre tais publicações, se destaca o *Bulletin d'information* do Comitê Brasil pela Anistia em Paris e a publicação *France-Brésil*. A última era realizada pelo Comitê de Solidarité France-Brésil que, embora tenha surgido em 1972 com o objetivo de substituir e ampliar as ações do Comitê de Defesa dos Prisioneiros políticos, apenas em 1975 deu início à publicação regular do seu informativo. Os comitês *France-Brésil* e *Brésil pour l'Amnistie* se unem posteriormente com a publicação *Brésil Dossiers*.⁶⁶⁴

Além dessas publicações que almejavam certa regularidade, eventualmente, a rede de solidariedade que se uniu em torno da luta pela anistia produzia informativos que objetivavam denunciar os crimes cometidos pelos militares no Brasil. Foi o caso do documento intitulado “Nouvelle répression au Brésil”, produzido em 1976 pelo Comitê Brasil pela Anistia, pela Sessão Francesa da Anistia Internacional, pelo comitê France-Brésil e pela organização “Justice et Paix.”.⁶⁶⁵ Por fim, convém destacar as publicações organizadas independentemente por cada movimento que oferecia apoio ao Comitê Brasil pela Anistia. Os já mencionados relatórios anuais da Anistia Internacional, bem como o informativo produzido pela CIMADE intitulado *CIMADE Information*, também se destacam entre as publicações produzidas por essa rede de solidariedade.

⁶⁶³ “Comitê unitário Brasil”. *Campanha*. n. 23, 15 de maio de 1975. p. 06. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁶⁶⁴ COMITÉ BRÉSIL AMNISTIE, COMITÉ FRANCE-BRÉSIL. *Brésil Dossiers*. Octobre 1978. BDIC, Archives : F Delta 1119(3). Recueil : Répression politique au Brésil. Documents: 1969-1986.

⁶⁶⁵ AMNESTY INTERNATIONAL – Section Française; CIMADE; COMITÉ BRÉSIL-AMNISTIE, COMITÉ FRANCE-BRÉSIL, JUSTICE ET PAIX. *Nouvelle répression au Brésil*. São Paulo – Décembre 1976. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3). Recueil : Répression politique au Brésil. Documents: 1969-1986.

Com o objetivo de ampliar a rede de solidariedade na Europa e, sobretudo, na França, todas essas publicações eram realizadas em francês. Esperava-se, dessa, forma dar início a um grande movimento pela anistia geral no Brasil, que favorecesse os prisioneiros e condenados políticos, bem como os exilados e os banidos.⁶⁶⁶ Sendo assim, era oferecido destaque às manifestações de apoio e solidariedade oferecidos à campanha, tanto na Europa quanto no Brasil. Foi destacado, por exemplo, o apoio da Igreja Católica,⁶⁶⁷ de setores populares e organizações civis no plano interno brasileiro e a repercussão da campanha nos periódicos europeus.⁶⁶⁸

Além de ampliar os contatos e o apoio à luta pela anistia, as publicações também tinham espaço para a denúncia das arbitrariedades cometidas pelos militares no Brasil. Assim, acusavam o caráter autoritário das prisões políticas, os assassinatos e os desaparecidos políticos,⁶⁶⁹ como fizeram todas as publicações organizadas e/ou apoiadas por exilados até então. Críticas ao modelo econômico do regime militar⁶⁷⁰ e denúncias de corrupção⁶⁷¹ também eram comuns nas publicações editadas pelas organizações de solidariedade aos exilados brasileiros que defendiam a anistia.

Foi conferido ainda espaço privilegiado às denúncias sobre os aspectos autoritários do governo Geisel, visando revelar os esforços do seu governo em esconder a continuidade da repressão durante o processo de abertura. Dessa forma, foi amplamente divulgado o assassinato do jornalista Vladimir Herzog⁶⁷² e inúmeras outras arbitrariedades cometidas

⁶⁶⁶ COMITÉ BRÉSIL AMNISTIE. “Pour l’Amnistie générale au Brésil”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembre 1975. p. 03. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁶⁷ “L’Église pour l’Amnistie”. *Brésil dossiers*. v. 02, Avril, 1976. p. 24-42. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3). Recueil : Répression politique au Brésil. Documents: 1969-1986.

⁶⁶⁸ COMITÉ BRÉSIL AMNISTIE. “Répercussions en Europe de la campagne pour l’amnistie générale politique au Brésil”. “Pour l’Amnistie générale au Brésil”. *Bulletin d’information*. n. 1, novembre 1975. p. 05-07. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁶⁹ Cartas de presos políticos eram constantemente publicadas pelo comitê com esse objetivo. COMITÉ BRÉSIL AMNISTIE. “Deux lettres des emprisonnés politiques d’Itamaraca”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembre 1975. p. 23. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁷⁰ “Les multinationales et le modèle brésilien”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 18 mai 1976. n. 09, p. 12. BDIC, Archives : 8p 7098. Recueil : Comité France-Brésil.

⁶⁷¹ “Corruption en liberté”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 27 janvier 1976. n. 6. p. 06-08. BDIC, Archives : 8p 7098. Recueil : Comité France-Brésil.

⁶⁷² Sobre o caso Herzog, se destaca o relatório anual de 1975-1976 da Anistia Internacional, bem com as demais reportagens realizadas em outras publicações. Cf.: COMITÉ BRÉSIL AMNISTIE. “L’assassinat de Vladimir Herzog, journaliste à São Paulo, provoque une vague d’indignation dans tout le pays”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembre 1975. p. 19-30. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

pelos militares durante o governo Geisel. O CBA de Paris acusava o governo de tentar “reprimir sem deixar cair a máscara da abertura”,⁶⁷³ enquanto a Anistia Internacional destacava diversas ações de repressão efetuadas durante o governo Geisel.⁶⁷⁴

A quantidade de matérias sobre a visita oficial do presidente Geisel na França, em 1976, indica que essa rede de solidariedade, sobretudo o comitê de solidariedade Brasil-França, estava decidida a expor o caráter repressivo do processo de abertura. Em geral, procurava responsabilizar Geisel pela continuidade da repressão mesmo após ter anunciado a abertura política e pressionar o governo Francês para que sua visita não fosse aceita.⁶⁷⁵ Etienne Bloch, no editorial da oitava edição do boletim do comitê France-Brésil fez questão de destacar que Geisel não havia sido democraticamente eleito, desmentindo assim a imagem “democrática” que Geisel procurava transmitir sobre o seu governo.⁶⁷⁶

Todas as denúncias realizadas pelos comitês visavam sensibilizar a sociedade francesa e europeia em favor da campanha pela anistia e os direitos dos exilados. Assim, à medida que a campanha de denúncia surtia efeito, os CBA’s e todas as organizações que os apoiavam passaram também a fazer reivindicações de direitos ligados à anistia. Dentre tais reivindicações, merece destaque a campanha pelo passaporte e pelos registros dos filhos dos exilados. Meios legais – tais como um mandato de segurança – eram sugeridos pelos CBA’s como estratégias de ação para se alcançar um resposta para tais reivindicações.⁶⁷⁷ O comitê também ofereceu solidariedade aos exilados nesse sentido, ao oferecer apoio jurídico.⁶⁷⁸ Entretanto, entendia-se que essas reivindicações não teriam qualquer validade caso a anistia ampla geral e irrestrita não fosse alcançada.

⁶⁷³ Comissão de Presos Políticos. CBA de Paris. Roma, 28 de julho de 1979. p. 02. Datilografado. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

⁶⁷⁴ AMNESTY INTERNATIONAL. New wave of arrests, disappearances and torture in Brazil makes mockery of “economic miracle”. June 21, 1975. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

⁶⁷⁵ “La venue d’E. Geisel en Europe”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 08 mars 1976. n. 07, p. 18. BDIC, Archives : 8p 7098. Recueil : Comité France-Brésil.

⁶⁷⁶ BLOCH, Etienne. “Editorial”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 16 avril 1976. n. 08, p. 03-04. BDIC, Archives : 8p 7098. Recueil : Comité France-Brésil.

⁶⁷⁷ “A penosa luta pelo passaporte”. *Anistia – órgão oficial do comitê brasileiro pela Anistia/RJ*. n. 05, maio/junho, 1979. p. 39. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁷⁸ “A campanha pelo passaporte e pela Anistia”. Projeto de editorial de *Cadernos de Campanha* n. 9. 6 folhas datilografadas. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

Com efeito, as reivindicações do Comitê Brasil pela Anistia de Paris ganharam ainda mais visibilidade quando a colaboração entre os diferentes comitês pela Anistia no Brasil que existiam em diversos países europeus se concretizou com o “Congresso Internacional pela Anistia”, realizado em Roma, em julho de 1979.⁶⁷⁹ O congresso foi uma espécie de continuação de uma importante iniciativa efetuada anteriormente, o Tribunal Bertrand Russel II, realizado em diferentes cidades europeias.

O Tribunal Bertrand Russel II foi uma iniciativa de Lelio Basso, senador italiano do Partido Socialista Independente, e foi dividida em três etapas: em 1974 em Roma, em janeiro de 1975 em Bruxelas e, por fim, novamente em Roma, em 1976. Foi inspirado no Tribunal Bertrand Russel, que ocorreu em Londres, em 1966, com o objetivo de julgar os crimes cometidos pelos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã. A segunda edição do tribunal a princípio tinha o Brasil como foco, mas posteriormente procurou julgar também as demais ditaduras latino-americanas.⁶⁸⁰ Foram julgadas ditaduras então no poder nos seguintes países: “Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai”.⁶⁸¹ O júri foi composto por juristas, intelectuais e personalidades de diferentes países, e contou com vários refugiados como testemunhas de acusação. O objetivo principal do Tribunal era denunciar as violações dos direitos humanos cometidas pelos militares na América Latina.⁶⁸²

O Tribunal teve um importante papel de denúncia, e embora tenha sido realizado na Itália, contou com a participação de exilados brasileiros na França como testemunhas de acusação, e também obteve o apoio de personalidades francesas que já ofereciam solidariedade aos brasileiros no território francês. Entre eles, podemos destacar importantes membros da CIMADE, como Andres Jacques, que participava do “Comitê francês de apoio ao Tribunal Russel II”.⁶⁸³ Além do comitê francês de apoio ao Tribunal, todos os outros

⁶⁷⁹ “Conferência Internacional pela Anistia”. *Anistia* – órgão oficial do Comitê Brasil pela Anistia/RJ, n. 5, Maio/junho/julho, 1979, p. 8. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

⁶⁸⁰ ROLLEMBERG, 1999, p. 233.

⁶⁸¹ TRIBUNALLE RUSSEL II SULL’AMERICA LATINA. *Conclusions du Tribunal Russel II sur la répression en Amérique Latine*. Appel : communiqué de presse. BDIC, Archives : F Delta 2119. Recueil : Amérique Latine : Droits de l’homme. Documents: 1976-1994.

⁶⁸² COMITÉ DE SOLIDARITÉ FRANCE-BRÉSIL. “Tribunal Russel II”. *Bulletin du Comité France-Brésil* . n. 07, 08 de março de 1976. BDIC, Archives : 8p 7098. Recueil : Comité France-Brésil.

⁶⁸³ COMITÉ DE SOUTIEN FRANÇAIS AU TRIBUNAL RUSSELL. “Brésil : Dossier sur les prisonniers politiques disparus” 2B2/5. Cf.: Documentos reproduzidos na obra *Le Brésil des gouvernements militaires*. Referência: SANTOS; ROLLAND, 2008b, p. 252-256.

grupos e redes voltados para a questão brasileira na França procuraram demonstrar solidariedade a essa iniciativa, tais como a Anistia Internacional.

Além de prejudicar a imagem do regime na Europa, esperava-se que iniciativas tais como o Congresso Internacional pela Anistia e o Tribunal Bertrand Russel II, bem como os informativos, contribuíssem para ampliar o apoio à campanha pela Anistia e diversificar as ações de combate ao regime militar no exterior, que até então, se concentrava nas atividades de denúncia. Segundo o primeiro boletim do Comitê Brasil pela Anistia.

O COMITÊ BRASIL PELA ANISTIA está certo de que a opinião pública francesa e europeia em geral responderá ativamente ao seu apelo para constituir um largo movimento de solidariedade à luta pela Anistia no Brasil. Nessa ótica, diferentes iniciativas podem se desenvolver: criação de comitês pela anistia em todos os países da Europa, coletas de assinaturas que serão enviadas para apoiar a campanha pela anistia no Brasil, telegramas e abaixo-assinados às embaixadas e autoridades, deputados, senadores, organizações jurídicas, religiosas e humanitárias do Brasil. Estes são alguns exemplos de ações concretas que podem ser realizadas.⁶⁸⁴

De fato, com a luta pela anistia, as ações de oposição dos exilados brasileiros se diversificaram. Além das reuniões regulares com os refugiados, para discutir as perspectivas de retorno e das publicações, foram realizados conferências e debates,⁶⁸⁵ bem como eventos, festas e exposições que tinham como objetivo sensibilizar a sociedade francesa a favor dos refugiados brasileiros. Também com o objetivo de prejudicar a imagem do regime no exterior e, conseqüentemente, pressionar o governo em favor da conclusão da abertura política, foram realizadas inúmeras passeatas em favor da anistia e pelo fim da ditadura, bem como abaixo-assinados em favor da libertação de presos políticos. Vale a pena destacar ainda que formas

⁶⁸⁴ “Le comité BRESIL POUR L’AMNISTIE est certain que l’opinion publique française et européenne en general repondra activement à son appel pour constituer un large mouvement de solidarité à la lutte pour l’amnistie au Brésil. Dans cette optique, différents initiatives pourront se développer: création de comités pour l’amnistie dans tous les pays d’Europe, collecte de signatures qui seront envoyée pour soutenir la campagne menée au Brésil, télégrames et pétitions aux ambassades et autorités, députés, sénateurs, organisations juridiques, religieuses, humanitaires du Brésil. Ce sont quelque exemples d’actions concrètes qui peuvent d’ores et déjà être entreprise”. COMITÉ BRÉSIL AMNISTIE. “Pour l’Amnistie générale au Brésil”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembre 1975. p. 03-04 BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁸⁵ “Comité de solidarité France-Brésil organise un débat sur la situation au Brésil, jeudi, 22 avril à 12:30 à L’Université Paris VII (métro Jussieu)”. *Brésil, ça bouge*. Avril 1976. Numéro spécial pour la venue de Geisel. p. 02. BDIC, Archives : F Delta 1120 (7). Recueil : Opposition politique (à l’étranger) contre le gouvernement brésilien. Documents divers [Lieux divers]: 1968-1979.

de mobilização até então totalmente novas para a comunidade brasileira exilada em Paris passaram a ser adotadas, tais como a greve de fome coletiva, segundo Bona Garcia.⁶⁸⁶

O recurso à greve de fome pelos brasileiros se inscreve dentro do contexto de renovação de formas de atuação política pela qual passava a esquerda francesa no início da década de 1970. Conforme vimos, essa forma de ação foi adotada por militantes da extrema-esquerda francesa, e se popularizou principalmente entre os migrantes ilegais e a população carcerária.⁶⁸⁷ Ao serem acolhidos como refugiados, os brasileiros, como todos os migrantes, tinham um repertório de ação limitado pela legislação internacional sobre refúgio político. Assim, renovaram os recursos de luta ao importarem do convívio com as demais comunidades de migrantes na França naquele momento, a utilização do corpo como forma de manifestação política tal como fazia os grupos mencionados.

Além da renovação das formas de atuação política, os brasileiros no exterior inseriram uma série de novos temas aos seus combates políticos. Além da luta pela anistia, entre as renovações temáticas pelas quais a esquerda passou no exílio, talvez o feminismo seja a mais notável. Vimos no capítulo anterior que no Chile as exiladas organizaram o “Comitê de mulheres brasileiras no exterior” – também chamado “Comitê de mulheres brasileiras no Chile” –, que durou pouco tempo devido ao golpe. Zuleika Alambert, que organizou o comitê no Chile, partiu para a França após o golpe, assim como centenas de exilados que ainda estavam na América do Sul. Apesar de ser ativa em “grupos de mulheres” mesmo antes da partida para o exílio, afirma que foi na Europa que sua militância política passou para uma ótima de fato feminista.

Aí começo a sentir a minha própria condição. Começo uma reavaliação de toda a minha trajetória. Porque comecei por um conhecimento político, não sabendo interpretar muito bem as dificuldades que encontrava nesta trajetória, as razões destas dificuldades. Com a minha chegada à Europa, começo a perceber, pelos debates que então se travam, que há alguma coisa que me tinha sido levada até então. Eu só vim a me dar conta disso realmente na Europa!⁶⁸⁸

⁶⁸⁶ Cf.: Entrevista com João Carlos Bona Garcia. Realizada em Porto Alegre-RS, 12 de março de 2008. Vale destacar que, no Brasil, esse recurso passou a ser utilizado no mesmo período por prisioneiros políticos. Cf.: “Itamaraca, 06 octobre 1975. Déroulement de la grève de la faim des prisonniers politiques à Itamaracá”. In: COMITE BRESIL AMNISTIE. “Pour l’Amnistie générale au Brésil”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembre 1975. p. 25. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁶⁸⁷ SIMÉANT, 1998, p. 281 e p. 287.

⁶⁸⁸ Depoimento de Zuleika Alembert. Dezembro de 1978. In: COSTA, et al., 1980, p. 62.

De acordo com Zuleika, os grupos nos quais atuou no Brasil e no Chile não discutiam a condição feminina na sociedade, tampouco questões como o aborto e os métodos contraceptivos. Como vimos, no Brasil eram grupos que procuravam integrar as mulheres no mercado de trabalho, enquanto no Chile a militância era totalmente vinculada às ações e concepções das organizações armadas. Na França, isso mudou, segundo os relatos das muitas ex-exiladas.⁶⁸⁹ Nos relatos, especial importância é atribuída à Europa, em particular à França, na tomara de consciência sobre estas questões.

Muitas exiladas, tais como Ana Maria, destacam o quanto as obras de Simone de Beauvoir marcaram as suas trajetórias políticas.⁶⁹⁰ Beauvoir, além de ter sido uma das intelectuais precursoras do movimento feminista, foi uma das personalidades francesas solidárias às lutas dos exilados brasileiros na França, como já vimos anteriormente. O seu contato com a comunidade brasileira exilada, bem como o alcance das suas obras e de outras feministas, além do próprio contato com as ações do movimento feminista francês, parece ter sido fundamental para que as brasileiras tomassem um novo posicionamento.

Esse novo posicionamento partia da reflexão acerca dos prejuízos impostos pela sociedade às mulheres. Segundo Cristina Wolff, antes do exílio a condição feminina não era debatida em si. Como eram militantes nas organizações armadas ao lado dos homens, muitas mulheres não sentiam prejuízo pelo gênero, haja vista que apenas o fato de participarem da luta armada já significava uma “transgressão ao que era designado como próprio do sexo feminino”.⁶⁹¹

Entretanto, após o exílio muitas delas passaram a se dar conta de que a convivência com o companheiro da organização era baseada em uma “cultura machista”, haja vista que mesmo entre casais de militantes, as tarefas domésticas ainda eram destinadas à mulher. Também chegaram à conclusão de que a própria estrutura das organizações armadas

⁶⁸⁹ Os relatos utilizados para abordar a questão do feminismo entre as exiladas foi extraída da coletânea “Memória de mulheres no exílio”, organizado por brasileiras então exiladas na França, e lançado em 1980. A obra se propõe a dar continuidade à primeira coletânea de memórias de exilados, intitulada “*Memórias do exílio: Brasil 1964/19??*”, que contava majoritariamente com depoimentos de homens e foi lançada em 1978. Por sua vez, “Memória de mulheres no exílio”, foi lançada em 1980 e foi um resultado da mudança de perspectiva das exiladas na exílio. Ambas são um esforço dos exilados para se afirmarem enquanto agentes políticos e acabaram fazendo parte da “guerra da memória” que passou a existir após o fim do regime militar. Sobre a “guerra da memória, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, 2003.

⁶⁹⁰ Depoimento de Ana Maria. Setembro de 1977. In: COSTA, et al., 1980, p. 299.

⁶⁹¹ MORAES, Maria Lygia Quartim de. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI; REIS FILHO, 2007, p.345.

privilegiava os homens, que recebiam as tarefas e os cargos mais importantes. Foi a partir dos debates possibilitados pelas redes nas quais se inseriram no exílio que as exiladas perceberam a condição submissa imposta às mulheres na sociedade, e de como essa condição as atingia, mesmo enquanto militantes de organizações de esquerda.⁶⁹²

Como resultado desse reposicionamento, surgiram as primeiras organizações feministas de brasileiras. Entre os primeiro grupos, destacamos o grupo responsável pelo periódico “Nosotras”. O grupo era organizado por Danda Padro, filha de Caio Padro Júnior, exilada em 1970 na França após a prisão do seu pai. Após ver alguns cartazes que divulgavam reuniões de grupos feministas franceses, procurou estabelecer contato com o movimento e, através desse contato, conheceu Simone de Beauvoir. Influenciada pelo movimento feminista francês, Danda Padro procurou reunir quinzenalmente mulheres brasileiras e latino-americanas no subsolo de um café parisiense.⁶⁹³

As discussões do grupo animavam o periódico “Nosotras”, publicado em português a partir de janeiro de 1974, e organizado por Danda Padro, Mariza Figueiredo e Clélia Pizza. A influência e a conexão com o movimento feminista francês se tornaram evidentes através das referências aos textos e das ações com o movimento francês. Além da conexão com as militantes francesas, o grupo procurou manter uma ampla rede internacional de contatos feministas. Segundo Joana Maria Pedro, a edição de periódicos feministas com nomes semelhantes em diversos países a partir da década de 1970, tais como Itália e Brasil, demonstra que o grupo obteve sucesso na busca por uma solidariedade internacional.⁶⁹⁴

Assim, as redes transnacionais se tornaram o principal incentivo para que muitas brasileiras aderissem ao movimento feminista. Porém, é importante destacar que, até 1975, as brasileiras que aderiram ao movimento possuíam um elevado nível intelectual e haviam sido influenciadas pelas produções intelectuais feministas, tanto europeias quanto norte-americanas.⁶⁹⁵

Entretanto, a partir de 1975, o perfil das brasileiras adeptas do feminismo mudou drasticamente com a adesão das militantes dos grupos de esquerda armados. Muitas delas haviam acabado de chegar à França após o golpe no Chile; assim, se viram inseridas em

⁶⁹² WOLFF, Cristina Scheibe. Féminisme et lutte armée : un regard à partir de L'exil. In: SANTOS; ROLLAND, 2008a, p. 163.

⁶⁹³ PEDRO, 2008a, p. 265-266.

⁶⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁵ Idem, p. 262.

outras redes e em outro contexto que as colocaram em contato com o movimento feminista europeu. De acordo com a ex-exilada Ângela Xavier de Britto, as mulheres se inseriram na sociedade francesa mais rapidamente dos que os homens. Segundo a ex-militante, os homens apenas se ocupavam das atividades políticas, enquanto as mulheres procuravam também trabalhar, manter a casa, o que permitiu que a socialização delas fosse mais rápida.⁶⁹⁶ Além disso, em 1975 a ONU estabeleceu que aquele seria o “ano internacional da mulher” e o início da década da mulher, o que incentivou sobremaneira os movimentos feministas entre as brasileiras.⁶⁹⁷

O “Círculo das mulheres brasileiras em Paris” foi a primeira grande expressão dessa nova etapa vivenciada pelas exiladas brasileiras. Foi criado por militantes do grupo *Campanha* entre 1975 e 1976 e também contou com a participação de militantes do MR-8 e do PCB.⁶⁹⁸ Não tinha, portanto, vinculação com o grupo de Danda Padro. Entretanto, assim como *Nosotras*, o círculo desde a sua apresentação enquanto grupo a vários outros periódicos da esquerda procurou destacar essa vinculação internacional.

Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França que, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos “nobres” papéis que nos foram atribuídos — doméstica/esposa/mãe; mas no conjunto de nossas atividades e na nossa personalidade.⁶⁹⁹

O grupo realizava reuniões mensais na Maison du Brésil⁷⁰⁰ e publicava uma periódico intitulado *Agora é que são elas*, lançado em 1975. Embora o Círculo tivesse como proposta debater questões sobre a emancipação da mulher e manter autonomia dos demais agrupamentos políticos da esquerda, a sua atuação foi muito mais voltada para a defesa da

⁶⁹⁶ Entrevista com Ângela Xavier de Brito. Paris, primeiro de dezembro de 2009. Não gravada.

⁶⁹⁷ PEDRO, 2008a, p. 266.

⁶⁹⁸ PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Círculo de mulheres brasileiras em Paris: feminismo tropical em Paris*. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007, p. 64.

⁶⁹⁹ Documento “enviado a vários jornais: *Opinião, Movimento, Brasil-Mulher, Nós Mulheres*”. Paris, 17 dez. 1976. Assinado por: Círculo de Mulheres Brasileiras. Librarie Harmattan 18, rue des Quatre-vents 75006 – Paris. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), Archives : F delta 1120(11). Recueil : Brésiliennes en France. Documents. Paris: Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, 1976-1978.

⁷⁰⁰ *A Maison du Brésil* é uma residência universitária Franco-Brasileira, localizada na Cidade Universitária de Paris e fundada em 1959. A casa é destinada a pesquisadores em intercâmbio de estudos na França, e considerada um polo cultura brasileiro em Paris. Durante a ditadura militar, foi o palco de reuniões e diversas outras manifestações políticas e culturais da colônia brasileira em Paris.

anistia e a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura.⁷⁰¹ Segundo o relato de uma das fundadoras do Círculo, Regina de Carvalho, publicado no informativo do Comitê Brasil pela Anistia do Rio de Janeiro, a luta das mulheres não podia se desvincular da luta de classes: “continuo pensando que a libertação da mulher só se dará dentro da luta geral de todos os oprimidos e explorados por uma nova sociedade”.⁷⁰²

Esse posicionamento e o silêncio nos informativos oficiais do Comitê sobre as críticas às discriminações sexuais que os próprios grupos armados faziam, foi o preço que o Comitê pagou pelo apoio do *Front Brésilien d'Informations* e do grupo *Campanha*.⁷⁰³ Esse preço não foi pago pelo grupo *Nosotras*, que rompeu com o *Front* ao se recusar a deixar temas como o aborto, o divórcio e contracepção em segundo plano, em benefício das plataformas de ação dos demais agrupamentos dos exilados. Como resposta, sofreu boicotes e ameaças que resultaram na diminuição do número de participantes do grupo.⁷⁰⁴

De qualquer forma, os contatos que ambos os grupos estabeleceram com o Brasil foram imprescindíveis para que o feminismo chegasse ao Brasil, expandindo dessa forma, o alcance da influência internacional do movimento feminista francês. Como resultado da circulação internacional de militantes, que trouxeram ao Brasil novas leituras e novas experiências, em 1975 começaram a emergir diversos grupos feministas nas principais capitais brasileiras. Para Regina de Carvalho, esse contato foi um dos diferenciais dos movimentos feministas de exiladas em Paris.⁷⁰⁵ Com efeito, entre os grupos emergentes no Brasil em 1975, podemos destacar o grupo ligado ao periódico *Brasil mulher*, de Londrina, e o Centro da Mulher Brasileira (CMB), do Rio de Janeiro, entre outros que procuraram discutir os direitos das mulheres, além da anistia e do combate à ditadura.⁷⁰⁶

Portanto, embora esses grupos influenciados pelo feminismo também compreendessem que a luta pela igualdade sexual enquanto “parte de uma luta maior”, também estavam presentes entre as suas reivindicações, a luta por direito a creches, a salários

⁷⁰¹ PEDRO, 2008a, p. 270.

⁷⁰² CARVALHO, Regina. “*Evitando um novo exílio*”. Anistia – órgão oficial do Comitê Brasil pela Anistia/RJ, n. 5, Maio/junho/julho, 1979, p. 40. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁷⁰³ “Declaração política das mulheres do Campanha”. Dossiê. *Cadernos de Campanha*. n. 11, 1979. p. 03 e 04. BDIC, Archives : 4 p 11310. Recueil : Campanha (Fr).

⁷⁰⁴ PEDRO, 2008a, p. 265.

⁷⁰⁵ CARVALHO, Regina. “*Evitando um novo exílio*”. Anistia – órgão oficial do Comitê Brasil pela Anistia/RJ, n. 5, Maio/junho/julho, 1979, p. 40. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁷⁰⁶ PEDRO, op. cit., p. 266-268.

mais justos, entre outros. Assim, percebe-se que, a partir do feminismo e da luta pela anistia, a esquerda passou a se voltar para a luta por direitos individuais, tais como o direito ao passaporte, o registro dos filhos e os direitos das mulheres. Percebe-se que, embora muitos militantes procurassem vincular estas lutas às lutas de classe, gradualmente passaram a dar atenção às lutas por direitos individuais, que encontravam força no discurso em favor dos direitos humanos.

De acordo com Maud Chirio, o tema dos direitos humanos no contexto do combate à ditadura não surgiu no exílio, mas sim nas primeiras denúncias sobre as prisões e os casos de tortura no Brasil.⁷⁰⁷ Entretanto, em seu relato, Daniel Aarão Reis Filho destaca que esse tema foi em realidade abordado pelas organizações internacionais que se opunham à ditadura militar brasileira, e não pelos militantes de esquerda brasileiros. Segundo o historiador e ex-militante, a esquerda atribuía os direitos à tradição liberal e não à tradição socialista, e essa era a razão do desprezo.⁷⁰⁸ Conforme vimos, a relação da esquerda em geral com a temática dos direitos Humanos é ambígua, inclusive na França.

Apesar dessa resistência por parte da esquerda brasileira, as principais organizações internacionais que ofereceram solidariedade aos brasileiros fizeram com que a defesa dos direitos humanos no Brasil se tornasse a sua principal bandeira na campanha contra a ditadura brasileira. Foi o caso do Comitê France-Brésil, da Anistia Internacional e da CIMADE, mas, sobretudo, das organizações compostas por advogados, tais como o Movimento internacional de Juristas católicos e a Associação Francesa/internacional de juristas democráticos. Nas publicações que se destinavam às denúncias dos crimes cometidos pelos militares brasileiros, era destacado que estas se tratavam de “violações dos direitos humanos”.⁷⁰⁹ Além das publicações, a violação dos direitos humanos também era destacadas nos eventos organizados pelas organizações internacionais, tais como o Tribunal Bertrand Russel II. Segundo Chirio, acreditava-se que, ao privilegiar a bandeira dos direitos humanos em detrimento da bandeira de defesa da classe trabalhadora, seria possível ampliar a solidariedade internacional aos brasileiros.⁷¹⁰

⁷⁰⁷ CHIRIO, 2004, p. 104.

⁷⁰⁸ Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho. Realizada em Paris, 22 de fevereiro de 2010. Não gravada.

⁷⁰⁹ Como exemplo, podemos citar o documento produzido pelo Movimento internacional de Juristas católicos em 1977, intitulado “La situation des droits de l’homme au Brésil”, Paris, Février, 1977. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3). Recueil : Répression politique au Brésil. Documents : 1969-1986.

⁷¹⁰ CHIRIO, op. cit., p. 104-105.

Essa resistência da esquerda brasileira exilada à adesão aos direitos humanos mencionada por Daniel Aarão Reis Filho pode ser notada através da ausência de textos sobre a questão em publicações organizadas exclusivamente por exilados, tais como *Campanha*. Por outro lado, a revista marxista *Debate* publicou em 1975 um texto no qual falava em “direitos individuais”, recusando o uso do termo “direitos humanos” ou “direitos do homem”, e destacava que a luta por tais direitos se inseria na luta pela anistia e pela democracia.⁷¹¹

Segundo Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, a ideia do “direito a ter direitos” está intimamente conectada com o processo de democratização brasileiro.⁷¹² Direitos que passaram a ser defendidos pela esquerda exilada, tais como os direitos das mulheres e, principalmente, os direitos vinculados à anistia, deveriam ser defendidos dentro da luta por “liberdades democráticas”, segundo o periódico *Campanha*⁷¹³ e militantes do MR-8, conforme uma publicação por eles assinada⁷¹⁴ em abril de 1978.

Assim, pode-se afirmar que o debate em torno da luta por direitos fez com que a democracia fosse incluída entre os principais novos temas abordados pela esquerda no fim da década de 1970, inclusive pela esquerda exilada. Segundo Maria Paula do Nascimento Araújo, no Brasil a esquerda se dividiu em dois blocos: o “Bloco pelas liberdades democráticas”, do qual fazia parte o MR-8, assim como o PCB, o PCdoB e outras organizações, entre elas, algumas organizações trotskistas. Este bloco, além de procurar denunciar as arbitrariedades cometidas pelos militares no Brasil, se esforçou nas reivindicações de direitos negados pela ditadura. Assim, ao levantar a bandeira das liberdades democráticas, era destacado o contexto de exceção imposto pelo regime militar e o caráter de resistência da luta. No outro extremo, se encontrava o bloco que se opunha a esse grupo, o acusando de defender uma proposta reformista.⁷¹⁵

De acordo com Denise Rollemberg, no exílio, a esquerda ultrapassou o conceito de democracia proletária predominante defendida entre as organizações leninistas durante a

⁷¹¹ CADERNOS DO CEAS. “Direitos individuais, autoritarismo e marginalização”. *Debate*. n. 19. Agosto, 1975. p. 18. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁷¹² SANTOS, Boaventura de Sousa, AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p. 56.

⁷¹³ “Comitê Unitário Brasil”. *Campanha*. n. 23, 15 de maio de 1975, p. 06. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

⁷¹⁴ MR-8. “Algumas questões sobre a anistia”. Datilografado. p. 06. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

⁷¹⁵ ARAÚJO, 2000, p. 124-125.

década de 1960 e começou a elaborar novos conceitos.⁷¹⁶ Esses novos conceitos, segundo Daniel Aarão Reis Filho, buscavam sustentar a ideia de que o conceito de “democracia deles era diferente”.⁷¹⁷ Em realidade, eles buscavam um afastamento do conceito liberal de democracia, que busca um equilíbrio entre o sistema democrático e o modo de produção capitalista. Com efeito, três conceitos de democracia foram discutidos pela esquerda brasileira exilada, sendo que eles foram melhor abordados pela revista *Debate*, de acordo com Denise Rollemberg. São eles: o conceito que identifica a democracia com direitos jurídicos, o conceito que entendia a democracia como um “meio” para se chegar ao socialismo e, por fim, a reafirmação a democracia proletária como a melhor expressão da democracia.⁷¹⁸

A primeira perspectiva se tornou predominante entre os exilados brasileiros. Ela foi discutida pela primeira vez em *Debate* no seu projeto de plataforma política, lançado em 1973. De acordo com essa perspectiva, a “luta democrática contra a ditadura” se basearia na luta pela conquista dos direitos civis que haviam sido suspensos pelos militares, com destaque para o direito de organização política. Dessa forma, defendia-se a união da sociedade em geral em torno desta luta que, após a vitória, abriria caminho para o socialismo.⁷¹⁹

O segundo conceito, por sua vez, foi apresentado em diversos artigos de *Debate*, dentre os quais merece destaque o de Márcia Brandão e Thiago de Lima, intitulado “A esquerda e a democracia”. No artigo, os autores se esforçam em defender a posição de que a democracia não deveria ser vista como uma condição para o alcance do socialismo, mas sim como apenas um dos caminhos possíveis para se chegar a esse objetivo.⁷²⁰ Diversos outros artigos se concentram na questão das liberdades limitadas pelo socialismo e se baseavam em Gramsci para argumentar que as liberdades eram limitadas apenas em regimes socialistas cujas sociedades civis não eram bem estruturadas.⁷²¹ Esse conceito de democracia, portanto, se baseava na defesa que muitos militantes passaram a fazer ao socialismo após o conhecimento do autoritarismo existente em países do Leste Europeu, principalmente. Assim, era uma crítica também a João Quartim de Moraes que, sob o pseudônimo de Fernando

⁷¹⁶ ROLLEMBERG, 2007, p. 308.

⁷¹⁷ Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho. Realizada em Paris, 22 de fevereiro de 2010. Não gravada.

⁷¹⁸ ROLLEMBERG, op. cit., p. 311.

⁷¹⁹ “Projeto de plataforma política”. *Debate*. n. 12, abril, 1973, p. 08. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁷²⁰ BRANDÃO, Márcia; LIMDA, Thiago de. “A esquerda e a democracia”. *Debate*. n. 29, maio de 1978, p. 13.

⁷²¹ ROLLEMBERG, op. cit., p. 309-310.

Andrade, havia defendido no artigo intitulado “A democracia revolucionária” que “a democracia não é uma etapa, mas uma condição necessária para o socialista”.⁷²²

O último conceito identificado por Denise Rollemberg, por fim, se alinhava ao segundo ao defender que a chegada ao socialismo pelo caminho democrático não poderia ser universalizada. De acordo com esse conceito, a ditadura proletária – ou a democracia proletária – seria a responsável pelo sentido universal da democracia.⁷²³

Apesar das diferentes formas de interpretação da democracia, o fato é que gradualmente ela passou não apenas a ser aceita pela esquerda revolucionária como também se tornou a principal base das suas lutas, tanto no Brasil quanto no exterior. Isso ocorreu na medida em que a democracia passou a ser imposta como um valor universal, fazendo com que a legitimidade de todo tipo de resistência política fosse condicionada à defesa da democracia.⁷²⁴

Assim, notamos que a adesão da defesa da democracia, dos direitos humanos, da anistia e do feminismo pela esquerda brasileira está diretamente conectada ao transnacionalismo propiciado pelo exílio político. Percebe-se, dessa forma, que o deslocamento forçado contribui para a construção de redes de relacionamento interpessoal que facilitam o acesso a recursos indispensáveis para a militância, contribuem para a transmissão de valores, tal como sugeriu Ann Mische em citação nesta tese.⁷²⁵

Na França, as redes de solidariedade nas quais os exilados se viram inseridos ultrapassaram a estrutura básica tríplice de pressões e contrapressões nas quais se encontravam os exilados.⁷²⁶ A dimensão transnacional foi adicionada às relações que os exilados mantinham com o Brasil e com o país de acolhida, fazendo com eles também se tornassem atores políticos com relativa capacidade de pressão sob os demais atores envolvidos. Portanto, na França, os exilados se viram inseridos em um novo jogo transnacional.

⁷²² ANDRADE, Fernando de. “A democracia revolucionária”. *Debate*. n. 24, dezembro de 1976, p. 03. BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil : Debate.

⁷²³ ROLLEMBERG, 2007, p. 311.

⁷²⁴ RIDENTI, Marcelo. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores*. In: REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2004, p. 54.

⁷²⁵ MISCHÉ, 2003, p. 259-260.

⁷²⁶ RONINGER, 2010, p. 95 e p. 112.

Segundo Luiz Roninger, os projetos de oposição dos exilados interagem com os interesses do país receptor e do país de origem. Contudo, com a emergência de novos atores no cenário internacional, essa estrutura deixa de ser tríplice para se tornar quádrupla.⁷²⁷ Assim, com interesse em ampliar o alcance de suas próprias bandeiras, muitas organizações civis e movimentos políticos de esquerda franceses ofereceram solidariedade aos exilados brasileiros. Dessa forma, foi potencializado o poder de voz dos movimentos políticos dos exilados na esfera internacional. Ao defender valores como democracia, direitos Humanos e igualdade, a rede de solidariedade sensibilizou a comunidade internacional, impedindo o país receptor, no caso, a França, de agir contra esses movimentos, sob a pena de colocar em risco a estabilidade do seu governo, como havia ocorrido em 1968. O Brasil, enquanto país expulsor, por sua vez, não pôde exercer a mesma pressão exercida sob os países receptores latino-americanos.

Como resultado dessa nova dinâmica e comprovando os seus papéis enquanto atores políticos, observamos nos últimos anos do exílio, já na eminência da anistia, a preparação dos exilados para a reinserção no novo cenário político brasileiro. Essa preparação para a volta ao cenário político foi muito mais significativa em Portugal, onde exilados como Leonel Brizola fundaram um novo partido, o Partido Democrata Trabalhista (PDT).⁷²⁸ Os exilados na França não deram início à criação de um partido, mas participaram ativamente da criação do Partido dos trabalhadores (PT), através da criação de um núcleo do partido na França.⁷²⁹ Temas não necessariamente vinculados à questão democrática com os quais tiveram contato na Europa, também incentivaram a criação do Partido Verde (PV) no Brasil, pouco após a abertura política, em 1986. Segundo Alfredo Valladão, a defesa do meio ambiente, um tema descoberto pelos militantes brasileiros na Europa.⁷³⁰ Entre os ex-exilados que estão entre os fundadores do partido, podemos destacar Liszt Vieira, já mencionado anteriormente, entre outros, tais como Alfredo Sirkis e Carlos Minc.⁷³¹

Com efeito, essa reinserção política dos ex-exilados passou a ocorrer em 1979, com a aprovação da anistia parcial. Embora alguns tenham tido certa desconfiança com relação ao retorno, temerosos com a possibilidade de continuidade da repressão, a maioria optou pela

⁷²⁷ RONINGER, 2010, p. 103-104.

⁷²⁸ “Constituinte, abertura, novos partidos”. Anistia. São Paulo, Abril, 1978. p. 43. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et Droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986.

⁷²⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto, programa e estatuto – manifesto de fundação do núcleo do PT – França*. Julho, 1980. BDIC, Archives : F°delta (1) (5). Recueil : Parti des travailleurs.

⁷³⁰ Entrevista com Alfredo Valladão. Paris, 29 de novembro de 2009.

⁷³¹ CHIRIO, 2004, p. 106-107.

volta imediata.⁷³² A rede de solidariedade se fez presente no processo de retorno. Foi criada uma “secretaria nacional do exilados”, fundada pelos Comitês pela Anistia e pelos movimentos femininos pela anistia. A secretaria contribuiu com informações práticas para a volta, relativas à principalmente aos documentos necessários e se colocou à disposição dos exilados para realizar levantamentos acerca da situação jurídica daqueles que precisassem e outras eventuais contribuições que fossem necessárias.⁷³³ As passagens aéreas foram fornecidas pelo ACNUR.

Os desembarques dos ex-exilados nos aeroportos brasileiros foram marcados por grandes recepções e ampla cobertura jornalística, que noticiou a chegada deles como um marco no processo de abertura política no Brasil. A partir de então, grande parte dos ex-exilados procurou se inserir politicamente no novo cenário político brasileiro, contribuindo para a construção de um novo momento político do país.

⁷³² A “cartilha do exilado” lançada pela “Secretaria nacional dos exilados” evidencia esse temor ao sugerir aos exilados que evitassem empresas aéreas nacionais onde pudesse ocorrer ação policial brasileira no interior do avião, avisar amigos e familiares por meio de mensagens sobre o horário e voo no qual chegariam, entre outras precauções. Ver anexos. Cf. SECRETARIA NACIONAL DE EXILADOS. “Cartilha do exilado brasileiro”, p. 10. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

⁷³³ SECRETARIA NACIONAL DE EXILADOS. “Cartilha do exilado brasileiro”. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As esquerdas brasileiras sofreram acentuadas modificações da década de 1960 aos dias atuais. As transformações políticas, ideológicas e táticas sofridas pelos exilados políticos se tornam evidentes ao observamos a inserção de um número considerável deles no atual sistema democrático brasileiro. Entre os militantes que se inseriram no processo democrático por intermédio da atuação política e partidária, o passado em organizações clandestinas que combateram o regime militar – armadas ou não – passou a ser reivindicado apenas como um “trunfo” a ser utilizado nos combates políticos, nos quais a democracia é apresentada como o principal valor a ser defendido.

Dessa forma, as bandeiras antes propugnadas, dentre as quais merecem destaque o socialismo e a revolução, não são mais levantadas pela maioria das forças de esquerda. As estratégias armadas de combate que utilizaram na luta contra a ditadura são, por sua vez, justificadas, quando não “esquecidas”. A última campanha eleitoral presidencial evidenciou a necessidade de esquecimento das formas de combate outrora defendidas: mesmo diante do confronto entre dois candidatos que reivindicavam a participação no combate contra a ditadura como um capital político, a candidata da situação, Dilma Roussef, do PT, silenciou sobre a sua participação em ações armadas, chegando até mesmo a negá-la no horário eleitoral gratuito.

Essa transformação é notável não apenas entre os ex-militantes de esquerda brasileiros. Em todos os países da América do Sul que passaram por ditaduras militares, observamos a inserção de ex-militantes do período no processo político pós-redemocratização. No Chile, a eleição de Michelle Bachelet em 2006, ex-militante da Juventude Socialista do Chile, marca essa mudança de posicionamento, que foi notada também no Uruguai, Argentina e outros países que contam com ex-militantes das esquerdas armadas inseridos nas democracias que emergiram na década de 1980.

O exílio forçado é parte da história das esquerdas que combateram os regimes autoritários que se instalaram na América do Sul durante as décadas de 1960 e 1970. Com o objetivo de afastar e desarticular os elementos considerados uma ameaça aos regimes autoritários, o exílio foi institucionalizado como uma política de isolamento, tal como o

assassinato, as prisões e os desaparecimentos políticos. A união das ditaduras militares, que se baseavam na Doutrina de Segurança Nacional em torno da Operação Condor, e mesmo antes, com conexões repressivas bilaterais que visavam assassinar opositores além das fronteiras nacionais, demonstram que o exílio foi, em realidade, uma política latino-americana de isolamento em massa, e não apenas brasileira, argentina, chilena ou uruguaia.

É diante disso que a pesquisa aqui apresentada concluiu que o exílio de militantes políticos brasileiros durante as décadas de 1960 e 1970 não pode ser compreendido enquanto um fenômeno isolado. Ele faz parte do exílio massivo imposto pelas ditaduras do Cone Sul, que visavam dessa forma isolá-los. Tal perspectiva se baseava na legislação internacional sobre asilo e refúgio político, que, ao proteger o princípio de soberania nacional, nega aos migrantes internacionais o direito de mobilização política previsto na declaração universal dos direitos humanos de 1945.

Contudo, a pesquisa demonstrou que, diferentemente do que os dirigentes autoritários esperavam ao impulsioná-los e/ ou forçá-los para o exterior, o exílio não significou o isolamento político dos militantes que combatiam os governos dos seus países de origem. A pesquisa comprovou que, motivados não apenas pelas “recompensas” inerentes às práticas militantes, tais como os sentimentos de “dever cumprido”, credibilidade e eficácia, mas também pelas redes de relacionamento nas quais se inseriram, algumas de caráter transnacional, o exílio se transformou em um novo espaço de luta política.

O afastamento imposto pela migração forçada do meio social e político com o qual estavam habituados a conviver potencializou a importância do convívio com as redes políticas construídas no exílio. Diante da ausência da família e dos amigos, a rede militante se tornava uma verdadeira “família política”, nos dizeres do ex-exilado Márcio Moreira Alves, em citação nesta tese, e, em muitos casos, totalmente necessária para garantir a sobrevivência. Comprovamos, com base na pesquisa, o alcance e a influência dessas redes, causados pela emergência de um novo cenário internacional, marcado pelo transnacionalismo, inclusive dos movimentos sociais.

As conexões entre militantes de diferentes países estão entre os resultados mais significativos da sociedade transnacional. Com efeito, o Estado perdeu o seu papel exclusivo no cenário internacional, que passou a contar com o aumento de intercâmbios cooperativos entre atores não estatais de diferentes países. Para Guillaume Devin, tais intercâmbios devem

ser considerados como *solidariedades transnacionais* e marcam uma nova etapa no cenário internacional.⁷³⁴ Diante dessa nova etapa, no século XX, o exílio deixou de ser uma forma de isolamento político, pois aproximava os militantes de outros atores políticos cuja voz ganhava cada vez mais força no cenário internacional.

A conexão dos brasileiros com os partidos políticos dos países de acolhida e, principalmente, com as redes de solidariedade que se formaram em torno do exílio latino-americano, sobretudo após o golpe de 1973 no Chile, comprovam essa transformação da natureza do exílio. O exílio lançou os agentes em uma nova arena política, isto é, a arena *transnacional*, fazendo com que os brasileiros se inserissem em *redes de militância transnacionais*. Algumas das causas defendidas por estas redes fizeram com que os exilados ultrapassassem a “luta contra a ditadura brasileira” e se envolvessem na defesa de temas de interesse internacional, o que os inseriu também em *movimentos transnacionais*.

Os estudos de redes e mobilizações transnacionais indicam que o ambiente externo exerce fundamental importância nas formas que adquirem, pois consideram que as oportunidades políticas se atualizam de acordo com as conexões dos movimentos com os contextos nos quais eles estão inseridos. Sendo assim, visando captar as diferenças de acesso a recursos e a influência destes nas formas de mobilização política, o presente estudo realizou uma análise comparada dos dois países que representaram focos de concentração da segunda geração de exilados brasileiros: o Chile, entre 1968 e o golpe que depôs Salvador Allende em 1973, e a França a partir de então.

Com efeito, a análise comparada dos dois principais focos de concentração de brasileiros, o Chile e a França, comprovou a existência de inúmeras diferenças entre estes dois países de acolhida. O contexto que os brasileiros encontraram no Chile antes do golpe que derrubou Salvador Allende era marcado pelos resultados das medidas de cunho socialista implantadas pelo governo da UP. Diante da derrota de movimentos esquerdistas em diversos países, a vitória do governo socialista da UP foi responsável pela manutenção da esperança nos projetos políticos revolucionários de militantes de esquerda latino-americanos e europeus. Além disso, permanecer no continente era considerado condição *sine qua non* para a continuidade da militância, haja vista que o retorno ao país era visto como essencial para o sucesso da revolução no plano interno.

⁷³⁴ DEVIN, 2004, p. 22.

Entretanto, no plano chileno, o combate entre as forças políticas se acirrava, com o descontentamento dos setores dominantes internos e internacionais. Dessa forma, as forças políticas do país se voltaram totalmente para as questões internas, embora se solidarizassem com os projetos socialistas de movimentos de esquerda de outros países, o que era também um resultado do contexto mundial de guerra fria.

Contudo, no Chile, essa solidariedade não se traduziu na efetivação de uma estrutura de acolhida que correspondesse às necessidades de todos os exilados. Ainda que um número considerável de brasileiros tenha conseguido bolsas de estudos ou mesmo uma ocupação junto ao governo Allende, muitos se encontravam totalmente desamparados. A pesquisa comprovou que o processo de acolhida foi organizado pelos próprios compatriotas que já estavam no país, o que evidenciou a necessidade de expandir aos perseguidos políticos acolhidos como asilados os mesmos direitos garantidos aos refugiados.

A solidariedade chilena tampouco se traduziu em mobilizações comuns em favor das causas dos brasileiros. Isto é, a pesquisa comprovou que os chilenos não se envolveram na organização do combate à ditadura militar brasileira a partir do exterior. Por outro lado, as forças políticas de esquerda chilena contaram com o apoio dos exilados brasileiros, que se inseriram no governo de Salvador Allende ou que passaram a militar junto aos grupos esquerdistas chilenos, participando das ações comunitárias desenvolvidas pelo MAPU, ou mesmo participando das ações armadas do MIR.

Dessa forma, a pesquisa comprovou que as redes de contato no Chile ofereceram poucos recursos ao combate à ditadura brasileira organizado pelos exilados. Assim, a mobilização política dos brasileiros, que ficou marcada pelo objetivo de dar continuidade às lutas e às estruturas das organizações que atuavam clandestinamente no país, encontrou pouco apoio prático para efetivação dos projetos que buscavam concretizar a partir do exílio. Entre tais projetos, podemos citar o objetivo de estabelecer um campo de treinamento para o combate armado no Brasil, ou de transformar o Chile em um local de passagem para o retorno ao país.

Além disso, devido à forte presença econômica do Brasil na região e os intercâmbios cooperativos transnacionais efetuados pelos militares, o governo brasileiro conseguiu expandir a ação da repressão brasileira com o objetivo de atingir os militantes asilados no país. Isto é, a pressão do governo brasileiro sob o governo chileno para que este impedisse o

desenvolvimento de ações políticas pelos exilados brasileiros – sobre as quais tinham conhecimento através da atuação de centenas de espões brasileiros no país –, também contribuiu para a limitação da estrutura de oportunidades políticas dos exilados. Diante disso, suas ações de combate ficaram restritas às denúncias dos crimes cometidos pelos militares no Brasil e da defesa dos posicionamentos das organizações através da imprensa exilada que emergiu no país, mobilizando grande parte da colônia.

Entretanto, nem mesmo essas ações eram toleradas pelos militares brasileiros, pois elas indicavam que o exílio não estava cumprindo com a função de isolamento político a ele atribuída. Movidos pelo interesse em eliminar toda e qualquer mobilização política dos exilados que insistissem em dar continuidade ao combate contra o governo autoritário além das fronteiras, os militares brasileiros ofereceram apoio para que os militares chilenos implantassem o golpe militar de 1973 e as medidas de repressão que se seguiram logo após o golpe. Dessa forma, os militares chilenos conseguiram apoio para derrubar o governo da UP, enquanto os militares brasileiros conseguiram apoio para a perseguição de militantes de esquerda exilados. Tal perseguição – que já era existente antes mesmo de 1973 –, foi ampliada e fortalecida com a implantação da Operação Condor, que representou a transnacionalização do combate a opositores na América do Sul, caracterizando assim, uma política regional de isolamento e extermínio político.

A violência implantada pelos militares chilenos atingiu tanto os nacionais quanto os estrangeiros que se encontravam no país, em virtude da atenção destinada ao governo de Salvador Allende. A queda do governo, que representou o “último suspiro” de militantes socialistas em todo o mundo, bem como as narrativas e imagens de terror e guerra, sensibilizaram a sociedade civil europeia. Diante disso, a sociedade civil, bem como diversas organizações internacionais voltadas para a defesa dos direitos humanos, direcionou as suas atenções para os países do Cone Sul, lançando o exílio latino-americano na esfera transnacional.

Como consequência, os governantes europeus foram pressionados pelas suas populações e pela opinião pública internacional a acolher os perseguidos políticos sul-americanos. Assim, a partir de 1973 países tais como a Suécia, a Suíça e principalmente a França, tornaram-se os principais destinos dos exilados brasileiros.

Quando a França passou a representar o principal local de concentração da esquerda brasileira, a esquerda francesa vivia a conclusão de um processo de transformação. Essa transformação foi marcada pelo abandono do uso de violência como forma de mobilização política e a adoção de novas perspectivas, que valorizam o indivíduo e a subjetividade. Essa nova postura é, em larga medida, resultado da derrota que os movimentos de esquerda sofreram nas urnas após as revoltas de maio de 1968 e também das derrotas de movimentos dessa natureza em diversos outros países. O assassinato de Ernesto Che Guevara, o aniquilamento de movimentos guerrilheiros em diversos países e a Primavera de Praga de 1968 começavam a indicar a necessidade de mudança de posicionamento tático.

A queda do governo socialista no Chile representou o ponto final para a maioria absoluta dos militantes de esquerda que ainda acreditava no projeto socialista. Portanto, o golpe no Chile de 11 de setembro de 1973 é um denominador comum: representou um marco, não apenas para o contexto chileno, mas para toda a esquerda latino-americana, e mesmo para a esquerda francesa, que somou essa derrota à derrota nas eleições que se seguiram ao movimento de maio de 1968. A avaliação das formas de atuação política se tornou obrigatória.

Assim, os brasileiros que chegaram à França após 1973 encontraram o surgimento e o fortalecimento da *gauche prolétaire*, com os novos valores e bandeiras por ela defendidos, tais como a democracia e os direitos das minorias. A rápida difusão de informações propiciada pela globalização fez com que tais valores ganhassem cada vez mais força no cenário político internacional, dando, assim, legitimidade às organizações e mobilizações que surgiram neste contexto.

Diversas organizações francesas que emergiram nesse contexto, além dos partidos políticos e movimentos, ofereceram apoio aos refugiados latino-americanos que desembarcaram no país após 1973, formando uma extensa rede de solidariedade que objetivou auxiliar na acolhida e instalação do enorme contingente de latino-americanos. Cabe destacar que na França os latino-americanos não tinham a possibilidade de permanecer sem solicitar a acolhida internacional, tal como ocorreu no Chile. Sendo acolhidos enquanto refugiados, o Estado acolhedor teve que cumprir com as obrigações previstas pela legislação internacional, tais como auxílio à moradia e políticas de integração local. Como a sociedade civil organizada participou da montagem dessa estrutura de recepção, a inserção social local se tornou mais rápida e eficaz do que no Chile.

Por outro lado, a legislação internacional sobre refúgio nega aos beneficiados pelo *status* o direito de organização política previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, o fato do apoio oferecido pelos setores da sociedade civil europeia não ter se limitado ao processo de instalação destes migrantes forçados propiciou a continuidade da militância do exílio.

Alguns comitês e ações de solidariedade aos refugiados brasileiros surgiram antes mesmo de 1973. Foi o caso do Comitê de Defesa dos Prisioneiros Políticos Brasileiros e do Comitê Francês Europa-América Latina. Contudo, no período que antecedeu ao golpe chileno, salvo algumas exceções, o principal objetivo desses comitês era denunciar os crimes cometidos pelos governantes brasileiros. Os militantes brasileiros então exilados no país participaram dessas mobilizações e deram início a um processo de autocrítica, ainda que timidamente, como evidenciou a revista *Debate* em suas análises.

Com o golpe chileno, a autocrítica se tornou ainda mais evidente entre aquelas que já haviam iniciado a revisão de suas posições. Contudo, a pesquisa demonstrou que, para os brasileiros mais convictos do sucesso da luta armada e recém chegados ao país, essa mudança de posicionamento não foi imediata. Com a instalação na Europa, a derrota começou a ser avaliada e, à medida que os exilados estabeleceram contatos com outras redes de relacionamento e conheceram a realidade dos países da Europa do Leste, novos posicionamentos foram sendo assumidos.

O Comitê Brasil pela Anistia de Paris teve uma grande importância nesse processo. Centralizando a atividade da maior parte da colônia brasileira na França, o comitê teve um importante papel para que os brasileiros ultrapassassem a etapa de denúncia dos crimes cometidos pela ditadura e aderissem à luta pela anistia e direitos individuais. Além do CBA, a CIMADE e a Anistia Internacional, entre outras organizações, também tiveram participação nesse processo.

É importante destacar que, em realidade, o apoio oferecido por essa rede de solidariedade estava condicionado à conversão dos brasileiros às bandeiras políticas por ela defendidas, haja vista que as suas ações estavam baseadas na oposição ao uso da violência como arma política, tanto pelo Estado quanto pelos seus cidadãos. A pesquisa confirmou que essas organizações realizaram um efetivo esforço em favor do abandono da defesa das estratégias armadas e em construir uma imagem de vítima para os refugiados, visando

aumentar o apoio da sociedade francesa às suas mobilizações. Para tanto, nas campanhas por elas organizadas, ou se evitou mencionar a opção que uma parte considerável dos refugiados havia feito pela estratégia de luta armada, ou se destacou que tal estratégia já havia sido abandonada.

Com efeito, com a universalização de valores como os direitos humanos, a influência dessas organizações era crescente no cenário internacional e, assim, com o apoio destas, o combate à ditadura militar brasileira no exterior foi legitimado e fortalecido. Devido a isso, e também à menor influência exercida pelo Brasil no plano europeu, o governo brasileiro se viu impedido de pressionar o governo francês a reprimir ou impedir tais mobilizações. Elas contribuíram, dessa forma, para o aumento da pressão internacional sobre o governo brasileiro, que deu início ao processo de abertura e terminou por permitir a volta dos exilados através da promulgação da anistia parcial em 1979.

Porém, as ações transnacionais de apoio aos exilados também favoreceram as organizações internacionais e movimentos que participaram destas. Assim, concordamos com Roninger, ao afirmar que através do apoio aos brasileiros e da repercussão das campanhas em solidariedade ao povo latino-americano atingido pela repressão, tais organizações ganharam maior visibilidade e respeito, e as causas por elas defendidas, mais legitimidade.⁷³⁵ Dessa forma, além de ampliarem o alcance de suas ações e o número de militantes engajados nas suas mobilizações, observamos a crescente influência das organizações desta natureza no cenário internacional. Como comprovação, pudemos observar o novo impulso que o feminismo francês recebeu no período, bem como a consolidação do papel da Anistia Internacional enquanto um ator de peso de cenário internacional.

Portanto, o estudo comprovou que, ao partirem para o exílio, os militantes brasileiros passaram a fazer parte do jogo político transnacional. Isso se deu através da realização de intercâmbios cooperativos nos diferentes países nos quais buscaram acolhida. Se por um lado esses intercâmbios forneceram recursos para a continuidade da militância política nas condições adversas impostas pelo exílio e para a transnacionalização do combate à ditadura, por outro, fortaleceram os movimentos e organizações que ofereceram solidariedade.

⁷³⁵ RONINGER, 2010, p.115.

A pesquisa realizada demonstrou ainda que na primeira fase do exílio brasileiro (1964-1973), na qual ambas as gerações se concentraram na América Latina, a esfera transnacional ainda não havia sido acrescentada às ações de oposição desenvolvidas pelos exilados, embora o transnacionalismo já fosse um fator emergente. Nessa fase, os militantes se concentravam sobretudo nos países vizinhos e o exílio ficou submetido às pressões e contra-pressões trocadas entre o Brasil e os países da região que haviam recebido um número maior de exilados brasileiros. Assim, por influência das redes de solidariedade com as quais eles se relacionaram, muitos acabaram sendo inseridos nos combates internos pelos quais o Chile passava no período. O combate ao governo brasileiro ficou praticamente restrito às denúncias através de periódicos organizados pelos próprios exilados.

Alinhamo-nos com Roninger ao afirmar que na segunda fase (1973-1979), na Europa, quando a Guerra Fria já se encontrava em um outro nível⁷³⁶, essa estrutura tríplice, na qual os objetivos políticos dos exilados estavam localizados entre uma troca de pressões entre as forças políticas brasileiras e chilenas, foi ultrapassada. No caso do exílio brasileiro, a entrada de organizações internacionais na equação política se deu logo após o golpe chileno e representou um marco na organização política dos exilados. Funcionando como condutoras de valores e interessadas em potencializar a força de suas causas, tais organizações contribuíram para que os brasileiros abandonassem as antigas bandeiras de luta ligadas à militância política efetivada no Brasil, em favor dos temas privilegiados por essa rede de solidariedade.

Como esta pesquisa ficou restrita à análise da trajetória política da segunda geração de exilados brasileiros pela ditadura militar, ou seja, aqueles que migraram a partir de 1968, não verificamos de maneira aprofundada de que forma essas influências que os exilados receberam se refletiram na atual democracia brasileira. Para tanto, consideramos que seria interessante a realização de novas pesquisas que visassem analisar a reinserção desses agentes no novo cenário político brasileiro que emergiu após o processo de abertura.

Não consideramos que os exilados tenham sido os responsáveis pela transformação pela qual a esquerda brasileira passou. Todavia, a pesquisa demonstrou que com o incremento das tecnologias de informação, o transnacionalismo também tocou os militantes de esquerda que não haviam partido para o exílio. A influência do feminismo, por exemplo, e a universalização de valores como direitos humanos e democracia comprovam esse fenômeno,

⁷³⁶ RONINGER, 2010, p. 111.

que está conectado com a emergência de uma sociedade transnacional. Os migrantes internacionais estão mais sujeitos a esse processo, mas ele é perceptível em todas as esferas sociais. Sendo assim, o exílio político se confirma como parte da história da esquerda brasileira e latino-americana, e os exilados comprovam ser uma parte importante do jogo político que ultrapassa as esferas nacionais.

7 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

7.1 Fontes primárias

Entrevistas ⁷³⁷

ALAIN TOURAINE - Entrevista realizada em Paris, no dia 04 de fevereiro de 2010.

ALFREDO VALLADÃO - Entrevista realizada em Paris, no dia 29 de novembro de 2009.

ÂNGELA XAVIER DE BRITO - Entrevista realizada em Paris, no dia primeiro de dezembro de 2009.

ANGELINA PERALVA - Entrevista realizada e gravada por telefone em Paris, enquanto Angelina Peralva se encontrava em Toulouse, na França, no dia 02 de fevereiro de 2010.

ARIEL COLLAZO - Entrevista realizada em Montevideú, no dia 27 de fevereiro de 2006.

CLÁUDIO WEYNE GUTIÉRREZ - Entrevista realizada em Porto Alegre, no dia 8 de março de 2006

DANIEL AARÃO REIS FILHO - Entrevista com realizada em Paris, em 22 de fevereiro de 2010. Não gravada.

FLORRIE SNOW - Entrevista realizada em Santiago do Chile, no dia 02 outubro de 2008.

ÍNDIO VARGAS - Entrevista realizada em Porto Alegre, no dia 15 de março de 2006.

JOSÉ DIRCEU - Entrevista realizada em São Paulo, no dia 08 de setembro de 2008.

JOÃO CARLOS BONA GARCIA - Entrevista realizada em Porto Alegre, no dia 12 de março de 2008.

JORGE ZABALZA - Entrevista realizada em Montevideú, no dia 14 de fevereiro de 2006

LAVÍNIA BORGES - Entrevista realizada em conjunto com Teodoro Buarque de Holanda, no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 2010.

PAULO CAMPANÁRIO - Entrevista realizada em Florianópolis, no dia 19 de fevereiro de 2009.

PAULO KRISCHKE - Entrevista realizada em Florianópolis - SC, 20 de fevereiro de 2009.

PIO PEREIRA DOS SANTOS - Entrevista realizada em Florianópolis-SC, 21 de fevereiro de 2009.

TEODORO BUARQUE DE HOLANDA - Entrevista realizada em conjunto com Lavínia Borges, no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 2010.

⁷³⁷ Ver “Perfil dos entrevistados” em anexos.

THOMÁS TOGNI TARQUÍNIO - Entrevista realizada em Florianópolis, no dia 18 de fevereiro de 2009.

CHILE

Arquivo “Vicaría de la Solidariedad” - Santiago

“Traducción de un artículo publicado en la revista sueca ‘Imigrantes y minorias’”. n. 1-2/1979. p. 02. Archivo de la vicaría de la Solidariedade. Fondo: exilio. Santiago do Chile.

Arquivo Nacional de Santiago do Chile

Periódicos

Mercúrio

“Canciller com representante de la N.U.: adhésión à convênios de refugiados”. *El Mercúrio*. 29/09/1973, p. 01. Archivo Nacional, Santiago.

La Nación

“70 presos políticos vuelan a Santiago”. *La Nación*. Santiago. 13/01/1970. Archivo Nacional, Santiago.

“Brasil: en su rostro el terror”. *La Nación*, Santiago do Chile. 28/06/1971.

“Así tortura la dictadura”, *La Nación*, Santiago do Chile. 13/07/1971.

“El ‘Che’ Guevara esta vivo en el corazón de los revolucionários”. *La Nación*. Santiago do Chile. 09/10/1971.

“Un million de santiaguinos recibieron ayer a Fidel”. *La Nación*. Santiago do Chile. 11/11/1971.

“Viva Chile! Viva Cuba! Fue el saludo de la clase trabajadora”. *La Nación*. Santiago do Chile. 11/11/1971.

“Fidel, heroe de la revolución, el Chile te tiene en corazón”. *La Nación*, Santiago do Chile. 11/11/1971.

“Fidel en el Municipal: No hay contradicción entre la revolución cubana y la chilena”. *La Nación*, Santiago do Chile. 26/11/1971, p. 10.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile

Fundo: Brasil (Ofícios confidenciais enviados pela embaixada do Chile no Rio de Janeiro/Brasília).

REPÚBLICA DE CHILE - Embaixada do Chile no Rio de Janeiro / Brasília. *Estudios que estaria realizando El Ejército brasileño sobre el establecimiento de guerrillas en Chile*. Ofício expedido em 23/03/1971. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Chile. Fundo: Brasil

REPÚBLICA DE CHILE - Embaixada do Chile no Rio de Janeiro. Al señor encargado de negocios a.i. de Chile en Brasil – Rio de Janeiro. Ofício Confidencial n. 07, expedido em 28/01/1971. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile – Santiago.

REPÚBLICA DE CHILE - Embaixada de Chile en Brasília. Telex n. 158 à Ministerios de las Relaciones Exteriores de Chile – Santiago do Chile. Brasília, 13/09/1973. Resucirculares 2 y 3. Arquivo do Ministério das Relações exteriores do Chile – Santiago do Chile.

_____. “Informe sobre recepción en Brasil frente a sucesos en Chile. Reconocimiento del nuevo gobierno”. Ofício n. 109, expedido em 13/09/1973. Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores, Santiago.

_____. “Telex número 198”, expedido em 10/12/1970. Arquivo do Ministério das Relações exteriores do Chile – Santiago. Fundo: Brasil.

_____. Ofício confidencial 02278/72. Assinado por Juan José Fernandes (director de relaciones internacionales). Expedido em 30/10/1973. Ministério das Relações Exteriores de Chile, arquivos. Fundo: Brasil. Santiago do Chile.

FRANÇA

Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC)

CIMADE

CIMADE. Programme Amérique Latine. Le service Bourses et Orientations Étudiants-Secours Catholique-CIMADE. Paris, 23/10/1975.

_____. Tarzan de Castro. Référence: Demande de Bourse d'Études pour la dernière année de 3ème Cycle. Paris, 31/07/1976.

_____. Programme Amérique Latine. Hussain Khan. 26/01/1977.

Recueil : Plusieurs Mouvements réunis. 1956-1980.

VPR, ALN, MR-8, MRT. “Comunicado aos brasileiros no exterior”. 15 páginas. Datilografado. Sem data. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (17).

Recueil: Campanha (Chili).

Campanha. Santiago do Chile. n. 01. 28 de setembro de 1972. BDIC, Archives : FP 3278.

“Editorial: Hacer do exílio una campaña”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 01. 28 de setembro de 1972. BDIC, Archives : FP 3278.

“Organizar la lucha en el exterior”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 02, 28 de outubro de 1972. BDIC, Archives : FP 3278.

“Por un programa de lucha en el exterior”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 03. 28 de novembro de 1972. BDIC, Archives : FP 3278.

“Preparar el repudio al 1° abril”. *Campanha*. Santiago do Chile. n. 04. 1° de março de 1973. BDIC, Archives : FP 3278.

“Primera asamblea de las mujeres exiladas en el exterior”. *Campanha*. Santiago, 1° de março de 1973, n. 06. BDIC, Archives : FP 3278. Recueil : Campanha (Chili).

“Editorial: A luchar, a protestar, conta el 1° de abril”. *Campanha*. Santiago do Chile. 1° de abril de 1973. BDIC, Archives : FP 3278.

“El internacionalismo no es tarea de un dia”. *Campanha*. Santiago, n. 8. 1° maio 1973 BDIC, Archives : FP 3278.

“Comité de mujeres brasileñas”. *Campanha*. Santiago, 1° maio 1973, n. 08. BDIC, Archives : FP 3278.

Campanha. 1974, n. 13. BDIC, Archives : FP 3278.

Campanha, n. 13, 03 de janeiro de 1974. BDIC, Archives : FP 3278.

“Estadio nacional: carta de un prisionero”. *Campanha*, n. 13, 03 de janeiro de 1974. BDIC, Archives : FP 3278.

“Para los refugiados solidaridad politica”. *Campanha*. n° 15/16, abril/1974. BDIC, Archives : FP 3278.

“Debate: La izquierda discute la eleccion”. *Campanha*. n. 20, 05 de novembro de 1974. BDIC, Archives : FP 3278.

“Comitê unitário Brasil”. *Campanha*. n. 23, 15 de maio de 1975. BDIC, Archives : FP 3278.

“Declaração política das mulheres do Campanha”. Dossiê. *Cadernos de Campanha*. n. 11, 1979. BDIC, Archives : 4 p 11310.

Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

MR-8. “Algumas questões sobre a anistia”. Datilografado. Sem data. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

COMITÉ BRÉSIL POUR L’AMNISTIE. “Convocação”. 4 páginas, datilografado. Sem data. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

SECRETARIA NACIONAL DE EXILADOS. “Cartilha do exilado brasileiro”. Sem Data. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

“A campanha pelo passaporte e pela Anistia”. Projeto de editorial de *Cadernos de Campanha* n. 9. 6 folhas datilografadas. Sem Data. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

AMNESTY INTERNATIONAL. “New wave of arrests, disappearances and torture in Brazil makes mockery of ‘economic miracle’”. 21/06/1975. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

COMITE BRESIL POUR L’AMNISTIE. “Répercussions en Europe de la campagne pour l’amnistie générale politique au Brésil”. “Pour l’Amnistie général au Brésil”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembro/1975. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

_____. “Deux lettres des emprisonnés politiques d’Itamaraca”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembro/1975. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

_____. “L’assassinat de Wladmir Herzog, journaliste à São Paulo, provoque une vague d’indignation dans tout le pays”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembro/1975. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

_____. “Pour l’Amnistie générale au Brésil”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembro/1975. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

“Itamaraca, 06 octobre 1975. Déroulement de la grève de la faim des prisonniers politiques à Itamaracá”. In: Comité Brésil Amnistie. “Pour l’Amnistie générale au Brésil”. *Bulletin d’information*. n. 1, Novembro/1975. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

“Constituinte, abertura, novos partidos”. Anistia. São Paulo, Abril/1978. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

“A penosa luta pelo passaporte”. *Anistia* – órgão oficial do comitê brasileiro pela Anistia/RJ. n. 05, Maio/junho/1979. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

“Conferência Internacional pela Anistia”. *Anistia* – órgão oficial do Comitê Brasil pela Anistia/RJ, n. 5, Maio/junho/julho/1979. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

CARVALHO, Regina. “Evitando um novo exílio”. *Anistia* – órgão oficial do Comitê Brasil pela Anistia/RJ, n. 5, Maio/junho/julho/1979. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

COMISSÃO DE PRESOS POLÍTICOS. CBA de Paris. Roma, 28/07/1979. Datilografado. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).

Recueil : Répression politique au Brésil. Documents: 1969-1986

AMNESTY INTERNATIONAL. *Rapport sur des accusations de torture au Brésil*. 1972. BDIC, Archives : F delta 1119(3). Recueil : Répression politique au Brésil.

PARTI COMMUNISTE RÉVOLUTIONNAIRE (TROTSKYSTE) – Section Française de la IV Internationale. *Campagne pour la liberation des emprisonnes politiques et syndicaux au Brésil* : Trotskystes, communistes, catholiques et nationalistes. 24/05/1972. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3).

“L’Église pour l’Amnistie”. *Brésil dossiers*. v. 02. Abril/1976. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3).

AMNESTY INTERNATIONAL – Section Française; CIMADE; COMITÉ BRÉSIL-AMNISTIE, COMITÉ FRANCE-BRÉSIL, JUSTICE ET PAIX. Nouvelle répression au Brésil. São Paulo: Dezembro/1976. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3).

COMITE BRESIL AMNISTIE, COMITE FRANCE-BRESIL. *Brésil Dossiers*. Outubro/1978. BDIC, Archives : F Delta 1119(3).

Recueil : Opposition politique (à l’étranger) contre le gouvernement Brésilien. Documents divers [Lieux divers] (1968-1979).

“Brasil contra Chile y Argentina”. *Temas y debates*. Santiago do Chile. Janeiro/Fevereiro/1973. n. 10. Ed. 25. BDIC, Archives : F delta 1120 (7).

“Mi pierna es mi classe”. *Temas y debates*. Santiago do Chile. Janeiro/Fevereiro/1973. n. 10. Ed. 25. BDIC, Archives : F delta 1120 (7).

“Comité de solidarité France-Brésil organise un débat sur la situation au Brésil, jeudi, 22 avril à 12:30 à L’Université Paris VII (métro Jussieu)”. *Brésil, ça bouge*. Abril/1976. Numéro spécial pour la venue de Geisel. BDIC, Archives : F Delta 1120 (7).

Recueil : Front Brésilien d’information

“Apolonio de Carvalho parle de la mobilization populaire et de l’unité d’action au Brésil”. *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 12. Agosto/1970. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), Archives : 4P 8029.

“Un don de 25 milliards de dollars pour l’U.S. steel”. *Front Brésilien d’Information*, n. 13, Setembro/1970. BDIC, Archives : 4P 8029.

“Un prisioner politique dénonce”. *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 14, Outubro/1970. BDIC, Archives : 4P 8029.

Front Brésilien d’Information, n. 14, Outubro/1970. BDIC, Archives : 4P 8029.

Front Brésilien d’Information. Dezembro/1970. Bulletin n. 17. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), Archives : 4P 8029.

“Le gouverneur d’état de São Paulo et l’escadron de la mort”. *Front Brésilien d’Information*, n. 17, Dezembro/1970. BDIC, Archives : 4P 8029.

“La disparition des indiens”. *Front Brésilien d’Information*, 1971, n. 7. BDIC, Archives : 4P 8029.

“Politique latino-américaine de la dictature”. *Front Brésilien d’Information*. An III, 1 Janeiro/1971. BDIC, Archives : 4P 8029.

“Échec diplomatique et revanche à “l’américaine””. *Front Brésilien d’Information* . n. 2. Fevereiro/1971. BDIC, Archives : 4P 8029.

“La lutte armée se poursuit avec succès”. *Front Brésilien d’Information*, n. 3 et 4. Março-Abril/1971, An III. BDIC, Archives : 4P 8029.

“Salaire minimum”. *Front Brésilien d’Information*, Junho/1971, n. 6. BDIC, Archives : 4P 8029.

Front Brésilien d’Information. n. 28, Maio-junho/1972. BDIC, Archives : 4P 8029.

“Nordeste: de importador a exportador de escravos”. *Front Brésilien d’Information*, Maio/1973. BDIC, Archives : 4P 8029.

Recueil : Debate

TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN. “Uma auto-crítica necessária”. *Debate*. n. 07. BDIC, Archives : 4°P8785.

“Uma auto-crítica necessária (para discussão)”. *Debate*, n. 09. BDIC, Archives : 4°P8785.

“Pela reorganização da FBI em Paris”. *Debate*. Número especial: Frente Brasileira de Informação. n. 04, Dezembro/1970. BDIC, Archives : 4°P8785.

ANDRADE, Fernando de. “Marxismo e extremismo de classe média: a experiência de luta armada de 1968 a 1972”. *Debate*. n. 09, Abril/1972. BDIC, Archives : 4°P8785.

SANTOS, José dos. “Discussão em torno do documento ‘Uma auto-crítica necessária’ . Réplica do coletivo no Chile da TL/ALN ao companheiro A. Silva de Debate”. *Debate*. n. 11, Janeiro/1973. BDIC, Archives : 4°P8785.

“Projeto de plataforma política”. *Debate*. n. 12, Abril/1973. BDIC, Archives : 4°P8785.

“Chile: da unidade popular à resistência anti-fascista”. *Debate*. n. 14, Janeiro/1974. BDIC, Archives : 4°P8785.

CADERNOS DO CEAS. “Direitos individuais, autoritarismo e marginalização”. *Debate*. n. 19. Agosto/1975. BDIC, Archives : 4°P8785.

ANDRADE, Fernando de. “A democracia revolucionária”. *Debate*. n. 24, Dezembro/1976. BDIC, Archives : 4°P8785.

BRANDÃO, Márcia; LIMDA, Thiago de. “A esquerda e a democracia”. *Debate*. n. 29, maio/1978.

Recueil : Comité France-Brésil

“Corruption en liberté”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 27 de Janeiro de 1976. n. 6. BDIC, Archives : 8p 7098.

COMITÉ DE SOLIDARITÉ FRANCE-BRÉSIL. *France-Brésil*. Paris: n. 06, 27 de Janeiro de 1976. BDIC, Archives : 8P 7098.

_____. “Tribunal Russel II”. *Bulletin du Comité France-Brésil* . n. 07. 08 de Março de 1976. BDIC, Archives : 8p 7098.

“La venue d’E. Geisel en Europe”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 08 de Março de 1976. n. 07. BDIC, Archives : 8p 7098.

BLOCH, Etienne. “Editorial”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 16 de Abril de 1976. n. 08. BDIC, Archives : 8p 7098.

“Les multinationales et le modèle brésilien”. *Bulletin du Comité France-Brésil*. 18 de Maio de 1976. n. 09. BDIC, Archives : 8p 7098.

Recueil : ORM-POC - Organização Revolucionária Marxista. Partido Operário Comunista. 1967 – 1971

“As lições dos últimos tempos”. Sem autor. Sem data. BDIC, Archives : F° delta 1120 (1) (7).

“Ratificación de una tesis: el papel de la acción revolucionária en la organization”. *Resistência*. Ano III, n. 01 (suplemento). Sem data. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (7)

Recueil : VAR-PALMARES - Vanguardia Armada Revolucionária (1969-1970)

VAR-PALMARES. “Publicaciones”. *Ejemplo de lucha*. Sem data. BDIC, Archives : FP 1120 (1) (5).

Recueil : Parti des travailleurs

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto, programa e estatuto – manifesto de fundação do núcleo do PT – França*. Julho/1980. BDIC, Archives : F°delta (1) (5).

Recueil : Amérique Latine: Droits de l’homme. Documents: 1976-1994

TRIBUNALLE RUSSEL II SULL’AMERICA LATINA. *Conclusions du Tribunal Russel II sur la répression en Amérique Latine*. Appel : communiqué de presse. 1976. BDIC, Archives : F Delta 2119.

Recueil : Brésiliennes en France. Documents. Paris: Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, 1976-1978

Documento “enviado a vários jornais: *Opinião, Movimento, Brasil-Mulher, Nós Mulheres*”. Paris, 17 de Dezembro de 1976. Assinado por: Círculo de Mulheres Brasileiras. Librarie Harmattan 18, rue des Quatre-vents 75006 – Paris. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), Archives : F delta 1120(11).

Recueil : Répression politique au Brésil. Documents : 1969-1986

“La situation des droits de l’homme au Brésil”, Paris, Fevereiro/1977. BDIC, Archives : F Delta 1119 (3).

Periódicos

Le Monde

“Le putsch militaire au Chili”. Paris, Le Monde. n. 8916, Jeudi, 13 de Setembro de 1973.

“Plusiers dizaines de milliers de parisiens ont exprimé avec émotion leur soutien au Chili”. *Le Monde*. 14 de Setembro de 1973. BDIC, Archives : Le Monde.

“Les réactions à l’étranger”. *Le Monde*. 13 de Setembro de 1973. BDIC, Archives : Le Monde.

“Arrestations, règlements de comptes, mise au pas de la population”. *Le Monde*. 14 de Setembro de 1973. BDIC, Archives : Le Monde.

“Quatorze coups d’État en Amérique Latine depuis 10 ans”. *Le Monde*. 14 de Setembro de 1973. BDIC, Archives : Le Monde.

URUGUAI

Arquivo do Palácio Legislativo de Montevidéu

“Exilados se agrupan.” *Acción*. Montevideo-UY. Año XVI. n. 5589. 21 de Setembro de 1964.

BRASIL

Arquivo Público de São Paulo – Fundo: DOPS- SP

DOPS-SP. “Relação n.º.01 – Banidos do território nacional”. Pasta 64/ 50-Z-9 ordem: 10975 – 11120. Arquivo Público de São Paulo. Arquivo Público de São Paulo – SP; DOPS-SP.

_____. “Relação n.º.02 – Banidos do território nacional”. Pasta 64/ 50-Z-9 ordem: 10975 – 11120. Arquivo Público de São Paulo. Arquivo Público de São Paulo – SP;

_____. “Relação n.º.03 – Banidos do território nacional”. Pasta 64/ 50-Z-9 ordem: 10975 – 11120. Arquivo Público de São Paulo. Arquivo Público de São Paulo – SP;

_____. “Relação n.º.04 – Banidos do território nacional”. Pasta 64/ 50-Z-9 ordem: 10975 – 11120. Arquivo Público de São Paulo. Arquivo Público de São Paulo – SP.

_____. Informação 2555. Assunto: comportamento de presos políticos. 30 de Junho de 1975. Fl. 04. Pasta 18/ 50-Z-8 ordem: 1812 – 1932. Arquivo Público de São Paulo.

Porto Alegre - RS

Acervo da luta contra a Ditadura

SOPS-RS/LV_1._.35.1.1. DEPARTAMENTO CENTRALIZADO DE INFORMAÇÕES/ DIVISÃO DE INFORMAÇÕES. *Sumário de informação n. 2/67*. Porto Alegre-RS, Outubro/1967.

“Guerrilha no Sul: 23 homens tentam levantar o país.” *Coojornal*. Porto Alegre-RS. Ano IV, n. 35. Dezembro/1978. p. 1. Acervo da luta contra a ditadura, Porto Alegre-RS.

Brasília - DF

Arquivo Histórico do Itamaraty

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago do Chile. *Marcha de protesto contra o Brasil*. Ofício expedido n. 277. Data: 30/03/1971.

_____. *Semana de solidariedade com o povo brasileiro*. Ofício expedido n. 441. Data: 24/05/1971.

_____. *Mensagem do presidente Allende ao congresso*. Ofício expedido n. 409. Data: 03/06/1971. p. 02.

_____. *Imagem do Brasil no Chile: notícia desfavorável*. A.C. da Câmara Canto (embaixador). Ofício expedido n. 575. Data: 29/06/1971.

_____. *Situação interna: a “via chilena” e a via armada*. Ofício expedido n. 112. Joaquim Almeida Serra – Encarregado de negócios. Data: 19/01/1972.

_____. *Situação política. Estrangeiros na administração brasileira. Asilados brasileiros*. Ofício expedido n. 1734. Assinado por A.C. Câmara Canto (Embaixador). Data: 29/08/1973.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Paris. *Política externa. Rompimento das relações URSS-Chile*. Ofício expedido n. 1818. Assinado por Câmara Canto (embaixador). Data: 25/09/1973.

_____. *Folhas de conceitos de militares brasileiros estagiários na França*. Ofício expedido n. 837. A. de Lyra Tavares – Embaixador. Data: 26/09/1973.

_____. *Situação dos nacionais franceses no Chile*. Ofício expedido n. 859. Data: 05/10/1973.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Embaixada brasileira em Santiago. *Situação chilena. “Comitê Nacional de ajuda a refugiados”*. Ofício expedido n. 1855. Assinado por Câmara Canto. Data: 05/10/1973.

_____. *Destino dos refugiados estrangeiros no Chile*. Ofício expedido n. 1923. Assinado por Câmara Canto. Data: 23/10/1973.

Documentário

Documentário “Estádio Nacional”. Direção: Carmen Luiz Paroz, 90 minutos, 2001.

Páginas na internet

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. “A vida de Serra no exílio”. *Istoé*. n. 2.117, 03 de junho de 2010. Disponível em: <www.istoe.com.br/reportagens/78194_A+VIDA+DE+SERRA+NO+E+XILIO>. Acesso em 28 de janeiro de 2011.

Anistia Internacional – Disponível em: www.br.amnesty.org. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

Produções memorialísticas

AGEE, Philip. *La CIA por dentro*: Diário de un espía. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 1975.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro (cortesia da Editora Civilização Brasileira S.A.), 1982.

BONA GARCIA, João Carlos. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 3^a Ed., 1989.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio: Brasil 1964-19??*. São Paulo: Livramento, 1978.

COSTA, Albertina de Oliveira, et alli. *Memórias de mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: editora Proletra, 1999.

PALMAR, Aluísio. *Onde foi que vocês enterraram os nossos mortos?* 2^a Ed. Curitiba: Travessa dos editores, 2006.

RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração editorial, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global editora, 1980.

SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

VIEIRA, Liszt. *A busca: memórias da resistência*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

7.2 Bibliografia

A

AGRIKOLIANSKY, Éric. La gauche, le libéralisme politique et les droits de l’homme. In: BECKER, Jean-Jacques et CANDAR, Gilles (dir.). *Histoire des gauches en France*. v. 2 : siècle à l’épreuve de l’histoire. Paris: La Découverte, 2005.

ALVES, José Augusto Lindgren. Fragmentação ou recuperação? *Política externa*, v. 13, n. 2, setembro/outubro/novembro, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989,

ANDRADE, José Henrique Fischel de. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nádia de e ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. *Paixões políticas em tempos revolucionários: no traço da militância, o percurso de Jane Vanini*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: Mudança política e inserção internacional, 1964-1997. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 40, n. 2: 49-75, 1997.

_____. Chile: A detenção do general Pinochet e as relações civis-militares. In: D’ARAÚJO; CASTRO, 2000.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

ARON, Raymond. Os últimos anos do século. Rio de Janeiro: Editora da Guanabara, 1987.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 31ª edição, 1985.

_____. Perfil dos atingidos. Petrópolis: Vozes, 1988.

ARTURI, Carlos S. *Le Brésil: une tentative de démocratisation octroyée (1974-1985)*. Villeneuve d’Ascq, Septentrion, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. *Lua Nova*, n. 55-56, 2002.

B

BADIE, Bertrand e HERMET, Guy. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

BADIE, Bertrand. *O Fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. *Le diplomate et l'intrus: l'entrée des sociétés dans l'arène internationale*. Paris: FAYARD, 2008.

BADIE, Bertrand; BRAUMAN, Emmanuel; DEVIN, Guillaume; WENDEN, Catherine Withol de Wenden. *Pour un autre regard sur les migrations : construire une gouvernance mondiale*. Paris: La Découverte, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 28, setembro de 2003, Mensal, ISSN 1519.6186. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.html>. Acesso em 20 de julho de 2006.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964 – 1982)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2006.

BECKER, Jean-Jacques. *Histoire politique de la France depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 2000.

BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. 10 ed. Rio de Janeiro: Camus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

_____. A representação política: elementos para a teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1990.

C

CARDOSO, Lucileide C. Construindo a memória do regime de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27, 1994.

CASELLA, Paulo Borba. Refugiados: conceito e extensão. In: ARAÚJO, Nádia e ALMEIDA, Guilherme de Assis. *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CASTLES, Stephen e MILLER, Mark. J. *The age of migrations: International population movements in the modern world*. Fourth Edition. Palgrave, 2009.

CERVO, Amado Luis. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, Flávio Sombra (org). *Relações internacionais – dois séculos de História*. Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: IBRI, 2001.

CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979)*. DEA – Histoire contemporaine des mondes étrangers et des relations internationales. Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne (Mémoire de DEA), 2004.

_____. Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979). *Cahiers d'Amérique Latine*, n. 48-49, 2006.

_____. Les exilés brésiliens et la policie française : un exemple de contrôle politique dans un pays d'accueil. In: SANTOS, Idelette Muzzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.) *L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008a.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia Cristã e populismo: um marco histórico-comparativo entre o Brasil e o Chile. *Revista de Sociologia e Política*. n. 15: 67-82, Nov. 2000.

COLLIER, David. El método comparativo: dos décadas de câmbios. In: SARTORI, G. y MORLINO, L. (comp.). *La comparación en las Ciências Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1980.

D

DEL POZO ARTIGAS, José (coordinador). *Exiliados, emigrados y retornados*. Santiago: RIL Editores, 2006.

DELEUSE, Gilles. *Foucault*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1998.

DEVIN, Guillaume. Introduction : Les solidarités transnationales, phénomène social à l'échelle mondiale. p. 17-18. In: DEVIN, Guillaume. (dir.). *Les solidarités transnationales*. Paris: L'Harmattan, 2004.

DONNELLY, Jack. *International Human Rights*. 2^a ed. United States: Westview Press, 1998.

DOSSIÊ *dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

DUFOIX, Stéphane. *Politiques d'exil*. Paris: Presses universitaires de France, 2002.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

F

FIALHO, A. Veiga. *Uruguai: um campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 1979.

FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILLIEULE, Olivier. Post scriptum: Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, n. 51 (1-2), fév-avril, 2001.

FILLIEULE, Olivier; TARTAKOWSKY, Danielle. *La manifestation*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 20^a edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FUENTE, Victor Hugo de la (Presentación). *Cinco discursos fundamentales: Allende*. Santiago: publicación de Le Monde Diplomatique, Editorial "Aún creemos en los sueños", 2008.

G

GASTAUT, Yvan. La volte-face de la politique française d'immigration durant les « Trente Glorieuses », *Cahiers de l'Urmis*, n. 5, mai 1999. Disponível em: <<http://urmis.revues.org/index338.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2010

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing. *Anthropological Quarterly*. v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 3^a ed. São Paulo: Ática, 1987.

GROJEAN, Olivier. *La cause kurde, de la Turquie vers l'Europe*: Contribution à une sociologie de la transnationalisation des mobilisations. Thèse de doctorat en sociologie politique sous la direction d'Hamit Bozarslam, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2008.

GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2^a edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória: fontes orais e relato histórico. In: _____, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais - Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, EDUFMT, 2006.

_____; SOCORRO, Maria do Socorro Araújo. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Escrita da História, escrita de si*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

H

HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, 1995.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

HANLAN, Hope. Prefacio. In: ALTO COMISIONADO DE NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

J

JACOMET, André. Préface. In: TIBERGHIEU, Frédéric. *La protection des réfugiés en France*. Aix-en-Provence: Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1984.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

K

KAISER, Karl. Transnational Politics: Toward a Theory of Multinational Politics. *International Organization*, v. 25, 1971.

KALLÁS, Ana Lima. *A paz social e a defesa da ordem: a Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2008.

KASTORYANO, Riva. Mobilisations des migrants en Europe : du national au transnational. *Revue Européenne des Migrations Internationales*. v. 10, n. 1, 1994.

KAYE, Ronald. From passive victim to political militant: a comparative analysis of political activism among refugees and exiles. In: OFPRA. *Les réfugiés en France et en Europe: quarante ans d'application de la Convention de Genève (1952-1992) – Actes du Colloque*, 1992.

KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy networks in International politics*. Ithaca-Londres: Cornell University Press, 1998.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; TRUZZI, Oswaldo. Globalização, migrações internacionais e cidadania. *Perspectivas*, São Paulo, v. 31, p. 123-135, jan./jun, 2007.

KLANDERMANS, Bert; OEGEMA, Dirk. Potentials, Networks, Motivations, and Barriers: steps towards participation in social movements. *American Sociological Review*, v. 52, n. 4, august, 1987.

KUSCHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

L

LAKE, David. The State and International Relations. In: REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford UP, 1998.

LESSA, Alfonso. *La revolución imposible: Los Tupamaros y el fracaso de la via armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Fin de Siglo, 2000.

LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Estado y Fuerzas armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental S.R.L, 1985.

M

McADAM, Doug e PAULSEN, Ronnelle. Specifying the relationship between social ties and activism. *American Journal of Sociology*, v. 99, n. 3, p. 640-667, 1993.

McADAM, Doug. Beyond Structural Analysis: Toward a more dynamic understanding of social movements. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug (ed.). *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford university press, 2003.

MARIANO, Nilson. *As garras do Condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964 - 1967)*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2006.

MARKARIAN, Vania. *Left in Transformation: Uruguayan Exiles and the Latin American Human Rights Network (1967 -1984)*. New York: Routledge, 2005.

MARTINI, Carlos. Paraguai - O Fim da era Stroessner: militares, partidos e a rota para a democracia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, 2003.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

MEMMI, Dominique. L'Engagement politique. In: GRAWITZ, Madelaine e LECA, Jean (dir.). *Traité de Science Politique*. v. 3: L'Action politique. Paris, PUF, 1985.

MILANI, Carlos; LANIADO, Ruthy. Transnational social movements and the Globalization agenda: A methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum. *Brazilian Political Science Review*. v. 1, n. 2, July-December, 2007.

MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: Reconceiving the Culture-Network Link. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug (ed.). *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford university press, 2003.

MORAES, João Quartin de. *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

_____. Organiser l'activité intellectuelle et politique. In: SANTOS; ROLLAND. 2008b.

MORAES, Maria Lygia Quartin. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora UNICAMP, v. 6, 2007.

MOREIRA, Julia Albertino. A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, Ano 4, v. 2, 2005.

O

OÑATE, Rody; WRIGHT, Thomas; ESPINOZA, Carolina; SOTO, Andrea; GALLEGUILLOS, Ximena. *Nosotros los chilenos: Exilio y retorno*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

P

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968 -1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em História (Tese de Doutorado), 2005.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de mulheres brasileiras em Paris: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

PEDRO, Joana Maria. Lectures Brésiliennes du féminisme français et mécanismes d'indentification au Brésil. In: SANTOS, ROLLAND, 2008a.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: O centro de informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*. Ano 52, n. 02, 2009.

PHILIP, Olivier. L'accueil et l'aide à l'insertion des réfugiés en France: évolution du dispositif national et réorganisation. In: OFPRA. *Les réfugiés en France et en Europe: quarante ans d'application de la Convention de Genève (1952-1992) – Actes du Colloque*, 1992.

Q

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. La mémoire de la répression politique chez les exilés brésiliens en France. In: SANTOS, Idelette Muzzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.) *L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008a.

_____. *Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros*. Trabalho apresentado na IV Jornadas de Historia Reciente – Universidad Nacional de Rosario-Argentina, Maio de 2008.

QUINTANA, Juan Ramón. Bolívia: Cultura estratégica, democracia e Forças Armadas. In: D'ARAÚJO; CASTRO, 2000.

R

RANIERI, Nina B. S. Estado e Nação: novas relações? *Política externa*, v. 13, n. 1, junho/julho/agosto 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 1ª Ed. Bauru: Brasiliense, 1990.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo de Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. Culture politique, démocratie et exil des brésiliens en France dans les années 1960 et 1970. In: SANTOS; ROLLAND, 2008a

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3. Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008c.

REIS, Eliana. *Contestação, engajamento e militância: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Ciência Política (Tese de doutorado), 2007.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, junho de 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. *O romantismo revolucionário da Ação popular: do cristianismo ao maoísmo*. Meeting of the Latin American Studies Association. Chicago, 1998

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

ROCHEFORT, Florence. Les féministes. In: BECKER, Jean-Jacques et CANDAR, Gilles (dir.). *Histoire des gauches en France*. v. 2 : siècle à l'épreuve de l'histoire. Paris: La Découverte, 2005.

ROLLAND, Denis. L'État Français et les exils brésiliens : prudence d'État, Guerre Froide et propagandes. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.). *L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008a.

_____. L'Exil des dictatures: impact conjoncturel dans la présence Latino-américaine en France ? In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.). *L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008a.

_____. La CIMADE et l'accompagnement de l'exil: Archives de la CIMADE déposées à la BDIC. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Brésil des gouvernements militaires et l'exil (1964-1985). Violence politique, exil et accueil des brésiliens en France: Témoignages et documents*. Paris: L'Harmattan, 2008b.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. Debate no exílio: em busca da renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora UNICAMP, v. 6, 2007.

RONINGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010.

S

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.). *L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008a.

_____. (dir.). *Le Brésil des gouvernements militaires et l'exil (1964-1985). Violence politique, exil et accueil des brésiliens en France: Témoignages et documents*. Paris: L'Harmattan, 2008b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: A Dimensão Atlântica da Política Externa do Brasil (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Ed. UnB, 1996.

SARTORI, Giovanni. Bien comparer, mal comparer. *Revue Internationale de Politique Comparée*. Bruxelles, v. 1, n. 1, p. 19-36, 1994a.

_____. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, Giovanni y MORLINO, Leonardo (comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994b.

SASAKI, Elisa; ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Teoria das migrações internacionais*. Anais XII Encontro Nacional da ABEP, 2000.

SILVA, Helenice. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França durante as ditaduras militares: uma história cruzada. *Nuevo mundo, mundos nuevos*. Debates, 2007.

SIMÉANT, Johanna. *La cause des sans-papiers*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1998.

_____. *Des mouvements nouveaux et globaux?* Sur les mouvements sociaux “transnationaux” dans quelques ouvrages récents. Communication au 8^e Congrès de l’Association Française de Sciences Politiques, Lyon, 14-15 septembre 2005.

SIMÕES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de mestrado), 2009.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. IN: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2^a Ed., 2003.

SNOW, David A., ZURCHER, Louis A., EKLAND-OLSON, Sheldon. Social Networks and Social Movements: a microstructural approach to differential recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, october, 1980.

SOSENSKI, Susana. Guardianes de la memória. *Economía, Sociedade y Território*. v. V, n. 18, 2005.

SZNAJDER, Mario; RONINGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.

T

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Politique(s) du conflit: De la grève à la révolution*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

TOURAINÉ, Alain. *Le mouvement de mai ou le comunisme utopique*. Édition: Le livre de poche. Paris: Imprimé par Brodard et Taupin, 1998.

TUPAMAROS. *Actas Tupamaras: una experiencia de guerrilla urbana*. Argentina: Editorial Cucaña, 2003.

V

VALLADÃO, Haroldo T. Asilo territorial y asilo diplomático. In: COMITÉ Jurídico Interamericano. *XII Curso de Derecho Internacional*. Washington: Ediciones Jurídicas de las Américas, 1986.

VASQUEZ, Ana e XAVIER DE BRITO, Ângela. La situation d’exil: Essai de généralisation fondé sur exemple des réfugiés latino-américains. In: OFPRA. *Les réfugiés en France et en Europe: quarante ans d’application de la Convention de Genève (1952-1992) – Actes du Colloque*, 1992.

VASQUEZ, Ana; ARAÚJO, Ana Maria. *Exils latino-américains: La malédiction d'Ulysse*. Paris: CIEMI et L'Harmattan, 1988.

VIEIRA, Liszt. Cidadania global e Estado Nacional. *Dados*, v. 42, n. 3, Rio de Janeiro, 1999.

VILLA, Rafael A. Duarte. Formas de influência das ONGS na política internacional contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12: 21-33, Jun. 1999.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. (org.) 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

W

WENDEN, Catherine Withol. L'immigration, objet du débat politique. *Confluences*, n. 14 Printemps, p. 67-73, 1995.

WOLFF, Cristina Scheibe. Féminisme et lutte armée: un regard à partir de L'exil. In: SANTOS, ROLLAND, 2008a.

Y

YANKELEVICH, Pablo. *Represión y destierro: itinerarios del exilio argentino*. Buenos Aires: Al Margen, 2004.

8 – ANEXOS

8.1 *Perfil dos entrevistados*

ALAIN TOURAINE Sociólogo francês especialista em movimentos sociais, participou ativamente da movimentação em favor da acolhida na França dos refugiados vindos do Chile após o golpe de 1973, sobretudo chilenos. Também contribuiu para a inserção de intelectuais brasileiros nas universidades francesas.

Entrevista realizada em Paris, no dia 04 de fevereiro de 2010.

ALFREDO VALLADÃO É filho de diplomatas e em virtude disso, já se encontrava na França no momento do golpe. Não foi vinculado às organizações clandestinas e nem mesmo com os partidos de oposição existentes no período que antecedeu o golpe, mas manteve intenso contato com a colônia de brasileiros exilados na França através do seu envolvimento com o *Front Brésilien d'Information*.

Entrevista realizada em Paris, no dia 29 de novembro de 2009.

ÂNGELA XAVIER DE BRITO Iniciou a sua militância política através do movimento estudantil, no Rio de Janeiro. Filiou-se à AP e, por conta da atuação junto à organização, foi presa. Após ser libertada em 1971, passou por um período de clandestinidade no Brasil, até partir para o exílio, que viveu na Argentina, no Chile e na França.

Entrevista realizada em Paris, no dia primeiro de dezembro de 2009.

ANGELINA PERALVA No período anterior ao exílio era estudante de filosofia e posteriormente, de ciências sociais. Engajou-se na luta contra a ditadura através do movimento estudantil no Rio de Janeiro. Filiou-se, sobretudo, a movimentos político-operários, notadamente o POC. Partiu para o exílio em 1972, e se exilou no Chile e, posteriormente, na França.

Entrevista realizada e gravada por telefone em Paris, enquanto Angelina Peralva se encontrava em Toulouse, na França, no dia 02 de fevereiro de 2010.

ARIEL COLLAZO O ex-deputado uruguaio foi um dos líderes do Movimento Revolucionário Oriental (MRO) e defensor da Revolução Cubana em seu país. Amigo íntimo de Leonel Brizola, foi o principal responsável pelo contato entre o ex-governador do Rio Grande do Sul e Cuba.

Entrevista realizada em Montevideu, no dia 27 de fevereiro de 2006.

CLÁUDIO WEYNE GUTIÉRREZ Nasceu em Porto Alegre e iniciou a sua participação política no movimento estudantil, mais especificamente na dissidência estudantil do PCB, tendo se filiado posteriormente à ALN. Viveu o exílio no Uruguai, na Bolívia, no Chile e na Noruega. Durante o exílio no Chile se vinculou à VPR, e na passagem na Bolívia, ao ELN (Exército de Libertação Nacional). Foi preso no Uruguai em 1969 em uma ação repressiva binacional.

Entrevista realizada em Porto Alegre, no dia 8 de março de 2006.

DANIEL AARÃO REIS FILHO Nasceu no Rio de Janeiro e foi vinculado à VPR. Foi preso político e partiu para o exílio após ter a sua libertação negociada, juntamente com outros 39 presos, em troca da libertação do embaixador alemão em 1970. Viveu o exílio principalmente no Chile, Argélia e França, mas passou por outros países.

Entrevista com realizada em Paris, em 22 de fevereiro de 2010. Não gravada.

FLORRIE SNOW É canadense e radicada no Chile há mais de trinta anos em virtude do casamento com um cidadão chileno. Atuante junto às Igrejas, participou da organização do resgate de estrangeiros no momento do golpe no Chile.

Entrevista realizada em Santiago do Chile, no dia 02 outubro de 2008.

ÍNDIO VARGAS Nasceu em São Sepé no interior do Rio Grande do Sul, é jornalista e advogado. Contribuiu com os planos políticos da primeira geração exilada no Uruguai, repassando informações codificadas enquanto um dos emissários de Leonel Brizola. Eleito vereador em Porto Alegre em 1968, teve o mandato cassado logo após a posse, ingressando em seguida à luta armada, sendo preso pouco depois.

Entrevista realizada em Porto Alegre, no dia 15 de março de 2006.

JOSÉ DIRCEU É mineiro e foi líder do movimento estudantil em 1968, tendo vinculações com o MOLIPO, posteriormente. Estava preso em São Paulo, quando sua libertação e de outros 14 militantes presos foi exigida em troca da libertação do embaixador norte americano, Charles Elbrick, seqüestrado no Rio de Janeiro em 1969 pela ALN e o MR-8. Banido do país, desembarcou no México e de lá, partiu para Cuba, onde permaneceu até meados de 1971, quando retornou ao Brasil clandestinamente. Conseguiu permanecer entre 6 e 8 meses no

Brasil, e voltou novamente para Cuba, ainda como clandestino. Voltou definitivamente ao Brasil em 1974, vivendo clandestinamente, até o processo de abertura política.

Entrevista realizada em São Paulo, no dia 08 de setembro de 2008.

JOÃO CARLOS BONA GARCIA Nasceu em Passo Fundo, no interior do Rio Grande do Sul. Durante a militância política no Brasil se vinculou ao POC, e posteriormente à VPR. Partiu para o exílio juntamente com outros 69 presos políticos trocados pela libertação do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado em 1970 pela oposição armada. Viveu o exílio principalmente no Chile, Argélia e França, com uma passagem pela Argentina.

Entrevista realizada em Porto Alegre, no dia 12 de março de 2008.

JORGE ZABALZA É uruguaio e foi um dos principais líderes do Movimento de Libertação Nacional (MLN), mais conhecido como Tupamaros, que ganhou grande destaque no Uruguai e na América Latina. Em uma de suas prisões no Uruguai esteve preso com um exilado brasileiro, Jorge Mannes.

Entrevista realizada em Montevideú, no dia 14 de fevereiro de 2006.

LAVÍNIA BORGES Iniciou a militância política no movimento estudantil, tendo se filiado posteriormente ao PCB, e depois, à dissidência da Guanabara. Partiu para o exílio em dezembro de 1970, visando escapar da repressão e se juntar ao seu companheiro, Teodoro Buarque de Holanda, que se encontrava no Chile. Neste país, se aproximou dos militantes do MR-8, concluiu o curso de medicina e se casou com Teodoro. Após o golpe, recebeu asilo político no Panamá, e de lá, partiu com o seu marido para a Costa Rica.

Entrevista realizada em conjunto com Teodoro Buarque de Holanda, no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 2010.

PAULO CAMPANÁRIO Paulista, iniciou a militância política enquanto estudante secundarista e, posteriormente, estudou Física e Sociologia na USP durante o período de militância. Foi militante da Dissidência do Partido Comunista. Viveu o exílio no Chile e posteriormente na Costa Rica, onde permaneceu por 7 anos.

Entrevista realizada em Florianópolis, no dia 19 de fevereiro de 2009.

PAULO KRISCHKE Natural do estado do Rio Grande Sul, estudou na USP, onde teve contato com a militância política. Foi filiado à AP, chegando a fazer parte da direção da

organização em São Paulo. Rompeu com a organização quando esta passou a ser influenciada pelo maóismo, mas ainda mantinha vínculos com o grupo durante a greve de Osasco de 1968, que contou com a participação de diversos dirigentes da organização. A repressão que se seguiu à greve atingiu diversos militantes da AP, e diante disso, Paulo Krischke partiu para o exílio, que viveu no Chile e no Canadá.

Entrevista realizada em Florianópolis - SC, 20 de fevereiro de 2009.

PIO PEREIRA DOS SANTOS Natural de Paranaíba, interior de Mato Grosso do Sul, iniciou a faculdade de medicina em São Paulo. Engajou-se na oposição à ditadura através do movimento estudantil e iniciou a militância na POLOP, antes que ela passasse pelas divisões que deram origem ao VPR e a Var-Palmares. Também se conectou ao movimento do sindicato dos metalúrgicos de Osasco em 1968. Saiu do Brasil em 1969 e viveu o exílio no Uruguai e Chile, sendo que no último, deu continuidade aos seus estudos de medicina, enquanto participava da organização da “caixinha”. Após o golpe de 1973, foi acolhido como refugiado no Canadá.

Entrevista realizada em Florianópolis-SC, 21 de fevereiro de 2009.

TEODORO BUARQUE DE HOLANDA Militou junto ao movimento estudantil até 1968, mas não estava vinculado a organizações políticas no Brasil. Partiu para o exílio em fevereiro de 1970 após ter sido preso e acusado de ter participado de um assalto a banco efetuado por organizações armadas. O Chile foi o primeiro país de exílio, onde realizou um mestrado na FLACSO e se aproximou dos militantes do MR-8. Após o golpe no Chile, partiu juntamente com sua esposa, Lavínia Borges, com quem se casou no Chile, ao Panamá, e pouco depois, para a Costa Rica, onde permaneceu até o fim do exílio.

Entrevista realizada em conjunto com Lavínia Borges, no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 2010.

THOMÁS TOGNI TARQUÍNIO Mineiro, no Brasil a sua militância esteve vinculada à Ação Popular (AP). Era estudante de Economia na PUC e posteriormente de História na USP durante o período da militância política junto à AP em São Paulo. Viveu o seu exílio no Chile e na França.

Entrevista realizada em Florianópolis, no dia 18 de fevereiro de 2009.

8.2 Documentos



Imagem 1: Capa de um documento produzido por militantes da VPR em 1970.

Fonte: VPR. "O caminho da vanguarda". BDIC, Archives : F Delta 1120 (1). Recueil : Brésil. Partis et mouvements.

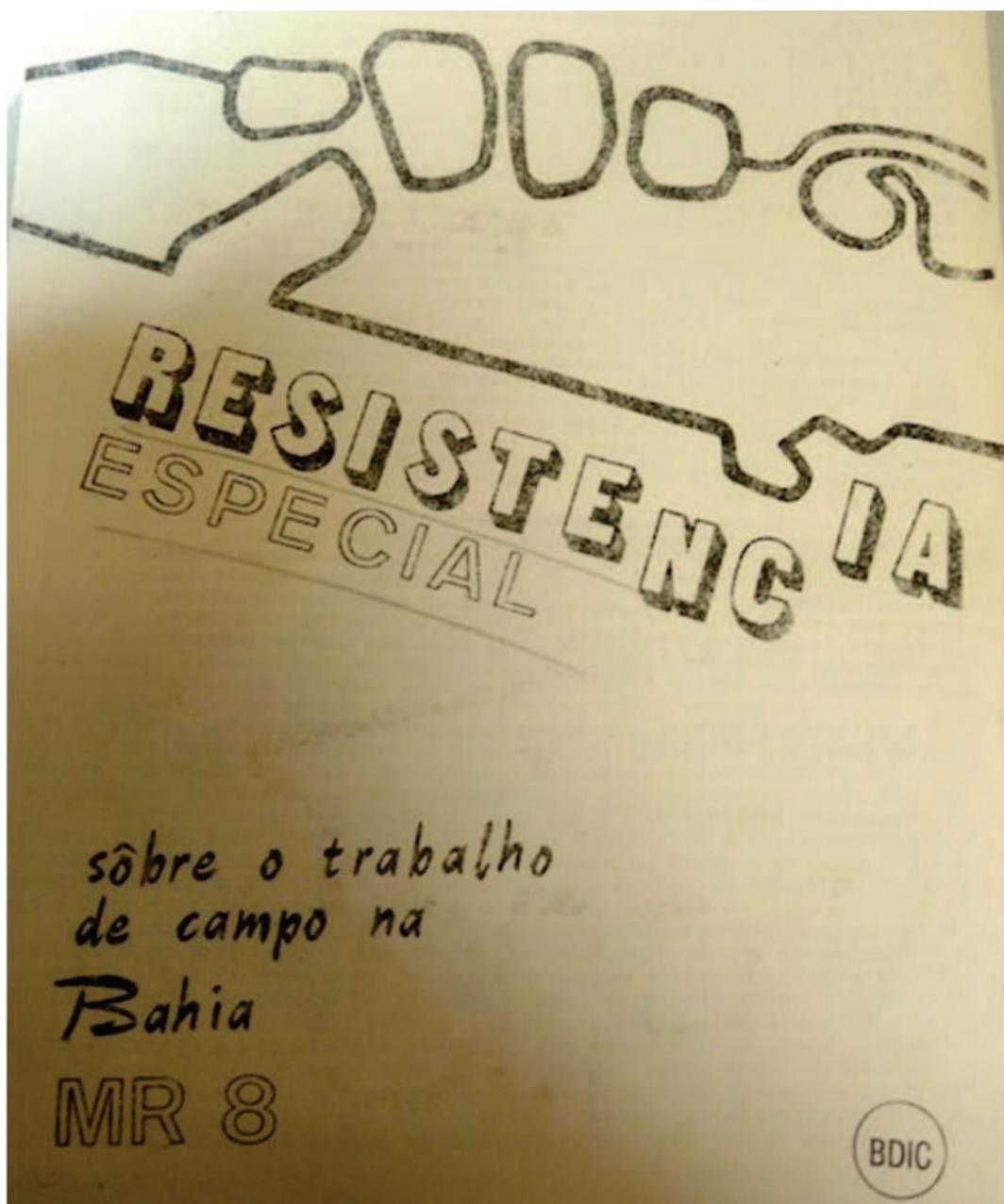


Imagem 2: Capa de uma edição do periódico *Resistência*, editado por exilados brasileiros no Chile.

Fonte: *Resistência*. Sem data. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (7) Recueil : ORM-POC. Organização Revolucionária Marxista. Partido Operário Comunista. 1967 - 1971.



Imagem 3: Capa da publicação *Combate*, editado por militantes brasileiros.

Fonte: *Combate*. Nov.1971. BDIC, Archives : F° delta 1120 (1) (7). Recueil : ORM-POC.
Organização Revolucionária Marxista. Partido Operário Comunista. 1967 – 1971.



Imagem 4: Panfleto da “jornada de repúdio à ditadura militar e a sua campanha imperialista”, de 1972, divulgado em diversos periódicos organizados por exilados brasileiros, tais como Campanha e Debate.

Fonte: *Temas y debates*. Santiago do Chile. Janeiro/Fevereiro/1973. n. 10. Ed. 25. BDIC, Archives : F delta 1120 (7). Recueil : Opposition politique (à l'étranger) contre le gouvernement Brésilien. Documents divers [Lieux divers] (1968-1979).



Imagem 5: Carteira de estudante de Lavínia Borges no Chile.

Fonte: Arquivo pessoal de Lavínia Borges e Teodoro Buarque de Holanda.

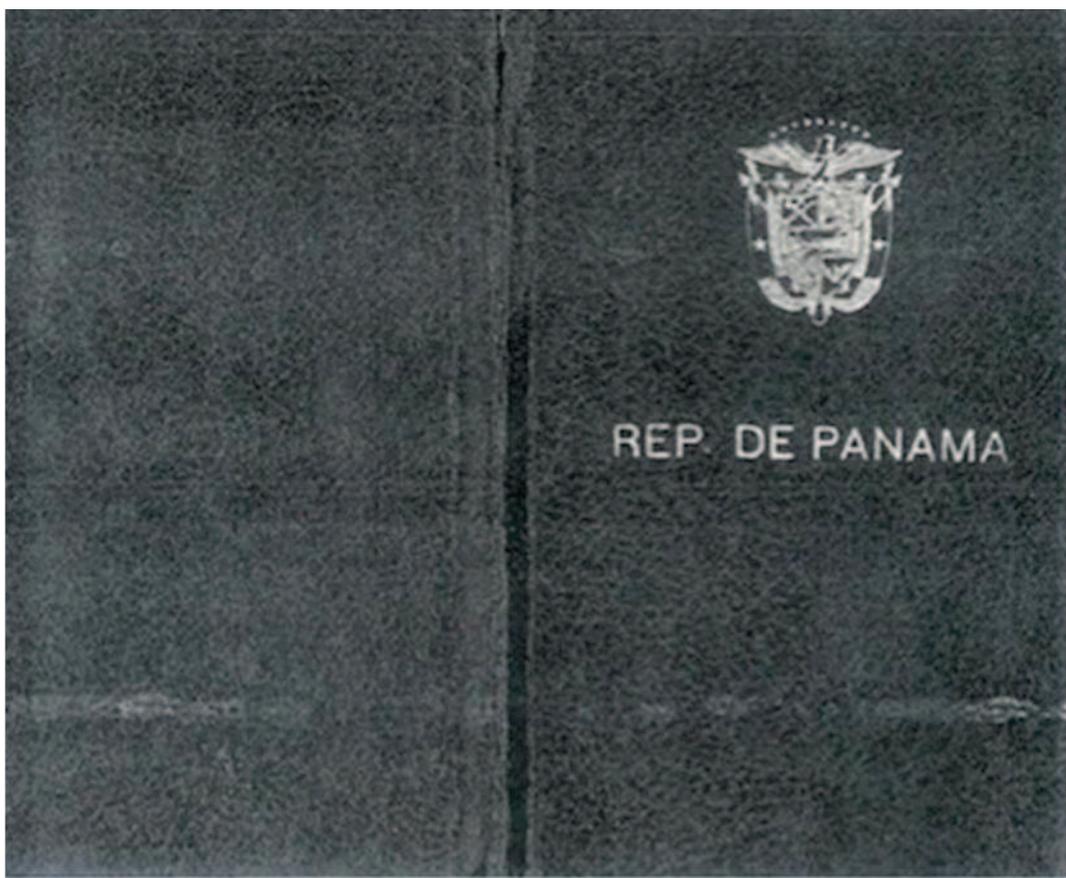


Imagem 6: “Capa” do salvo-conduto idealizada por Hebert de Souza (Betinho).

Fonte: Arquivo pessoal de Lavínia Borges e Teodoro Buarque de Holanda.

REPUBLICA DE PANAMA
 MINISTERIO DE GOBIERNO Y JUSTICIA
 SECCION DE PASAPORTES
SALVO CONDUCTO No. 255
 EL MINISTRO DE GOBIERNO Y JUSTICIA.

CONCEDE:

A la señora LAVINIA TEIXEIRA BORGES el presente Salvoconducto para que pueda ausentarse del territorio nacional y dirigirse a cualquier país.

FILIACION:

Lugar y fecha de Nacimiento: Guanabara, Brasil, el 19 de mayo de 1948

Documento de Identidad: Tarjeta de Identificación No. 2.173.954

Registro Civil: No porta

Nacionalidad: Brasileña

Señas particulares: Ninguna

El presente Salvoconducto es válido para un solo viaje. Su titular podrá utilizarlo para salir del territorio nacional.

Dado en la ciudad de Panamá, a los veintinueve (29) días del mes de enero de mil novecientos setenta y cuatro (1974).





Juan Materno Vasquez
 JUAN MATERNO VASQUEZ
 Ministro de Gobierno y Justicia

Lavinia Teixeira Borges
 Firma de la interesada

IMPRESION DIGITAL DEL PULGAR DERECHO




LCB
MCB/da

Imagem 7: Salvo conduto emitido pelo governo do Panamá à Lavinia Borges.

Fonte: Arquivo Pessoal de Lavinia Borges e Teodoro Buarque de Holanda.

EPAR-1044/73




EMBAJADA DE PANAMA

SALVOCONDUCTO



El presente SALVOCONDUCTO se extiende hoy, viernes 16 de noviembre de 1973, a nombre de la ciudadana brasileña LAVINIA TEIXEIRA BORGES, cédula de identidad Nº 2.173.954, casada, nacida en Guanebora, Brasil, el 19 de mayo de 1940, con el único propósito de que pueda trasladarse a la República de Panamá, por vía aérea, el domingo 18 de noviembre de 1973, para reunirse con su esposo, quien se encuentra en calidad de exilado.

Se deja constancia de que la señora Teixeira Borges viaja con el presente documento, por carecer actualmente del pasaporte respectivo, el cual fue solicitado oportunamente a las autoridades brasileñas.

En consecuencia, este SALVOCONDUCTO se extiende como medida excepcional —con la visa de cortesía correspondiente—, por instrucciones de autoridades gubernamentales panameñas, para que la señora TEIXEIRA BORGES pueda realizar su viaje a fin de quedar a disposición de la Presidenta del Patronato del Instituto Panameño de Rehabilitación Especial Profesora Berta Torrijos de Arcemena, según se indicó en nota de 7 de noviembre de 1973.

REPUBLICA DE PANAMÁ
EMBAJADA EN ARGENTINA

VISADO Cortesía N.º 80/pa

Válido para viajar a la República de Panamá por Luzia Day

Pasaporte C. de Brasil n.º 2.173.954

Titular Lavinia Teixeira Borges

Cargo ó Moción Reintegración de hijos

esta remisión se sujeta a las condiciones de la ley de Extranjería

Bureau Aéro. Tort. 16 de 1973



RICAARTE ANTONIO ACHÉN G.
Embajador

REPUBLICA DE PANAMÁ
EMBAJADA EN ARGENTINA



RICAARTE ANTONIO ACHÉN G.
EMBADOR




Imagem 8: Salvo conduto emitido pelo governo do Panamá à Lavinia Borges.

Fonte: Arquivo Pessoal de Lavinia Borges e Teodoro Buarque de Holanda.



Imagem 9: Capa de uma edição da revista *Brasil Socialista*, editada em Paris por exilados brasileiros.

Fonte: *Brasil Socialista*. Sem data. BDIC, Archives : F° delta 1120 (1) (7). Recueil : ORM-POC. Organização Revolucionária Marxista. Partido Operário Comunista. 1967 – 1971.

62138

**censura
en brasil**

El documento, las Agencias Internacionales de Noticias han difundido una serie de informaciones acerca del nuevo decreto de censura en Brasil el transcribimos algunas noticias y sus detalles de dar noticias para el lector. Uno de los documentos es la carta que, Rui Mauro, director del diario "Estado de Sao Paulo" ha enviado al Ministro de Justicia, Alfredo Buzaid. El otro es un discurso del Pedrosa Horta, líder del MIBL, en el Congreso.

Ya se han iniciado algunas reuniones de auto-entrenamiento individual en las oficinas de dispo-

(Pasa a la pag. 17)

NOTICIAS - CARTA DE RUI MAURO
Y DISCURSO DE PEDROSA HORTA
(INTEGROS) (págs. 15-16)

CAMPANHA

N.º 1 — SANTIAGO DE CHILE — 28 DE SEPTIEMBRE DE 1972
TRANSFORMAR EL EXILIO EN UNA CAMPANA DE LUCHA

**pelé el alternativa comunicado:
"humilde" a la guerrilla en
revolución de los brasil**

Pelé en más de una de sus "obras de caridad" dio una parte de su salario a los niños pobres. Pero, ¿quién sabe hasta donde va su honestidad? En verdad, la humildad de Pelé hace mucho que terminó (pág. 10). (pág. 5)



Despertar antes de las 5 de la mañana, caminar cerca de 10 kilómetros y trabajar hasta que el sol se oculte. Volver a recorrer los mismos 10 kilómetros y llegar a la casa oyendo el llanto de hambre de los niños. El otro día empieza todo de nuevo. La tierra es fértil, pero la plata la tiene el patrón. (págs. 11 y 12).

**"la ola roja EL MIA:
se avecina una experiencia de lucha
y avanza"**

De "A Plebe", periódico obrero de 1919, transcribimos un artículo. En él se puede ver lo que el Socialismo representaba para la clase obrera en aquella época. Y se puede ver también que el Socialismo no es una cosa nueva y externa a los obreros brasileños, como dice mucha gente. (pág. 13).

El MIA (Movimiento Intersindical Anti-"Arrocho") fue uno de los primeros intentos de manifestación del movimiento obrero, después del Golpe Militar. Durante el año de 67, él consiguió movilizar sindicatos y oposiciones sindicales, llegando a hacer una marcha de casi 3.000 personas, en la lucha contra la compresión salarial. Pero los liderazgos se quedaron actuando solamente en las reuniones de Sindicato, lo que llevó el movimiento a desvanecerse. El compañero que expresa sus recuerdos, vivió el MIA en el Rio Grande del Sur, donde este movimiento tuvo una de sus mejores manifestaciones. (págs. 7 y 8).

Hace, más o menos, dos meses, empezaron a circular informaciones y comentarios acerca de una gran concentración de tropas en la región amazónica (sur del Para y del río Araguaia, en Goiás). Pero el gobierno silenció durante algún tiempo y sus primeras informaciones dijeron que la concentración en masa de tropas se trataba de "manobras". Algunos periódicos llegaron a justificar la medida como una prevención al intento contrarrevolucionario de esta región.

Pero en el 25 de septiembre el diario "Jornal da Tarde" de Sao Paulo, que está bajo directa intervención del gobierno, publicó la siguiente noticia:

"Las fuerzas armadas de Brasil han empezado una campaña combinada para expulsar los guerrilleros de una región amazónica. Se informó que por lo menos un soldado murió en combates entre guerrilleros y 5.000 hombres del Ejército, Fuerza Aérea y Marina. El Gobierno no reveló cuántos guerrilleros operaban en el Estado de Goiás, pero fuentes extraoficiales calculan entre 60 a 125 guerrilleros. En una semana el número de soldados y otras fuerzas alrededor de la localidad de Xambioá, a las márgenes del Rio Araguaia aumentó de unos 200 a 5.000 hombres".

(Pasa a la pag. 10 y pag. 12)

Imp. Bio-Bio - Santiago

Imagem 10: Primeira página da primeira edição de *Campanha*, de 12 de setembro de 1972, então editado por exilados brasileiros no Chile.

Fonte: BDIC, Archives : FP 3278. Recuel: Campanha (Chili)

**CHILE:
SACAR
LAS EXPERIENCIAS,
ORGANIZAR
LA RESISTENCIA.**

En Chile, hoy, resiste y lucha el pueblo latinoamericano. Allí se decide el futuro próximo de América Latina.



CAMPAÑA

N° 13 - 3 DE ENERO DE 1974
TRANSFORMAR EL EXILIO EN UNA CAMPANA DE LUCHA



¡EL CAMPANHA SIGUE!

¡NO CONSEGUIRAN IMPEDIR NUESTRA LUCHA!

La derrota del pueblo latinoamericano en Chile tuvo una de sus consecuencias en la desorganización de la prensa revolucionaria de los refugiados que vivían allí. El Campanha fue uno de los muchos que sufrió parte de la represión. Esta claro que en estos cuatro meses no conseguimos recrear las condiciones para que ello volviese como quisieramos. Pero la derrota no fue suficiente para impedir nuestra lucha. Durante estos meses nos reorganizamos en lo posible, buscamos y obtuvimos la colaboración solidaria de mu-

chos que no están de acuerdo con todas las nuestras posiciones. Pero que comprenden que el Campanha hace parte de la lucha y que reorganizalo es parte de la reorganización general. Solamente con esta colaboración en la redacción y informaciones, en la ayuda material, en la propia cobertura legal del periodico, es que no fue posible sacar este número. Con todas limitaciones que tuvo, en la redacción en los aspectos graficos significa una victoria. Significa que el Campanha sigue.

Imagem 11: Primeira página da edição de número 13 de *Campanha*, de 03 de janeiro de 1974, editado por exilados brasileiros no França.

Fonte: BDIC, Archives : FP 3278. Recuel: Campanha (Chili)

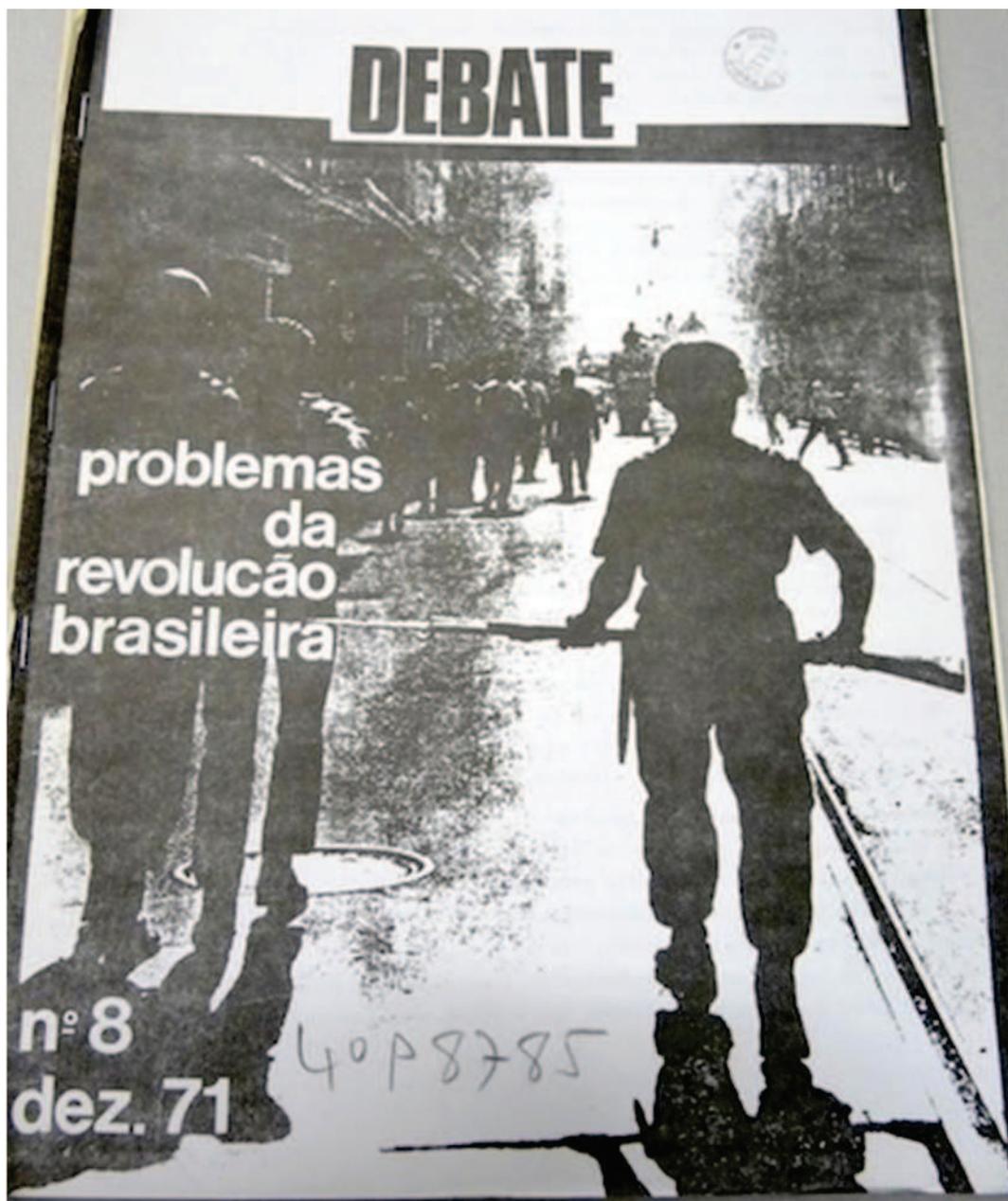


Imagem: 12 Capa da edição número 08, de dezembro de 1971, do periódico *Debate*, editado por exilados brasileiros na França.

Fonte: BDIC, Archives : 4°P8785. Recueil: Debate

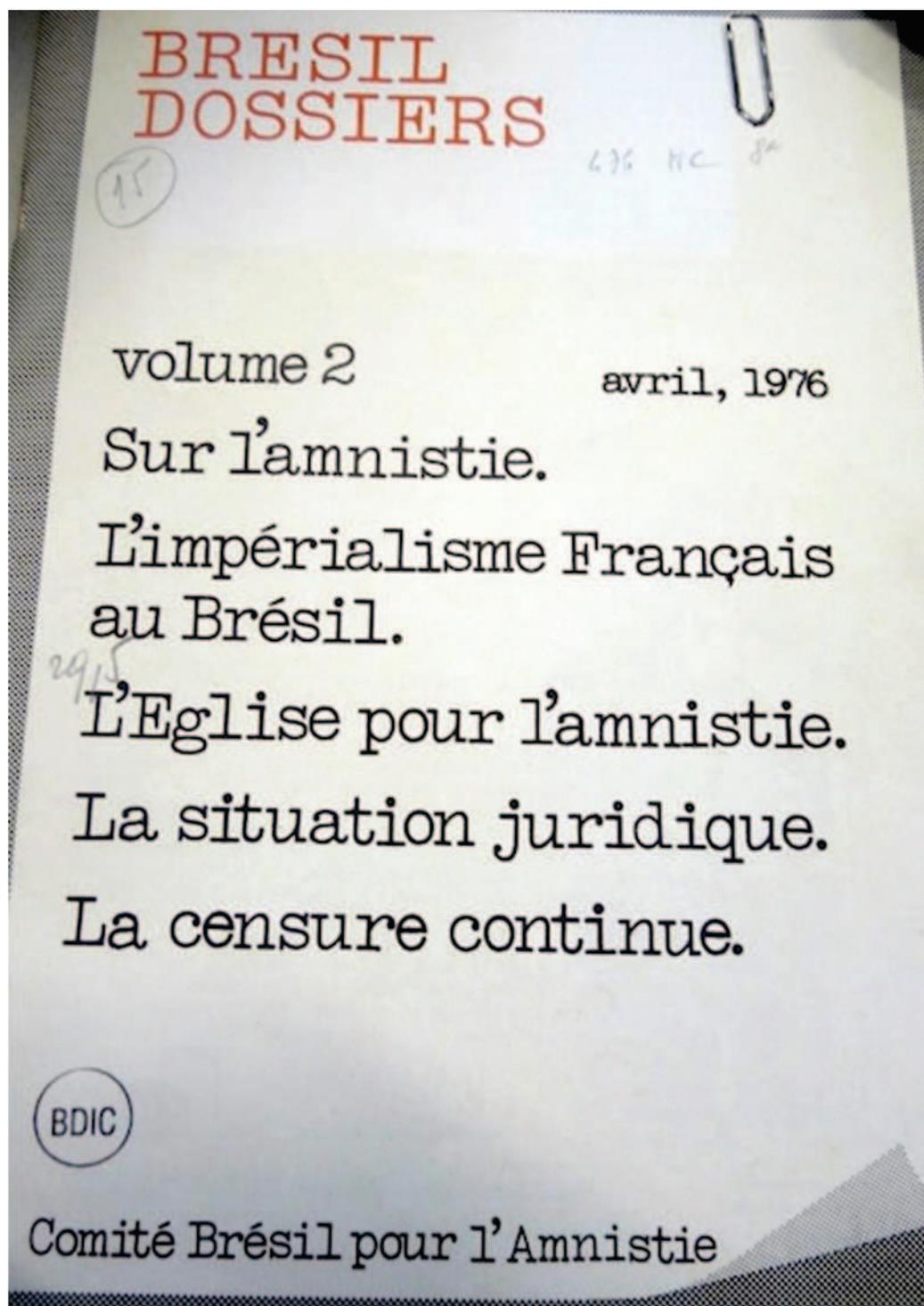


Imagem 13: Capa da publicação *Brésil Dossiers* publicado na França pelo Comitê Brasil pela Anistia de Paris e pelo Comitê France-Brésil.

Fonte: *Brésil dossiers*. Abril/1976. BDIC, Archives, F Delta 1119 (3). Recueil : Répression politique au Brésil. Documents: 1969-1986.



Imagem 14: Capa da edição número 08, de agosto de 1971, do periódico *Front Brésilien d'information*, editado por exilados brasileiros na França e diversos outros países.

Fonte: *Front Brésilien d'information*. An 03, n.8, Agosto/1971. BDIC, Archives : 4P 8029.
Recueil: Front Bresilien d'information.

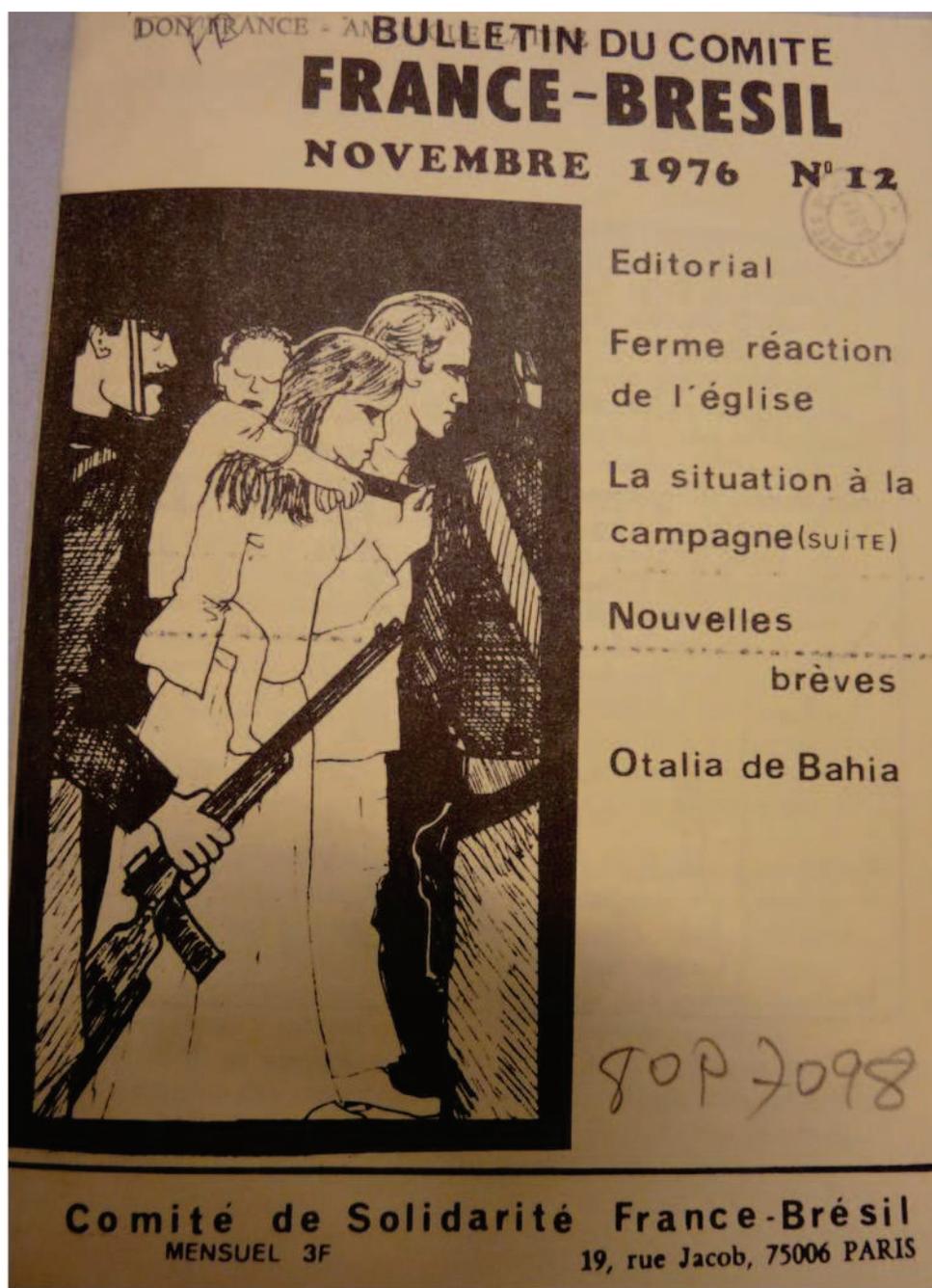


Imagem 15: Capa do número 12 da publicação do comitê France-Brésil.

Fonte: *Bulletin du Comité France-Brésil*. n.12, Novembro/1976. BDIC, Archives: F Delta
 8P709. Recueil: France-Brésil.

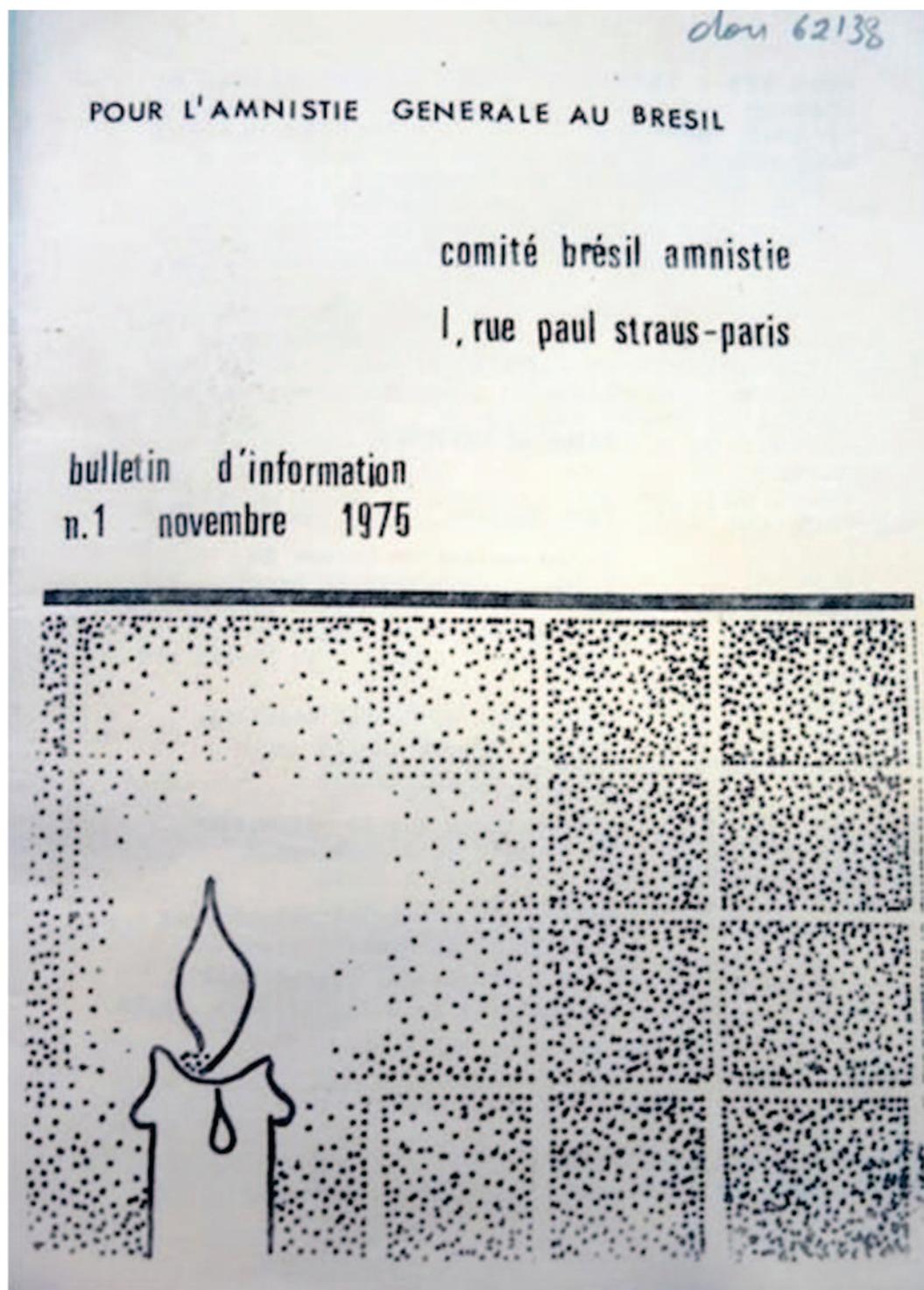


Imagem 16: Capa do primeiro número da publicação do Comitê Brasil pela Anistia de Paris.

Fonte: *Bulletin d'information*. n. 1, Novembro/1975. p. 05-07.

BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2).



Imagem 17: Panfleto de divulgação e convocação dos exilados para atividades do Comitê Brasil pela Anistia de Paris (p.01).

Fonte: BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2) Recueil : Répression et droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

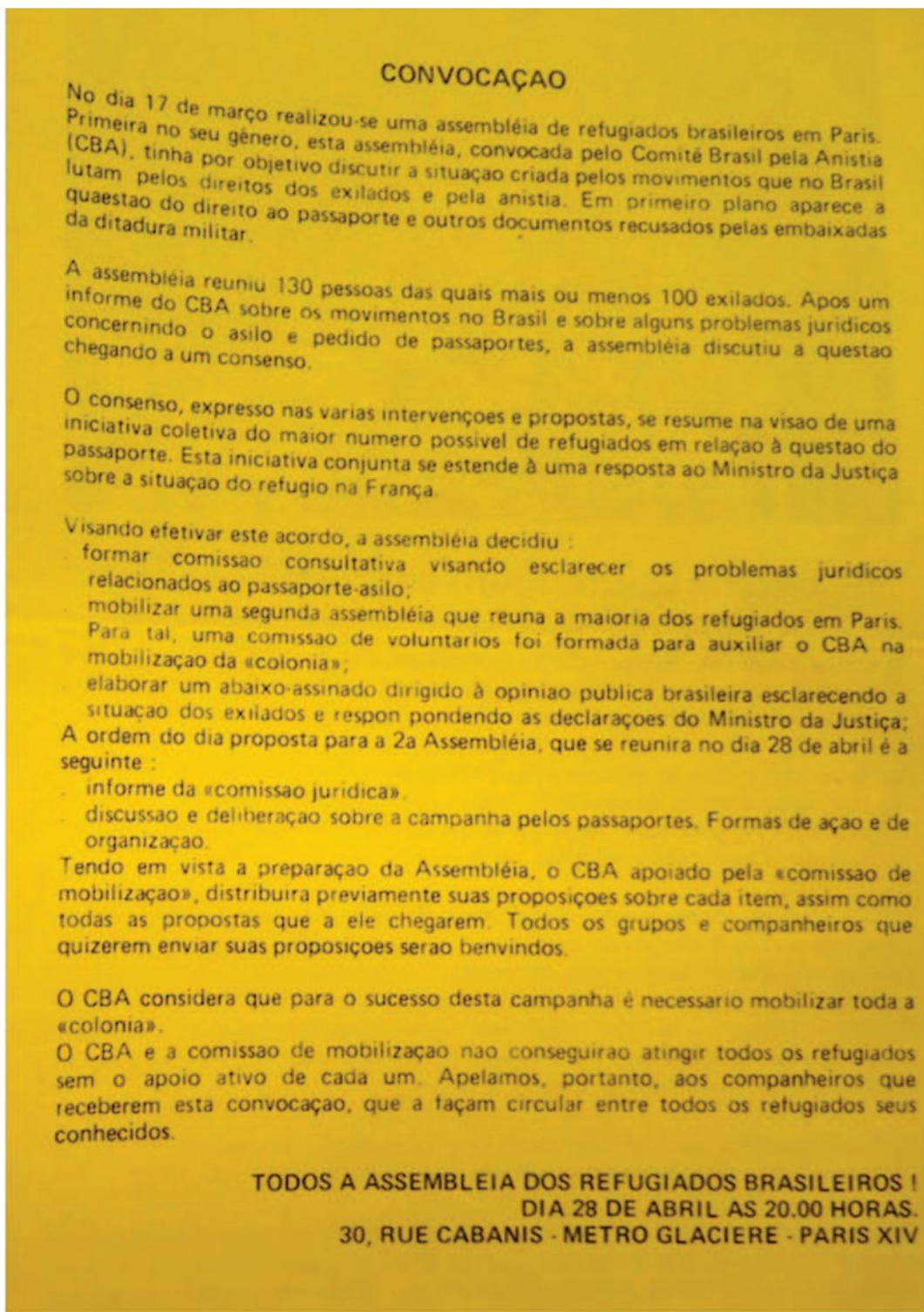


Imagem 18: Panfleto de divulgação e convocação dos exilados para atividades do Comitê Brasil pela Anistia de Paris (p.02).

Fonte: BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2) Recueil : Répression et droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.



APRESENTAÇÃO DO COMITE BRASIL PELA ANISTIA

O comite Brasil pela Anistia (CBA), fundado em fins de 1975 tem por objetivo sensibilizar e mobilizar a opiniao publica francesa visando denunciar a ditadura militar e apoiar as lutas do povo brasileiro pelas liberdades democraticas.

Neste sentido, o CBA desenvolve uma atividade permanente de informacao dirigida aos mais amplos setores da sociedade francesa. Com base neste trabalho de sensibilizacao o CBA mobiliza acoes de solidariedade ou protesto segundo as necessidades do movimento democratico e popular no Brasil.

O CBA é um organismo aberto, democratico, do qual participam todos os brasileiros e franceses, que estejam de acordo com o seu programa e dispostos a trabalhar pela sua aplicacao em uma de suas comissoes.

O CBA é composto de uma Assembleia Geral da qual pariticipam todos seus membros e que se reune de 3 em 3 meses. No intervalo entre duas Assambléias, seu organismo maximo é a Coordenação.

Todos os membros do CBA tem iguais direitos e deveres buscando-se resolver os problemas politicos mais complexos através de solucoes de concenso.

O CBA chama a todos os brasileiros e franceses sensiveis à luta do nosso povo a ingressar em uma de suas comissoes. Quanto mais numerosos formos, maior sera a atividade de solidariedade, e melhor a nossa contribuição para o desenvolvimento da luta contra a ditadura brasileira.

Imagem 19: Panfleto de divulgação e convocação dos exilados para atividades do Comitê Brasil pela Anistia de Paris (p.03).

Fonte: BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2) Recueil : Répression et droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

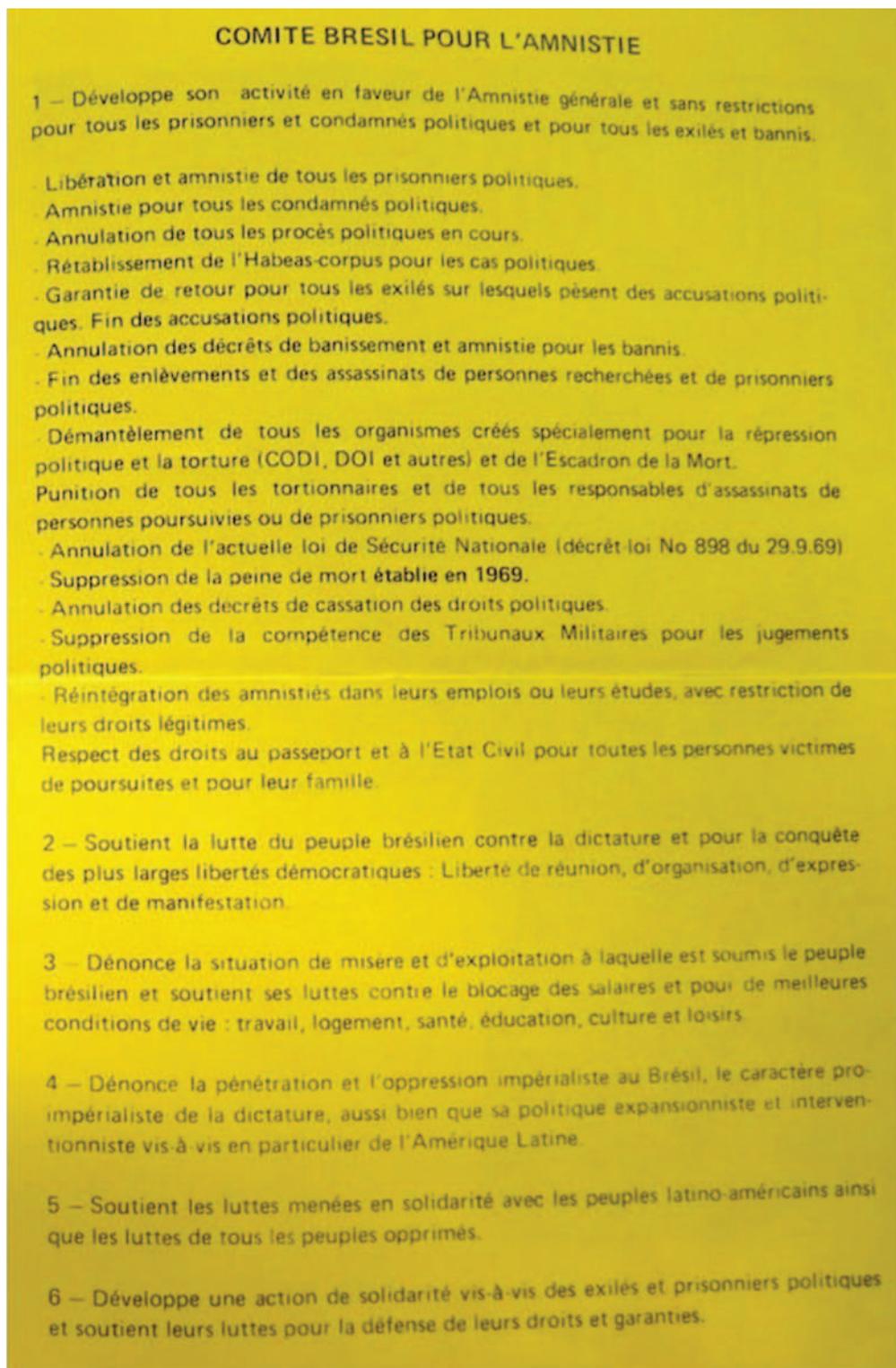


Imagem 20: Panfleto de divulgação e convocação dos exilados para atividades do Comitê Brasil pela Anistia de Paris (p.04).

Fonte: BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2) Recueil : Répression et droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.

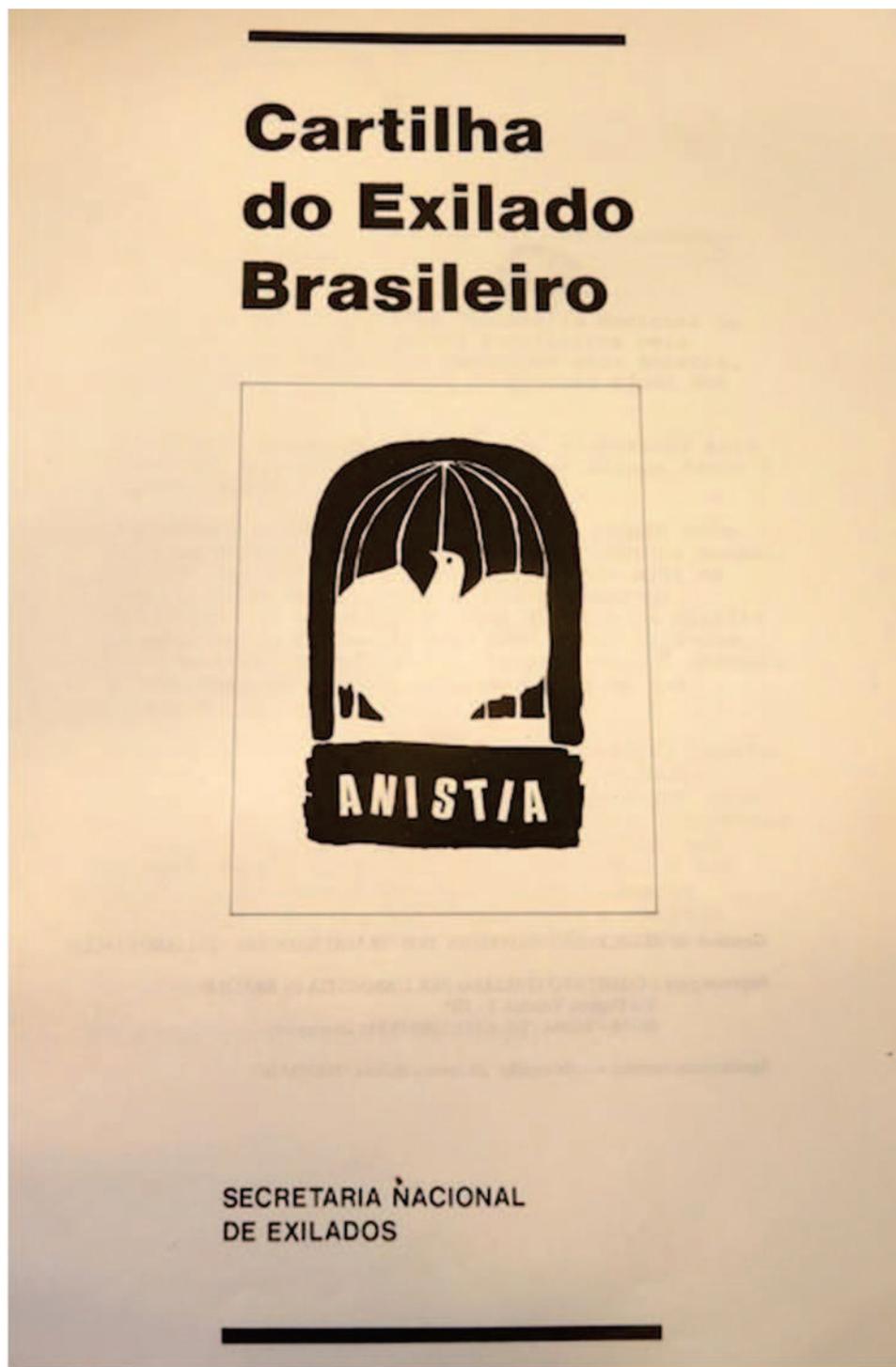


Imagem 21: Capa da “Cartilha do exilado Brasileiro”, organizada pela Secretaria Nacional de exilados, na eminência da Anistia.

Fonte: SECRETARIA NACIONAL DE EXILADOS. “Cartilha do exilado brasileiro”. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil : Répression et droits de l’homme au Brésil. Documents divers: 1968-1985.